



semas

Secretaria Municipal
de **Assistência Social**

**Diagnóstico
Socioterritorial**

Parauapebas - 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Darci José Lermen – Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUAPEBAS

Vânia Pereira Monteiro – Secretária de Assistência Social

Ivana Oliveira Correia Andrade – Secretária Adjunta de Assistência Social

DIRETORIA TÉCNICA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Tânia de Souza Carvalho de Brito – Diretora

COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ana Maria de Oliveira Cruz – Coordenadora

COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Cristianne de Area Leão Meneses – Coordenadora

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Yuri Pereira Nunes – Coordenador

Célia Márcia Ribeiro Queiroz – Assistente Social

Loidiane Teles da Silva – Assistente Social

Ramon José Pinheiro Souza – Sociólogo

Josefa Araújo de Souza Machado – Técnica Administrativa

Abymael Oliveira Sousa – Auxiliar Administrativo

Jonathan Benathar de Oliveira Sousa – Auxiliar Administrativo

COLABORADORES

Aline Costa de Sena - Assistente Social

Carla Lisboa da Silva – Assistente Social

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------------|--|
| AB | Atenção Básica |
| ACESSUAS TRABALHO | Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho |
| ACP | Análise dos Componentes Principais |
| ACS | Agente Comunitário de Saúde |
| AEPETI | Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CADSUAS | Sistema de Cadastro do SUAS |
| CADÚNICO | Cadastro Único |
| CAGED | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CECAD | Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico |
| CEJUSC | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania |
| CF-88 | Constituição Federal de 1988 |
| COMASP | Conselho Municipal de Assistência Social de Parauapebas |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| DF | Distrito Federal |
| ECA | Estatuto de Criança e do Adolescente |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ETL | Equipe Técnica Local |
| ESF | Estratégia de Saúde da Família |
| FAP | Feira Agropecuária de Parauapebas |
| FPM | Fundo de Participação Municipal |
| HGP | Hospital Geral de Parauapebas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDCRAS | Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social |
| IDCREAS | Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| ILPI | Instituição de Longa Permanência para Idosos |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IVSF | Índice de Vulnerabilidade Social Familiar |
| LA | Liberdade Assistida |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |

| | |
|----------|--|
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MSE | Medida Socio Educativa |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| NOB | Normas Operacional Básica |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PAEFI | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos |
| PAF | Plano de Atendimento Familiar |
| PAIF | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PBV | Piso Básico Variável |
| PcD | Pessoa com Deficiência |
| PCF | Programa Criança Feliz |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PPA | Plano Plurianual |
| PSB | Proteção Social Básica |
| PSC | Prestação de Serviço à Comunidade |
| PSE | Proteção Social Especial |
| PSEPCDPI | Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias |
| RDC | Resolução da Diretoria Colegiada |
| RF | Responsável Familiar |
| RMA | Registro Mensal de Atendimentos |
| SAA | Sistema de Autenticação e Autorização |
| SAC | Serviço de Atendimento ao Cidadão de Parauapebas |
| SAGI | Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SEAS | Serviço Especializado em Abordagem Social |
| SEDUC | Secretaria Estadual de Educação do Pará |
| SEDU | Sub índice de Educação |
| SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social de Parauapebas |
| SEMED | Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas |
| SEMSA | Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas |
| SGD | Sistema de Garantia de Direitos |
| SICAR | Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural |
| SISC | Sistema de Informação do Serviço de Convivência |
| SNAS | Secretaria Nacional de Assistência Social |
| SPSF | Sub índice do Perfil Social Familiar |
| STR | Sub índice de Trabalho e Renda |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Composição territorial do município de Parauapebas..... | 36 |
| Figura 2 - Quantidade de pessoas com deficiência no CadÚnico, por bairro da zona urbana..... | 40 |
| Figura 3 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF, por bairro da zona urbana. | 46 |
| Figura 4 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar para trabalho e renda, 2020-2021. | 60 |
| Figura 5 - Comparativo do sub índice de vulnerabilidade baseado no perfil social familiar, 2020-2021. | 61 |
| Figura 6 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar para educação, 2020-2021. | 62 |
| Figura 7 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar, 2020-2021. | 63 |
| Figura 8 - Localização dos CRAS e suas áreas de abrangência..... | 78 |
| Figura 9 - Quantidade de pessoas idosas beneficiárias do BPC, por bairro..... | 116 |
| Figura 10 - Quantidade de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por bairro. | 116 |
| Figura 11 - Famílias atendidas no CREAS, por bairro (2019-2020). | 123 |
| Figura 12 - Total de violações de direitos por bairro..... | 125 |
| Figura 13 - Comparativo da origem territorial dos acolhidos no perímetro urbano, 2019 e 2020. . | 142 |
| Figura 14 - Origem dos acolhidos, por bairro, 2020. | 151 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual, por área selecionada, entre 2000 e 2010..... | 21 |
| Gráfico 2 - População residente no município, por faixa etária, entre 2000 e 2010..... | 22 |
| Gráfico 3 - Proporção de domicílios com acesso a rede de abastecimento de água, a coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010..... | 22 |
| Gráfico 4 - Participação da população extremamente pobre no município e no Estado, por situação do domicílio em 2010..... | 23 |
| Gráfico 5 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2009..... | 23 |
| Gráfico 6 - Taxa de crescimento do PIB nominal, por setor econômico no Município e no Estado, entre 2005 e 2009..... | 24 |
| Gráfico 7 - Admitidos e desligados no Município entre os anos de 2004 e 2010..... | 25 |
| Gráfico 8 - Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010..... | 25 |
| Gráfico 9 - Distribuição percentual das cinco maiores despesas do município em 2009..... | 26 |
| Gráfico 10 - Quantidade de famílias no CadÚnico, por zona do município..... | 38 |
| Gráfico 11 - Quantidade de pessoas no CadÚnico, por zona do município..... | 38 |
| Gráfico 12 - Quantidade de pessoas no CadÚnico, por sexo..... | 39 |
| Gráfico 13 - Faixa etária, por pessoa..... | 39 |
| Gráfico 14 - Cor/raça, por pessoa..... | 40 |
| Gráfico 15 - Quantidade de registros de trabalho infantil no CadÚnico..... | 41 |
| Gráfico 16 - Perfil de renda, por família..... | 42 |
| Gráfico 17 - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)..... | 45 |
| Gráfico 18 - Famílias da zona rural beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)..... | 45 |
| Gráfico 19 - Material predominante nas paredes externas do domicílio familiar..... | 47 |
| Gráfico 20 - Material predominante no piso do domicílio, por família..... | 49 |
| Gráfico 21 - Água canalizada no domicílio, por família..... | 50 |
| Gráfico 22 - Forma de abastecimento de água do domicílio, por família..... | 50 |
| Gráfico 23 - Forma de escoamento sanitário do domicílio, por família..... | 50 |
| Gráfico 24 - Forma de coleta de lixo no domicílio, por família..... | 51 |
| Gráfico 25 - Tipo de iluminação no domicílio, por família..... | 51 |
| Gráfico 26 - Calçamento em frente ao domicílio, por família..... | 52 |
| Gráfico 27 - Pessoas que sabem ler e escrever..... | 52 |
| Gráfico 28 - Pessoas que frequentam a escola..... | 53 |
| Gráfico 29 - Pessoas que estudam: cursos que frequentam..... | 54 |
| Gráfico 30 - Grau de instrução, por pessoa..... | 55 |
| Gráfico 31 - Grau de instrução dos responsáveis familiares..... | 56 |
| Gráfico 32 - Função principal, por pessoa..... | 57 |
| Gráfico 33 - Função principal, por responsável familiar..... | 57 |
| Gráfico 34 - Comparativo da quantidade de beneficiários na zona urbana, 2019 e 2020..... | 69 |
| Gráfico 35 - Comparativo de beneficiários zona urbana/rural..... | 71 |
| Gráfico 36 - Beneficiários do Gira Renda, por sexo, 2019-2020..... | 73 |
| Gráfico 37 - Atendimentos realizados na recepção dos CRAS, 2019-2020..... | 79 |
| Gráfico 38 - Direcionamentos realizados a partir da recepção, 2019-2020..... | 79 |
| Gráfico 39 - Famílias/indivíduos que buscaram a recepção dos CRAS com demanda de inclusão no PBF, 2019-2020..... | 80 |
| Gráfico 40 - Quantidade de famílias/indivíduos atendidos no CadÚnico de cada CRAS, conforme a ação realizada no atendimento, 2019-2020..... | 80 |
| Gráfico 41 - Comparativo de famílias/indivíduos direcionados para as acolhidas e participantes das acolhidas, por tipo de acolhida, 2019-2020..... | 81 |
| Gráfico 42 - Forma de acesso dos participantes das acolhidas, 2019-2020..... | 82 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 43 - Demandas apresentadas nas acolhidas, 2019. | 83 |
| Gráfico 44 - Comparativo de famílias/indivíduos que participaram das acolhidas, que residem dentro ou fora da área de atendimento dos CRAS, 2019-2020. | 84 |
| Gráfico 45 - Quantidade de ações e participantes das ações, 2019-2020. | 85 |
| Gráfico 46 - Encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial do SUAS, 2019-2020. | 86 |
| Gráfico 47 - Encaminhamentos realizados para outras políticas públicas, 2019. | 86 |
| Gráfico 48 - Encaminhamentos realizados para outras políticas públicas, 2020. | 87 |
| Gráfico 49 - Quantidade de famílias/indivíduos que tiveram resolução de suas demandas, a média mensal e o total de resoluções, por equipamento, 2019-2020. | 88 |
| Gráfico 50 - Comparativo de famílias direcionadas e inseridas no acompanhamento, 2019-2020. | 89 |
| Gráfico 51 - Motivos para a inserção da família no Acompanhamento, 2019-2020. | 89 |
| Gráfico 52 - Média de famílias em acompanhamento e em demanda reprimida, 2019-2020. | 90 |
| Gráfico 53 - Critérios de desligamento das famílias em acompanhamento, 2019-2020. | 91 |
| Gráfico 54 - Motivos para não adesão ao PAIF, 2019. | 92 |
| Gráfico 55 - Quantidade de visitas domiciliares, por setor de cada CRAS, 2019-2020. | 93 |
| Gráfico 56 - Quantidade de solicitações e entregas do passe livre interestadual para pessoas idosas, 2019-2020. | 93 |
| Gráfico 57 - Solicitações de benefícios eventuais, 2019-2020. | 94 |
| Gráfico 58 - atendimentos particularizados realizados nos CRAS, 2019-2020. | 94 |
| Gráfico 59 - Total de usuários (as) no SISC, o público prioritário e o percentual alcançado da capacidade de atendimento, por trimestre, 2019-2020. | 96 |
| Gráfico 60 - Quantidade da confirmação de participação dos usuários cadastrados SISC, por trimestre, 2019-2020. | 97 |
| Gráfico 61 - Faixa etária dos (as) usuários (as) inseridos no SISC, por trimestre, 2019-2020. | 98 |
| Gráfico 62 - Total de indivíduos inseridos no SISC, segundo o sexo, por trimestre, 2019-2020. | 98 |
| Gráfico 63 - Total de indivíduos inseridos no SISC, segundo a raça/cor, por trimestre, 2019-2020. | 99 |
| Gráfico 64 - Usuários (as) participantes do SCFV domiciliados dentro ou fora das áreas de abrangência dos CRAS, por trimestre, 2019-2020. | 99 |
| Gráfico 65 - Quantidade de usuários (as) no SCFV, segundo a situação de prioridade, por trimestre, 2019-2020. | 100 |
| Gráfico 66 - Total de atendimentos realizados na recepção da ETL, 2019-2020. | 102 |
| Gráfico 67 - Volume de direcionamentos para outros equipamentos públicos a partir da recepção, 2019-2020. | 102 |
| Gráfico 68 - Volume de direcionamentos para outras políticas setoriais a partir da recepção, 2019-2020. | 103 |
| Gráfico 69 - Total de atendimentos realizados pelos (as) técnicos (as) da Equipe Técnica Local, 2019-2020. | 104 |
| Gráfico 70 - Principais motivos identificados para atendimento do indivíduo pela Equipe Técnica, 2019-2020. | 105 |
| Gráfico 71 - Total de visitas domiciliares e encaminhamentos realizados pela Equipe Técnica Local, 2019-2020. | 105 |
| Gráfico 72 - Principais motivos identificados para a realização das visitas domiciliares, 2019-2020. | 106 |
| Gráfico 73 - Encaminhamentos realizados no âmbito do atendimento da Equipe Técnica, 2019-2020. | 107 |
| Gráfico 74 - Volume de solicitações e entregas de Passe Livre Interestadual do idoso, 2019-2020. | 108 |
| Gráfico 75 - Volume de solicitações e entregas de benefícios eventuais, por tipo de benefício, 2019-2020. | 108 |
| Gráfico 76 - Situação de cobertura do domicílio dos indivíduos atendidos pela Equipe Técnica, 2019-2020. | 109 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 77 - Total de atendimentos, por território com Cobertura de CRAS, 2019..... | 110 |
| Gráfico 78 - Total de atendimentos, por território com Cobertura de CRAS, 2020..... | 110 |
| Gráfico 79 - Motivos declarados pelos (as) usuários (as) para não procurarem atendimento no CRAS de referência, 2019-2020..... | 111 |
| Gráfico 80 - Concessões realizadas em 2019 e 2020..... | 113 |
| Gráfico 81 - Destinação do auxílio financeiro em 2019..... | 113 |
| Gráfico 82 - Destinação do auxílio financeiro em 2020..... | 114 |
| Gráfico 83 - Quantitativo de Benefício de Prestação Continuada em situação ativa..... | 115 |
| Gráfico 84 - Perfil, por sexo, dos Beneficiários do BPC..... | 117 |
| Gráfico 85 - Beneficiários de BPC com Cadastro Único, por zona..... | 117 |
| Gráfico 86 - Beneficiários de BPC sem Cadastro Único, por zona..... | 118 |
| Gráfico 87 - Beneficiários da antecipação de BPC..... | 119 |
| Gráfico 88 - Número de crianças e adolescentes acolhidas, 2019 e 2020..... | 138 |
| Gráfico 89 - Perfil dos acolhidos, por sexo, 2019 e 2020..... | 138 |
| Gráfico 90 - Motivos para acolhimento, 2019 e 2020..... | 139 |
| Gráfico 91 - Forma de acesso ao acolhimento, 2019 e 2020..... | 140 |
| Gráfico 92 - Perfil, por vínculo familiar, 2019 e 2020..... | 140 |
| Gráfico 93 - Perfil, por situação escolar, 2019 e 2020..... | 141 |
| Gráfico 94 - Medicamentos solicitados e concedidos pelo SUS, 2019 e 2020..... | 141 |
| Gráfico 95 - Acolhidos da zona rural de Parauapebas e outros municípios, 2019..... | 143 |
| Gráfico 96 - Acolhidos da zona rural de Parauapebas e outros municípios, 2020..... | 143 |
| Gráfico 97 - Tempo de permanência no serviço de acolhimento, 2019 e 2020..... | 144 |
| Gráfico 98 - Quantidade e motivos dos desligamentos, 2019 e 2020..... | 145 |
| Gráfico 99 - Total de pessoas idosas acolhidas, 2019 e 2020..... | 146 |
| Gráfico 100 - Demandas por acolhimento solicitadas e atendidas, 2019 e 2020..... | 146 |
| Gráfico 101 - Origem da demanda por acolhimento, 2019 e 2020..... | 147 |
| Gráfico 102 - Motivos para inserção no acolhimento, 2019 e 2020..... | 147 |
| Gráfico 103 - Perfil por faixa etária, 2019 e 2020..... | 148 |
| Gráfico 104 - Perfil por sexo, 2019 e 2020..... | 148 |
| Gráfico 105 - Perfil por pessoa idosa com deficiência (PcD), 2019 e 2020..... | 149 |
| Gráfico 106 - Perfil por Grau de Dependência, 2019 e 2020..... | 149 |
| Gráfico 107 - Perfil por acesso a renda, 2019 e 2020..... | 150 |
| Gráfico 108 - Perfil por vínculo familiar, 2019 e 2020..... | 151 |
| Gráfico 109 - Outros locais de origem, Aconchego do Idoso, 2020..... | 152 |
| Gráfico 110 - Articulação Intersetorial e com a Rede Socioassistencial, 2019 e 2020..... | 152 |
| Gráfico 111 - Perfil por tempo de permanência no acolhimento, 2019 e 2020..... | 153 |
| Gráfico 112 - Quantidade e motivos dos desligamentos, 2019 e 2020..... | 153 |
| Gráfico 113 - Número de usuários e famílias acolhidas, 2020..... | 155 |
| Gráfico 114 - Faixa etária dos acolhidos, 2020..... | 155 |
| Gráfico 115 - Número de acolhidos em relação ao protocolo de refúgio, 2020..... | 156 |
| Gráfico 116 - Número de crianças Warao nascidas no Brasil, com e sem certidão de nascimento, 2020..... | 156 |
| Gráfico 117 - Número de entradas de acolhidos e de famílias, 2020..... | 157 |
| Gráfico 118 - Total de encaminhamentos para os serviços de saúde, 2020..... | 157 |
| Gráfico 119 - Total de encaminhamentos para os serviços de cidadania, 2020..... | 158 |
| Gráfico 120 - Número e especificidade das atividades em grupo, 2020..... | 158 |
| Gráfico 121 - Ações desenvolvidas no acompanhamento dos acolhidos, 2020..... | 159 |
| Gráfico 122 - Ações desenvolvidas no acompanhamento das famílias dos acolhidos, 2020..... | 160 |
| Gráfico 123 - Variação CadÚnico, PBF e Auxílio Emergencial, 2020..... | 160 |
| Gráfico 124 - Número de acolhidos, por mês do ano de 2020..... | 162 |
| Gráfico 125 - Número de ingressantes, por mês do ano de 2020..... | 162 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 126 - Número de atividades voltadas para de convivência, vínculos e inclusão social, 2020. | 163 |
| Gráfico 127 - Número de PAF's elaborados e em andamento, por especialidade ofertada no serviço, 2020..... | 164 |
| Gráfico 128 - Número de ações de acompanhamento, 2020. | 164 |
| Gráfico 129 - Número de encaminhamentos, 2020. | 165 |
| Gráfico 130 - Número de desligamentos, por mês do ano 2020..... | 165 |
| Gráfico 131 - Motivos dos desligamentos, por mês do ano 2020..... | 166 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Descrição das variáveis do sub índice trabalho e renda..... | 15 |
| Tabela 2 - Descrição das variáveis do sub índice perfil social familiar..... | 15 |
| Tabela 3 - Descrição das variáveis do sub índice educação. | 19 |
| Tabela 4 - Contribuição de cada sub índice na composição do índice de vulnerabilidade..... | 20 |
| Tabela 5 - Classificação dos níveis de vulnerabilidade. | 20 |
| Tabela 6 - Unidades de Saúde/Prédios Administrativos da Saúde, Parauapebas, 2020. | 28 |
| Tabela 7 - Cobertura de Agentes Comunitários de Saúde no Sistema Único de Saúde. Parauapebas, 2016-2017. | 32 |
| Tabela 8 - Cobertura de Atenção Básica no SUS. Parauapebas, 2017. | 33 |
| Tabela 9 - Situação dos imóveis rurais em Parauapebas. | 34 |
| Tabela 10 - Descrição das APP em Parauapebas. | 34 |
| Tabela 11 - Composição territorial do município. | 36 |
| Tabela 12 - Pessoas com deficiência no CadÚnico, por zona do município. | 41 |
| Tabela 13 - Quantidade de pessoas em situação de rua no CadÚnico..... | 41 |
| Tabela 14 - Perfil de renda, por bairro da zona urbana e por família. | 43 |
| Tabela 15 - Perfil de renda, zona rural de Parauapebas. | 44 |
| Tabela 16 - Espécie do domicílio, por família. | 47 |
| Tabela 17 - Material predominante nas paredes externas do domicílio familiar, por bairro*. | 48 |
| Tabela 18 - Curso mais elevado que a pessoa frequentou. | 54 |
| Tabela 19 - Quantidade de pessoas, responsáveis familiares e famílias extrativistas no CadÚnico. | 58 |
| Tabela 20 - Níveis de vulnerabilidade das famílias inseridas no CadÚnico..... | 64 |
| Tabela 21 - Pessoas beneficiadas pelo ACESSUAS em 2019..... | 65 |
| Tabela 22 - Perfil de crianças e adolescentes com registro de identificação de situação de trabalho infantil, 2019-2020..... | 67 |
| Tabela 23 - Total de famílias/indivíduos beneficiados pelo Programa Criança Feliz, 2019-2020. | 68 |
| Tabela 24 - Quantidade de beneficiários, por ano, na zona rural..... | 70 |
| Tabela 25 - Situação de trabalho dos beneficiários do Gira Renda..... | 71 |
| Tabela 26 - Grau de instrução dos beneficiários do Gira Renda. | 72 |
| Tabela 27 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Altamiro Borba. | 75 |
| Tabela 28 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Da Paz. | 76 |
| Tabela 29 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Minérios. | 76 |
| Tabela 30 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Rio Verde. | 77 |
| Tabela 31 - Demandas apresentadas nas acolhidas, 2020..... | 83 |
| Tabela 32 - IDCREAS, 2017. | 120 |
| Tabela 33 - Número de pessoas atendidas no CREAS. | 121 |
| Tabela 34 - Total de famílias atendidas por bairro e ano no CREAS. | 121 |
| Tabela 35 - Violações de direito por bairro e ano no PAEFI..... | 124 |
| Tabela 36 - Violação de Direitos por ciclo de vida e por ano no PAEFI..... | 126 |
| Tabela 37 - Total de violências e violações de direitos por ano no PAEFI. | 126 |
| Tabela 38 - Execução de medidas socioeducativas por bairro e ano. | 129 |
| Tabela 39 - Total de medidas socioeducativas por sexo e faixa etária. | 130 |
| Tabela 40 - Tipos de ato infracional de MSE. | 130 |
| Tabela 41 - Famílias acompanhadas no PSEPCDPI, por bairro e ano. | 131 |
| Tabela 42 - Perfil de usuários atendidos no serviço..... | 132 |
| Tabela 43 - Total de violências e violações de direito por ano..... | 132 |
| Tabela 44 - Total de abordagens, por bairro e ano..... | 134 |
| Tabela 45 - Pessoas abordadas por faixa etária e sexo. | 135 |
| Tabela 46 - Principais situações identificadas, por ano. | 135 |

RESUMO

O presente trabalho de diagnóstico da política de assistência social é uma análise interpretativa que possibilita a leitura da realidade social do município de Parauapebas, Pará. Tal análise proporciona aos responsáveis e operadores da política de assistência social a apreensão das particularidades do território sob o qual estão inseridos e a detecção das características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e ao convívio familiar. Este trabalho concentrou-se em: 1) apresentar as condições gerais de desenvolvimento do município de Parauapebas; 2) caracterizar a demanda potencial para os serviços e benefícios da Assistência Social a partir dos dados do CECAD 2.0; 3) apresentar a estrutura de oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social; e, por último, 4) apresentar a estrutura de oferta das demais políticas públicas, principalmente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre estas e a assistência social.

SUMÁRIO

| | | |
|---------------|--|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. | REFERENCIAL TEÓRICO: MARCO LEGAL E MARCO TEÓRICO DA PNAS...2 | |
| 2.1. | Marco Legal | 4 |
| 2.2. | Marco Teórico..... | 7 |
| 3. | METODOLOGIA | 12 |
| 4. | METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FAMILIAR..... | 13 |
| 4.1. | Descrição Geral..... | 13 |
| 4.2. | Dos Sub Índices..... | 14 |
| 4.3. | Sub Índice Trabalho e Renda..... | 14 |
| 4.4. | Sub Índice Perfil Social Familiar | 15 |
| 4.5. | Justificativa das escolhas das variáveis do sub índice Perfil Social Familiar | 16 |
| 4.6. | Sub Índice Educação | 19 |
| 4.7. | Construção do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar | 19 |
| 5. | PARAUPEBAS: PANORAMA MUNICIPAL..... | 20 |
| 5.1.1. | Demografia..... | 21 |
| 5.1.2. | Perfil social..... | 22 |
| 5.2. | Aspectos econômicos | 23 |
| 5.2.1. | Produção..... | 23 |
| 5.2.2. | Mercado de trabalho..... | 24 |
| 5.2.3. | Finanças públicas | 26 |
| 5.3. | Aspectos educacionais | 27 |
| 5.3.1. | IDEB Parauapebas..... | 27 |
| 5.3.2. | Taxa de escolarização, número de matrículas na rede pública de ensino e taxa de analfabetismo | 27 |
| 5.3.3. | Número de docentes lecionando na rede pública de ensino..... | 27 |
| 5.3.4. | Número de estabelecimentos públicos de ensino em Parauapebas | 27 |
| 5.4. | Aspectos de saúde | 28 |
| 5.4.1. | Estabelecimentos de saúde | 28 |
| 5.4.2. | Médicos em Parauapebas | 31 |
| 5.4.3. | Nascimentos | 31 |
| 5.4.4. | Mortalidade | 31 |
| 5.4.5. | Orçamentos públicos na saúde | 32 |
| 5.4.6. | Cobertura de atendimento | 32 |

| | | |
|--------|--|-----------|
| 5.5. | Aspectos de Meio Ambiente..... | 33 |
| 6. | CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – DADOS DO CECAD..... | 37 |
| 6.1. | Famílias e pessoas no Cadastro Único..... | 37 |
| 6.2. | Sexo..... | 38 |
| 6.3. | Faixa Etária..... | 39 |
| 6.4. | Cor/Raça..... | 39 |
| 6.5. | Pessoa com Deficiência (PcD)..... | 40 |
| 6.6. | Pessoas em situação de rua..... | 41 |
| 6.7. | Trabalho Infantil..... | 41 |
| 6.8. | Renda..... | 42 |
| 6.9. | Programa Bolsa Famílias – PBF..... | 45 |
| 6.10. | Espécie do domicílio..... | 46 |
| 6.11. | Material predominante nas paredes externas do domicílio..... | 47 |
| 6.12. | Material predominante no piso do domicílio..... | 49 |
| 6.13. | Forma de abastecimento de água..... | 49 |
| 6.14. | Forma de escoamento sanitário..... | 50 |
| 6.15. | Forma de coleta de lixo..... | 51 |
| 6.16. | Tipo de iluminação..... | 51 |
| 6.17. | Calçamento em frente ao domicílio..... | 52 |
| 6.18. | Sabe ler e escrever..... | 52 |
| 6.19. | Frequência na escola..... | 53 |
| 6.20. | Pessoas que estudam: cursos que frequentam..... | 53 |
| 6.21. | Pessoas que não estudam: curso mais elevado que frequentaram..... | 54 |
| 6.22. | Grau de Instrução..... | 55 |
| 6.23. | Grau de instrução dos responsáveis familiares..... | 56 |
| 6.24. | Função principal..... | 56 |
| 6.25. | Atividades extrativistas..... | 58 |
| 6.26. | Índice de vulnerabilidade social familiar – IVSF..... | 58 |
| 6.27. | Sub índice Trabalho e Renda..... | 59 |
| 6.28. | Sub índice Perfil Social Familiar..... | 60 |
| 6.29. | Sub índice Educação..... | 61 |
| 6.30. | Resultado geral do índice de vulnerabilidade social familiar..... | 62 |
| 7. | ESTRUTURA DE OFERTA DOS SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 64 |
| 7.1. | Programas sociais ofertados no suas..... | 64 |
| 7.1.1. | Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO..... | 65 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 7.1.2. | Ações Estratégicas do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – AEPETI | 66 |
| 7.1.3. | Programa Criança Feliz – PCF | 67 |
| 7.1.4. | Programa Gira Renda | 68 |
| 8. | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 73 |
| 8.1.1. | Centro de Referência de Assistência Social – CRAS | 74 |
| 8.1.2. | Índice de desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS | 75 |
| 8.1.3. | Área de atendimento dos CRAS | 77 |
| 8.1.4. | Ações gerais desempenhadas nos CRAS | 78 |
| 8.1.5. | Ações desempenhadas no âmbito das acolhidas | 81 |
| 8.1.6. | Ações desempenhadas no âmbito do atendimento | 85 |
| 8.1.7. | Ações desempenhadas no âmbito do acompanhamento | 88 |
| 8.1.8. | Outras ações gerais desempenhadas nos CRAS | 92 |
| 9. | SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV | 95 |
| 9.2. | Análise dos resultados do SCFV | 96 |
| 9.3. | Perfil do público do SCFV | 98 |
| 10. | EQUIPE TÉCNICA LOCAL – ETL | 100 |
| 10.1. | Objetivos da equipe técnica local | 101 |
| 10.2. | Atividades desempenhadas no processo de atendimento na recepção da Equipe Técnica Local..... | 101 |
| 10.3. | Atividades desempenhadas no processo de atendimento com o técnico de nível superior da Equipe Técnica Local | 104 |
| 11. | BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 111 |
| 12. | BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC..... | 114 |
| 13. | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 119 |
| 13.1. | Proteção social de média complexidade | 119 |
| 13.1.1. | IDCREAS | 120 |
| 13.1.2. | Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS | 120 |
| 13.1.3. | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI..... | 123 |
| 13.1.4. | Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – MSE | 128 |
| 13.1.5. | Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – PSEPCDPI | 131 |
| 13.1.6. | Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS | 133 |
| 13.2. | Proteção social especial de alta complexidade..... | 136 |
| 13.2.1. | Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes | 136 |
| 13.2.2. | Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas..... | 145 |
| 13.2.3. | Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para Migrantes... .. | 154 |

| | |
|---|------------|
| 13.2.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para Pessoas em Situação de Rua..... | 161 |
| 14. ESTRUTURA DE OFERTA DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 166 |
| 15. EDUCAÇÃO..... | 167 |
| 16. SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS | 167 |
| 17. ESPORTE, CULTURA E LAZER..... | 167 |
| 18. SAÚDE | 168 |
| 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 168 |
| REFERÊNCIAS..... | 170 |
| ANEXOS..... | 174 |

1. INTRODUÇÃO

Há um descompasso entre as ferramentas de gestão das políticas sociais brasileiras, especificamente da política de assistência social, e as demandas concretas presentes no cotidiano dos cidadãos. Esse descompasso é expresso no distanciamento entre as ferramentas de gestão e a realidade na qual elas estão inseridas. Percebe-se uma naturalização da apartação existente entre essas duas instâncias, impactando tanto no interior da gestão como na relação desta com os cidadãos/usuários.

No interior da gestão, esse distanciamento é observado na reprodução da hierarquização das relações entre aqueles que “planejam” e aqueles que “executam”, ou seja, entre o “gabinete” e a “ponta”. Na esfera municipal, por exemplo, normalmente os trabalhadores são colocados na qualidade de meros executores, cujas ações são burocratizadas e passíveis de fiscalização.

Nas relações entre os técnicos da gestão e os cidadãos/usuários, cujas mediações são igualmente burocratizadas, há uma reprodução da hierarquização entre aqueles que “atendem” e aqueles que são “atendidos”, ou seja, entre o “técnico” e o “usuário/beneficiário”.

Dessa forma, as relações de subalternidade continuam a marcar o modo de operar das políticas sociais brasileiras, especificamente da política de assistência social.

Na atual conjuntura brasileira, é imprescindível tratar dos descompassos nas políticas sociais brasileiras, objetivando não perder de vista a perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Assim, em virtude do desconhecimento dos territórios de atuação da política de assistência social, especificamente no município de Parauapebas, é imprescindível a realização de diagnósticos sociais e socioterritoriais que demonstrem a dinâmica da realidade vivida por esses territórios, apontando suas características em termos de oferta de políticas públicas e do Estado enquanto agente dessas políticas, evidenciando contextos de vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios do município.

Objetivando o planejamento das ações socioassistenciais e uma possível expansão e/ou reordenamento dos serviços ofertados pela política de assistência social em Parauapebas, e contribuindo para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação, ampliem seu conhecimento sobre as características da população e do território, de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes, o atual trabalho pretende ser uma colaboração entre a Diretoria Técnica da SEMAS, a Vigilância Socioassistencial, a Coordenação da Proteção Social Básica - PSB, a Coordenação de Proteção Social Especial - PSE e demais políticas públicas de saúde, educação, habitação, segurança pública e outras afins, no intuito de conhecer o território de Parauapebas no que se refere a oferta de serviços públicos, e identificar possíveis áreas com alto índice de vulnerabilidade e risco social, para fundamentar o trabalho social que deverá ser realizado

através da equipe SEMAS, na perspectiva de realizar um trabalho social a partir do conhecimento do território que se pretende atuar e não apenas nele.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: MARCO LEGAL E MARCO TEÓRICO DA PNAS

A Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS, define a Vigilância Socioassistencial “como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos” (MDS, 2012, p. 40). Essas funções possuem estreita relação entre si e podemos afirmar que cada uma delas só se realiza plenamente através da interação e complementaridade com as demais.

A NOB 2005 assinala que a Vigilância Socioassistencial:

Consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença de formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência (MDS, 2016, p. 9).

Para isso, a Vigilância necessita produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, e desta forma fortalecer a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da política de assistência social.

Conforme as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, citando a NOB 2012, a Vigilância deve contribuir com as áreas de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE através da “elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios” (MDS, 2012, p. 40).

A Vigilância contribui ainda - em sentido amplo - com a própria Gestão:

[...] auxiliando a formulação, o planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população. Para isso, faz-se necessário que também sejam produzidas e analisadas informações sobre o financiamento; sobre o tipo, volume, localização e qualidade das ofertas; bem como das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos (MDS, 2016, p. 9).

Desta forma, a Vigilância Socioassistencial:

Deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: a) sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; b) sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso (MDS, 2016, p. 9).

O atual trabalho também parte de uma questão emergencial para a implementação da assistência social no município de Parauapebas: o território como lugar de intervenção, como modo de vida e como base para se pensar e repensar o trabalho social. Com a noção de territorialização, surge o desafio de pensar o lugar não somente como espaço de eventos e acontecimentos, mas como forma de pertencer que provoca alterações significativas do espaço físico ocupado pelo homem e que necessita de um novo olhar, crítico, desconstruído e que tenha como protagonistas aqueles que pertencem a ele. Por isso, segundo Koga (2015), a direção proposta é a de que a Proteção Social, especialmente a Proteção Social Básica, tenha implicado no trabalho social a perspectiva territorial como um diferencial, de forma a contribuir para a difícil tarefa em curso no âmbito do SUAS de fazer a travessia para um modo mais coletivo e participativo de trabalho social.

Nesse sentido, conforme as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, o território deve ser encarado como objeto de intervenção da política de Assistência Social para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos, o que nos remete ao conceito de território elaborado por Milton Santos:

O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes (MDS, 2016, p.11).

Este conceito retoma a noção de que as potencialidades e vulnerabilidades de uma família/indivíduo possuem relação e são determinadas pelo território em que vive. E pensar em atuação no território é ter a percepção do coletivo. Por mais que encontremos situações individualizadas, a noção territorial promove uma perspectiva amplamente coletiva.

Consequentemente, é estratégico o uso de ferramentas que possibilitem conhecer de forma satisfatória o território, possibilitando formas bem mais elaboradas de se intervir no mesmo. Entre essas ferramentas temos o Sistema CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), os Relatórios Mensais de Atendimentos (RMA) das Unidades CRAS, CREAS e Acolhimentos Institucionais, os dados disponibilizados pelas secretarias municipais que são pontos de contato e complementaridade com a política de assistência social do município e outros órgãos e sistemas informatizados (SAA, SAGI, IBGE – PNAD Contínua, IPEA, CAGED, DATASUS, etc.) que apresentam informações sobre o município de Parauapebas, Pará.

2.1. Marco Legal

Este tópico demonstra o processo histórico de construção da Assistência Social enquanto política pública de direito no ordenamento jurídico brasileiro. Tal tarefa requer a revisita aos principais instrumentos legais¹ que definem as ações socioassistenciais. Enfatizaremos a trajetória da Política de Assistência Social com a noção de proteção social.

O entendimento do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil ao longo dos anos requer uma retrospectiva da trajetória de implementação do sistema nacional de proteção social. O avanço do capitalismo industrial e da concepção de Estado mínimo, expressões do liberalismo e neoliberalismo econômico em meados do século 20, intensificaram a exploração da força de trabalho e agravaram os níveis de desigualdade social, provocando um aprofundamento das expressões da questão social, sobretudo da pobreza. Nesse contexto, é necessário a construção de um sistema de proteção social que, desde o início, possua caráter compensatório e objetivo regular e minimizar as mazelas sociais.

Dessa forma, a população cuja cidadania é regulada pelo Estado, insurge de sua insatisfação social e começa a expressar seu descontentamento por meio de movimentos sociais que se fortalecem nos anos 1980 contra a ditadura militar.

Em decorrência dessas lutas em prol da defesa e concretização dos direitos civis e sociais, a Constituição Federal de 1988 (CF-88) define e implementa a Seguridade Social, fundando no Brasil relevante marco no processo histórico de construção do sistema de proteção social, aprofundando direitos humanos e sociais no rol das responsabilidades pública e estatal. Assim, “o conjunto das necessidades dos cidadãos brasileiros de âmbito pessoal e individual inscreveu-se definitivamente nos compromissos e responsabilidades dos entes públicos, inaugurando no país um novo paradigma” (SPOSATI, 2009 apud MDS, 2011).

Com a CF-88, a Assistência Social é garantida como política pública de direito não contributiva, que deve atender a todos que dela necessitar, caracterizando-se como direito do cidadão e dever do Estado. Assim, compõe o Sistema de Seguridade Social ao lado das políticas da Saúde e da Previdência Social, sendo destinada à promoção e garantia da cidadania. Desse modo, as políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social constituem um sistema de proteção social:

[...] por meio do qual a sociedade proporcionaria a seus membros uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais. Sejam decorrentes de riscos sociais – enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice, morte -, sejam decorrentes das situações socioeconômicas como desemprego, pobreza ou vulnerabilidade, as privações econômicas e sociais devem ser enfrentadas, pela via da política da seguridade social, pela oferta pública de serviços

¹ Constituição da República Federativa do Brasil/1988, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social/1993, PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social, Lei do SUAS/2011 e NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS/2012

e benefícios que permitam em um conjunto de circunstâncias a manutenção de renda, assim como o acesso universal à atenção médica e socioassistencial (JACCOUD, 2009 apud MDS, 2011).

O artigo 1º da CF-88 defini os fundamentos da República Federativa do Brasil: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já aqui, temos uma ligação com a Política de Assistência Social, uma vez que esta, como regula a LOAS, se coloca como política que provê os mínimos sociais, objetivando garantir o atendimento das necessidades básicas, para proporcionar cidadania e dignidade aos cidadãos. A proteção social, como um dos objetivos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social), visa a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente para as famílias, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência (PcD) e idosos.

Em seu Título VIII, a CF-88 reconhece juridicamente a Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, independente de contribuição prévia à seguridade social, o que implica a superação e o rompimento com os modelos e concepções conservadoras de caráter benevolente e assistencialista.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, estabeleceu seus principais objetivos: a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que objetiva analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que propõe garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), segurança de acolhida e a segurança de convívio ou vivência familiar.

A política de Assistência Social tem sua organização embasada nas seguintes proteções sociais: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Conforme a LOAS em seu artigo 6ºA, a proteção social básica consiste em um:

[...] conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Nesse mesmo artigo, a proteção social especial é compreendida como o:

[...] conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 1993).

No artigo 6ºB, a LOAS determina que:

[...] as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação (BRASIL, 1993).

As proteções sociais básica e especial, conforme a LOAS, serão ofertadas, respectivamente e precipuamente, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.

Quanto à vigilância social, segundo a PNAS/2004:

[...] refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (MDS, 2004).

A defesa de direitos, por sua vez, decreta que a proteção social básica e especial devem ser organizadas de modo a garantir que os seus usuários tenham acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

No contexto da PNAS, esta visa incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A gestão da PNAS baseia-se no pacto federativo, no qual devem ser delineadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, conforme o que preconiza a LOAS e a NOB - SUAS.

No enfrentamento da questão social, a descentralização político-administrativa possibilitou o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas de implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação da PNAS. Contudo, a gestão democrática vai além da inovação gerencial e de novas tecnologias. A centralização ainda é uma marca a ser superada.

Avaliando o eixo estruturante da territorialização, a PNAS (2004) traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, o que significa considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração.

A PNAS/2004 reorganizou projetos, programas, serviços e benefícios socioassistenciais, consolidando no país, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Estabeleceu princípios, diretrizes, objetivos, usuários, as respectivas proteções afiançadas (PSB e PSE), a base organizacional do SUAS e conformou uma estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais.

Decretada em 2011, a Lei do SUAS assegurou definitivamente a institucionalidade do SUAS, garantindo avanços significativos para a política de assistência social, dentre os quais destacamos o cofinanciamento federal operacionalizado através de transferência automática fundo a fundo e o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos socioassistenciais.

Além disso, a lei do SUAS permitiu que os recursos do cofinanciamento federal, designados à execução das ações continuadas de assistência social, pudessem ser aplicados no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência responsáveis pela organização e oferta da proteção social básica e especial.

Instituída em 2012, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB - SUAS) regula a organização, em âmbito nacional, do SUAS, e objetiva construir as bases para a implantação deste. A NOB - SUAS ressalta o SUAS como sistema descentralizado e participativo, que regula e organiza a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional, respeitando as características e diversidades das regiões, assim como a realidade das cidades e do meio rural.

No que diz respeito à proteção social referenciada pela NOB - SUAS, esta é descrita como uma das funções da política de assistência social. Para a referida norma, a integralidade da proteção social é um dos princípios organizativos do SUAS. Tal integralidade é entendida como a oferta das provisões em sua completude, através de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Dentre as diretrizes estruturantes da gestão do SUAS estabelecidas pela NOB - SUAS, cabe destacarmos a territorialização.

2.2. Marco Teórico

Neste tópico conceitua-se território, vulnerabilidade social e risco social. Estes conceitos compõem o marco teórico da PNAS, mais especificamente da Vigilância Social. Antes, cabe um destaque à noção de territorialização, uma das diretrizes estruturantes do SUAS.

Para Oliveira (2014), a territorialização consiste na construção ou domínio de um determinado espaço por indivíduos ou grupos, que ocupam e constroem suas relações sociais nesses espaços territorializados, reconstruindo-os contínua e dialeticamente. Queiroz (2014) elucida que os indivíduos e grupos citados podem ser entendidos como as firmas (empresas), as instituições -

abarcando o próprio Estado - e as pessoas: população ou parte dela que compõem as firmas e as instituições.

Ressalta-se que o eixo estruturante da territorialização na PNAS assinala que o chão onde estão e se movimentam os setores e segmentos da população brasileira faz diferença na organização da própria política de assistência social, o que significa considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração.

Para alcançar seus objetivos, a vigilância social emprega três categorias principais: território, vulnerabilidade e risco, as quais são fundamentais para a compreensão dos elementos diretamente relacionados às competências da assistência social e a organização do SUAS. O entendimento dessas categorias deve ser feito através de uma abordagem multidimensional que proporcione “a análise das relações entre as necessidades e demandas de proteção social em um determinado território e as possibilidades de respostas da política de assistência social, em termos de oferta de serviços, programas e benefícios à população” (MDS, 2011).

Para planejar e organizar as ações do SUAS, é essencial o entendimento dos territórios onde vivem e convivem famílias e indivíduos que sofrem com situações de vulnerabilidade e risco social. A construção efetiva de uma política garantidora de direitos, passa pela consideração e compreensão dos territórios de vivência das pessoas. Sobre o território, considera-se o exposto por Milton Santos:

Uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente [...] constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do Estado (SANTOS, 2007 apud MDS, 2011 p. 141).

Segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, o *território* é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Em outras palavras, as potencialidades ou vulnerabilidades das famílias e indivíduos, em grande parte, são definidas pelo território no qual estão inseridas. Nesta perspectiva, “é necessário que o *território em si* também seja encarado como objeto de intervenção/atuação da política de assistência social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos” (MDS, 2016).

Este contexto nos remete ao conceito de *território usado*, elaborado por Milton Santos. Para este geógrafo, o território não é simplesmente organizado pelo Estado, assim como não está restrito à dimensão política, isto é, não é somente um espaço delimitado pelas relações de poder nele existente. O território é usado e apropriado por diferentes agentes, portanto, engloba tanto as relações

de poder, assim como as relações econômicas e simbólicas. Desse modo, o território é formado por diferentes territorialidades, uso e apropriação do espaço por distintos agentes.

O *território usado* é formado pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos vários agentes que o compõem. Assim, o território possui uma condição de ator, o que significa superar sua condição de cenário de acontecimentos ou de agenciamentos nele presentes.

Segundo a PNAS/2004, a *vulnerabilidade social* se constitui em situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciam contextos de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ou fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras. Algumas identidades e escolhas pessoais também podem provocar situações de vulnerabilidade.

Em seu aspecto multidimensional, a vulnerabilidade social não se reduz à percepção de pobreza, embora a ausência de renda configure um importante fator de vulnerabilidade. Tal conceito deve ser entendido como uma conjugação de fatores: características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas. A análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os ‘ativos’ materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas (BRONZO, 2009).

A delimitação e especificidade do uso do conceito de vulnerabilidade social no âmbito da PNAS deve considerar as responsabilidades e ofertas que competem a essa política setorial específica. Para enfrentarmos e superarmos as vulnerabilidades sociais é necessária uma ação conjugada de diferentes políticas, ou seja, diferentes fatores de vulnerabilidade demandam ações de diferentes políticas. Nesse contexto, é imprescindível:

[...] distinguir as informações (ou fatores de vulnerabilidade) que caracterizam o contexto mais amplo de vulnerabilidades das populações e territórios e aquelas informações (ou fatores de vulnerabilidade) que dialogam de forma mais direta com a ação específica da assistência social” (MDS, 2016).

Nesta perspectiva, precisamos nos perguntar quais os fatores de vulnerabilidade, cujo enfrentamento e superação, demandam, essencialmente, ações específicas da política de assistência social.

O conceito de *risco social* objetiva a identificação da probabilidade ou da iminência de um evento acontecer, estando articulado com a “disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo, ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência” (MDS, 2016).

Operacionalizar o conceito de risco dentro da PNAS demanda a fixação de um conjunto de eventos em relação aos quais lhe compete diretamente desenvolver esforços para sua prevenção ou enfrentamento, no intuito de reduzir os seus agravos. Conforme a PNAS (2004), no âmbito de atuação da assistência social, as situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, se expressam na iminência ou ocorrência dos seguintes eventos: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, maus tratos; abuso ou exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, ato infracional, discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade; afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e PcD's com agravos decorrentes de isolamento social, dentre outros.

O enfrentamento das situações de risco social exige a articulação e o desenvolvimento de ações complementares entre as políticas sociais e os órgãos de defesa de direitos, objetivando proporcionar proteção integral às famílias e indivíduos.

Os conceitos de vulnerabilidade e risco devem ser compreendidos dentro de um contexto social, histórico, econômico, político e cultural, composto por diversidades e desigualdades que marcam a sociedade brasileira. É nesse contexto multidimensional que vários fatores se articulam, gerando situações de risco pessoal e social, por violações de direitos, que incidem sobre a vida de indivíduos, famílias e comunidades. Portanto, vulnerabilidade e risco se expressam e têm significados variados, conforme as peculiaridades de cada território. Tais conceitos são fundamentais na definição dos usuários, das competências e ações no âmbito da prevenção e da atenção especializada no SUAS.

Para delinear a abrangência dos conceitos de vulnerabilidade social e de risco social analisados neste trabalho, considera-se a perspectiva de Rosane Janczura, em seu artigo intitulado “Risco ou vulnerabilidade de social?”.

Primeiramente, a referida autora analisa que as definições de risco e vulnerabilidade “só podem ser entendidas quando associadas a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para dar conta de seus objetos” (JANCZURA, 2012). Em segundo lugar, vulnerabilidade e risco são conceitos distintos, porém intrinsecamente relacionados: enquanto o risco diz respeito às condições fragilizadas da sociedade tecnológica contemporânea, a vulnerabilidade se refere à condição dos indivíduos nessa sociedade.

Para Janczura (2012), a necessidade de esclarecimento conceitual acerca da vulnerabilidade e do risco evidencia-se no uso que os órgãos governamentais fazem destes conceitos, como, por exemplo, o que se constata na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A autora considera que a PNAS não traz uma conceituação clara acerca da vulnerabilidade social e do risco social.

Segundo Yunes e Szymanski (2001 apud JANCZURA, 2012), o conceito de risco foi utilizado pelos epidemiologistas em associação a grupos e populações (portanto, riscos associados a questões de saúde), enquanto a vulnerabilidade se refere aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou

predisposições a respostas ou consequências negativas. Por suas raízes etimológicas, “a vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de suscetibilidade ao estresse” (Janczura, 2012, p. 302).

Ainda citando Yunes e Szymanski (2001 apud JANCZURA, 2012), diz que há uma relação entre vulnerabilidade e risco: a vulnerabilidade opera somente quando o risco está presente, ou seja, sem risco, vulnerabilidade não tem efeito. Segundo Reppold (2002 apud JANCZURA, 2012), frente a situações adversas, o comportamento dos sujeitos perante esses eventos depende de sua vulnerabilidade, isto é, existe uma predisposição ou mesmo resposta pouco adequada à situação.

Considera-se ainda o seguinte:

Um dos fatores de risco para o desenvolvimento psicológico e social é o baixo nível socioeconômico. Em famílias pobres, operam como fatores de alto risco, além do baixo nível socioeconômico, a remuneração parental, baixa escolaridade, famílias numerosas e ausência de um dos pais (JANCZURA, 2012, p. 303).

Para autores como Carneiro e Veiga (2004 apud JANCZURA, 2012), a vulnerabilidade significa exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e indivíduos para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Logo, “os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com as condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem” (JANCZURA, 2012, p. 304).

Ainda conforme Carneiro e Veiga (2004 apud JANCZURA, 2012), em sociedades baseadas na economia de mercado, a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, especialmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social (acesso a bens e serviços básicos que viabilizem melhores oportunidades para enfrentar as adversidades). A ausência de recursos materiais alimenta outras fragilidades como baixa escolarização, condições precárias de saúde, nutrição, moradia ou condições sanitárias inadequadas, ou seja, necessidades básicas não satisfeitas. Assim, “famílias e indivíduos em tais condições de vida disporão de um repertório mais reduzido para enfrentar as adversidades” (JANCZURA, 2012, p. 304). Dessa forma, a vulnerabilidade e o risco remetem às noções de carências e de exclusão. Portanto, “indivíduos, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas” (JANCZURA, 2012, p. 304).

Assinalando a perspectiva culturalista de Mary Douglas (teoria cultural do risco), Janczura:

[...] mostra como o julgamento moral está envolvido com a percepção de risco em nossa sociedade, visto que a percepção não é algo natural e que as instituições sociais a usam para controlar o comportamento humano, reforçar normas e melhor coordenar as instituições (JANCZURA, 2012, p. 304).

Dois sociólogos, Ulrich Beck e Anthony Giddens, acentuam o papel do risco na sociedade contemporânea, porque, para eles, essa sociedade é uma “sociedade de risco”. Por meio da Teoria da Modernização Reflexiva, esses dois autores oferecem outra abordagem acerca do risco, opondo-se à abordagem quantificadora dos riscos. Beck (1997 apud JANCZURA, 2012) argumenta que dentro da “sociedade de risco” contemporânea os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle da sociedade industrial. Guiddens (1997 apud JANCZURA, 2012), por sua vez, diferencia “sociedade de classes” e “sociedade de riscos”, argumentando que esta última, além de introduzir novos tipos de perigos para a humanidade, também introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos, leigos e peritos, num contexto em que a estimação dos riscos é, em grande parte, imponderável.

Para Janczura (2012), a noção de risco implica a iminência imediata de um perigo, como também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. Refletindo sobre a prevenção, Castel (2005 apud JANCZURA, 2012):

[...] afirma que se os indivíduos não estiverem assegurados contra imprevistos causados pelos riscos, viverão na insegurança, pois o risco social compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmos sua independência social.

Para Castel (2005 apud JANCZURA, 2012), devido a uma pane e erosão dos sistemas de proteção na sociedade salarial nos anos 1980, há uma dificuldade crescente de se assegurar contra riscos sociais (acidente, doença, desemprego, incapacidade de trabalhar devido à idade ou à presença de uma deficiência). A partir do “momento em que os sistemas de seguridade clássicos foram fragilizados, Castel afirma que apareceu uma nova geração de riscos, ou pelo menos de ameaças percebidas como tais: riscos industriais, tecnológicos, sanitários, naturais, ecológicos, etc.”.

Com essa exposição, pretendeu-se definir a distinção entre os conceitos de risco social e vulnerabilidade social, embora constatamos poder estabelecer uma relação estreita entre eles. Enquanto o risco se refere à situação dos grupos de indivíduos, a vulnerabilidade identifica a situação fragilizada destes indivíduos.

3. METODOLOGIA

O presente projeto objetiva conhecer o território de Parauapebas a partir das seguintes vertentes de pesquisa: 1) realizar levantamento de dados secundários nos sistemas de informação disponíveis (SAA, SAGI, CAGED, IBGE – PNAD Contínua, IPEA, DATASUS, etc.) e acessar informações de outras secretarias municipais para apresentar as condições gerais de desenvolvimento econômico e social do município; 2) realizar levantamento de dados secundários do CECAD 2.0 para apresentar uma referência numérica que possa ser utilizada como *proxi* da demanda potencial, ou

como dimensionamento do público alvo, para os serviços e benefícios do SUAS em Parauapebas; 3) acessar informações da política de assistência social municipal para verificar a oferta, ou não, dos serviços tipificados e benefícios da assistência social, bem como a caracterização do volume de oferta e/ou capacidade instalada, assim como incluir indicadores relativos à qualidade (Sistema IDCRAS e ID CREAS) da oferta instalada e à existência e volume de financiamento federal para os referidos serviços e benefícios; 4) mapear os serviços públicos no município, acessando as informações das políticas públicas municipais.

As quatro vertentes supracitadas constituem um conjunto de dados secundários que serão levantados pela equipe de Vigilância Socioassistencial junto aos sistemas informatizados, secretarias municipais de Parauapebas, órgãos, instituições competentes, etc.

Em tempo, esclarecemos que, segundo Mattar (1996) os dados secundários “são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados”.

Elucidamos que as análises territoriais da zona urbana realizadas neste trabalho consideram a lei nº 4.879, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas.

O presente projeto pretende construir um diagnóstico social acerca do território do município, apontando locais com possíveis incidências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais e, ao mesmo tempo, pretende subsidiar o trabalho social das equipes de PSB e PSE, através do reconhecimento dos locais de vivência dos usuários e possíveis usuários da política de assistência social, objetivando fundamentar um trabalho social territorial. Os resultados do projeto também podem fundamentar o planejamento de ações, a expansão e/ou reordenamento dos serviços socioassistenciais no município.

4. METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FAMILIAR

4.1. Descrição Geral

Para a construção do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar, inicialmente, foram definidas as categorias (temas de abrangência) que iriam compor o mesmo, o que podemos definir como **sub índices**, os quais são, Trabalho e Renda, Perfil Social Familiar e Educação. Em seguida, foram selecionadas as variáveis que, por sua vez, fariam parte destes sub índices. Tal seleção foi feita com base em uma planilha extraída no CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), ferramenta vinculada ao atual Ministério da Cidadania, que permite conhecer as

características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda, etc.), bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tal planilha faz referência a informações do período de 17/10/2016 à 14/05/2021, com base na data da última atualização do cadastro, sendo composta por 89328 indivíduos distribuídos em 32323 famílias, das quais 32118 possuem um responsável familiar no cadastro. Tendo isso em vista, o índice aqui proposto é voltado a representação da vulnerabilidade social de cada família constante no CadÚnico ou que por ventura venha a se cadastrar. Vale ressaltar que o mesmo tem a peculiaridade de representar a vulnerabilidade da vulnerabilidade social familiar, tendo em mente que as famílias cadastradas já possuem perfil de vulnerabilidade.

4.2. Dos Sub Índices

A seleção das variáveis para os sub índices foi feita após a redução do número de registros na planilha em função de lacunas (dados faltantes) na matriz de dados. Neste caso, ao invés de usar as informações das 32323 famílias, usou-se das 32118 famílias com representante familiar, o que representa uma redução de 0,6% dos dados. Isso mostrou-se necessário pois esses dados faltantes influenciaram de forma significativa na interação entre as variáveis selecionadas e explicação das variações dos dados quando submetidos a estatística de análise dos componentes principais. Dessa forma as variáveis selecionadas para cada sub índice, preferencialmente, deveriam ter a mesma quantidade de amostras, bem como, deveriam ter impacto direto ou indireto na situação da família quando considerado o responsável familiar. Cabe dizer que as variáveis a serem selecionadas nada mais são do que perguntas que fazem parte do caderno de questões do CadÚnico. Observa-se, ainda, que houve a necessidade de **conjugação de variáveis e adaptação das respostas** pré-estabelecidas a uma escala gradativa (ascendente) de vulnerabilidade de acordo com o caráter da pergunta, haja visto que quanto mais próximo de 1 (um) for o índice, mais vulnerável será a família.

4.3. Sub Índice Trabalho e Renda

Inicialmente, para a composição deste sub índice trabalho e renda foram escolhidas 7 (sete) variáveis, as quais faço saber, conforme a tabela abaixo. Após a aplicação da ACP – Análise dos Componentes Principais (Software R) visando a redução do número de variáveis e aumento da capacidade explicativa das variações, restaram apenas 4 variáveis para compor o sub índice.

Tabela 1 - Descrição das variáveis do sub índice trabalho e renda.

| Descrição da Variável | Opções de Resposta (Do menos ao mais vulnerável) | Situação |
|---|---|-------------|
| Faixa da renda familiar per capita da família** | 1 - Acima de 1/2 S.M. #2 - Entre R\$178,01 até 1/2 S.M. #3 - Entre R\$85,01 até R\$178,00 #4 - Até R\$89,00 | Selecionado |
| Recebe PBF (Bolsa Família) | 0 - Não #1 - Sim | Selecionado |
| Tem despesa total maior que a renda ** | 0 - Não #1 - Sim | Selecionado |
| O responsável familiar teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses? | 1 - Sim #2 - Não | Selecionado |
| O responsável familiar trabalhou na semana passada? | 1 - Sim #2 - Não | Descartado |
| Família recebe doação? ** | 0 - Não #1 - Sim | Descartado |
| Há caso de trabalho infantil na família? ** | 0 - Não #1 - Sim | Descartado |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Obs.: Opções de resposta adaptadas**

4.4. Sub Índice Perfil Social Familiar

Já para o perfil social familiar, foram selecionadas 6 variáveis, das quais duas foram descartadas por não serem significantes na explicação das variações nos componentes do teste ACP, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 - Descrição das variáveis do sub índice perfil social familiar.

| Descrição da Variável | Opções de Resposta (Do menos ao mais vulnerável) | Situação |
|--|---|-------------|
| Responsável familiar é mulher de cor/raça preta ou parda? * | 1 - Não #2 - Sim | Selecionado |
| Na família tem pelo menos um filho de 0 à 6 anos de idade? * | 0 - Não #1 - Sim | Selecionado |
| Na família tem pessoa com deficiência? ** | 0 - Não #1 - Sim | Selecionado |
| O responsável familiar está em situação de rua? | 0 - Não #1 - Sim | Selecionado |
| Quantidade de famílias no domicílio? ** | 1 - Uma família #2 - Duas famílias #3 - Três famílias #4 - Quatro famílias no domicílio #5 - Cinco ou mais famílias no mesmo domicílio. | Descartado |
| O responsável familiar teve o nascimento registrado em cartório? | 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento #2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento #3 - Não #4 - Não sabe | Descartado |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Obs.: Conjugação de variáveis* Opções de resposta adaptadas**

4.5. Justificativa das escolhas das variáveis do sub índice Perfil Social Familiar

A equipe de Vigilância Socioassistencial escolheu a variável “mulher”, pois, no artigo intitulado “Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas”, a autora afirma que:

A violência contra a mulher é um problema que atinge o Brasil com números desastrosos. Segundo estudo do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas (LAESER, 2014), em 2012 houve 103.794 mil notificações de mulheres que sofreram violência doméstica, sexual, dentre outras. Entre 2011 e 2012, 30.607 mulheres sofreram violência sexual, dentre as quais 22.884 mulheres foram vítimas de estupro (LAESER, 2014), o que significa 62 mulheres estupradas por dia ou 2,61 mulheres estupradas por hora (KIPNIS, 2015).

Para a variável “cor/raça preta ou parda”, tomou-se como referência para essa escolha o artigo intitulado “Considerações sobre o Comportamento dos Indicadores Sociais da População Autodeclarada Preta e Parda: análise de evidências preliminares”, de Marcelo Paixão e Luiz Marcelo Carvano. Neste artigo, os autores esclarecem que “o modelo brasileiro de relações raciais cria e reproduz desigualdades entre as pessoas brancas e negras” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1). Buscando entender o comportamento dos indicadores sociais apresentados pela população que se autodeclara ao IBGE como preta e parda, Paixão & Carvano (2005) se deparam com conclusões de que “os índices sociais dos autodeclarados pretos e dos autodeclarados pardos seriam antes convergentes do que discrepantes” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1). Observa-se que “os brancos parecem desfrutar vantagens substanciais no mercado de trabalho, sendo, assim, claramente diferenciados dos não-brancos” (VALLE SILVA, 1980 apud PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1). Assim, “o estado da arte do estudo das desigualdades raciais brasileiras”, aponta “para uma bipolaridade básica dos indicadores dos brancos, por um lado, e dos pretos e dos pardos, por outro lado” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1).

Deste modo, partindo do estado da arte sobre o tema das iniquidades sociais brasileiras, demonstra-se:

[...] o fato de que negros (pretos e pardos) e brancos formam grupos de status diferenciados, (...) e que as *normas de imagem somática*, usando o termo originalmente empregado por Hoetink, são critérios decisivos em termos das trajetórias educacionais, ocupacionais e matrimoniais que os distintos indivíduos, portadores das distintas marcas raciais, poderão esperar percorrer ao longo do seu ciclo de vida (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1).

Contraditoriamente, a teoria que apoia que em nosso país o preconceito racial varia em intensidade, conforme as marcas raciais, não entra em consonância com os dados empíricos da realidade, “na qual os índices apresentados pelos pretos e pelos pardos revelaram-se semelhantemente distantes dos indicadores sociais dos brancos” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 1, 2).

Os indicadores sociais utilizados por Paixão & Carvano (2005) para conhecer onde as condições de vida de pretos e pardos convergem ou não, foram os *indicadores demográficos e vitais* e os *indicadores de qualidade de vida*. Os dados mobilizados para tal tarefa “foram os microdados da amostra do Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000, além do Sistema de Informação de Mortalidade, produzido pelo Ministério da Saúde” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 2).

A partir das evidências levantadas pelos autores, notou-se um comportamento antagônico dos dois grupos de indicadores. Os indicadores demográficos e vitais, que dizem respeito ao crescimento populacional, distribuição territorial da população, distribuição etária da população, adesão às religiões de matrizes afro-brasileiras, razão de mortalidade por 100 mil habitantes, com exceção de causas externas e causas desconhecidas de óbitos, apresentaram significativas disparidades, ou seja, os dados de pretos e pardos apresentam-se divergentes. Por outro lado, os indicadores de qualidade de vida, que informam sobre o rendimento médio de renda, composição racial de renda, percentual e níveis de intensidade de pobreza e indigência, IDH e indicadores de acesso aos bens de uso coletivo - abastecimento de água em condições adequadas, esgotamento sanitário, coleta do lixo, residências em favelas, qualidade do material de construção dos domicílios e razão de mortalidade por causas externas e homicídios -, apresentaram uma tendência a convergir.

Paixão & Carvano (2005) salientam que a densidade sociológica das informações relativas aos indicadores demográficos não é muito grande. Assim, “somente de forma muito indireta estes dados trazem informações acerca do padrão de vida destes contingentes” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 2). Por sua vez, “os indicadores de pretos e pardos tendem a convergir quando reportados aos *indicadores de qualidade de vida*” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 2). Nesta situação:

[...] o gradiente de cor refletida, entre outros autores, por Oracy Nogueira, não tenderia a fazer grandes diferenças nas condições de existência de pretos e pardos. Ou seja, a partir do momento em que a pessoa não consegue passar por *branca social*, as *normas de imagem somática* – recuperando o termo de Hoetink (op cit) – acabam sendo igualmente determinantes do ciclo de vida dos indivíduos pretos e pardos, tendo em vista a presença de práticas preconceituosas e discriminatórias que incidem sobre estas pessoas no mercado de trabalho, espaços escolares, acesso aos recursos públicos, investimentos nas suas áreas de residência, exposição à violência, entre outras questões (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 2).

A partir dessa reflexão, assinalamos “para aspectos específicos do modo de incidência do preconceito e da discriminação sobre o conjunto dos afrodescendentes brasileiros portadores de marcas raciais mais intensivamente negras” (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 2, 3). Dessa forma:

[...] a semelhança dos indicadores apresentados pelos grupos pretos e pardos no que tange ao acesso ao mercado de trabalho, sistema educacional, de saúde e a segurança pública, etc., podem estar revelando que as sequelas do preconceito racial que se volta contra os pretos e os pardos atuam de forma igualmente prejudicial, pouco importante a intensidade das *marcas raciais* (PAIXÃO & CARVANO, 2005, p. 3).

Para a variável “na família tem pelo menos um filho de 0 a 6 anos de idade”, tomou-se como justificativa para essa escolha o artigo intitulado “Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de crianças e adolescentes, de Vânia Morales Sierra e Wania Amelia Mesquita. Segundo as autoras

O conceito de vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência que se vincula à situação de crianças e adolescentes, principalmente os mais pobres. Contudo, os fatores de risco que incidem sobre a vida deles não se restringem aos problemas da exclusão social, mas envolvem também os relacionamentos entre crianças e adultos, que ocorrem tanto no espaço público quanto no privado. Daí a necessidade de considerar não apenas os problemas de inserção social, mas de pensar a socialização e sua relação com os direitos da criança e do adolescente (SIERRA & MESQUITA, 2006).

Para a variável “na família tem pessoa com deficiência”, a referência para justificativa dessa escolha foi o artigo de Celina Camargo Bartalotti intitulado “Exclusão Social e Vulnerabilidade de Pessoas com Deficiência: uma reflexão”. Neste artigo, a autora diz que

[...] a concepção de que as pessoas com deficiências se configuram em uma parcela da população que necessita de tutela, de cuidado e proteção, não é recente. (...) Refletindo sobre as pessoas com deficiência, podemos pensar que, como qualquer ser vivo, elas são vulneráveis e, como categoria socialmente em desvantagem (pelos aspectos já discutidos referentes à exclusão social, preconceito e estigma) elas estariam em maior risco de vulneração e daí mais necessitadas de proteção. (...) A deficiência tem sido historicamente associada à incapacidade, à necessidade de tutela e proteção. Porém, modernamente temos visto, cada vez mais, as próprias pessoas com deficiência clamando pelo respeito à sua capacidade de decidir sobre suas próprias necessidades e, em última instância, sobre sua própria vida. Refletir sobre vulnerabilidade e deficiência nos obriga a uma compreensão mais detalhada dos aspectos psicossociais que envolvem essa condição particular da vida humana para que cada sujeito possa ser respeitado em suas particularidades. Supor uma suscetibilidade intrínseca à deficiência é, por um lado, reconhecer o dano que a imagem social estigmatizante atribuída a essa parcela da população tem acarretado em suas oportunidades de uma vida digna e plena, colocando-os, muitas vezes em espaços de exclusão social (ou em inclusões marginais). Porém, por outro lado, pode significar a desconsideração de todo um caminho percorrido por essas pessoas na direção de sua cidadania (BARTALOTTI, 2010).

Para justificar a variável “pessoa em situação de rua”, tomou-se como referência o decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Conforme esse decreto, a população em situação de rua é

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Considerando a extrema pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, podemos inserir a população em situação de rua dentro do rol das situações de vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais que competem a política de assistência social atuar para preveni-los extingui-los ou minimizá-los.

4.6. Sub Índice Educação

As variáveis selecionadas para definir o sub índice educação foram apenas 3 (três), onde todas apresentaram significância na explicação das variações, assim como segue abaixo.

Tabela 3 - Descrição das variáveis do sub índice educação.

| Descrição da Variável | Opções de Resposta (Do menos ao mais vulnerável) | Situação |
|--|--|-------------|
| O responsável familiar sabe ler e escrever? | 1 - Sim #2 - Não | Selecionado |
| O responsável familiar frequenta escola? ** | 1 - Sim, rede particular #2 - Sim, rede pública #3 - Não, já frequentou #4 - Nunca frequentou | Selecionado |
| Grau de instrução do responsável familiar ** | 1 - Superior incompleto ou mais #2 - Medio completo #3 - Médio incompleto #4 - Fundamental completo #5 - Fundamental incompleto #6 - Sem instrução | Selecionado |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

4.7. Construção do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar

Após a seleção das variáveis de cada sub índice, o segundo passo foi calcular o valor de cada um destes, que a princípio é dado por um valor inteiro resultante da soma de todas as respostas e que é transformado num índice que vai de 0 a 1, como exemplificado:

$$\text{Sub índice Educação} = \frac{\text{valor observado (soma das respostas)}}{\text{valor máximo}} = \frac{9}{12} = 0,75$$

Os valores calculados para cada família foram convertidos numa matriz de dados composta dos três sub índices. Dessa forma, foi testada a interação por meio da análise dos componentes principais, obtendo-se significância a um nível de 95% de confiança para os mesmos e a taxa de contribuição de cada um na explicação das variações dos dados, como mostram os resultados:

Tabela 4 - Contribuição de cada sub índice na composição do índice de vulnerabilidade.

| Componente 1 (45,54 % das Variações) | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|-------------------|----------------|----------|
| Contribuição de por Sub Índice (%) | Aproximado (%) | Fator | Correlação | p-valor | |
| Perfil Social Familiar | 47,41% | 47% | 0,47 | 8,049E-01 | 0,00E+00 |
| Trabalho e Renda | 39,91% | 40% | 0,40 | 7,358E-01 | 0,00E+00 |
| Educação | 12,67% | 13% | 0,13 | -4,161E-01 | 0,00E+00 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Com isso, fica definida a fórmula para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar (IVSF) como sendo a soma do valor calculado para cada sub índice multiplicado pelo seu fator de contribuição, resultando num índice entre 0 (menos vulnerável) e 1 (mais vulnerável):

$$IVSF = (0,47.SPSF) + (0,40.STR) + (0,13.SEDU)$$

Para definir os níveis de vulnerabilidade dentro do índice foram estabelecidas 5 classes, e a partir disso aplicada uma distribuição de frequência em cima dos resultados obtidos para o IVSF de todas as amostras utilizadas. Dessa forma, obteve-se os seguintes resultados:

Tabela 5 - Classificação dos níveis de vulnerabilidade.

| Níveis de Vulnerabilidade | Classe |
|----------------------------------|---------------|
| Muito Baixa | 0,00 - 0,20 |
| Baixa | 0,21 - 0,40 |
| Média | 0,41 - 0,60 |
| Alta | 0,61 - 0,80 |
| Muito Alta | 0,81 - 1,00 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

5. PARAUPEBAS: PANORAMA MUNICIPAL

Este tópico visa apresentar as condições gerais de desenvolvimento econômico e social do município de Parauapebas. De forma geral, abordaremos de forma muito sintética as informações essenciais das seguintes áreas: demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia e meio ambiente.

5.1. Aspectos sociodemográficos

5.1.1. Demografia

Entre os censos demográficos de 2000 e 2010, a população de Parauapebas cresceu à taxa de 7,95% ao ano, passando de 71.591 para 153.908 habitantes. Essa taxa foi superior à registrada para o Estado do Pará no mesmo período, que ficou em 2,5% ao ano, e foi superior a taxa de 2,10% ao ano para a região norte. Segundo o IBGE, a densidade demográfica em Parauapebas no ano de 2010 foi de 22,35hab/km² e a estimativa populacional para o ano de 2020 foi de 213.576 habitantes.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento anual, por área selecionada, entre 2000 e 2010.



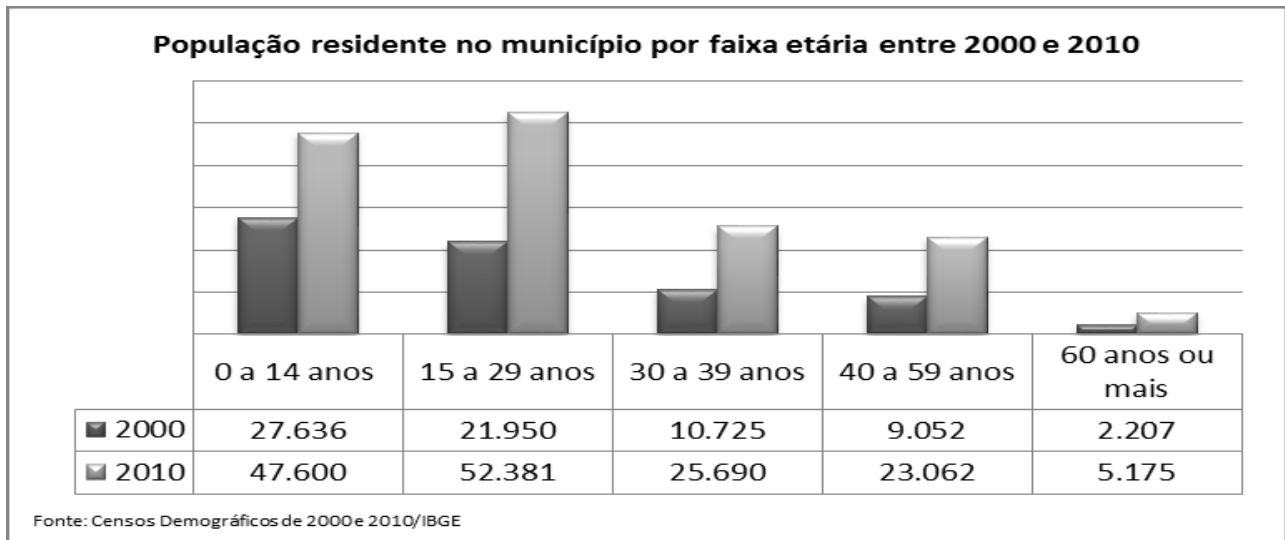
Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

Houve alteração na taxa de urbanização entre os anos de 2000 e 2010. Em 2000, a população urbana correspondia a 82,75% da população total. Já em 2010, a população urbana passou a representar 90,11% da população municipal.

No período mencionado também houve mudanças na estrutura demográfica do município. A população idosa aumentou entre 2000 e 2010, crescendo, em média, 8,9% a cada ano. No ano 2000, os idosos correspondiam a 3,1% da população, ao passo que em 2010 representaram 3,4% da população.

Entre 2000 e 2010 verificou-se um aumento na faixa etária de 0 a 14 anos à taxa de 5,6% ao ano. Crianças e jovens correspondiam a 38,6% da população parauapebense em 2000, ou seja, 27.636 habitantes. Já em 2010, a participação desse grupo populacional caiu para 30,9% da população municipal, totalizando 47.600 habitantes.

Gráfico 2 - População residente no município, por faixa etária, entre 2000 e 2010.



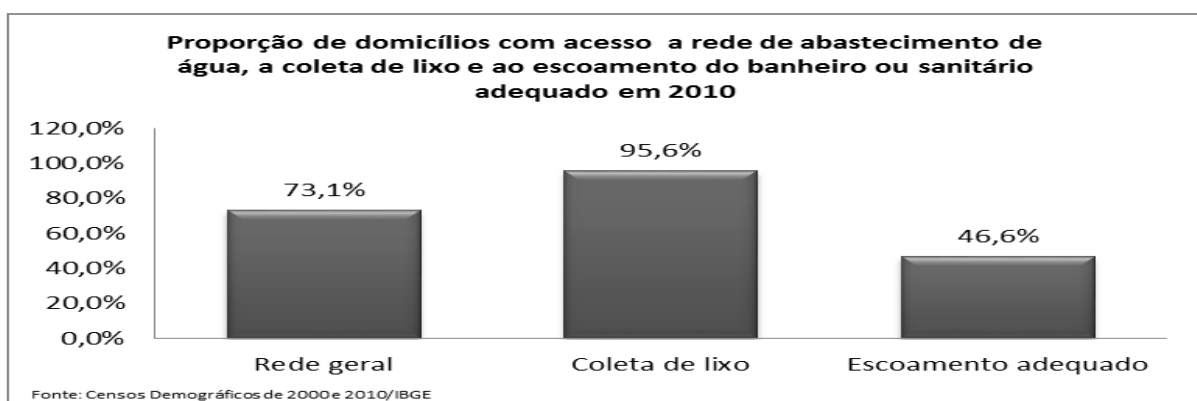
Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

A faixa etária entre 15 e 59 anos exibiu crescimento populacional à taxa média de 9,6% ao ano, ou seja, passou de 41.727 habitantes em 2000 para 101.133 habitantes em 2010. Este grupo representava 65,7% da população municipal em 2010.

5.1.2. Perfil social

O fornecimento de energia elétrica estava presente em praticamente todos os domicílios de Parauapebas, conforme revelou o Censo Demográfico IBGE/2010. Nesse mesmo ano, 95,6% dos domicílios possuíam coleta de lixo e a rede de abastecimento de água atendia 73,1% dos domicílios particulares permanentes. O percentual de 46,6% das residências acessava esgotamento sanitário adequado em 2010.

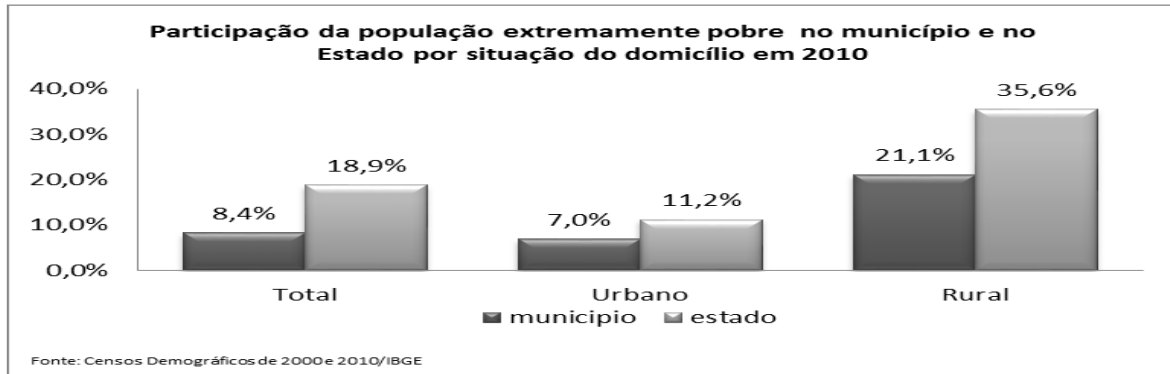
Gráfico 3 - Proporção de domicílios com acesso a rede de abastecimento de água, a coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010.



Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

No contexto da pobreza, em termos proporcionais, 8,4% da população parauapebense estava em extrema pobreza em 2010, com magnitude maior na zona rural (21,1% da população extremamente pobre no território rural contra 7% na zona urbana).

Gráfico 4 - Participação da população extremamente pobre no município e no Estado, por situação do domicílio em 2010.



Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

5.2. Aspectos econômicos

5.2.1. Produção

Entre os anos de 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal cresceu 114,8%, passando de R\$ 2.615,9 milhões para R\$ 5.618,0 milhões. Esse crescimento percentual foi maior que o verificado no Estado, que foi de 49,3% no mesmo período. A participação do PIB de Parauapebas na composição do PIB estadual aumentou de 6,69% para 9,62% no período de 2005 a 2009.

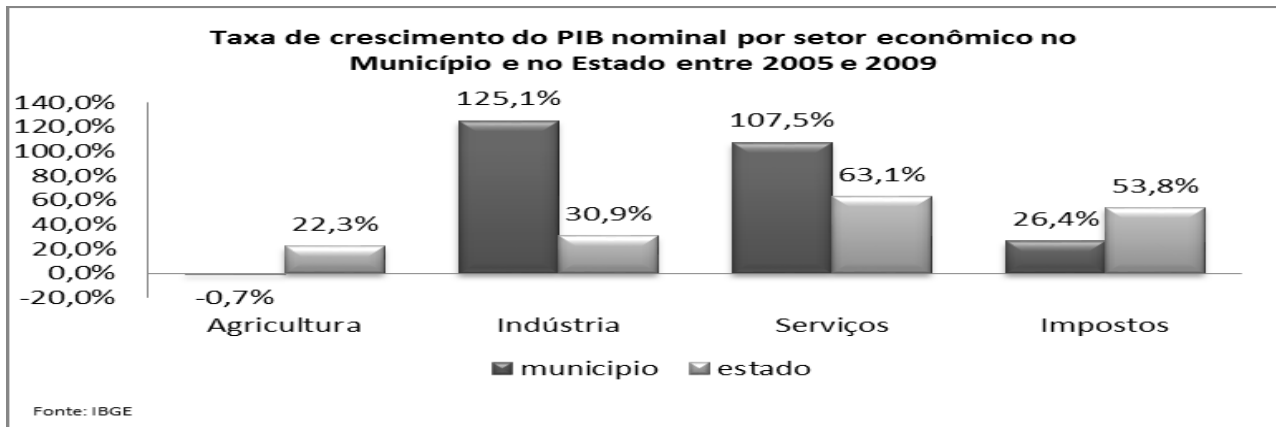
Gráfico 5 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2009.



Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

O gráfico 5 demonstra que a economia municipal mostrou significativa participação do setor industrial, o qual representava 75% do PIB em 2009. Destaca-se que a indústria detinha participação de 71,5% do PIB em 2005. Em sentido contrário, a indústria apontou um decréscimo em sua participação no PIB do Estado do Pará: em 2005, sua participação era de 29,9% no PIB estadual e, em 2009, caiu para 26,2%.

Gráfico 6 - Taxa de crescimento do PIB nominal, por setor econômico no Município e no Estado, entre 2005 e 2009.



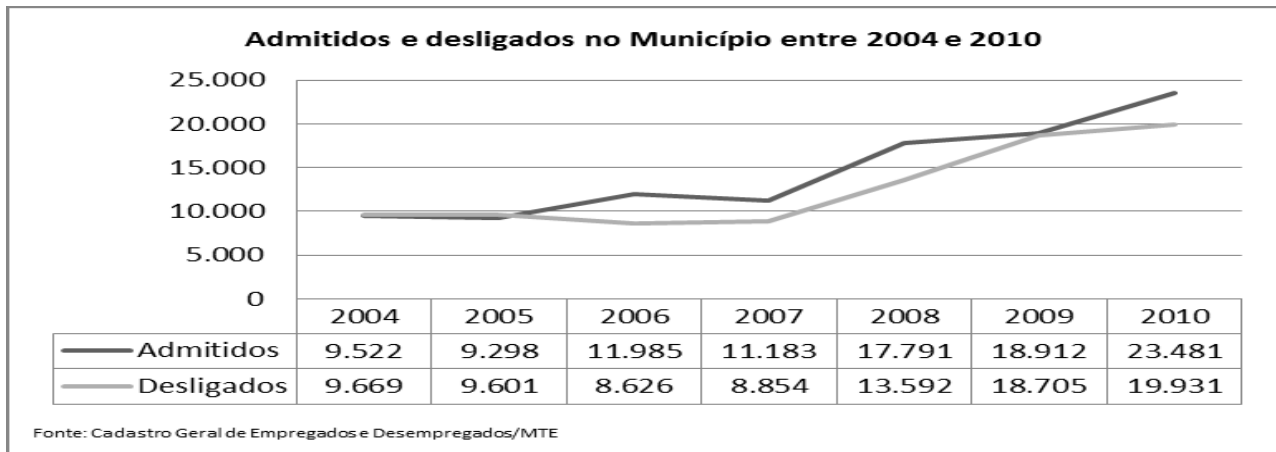
Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

Em 2017, segundo o panorama das cidades brasileiras apresentado pelo IBGE no endereço eletrônico <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>, acessado em 17/11/2020, o PIB per capita do município de Parauapebas era de R\$ 91.086,52. Ainda de acordo com o IBGE, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Parauapebas foi de 0,715.

5.2.2. Mercado de trabalho

Em Parauapebas, o mercado de trabalho formal exibiu saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. Foram criadas 12.897 vagas nesse período. Em 2010, as admissões registraram 23.481 contratações contra 19.931 demissões.

Gráfico 7 - Admitidos e desligados no Município entre os anos de 2004 e 2010.

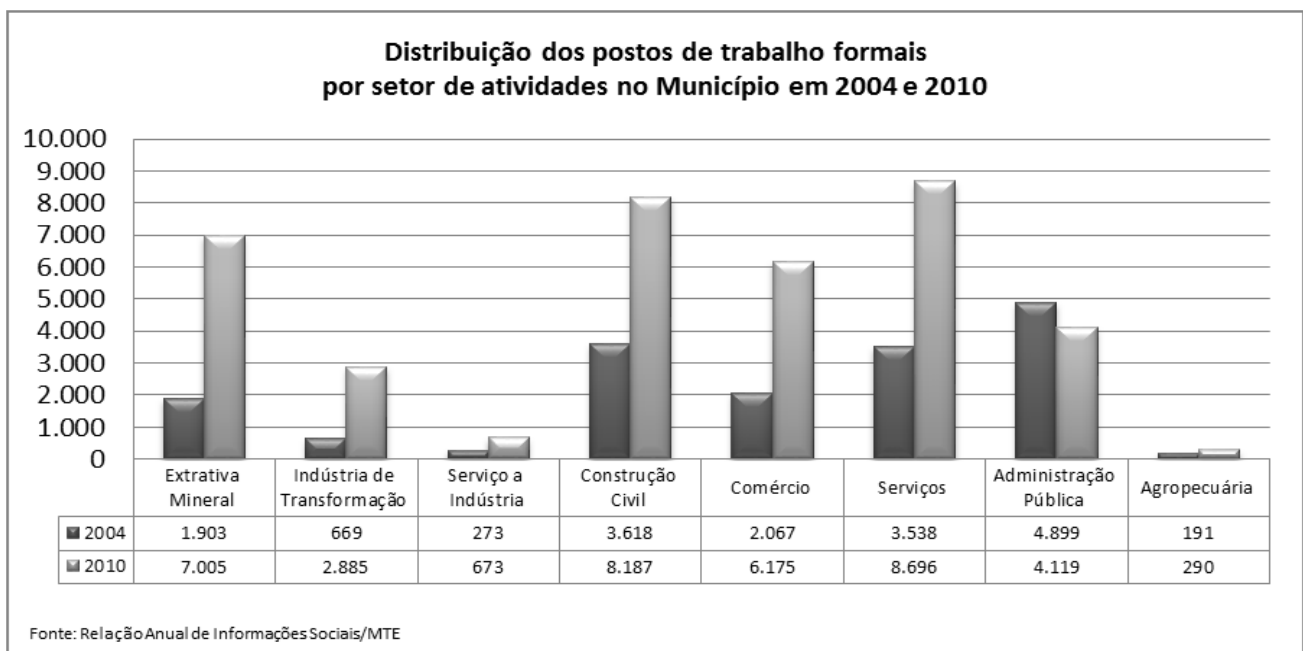


Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2010, o mercado de trabalho formal em Parauapebas totalizou 38.030 postos, 121,6% a mais do que em 2004. Nesse mesmo período, o desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 49,7%.

O setor de serviços foi o que alcançou maior volume de empregos formais, com 8.696 postos de trabalho, seguido pela construção civil, com 8.187 postos em 2010. Estes dois setores juntos correspondiam a 44,4% do total dos empregos formais do município.

Gráfico 8 - Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010.



Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

A extração mineral (de 11,09% em 2004 para 18,42% em 2010) e o comércio (de 12,05% em 2004 para 16,24% em 2010) foram os setores que mais aumentaram a participação na estrutura de emprego formal do município entre 2004 e 2010, ao passo que a administração pública foi o setor que mais perdeu (28,55% em 2004 para 10,83% em 2010).

Segundo o panorama das cidades brasileiras apresentado pelo IBGE no endereço eletrônico <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>, acessado em 17/11/2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2018 era de 3,1 salários mínimos. Nesse mesmo ano, o pessoal ocupado totalizava 48.196 pessoas, ou seja, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Parauapebas apresentava 38,5% de sua população nessas condições em 2010.

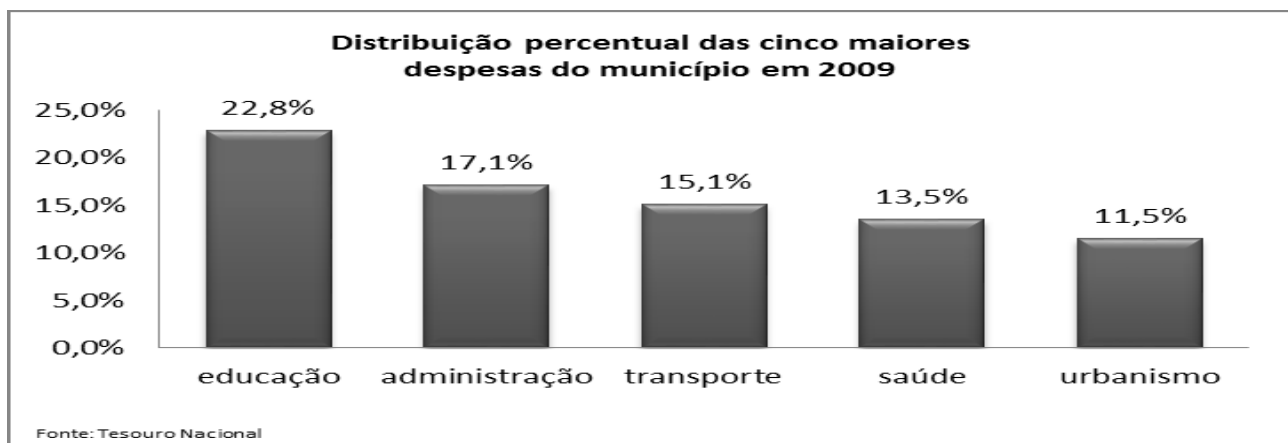
5.2.3. Finanças públicas

A receita orçamentária municipal cresceu 18,60% ao ano entre 2005 e 2009. Em 2005, a receita foi de R\$ 190,3 milhões. Já em 2009, aumentou para R\$ 376,5 milhões, o que revela uma alta de 97,9% no período.

A proporção de receitas próprias, isto é, receitas obtidas por meio das atividades econômicas do município, em comparação à receita orçamentária total, caiu de 22,91% em 2005 para 11,91% em 2009. Quando se avalia em conjunto todos os municípios do Estado do Pará, a proporção diminuiu de 15,78% para 15,38% no período.

O Fundo de Participação Municipal (FPM) alargou seu montante na receita orçamentária de Parauapebas. Sua participação era de 6,03% em 2005, aumentando para 11,91% em 2009. Ou seja, aumentou-se a dependência em relação ao FPM na receita orçamentária municipal. Essa dependência foi menor do que a verificada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,59% em 2009.

Gráfico 9 - Distribuição percentual das cinco maiores despesas do município em 2009.



Fonte: SAGI/Relatórios de Informações Sociais, acessado em 15/05/2019.

As políticas de educação, administração, transporte, saúde e urbanismo foram responsáveis por 80,11% das despesas municipais em 2009. A política de assistência social alcançou uma despesa de 2,75% do orçamento total, valor inferior à média de todos os municípios do Estado, que foi de 3,23%.

5.3. Aspectos educacionais

5.3.1. IDEB Parauapebas

Conforme os dados do panorama educacional do município, realizado pelo IBGE, os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública da cidade apresentaram nota média de 5,7 no IDEB no ano de 2017. Nesse mesmo período, a nota do IDEB dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental foi 4,6.

5.3.2. Taxa de escolarização, número de matrículas na rede pública de ensino e taxa de analfabetismo

Em Parauapebas, o Censo Demográfico de 2010 revelou que a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 95,8%. Em 2018, o número de matrículas no ensino fundamental totalizou 39.988. Ainda em 2018, o número de matrículas no ensino médio foi de 11.273.

Quanto a taxa de analfabetismo, esta era de 7,6% entre as pessoas de 10 anos ou mais em 2010. Na zona urbana, essa taxa era de 6,4% e na zona rural de 18,7%. A referida taxa era de 4% entre os adolescentes de 10 a 14 anos.

5.3.3. Número de docentes lecionando na rede pública de ensino

De acordo com o IBGE, no ano de 2018, os docentes que lecionavam no ensino fundamental em Parauapebas totalizaram 1.346. Por sua vez, nesse mesmo ano, os docentes que lecionavam no ensino médio totalizaram 315.

5.3.4. Número de estabelecimentos públicos de ensino em Parauapebas

No ano de 2020, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas - SEMED e pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC, haviam 97 escolas públicas no município de Parauapebas. Dentre estas, 81 escolas estavam sob a gerência da SEMED e 16 sob a gerência da SEDUC; 5 escolas possuíam o Programa Mais Educação, sendo que

em uma delas estava sob a gerência da SEDUC; 1 escola gerenciada pela SEMED constitui uma Unidade Municipal de Educação Especializada; 3 escolas municipais são voltadas ao atendimento do público indígena do município; e 12 escolas estavam localizadas na zona rural.

5.4. Aspectos de saúde

5.4.1. Estabelecimentos de saúde

Dados de 2020 da Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas – SEMSA revelaram a existência de 39 unidades de saúde/prédios administrativos sob a gestão municipal, conforme tabela abaixo.

Tabela 6 - Unidades de Saúde/Prédios Administrativos da Saúde, Parauapebas, 2020.

| Unidades de Saúde/Prédios Administrativos da Saúde, Parauapebas, 2020 | | |
|--|---|---|
| Nº | Unidade de Saúde/Prédio Administrativo | Endereços |
| 1 | Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA | Rua E, nº 481, bairro Cidade Nova |
| 2 | Hospital Geral de Parauapebas Manoel Evaldo Benevides Alves | Rua A, Quadra Especial, bairro Cidade Nova |
| 3 | Hospital Municipal de Parauapebas | Rua A, Quadra 07, Lote Especial, bairro Cidade Nova |
| 4 | Conselho Municipal de Saúde de Parauapebas | Rua C, nº 396, bairro Cidade Nova |
| 5 | Centro de Atenção Psicossocial - CAPS | Rua 2, nº 56, esquina com rua C, bairro Cidade Nova |
| 6 | Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF | Avenida Faruk Salmen, nº 6, bairro Cidade Nova |
| 7 | Patrimônio SEMSA | Avenida Inglaterra, nº 129, bairro Novo Horizonte |
| 8 | Unidade do Instituto Evandro Chagas | Rua C, nº 396, bairro Cidade Nova |
| 9 | Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA | Rua P, nº 38, bairro União |

| | | |
|-----------|---|--|
| 10 | Diretoria de Controle e Avaliação - DIRCA | Rua 9, nº 158, bairro Cidade Nova |
| 11 | Unidade de Pronto Atendimento - UPA | Rua Dos Buritis, Área Institucional, nº 336, Lotes 01 e 02, bairro Cidade Jardim |
| 12 | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU | Rua 70, Lotes 03 a 07, bairro Jardim Canadá |
| 13 | Policlínica | Avenida A, Quadra 93, Lotes 07 a 19, bairro Jardim Canadá |
| 14 | Unidade de Vigilância Ambiental | Rua D, nº 306, bairro Cidade Nova |
| 15 | Almoxarifado - SEMSA | Rua B, nº 360, bairro Cidade Nova |
| 16 | Unidade Básica de Saúde – Vila Sansão | Avenida Principal, S/N, Vila Sansão |
| 17 | Unidade Básica de Saúde - APA | VC, APA, 1,0, Aprooapa, Posto de Saúde APA |
| 18 | Unidade Básica de Saúde – CEDERE I | Avenida Principal II, Vila Cedere I |
| 19 | Unidade Básica de Saúde – Palmares I | Rua João Pessoa, nº 25, Palmares I |
| 20 | Unidade Básica de Saúde - Jerônimo de Freitas (Palmares II) | Avenida Zumbi dos Palmares, nº 27, Palmares II |
| 21 | Unidade Básica de Saúde – Vila Albany | Rua 2, nº 2 B, Vila Albany |
| 22 | Unidade Básica de Saúde – Vila Paulo Fonteles | Estrada Paulo Fonteles, S/N, Vila Paulo Fonteles |
| 23 | Unidade Básica de Saúde – Vila Rio Branco | Rua Principal, S/N, Vila Rio Branco |
| 24 | Unidade Básica de Saúde – Garimpo das Pedras | Vila Garimpo das Pedras, S/N |
| 25 | Unidade Básica de Saúde – Cidade Nova | Rua A, Quadra Especial, bairro Cidade Nova |
| 26 | Unidade Básica de Saúde – Novo Brasil | Rua Das Mangueiras, nº 240, bairro Novo Brasil |
| 27 | Unidade Básica de Saúde - Minérios | Rua 19, próximo à praça, Quadra Especial, bairro Minérios |

| | | |
|-----------|--|---|
| 28 | Unidade Básica de Saúde - Guanabara | Rua Mané Garrincha, nº 69, bairro Guanabara |
| 29 | Unidade Básica de Saúde – Jardim Canadá | Rua 77, Quadra 36, Lotes 2, 3 e 4, bairro Jardim Canadá |
| 30 | Unidade Básica de Saúde – Liberdade I | Rua Gonçalves Dias, esquina com Perimetral Norte, bairro Liberdade I |
| 31 | Unidade Básica de Saúde – Liberdade II | Avenida Vinicius de Moraes, esquina com a Goiás, bairro Liberdade II |
| 32 | Unidade Básica de Saúde - Altamira | Rua Pedro Alvares Cabral, S/N, bairro Altamira |
| 33 | Unidade Básica de Saúde – Bairro Da Paz | Rua Santa Maria, nº 191, bairro Da Paz |
| 34 | Unidade Básica de Saúde – Casas Populares | Rua Majé, Quadra 15, Lotes 21 e 22, bairro Casas Populares II*/Habitar Feliz |
| 35 | Unidade Básica de Saúde - Fortaleza | Avenida Fortaleza, nº 60, bairro Rio Verde |
| 36 | Unidade Básica de Saúde – VS10 | Avenida VS10, nº 3 e 4, Residencial Bela Vista** (antigo prédio do supermercado Gol) / bairro Morada Nova |
| 37 | UBS Nova Carajás | Rua 71, próximo à rua 70, bairro Nova Carajás |
| 38 | UBS Rio Verde | Rua 24 de Março, entre Avenida do Comércio e Avenida Tancredo Neves, bairro Rio Verde |
| 39 | UBS Tropical | Avenida Castanheira, próximo à rua A13, bairro Tropical |

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas - SEMSA, 2020.

*O bairro Casas Populares II tem nova nomenclatura (Habitar Feliz) depois da aprovação da lei nº 4.879, de 16 de junho de 2020 (dispõe sobre a criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas).

**O Residencial Bela Vista tem nova nomenclatura (Morada Nova) depois da aprovação da lei nº 4.879, de 16 de junho de 2020 (dispõe sobre a criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas).

O DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), acessado em agosto de 2018, revelou que em 2009 haviam 101 estabelecimentos de saúde em Parauapebas, considerando todos os tipos de prestadores de serviço: público, filantrópico, privado ou sindicato. Desse total, 24 estabelecimentos competiam ao prestador de serviço público, enquanto 77 competiam aos prestadores de serviço privado.

Em 2009, o DATASUS informou que os estabelecimentos de saúde conveniados ao SUS (Sistema Único de Saúde) somaram 43, enquanto os que tinham convênios com particulares

totalizavam 100. O número de estabelecimentos de saúde conveniados com planos de saúde público foi de apenas 1, enquanto que os que tinham convênio com planos de saúde privado somaram 54. Ainda em 2009, e desconsiderando os leitos complementares, a proporção de leitos de internação era de 1,6 para cada mil habitantes.

Conforme o IBGE, no ano de 2016, a taxa de internação por diarreia correspondia a 0,5 internações por mil habitantes. A Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Parauapebas, na audiência pública *O Caminho para o Enfrentamento das Diversas formas de Violações de Direitos contra Crianças e Adolescentes*, realizada em 2018, revelou que, em 2017, de todos os atendimentos realizados pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Parauapebas, 80% dos mesmos se referiam a violações na área da saúde (PARAUAPEBAS, 2018).

5.4.2. Médicos em Parauapebas

No contexto dos recursos humanos da política de saúde em Parauapebas, o DATASUS informou que, em 2009, existiam 307 médicos trabalhando na cidade, sendo que 217 atendiam no SUS. A proporção total de médicos era de 2,0 para cada mil habitantes. Em relação ao SUS, essa proporção cai para 1,4 médicos por mil habitantes. Para construir essa informação, o DATASUS considerou que se um profissional tinha vínculo com mais de um estabelecimento, ele seria contado tantas vezes quantos vínculos tivesse.

Ainda em 2009, destacou-se a proporção de 0,0 médico da família profissional do SUS para cada mil habitantes, mesma proporção aplicada para psiquiatras e radiologistas profissionais do SUS. Outro destaque foi a proporção de 0,1 pediatra profissional do SUS para cada mil habitantes, mesma proporção aplicada aos fisioterapeutas, farmacêuticos e psicólogos profissionais do SUS.

5.4.3. Nascimentos

Em 2008, conforme o DATASUS, a taxa bruta de natalidade em Parauapebas foi de 25,8%. Os nascimentos prematuros deram um percentual de 6,2% e a porcentagem de cesarianas foi de 41,8%. O percentual de mães entre 10 e 19 anos foi de 25,5% e o percentual de mães entre 10 e 14 anos foi de 1,4%.

5.4.4. Mortalidade

Em 2008, segundo o DATASUS, os óbitos no município de Parauapebas totalizaram 516 mortes. No mesmo ano, o número de óbitos por mil habitantes foi de 3,6 e o percentual de óbitos por

causas mal definidas foi de 6,2%. Em 2017, segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil na cidade era de 13,75 óbitos por mil nascidos vivos.

5.4.5. Orçamentos públicos na saúde

Segundo o DATASUS, no ano de 2009 a despesa total com saúde foi de R\$ 336,10 por habitante. Nesse mesmo ano, a despesa de saúde com recursos próprios do município foi de R\$ 235,03 por habitante. A despesa total com saúde foi de R\$ 51.348.684,42.

5.4.6. Cobertura de atendimento

Em 2016, segundo o Plano Municipal dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes 2018-2021 de Parauapebas, a estimativa populacional de Parauapebas era de 196.259 habitantes. Nesse ano, 209 agentes comunitários de saúde atuavam na cidade. Dessa forma, a estimativa da população coberta por esses agentes era de 120.175 habitantes, ou seja, uma cobertura percentual de 61,2% da população.

Em 2017, estimou-se a população parauapebense em 202.356 habitantes. Nesse período, 197 agentes comunitários de saúde atuavam no município. Dessa forma, a estimativa da população coberta por esses agentes era de 113.275 habitantes, ou seja, uma cobertura percentual de 56% da população.

Tabela 7 - Cobertura de Agentes Comunitários de Saúde no Sistema Único de Saúde. Parauapebas, 2016-2017.

| Ano | População | Nº de ACS | Estimativa populacional coberta por ACS | Estimativa populacional coberta por ACS (%) |
|------------|------------------|------------------|--|--|
| 2016 | 196.259 | 209 | 120.175 | 61,2% |
| 2017 | 202.356 | 197 | 113.275 | 56% |

Fonte: autores, a partir de dados coletados no Plano Municipal dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de Parauapebas, 2018.

No contexto da Atenção Básica (AB) em saúde, esta cobria 61,5% da população municipal em 2017. A tabela a seguir elucida a cobertura levando em consideração a população coberta por equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e por equipes de AB tradicional equivalentes.

Tabela 8 - Cobertura de Atenção Básica no SUS. Parauapebas, 2017.

| Ano | População | Estimativa populacional coberta pela ESF | Carga horária média da AB | Carga Horária Enfermagem AB | Nº ESF ou Equivalente | Estimativa Populacional Coberta pela AB | Estimativa Populacional Coberta pela AB (%) |
|------------|------------------|---|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|--|--|
| 2017 | 202.356 | 110.400 | 280 | 470 | 4,66 | 124.380 | 61,5% |

Fonte: autores, a partir de dados coletados no Plano Municipal dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de Parauapebas, 2018.

Por intermédio do ofício nº 1630/2018, a SEMSA revelou que os estabelecimentos de saúde do município são insuficientes para atender as demandas da cidade. Acrescentou ainda que os serviços de saúde não estão oficialmente distribuídos dentro de um formato distrital, sendo sua cobertura insuficiente perante uma população crescente. Nesse horizonte, e para melhor convergir suas ações, a SEMSA tem integrado seus equipamentos de saúde primária e de vigilância em um modelo construído administrativamente. Ressalta-se que este modelo não é um documento submetido a normativas ou resoluções dos órgãos deliberativos da saúde ou de legislação municipal, sendo o mesmo uma orientação administrativa para melhor responder as demandas perante um vácuo coordenativo oficial.

5.5. Aspectos de Meio Ambiente

Segundo levantamento realizado pela Vigilância Socioassistencial junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas - SEMMA, via redação oficial, a hidrografia da cidade de Parauapebas possui o rio Parauapebas com uma extensão de mais de 300 km desde a sua nascente até a foz, sendo que dentro dos limites municipais seu comprimento é de aproximadamente 91,5 km e largura de 50 metros. Os principais rios, igarapés e nascentes que alimentam o rio Parauapebas (afluentes) são: rio Surpresa, rio Piabanha, rio Novo (32,6 km), igarapé Gelado (55 km), igarapé Lajeado, igarapé Ilha do Coco (35 km) e rio Verde (35 km).

O município de Parauapebas conta com 971 (excluída a área de unidade de conservação) imóveis rurais cadastrados no SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), conforme consulta realizada em 01 de outubro de 2021, dos quais 61,4% estão aguardando análise e 37,7% já foram analisados, considerando que apenas um imóvel não apresenta nenhuma pendência. Todos esses imóveis juntos somam uma área total de 248.352,65 hectares, o que representa aproximadamente 36% de todo o território do município. Destes imóveis rurais, 27 tem suas áreas

em sobreposição com áreas embargadas. O embargo é uma sanção administrativa e/ou medida administrativa cautelar que tem por objetivo propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

Tabela 9 - Situação dos imóveis rurais em Parauapebas.

| Situação dos imóveis rurais em Parauapebas | Qtd. | % |
|---|-------------|---------------|
| Aguardando análise | 597 | 61.4% |
| Analisado com pendências (retificação de documentos, regularização ambiental, etc.) | 366 | 37.7% |
| Em análise | 6 | 0.6% |
| Cancelado por decisão administrativa | 2 | 0.2% |
| Analisado sem pendências | 1 | 0.1% |
| Total | 972 | 100.0% |

Fonte: autores, a partir dos dados do SICAR.

De acordo com os registros do SICAR, o município de Parauapebas conta com um total de 6932,44 hectares de Áreas de Preservação Permanente – APP, o que representa 1% de todo o território municipal, observado que aproximadamente 16,45 % deste total é referente a áreas de vegetação nativa e 66,78 % está associado a proteção de corpos hídricos (rios, nascentes, lagos e lagoas naturais ou artificiais).

Tabela 10 - Descrição das APP em Parauapebas.

| Descrição das APP em Parauapebas | Qtd. | Qtd. (%) | Área (ha) | Area (%) |
|--|-------------|-----------------|------------------|-----------------|
| APP Permanente a Recompôr de Lagos e Lagoas Naturais | 40 | 1.05% | 30.91 | 0.45% |
| APP Permanente a Recompôr de Nascentes ou Olhos D'água Perenes | 55 | 1.45% | 3.53 | 0.05% |
| APP Permanente a Recompôr de Rios até 10 metros | 845 | 22.24% | 691.54 | 9.98% |
| APP Permanente a Recompôr de Rios de 10 até 50 metros | 7 | 0.18% | 9.28 | 0.13% |

| | | | | |
|---|-------------|----------------|----------------|----------------|
| APP Permanente a Recompôr de Rios de 50 até 200 metros | 92 | 2.42% | 9.18 | 0.13% |
| APP Permanente de Lagos e Lagoas Naturais | 58 | 1.53% | 223.91 | 3.23% |
| APP Permanente de Nascentes ou Olhos D'água Perenes | 114 | 3.00% | 85.16 | 1.23% |
| APP Permanente de Reservatório artificial decorrente de barramento de cursos d'água | 68 | 1.79% | 94.43 | 1.36% |
| APP Permanente de Rios até 10 metros | 763 | 20.08% | 2867.27 | 41.36% |
| APP Permanente de Rios de 10 até 50 metros | 10 | 0.26% | 90.05 | 1.30% |
| APP Permanente de Rios de 50 até 200 metros | 22 | 0.58% | 524.24 | 7.56% |
| APP Permanente em área antropizada não declarada como área consolidada | 362 | 9.53% | 553.09 | 7.98% |
| APP Permanente em área de Vegetação Nativa | 756 | 19.90% | 1140.33 | 16.45% |
| APP permanente segundo art.61-A da Lei 12.651 de 2012** | 607 | 15.98% | 609.53 | 8.79% |
| Total | 3799 | 100.00% | 6932.44 | 100.00% |

Fonte: autores, a partir dos dados do SICAR.

**Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

Estão registradas ainda 120 nascentes dentro dos limites do município, bem como 435 corpos hídricos, os quais totalizam quase 1362 hectares, desconsideradas as áreas da Floresta Nacional de Carajás e aquela destinada a Reserva Indígena dos Xikrin do Cateté.

Em relação as áreas de reserva legal propostas, são contabilizadas 1834 com um total de 36874 hectares, representando 5,35 % de todo território municipal. Comparando esses números com as áreas remanescente de vegetação nativa, têm-se 33526 hectares distribuídos em 1973 áreas, ou seja, a área total é menor aproximadamente 10% em relação as área de reserva legal. Pode-se inferir que isso é resultado dos processos de degradação e fragmentação destes remanescentes florestais e possivelmente a destinação de área de preservação permanente para composição da reserva legal.

Com relação às Unidades de Conservação e a Reserva Indígena, encontra-se em sobreposição com o território municipal três unidades de conservação federais, as quais são a Floresta Nacional de Carajás, o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos e a Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, além da delimitação da Reserva Indígena Xikrin do Cateté, assim como segue na descrição da tabela e da figura abaixo, o qual considera áreas totais de interseção com o município de Parauapebas.

Tabela 11 - Composição territorial do município.

| Composição Territorial do Município | Área (ha) | Representação do Município (%) |
|---|------------------|---------------------------------------|
| Zona do Perímetro Urbano | 16050,5 | 2,33% |
| Zona da Reserva Indígena Xikrin do Cateté | 264348,5 | 38,39% |
| Zona da Floresta Nacional de Carajás | 268138,5 | 38,94% |
| Zona do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos | 15974,8 | 2,32% |
| Zona Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado | 23282,5 | 3,38% |
| Zona Rural | 126496,0 | 18,37% |

Fonte: autores, a partir dos dados do SICAR.

Figura 1 - Composição territorial do município de Parauapebas.



Fonte: autores, a partir dos dados do SICAR

6. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL PARA OS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – DADOS DO CECAD

Em consonância com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (2016, p. 18), esta deve “utilizar a base de dados do Cadastro Único como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território”.

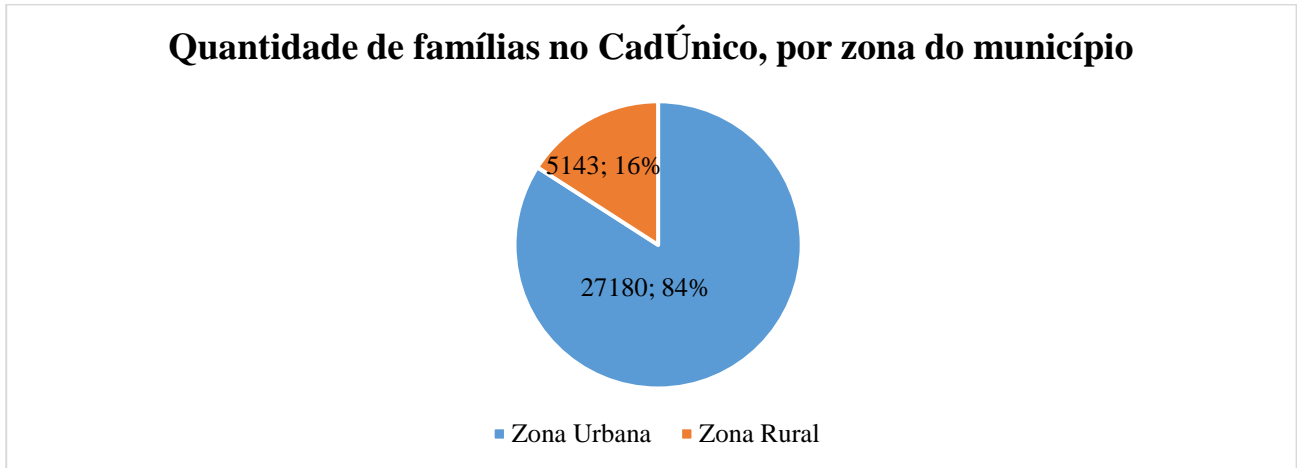
Assim, a partir dos dados do CECAD 2.0, este tópico objetiva apresentar “uma referência numérica que possa ser utilizada como *proxi* da demanda potencial, ou como dimensionamento do público alvo” (Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2016, p. 24), para os serviços e benefícios do SUAS no território de Parauapebas, bem como caracterizar o perfil da população vulnerável cadastrada no CadÚnico, além de apresentar o mapa de vulnerabilidade social construído a partir do CECAD 2.0. Reiteramos que os dados do CECAD 2.0 fazem referência ao período de 17/10/2016 à 14/05/2021.

6.1. Famílias e pessoas no Cadastro Único

Até meados de maio de 2021, tínhamos um total de 89328 indivíduos cadastrados no CadÚnico, distribuídos em 32323 famílias. Do total de famílias, 84% (27180 famílias) possuíam endereço na zona urbana, enquanto que 16% (5143 famílias) possuíam endereço na zona rural do município. No âmbito dos indivíduos, 84% (74931 indivíduos) possuía endereço na zona urbana do município, enquanto que 16% (14397 indivíduos) possuía endereço na zona rural. De acordo com o caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (2016), esse quantitativo de famílias e indivíduos corresponde ao dimensionamento do público alvo ou a demanda potencial para a política de assistência social no município de Parauapebas, na medida em que todas as famílias e pessoas que estão inseridas no CadÚnico possuem algum grau de vulnerabilidade.

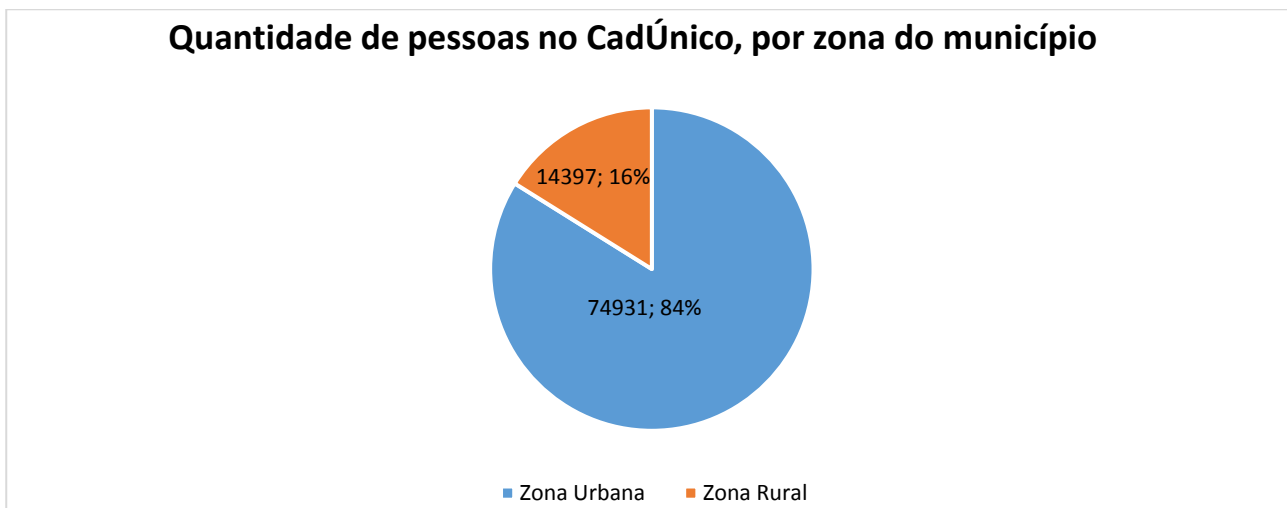
Segundo o artigo 2º do decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências, “o (...) CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público”. De acordo com o blog GESUAS, acessado em 07/10/2021, “por meio da base de dados contida no Cadastro Único, é possível identificar quais são as necessidades dos mais pobres e vulneráveis, suas características e onde estão localizados”. Os gráficos abaixo ilustram a situação do CadÚnico para famílias e pessoas.

Gráfico 10 - Quantidade de famílias no CadÚnico, por zona do município.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Gráfico 11 - Quantidade de pessoas no CadÚnico, por zona do município.

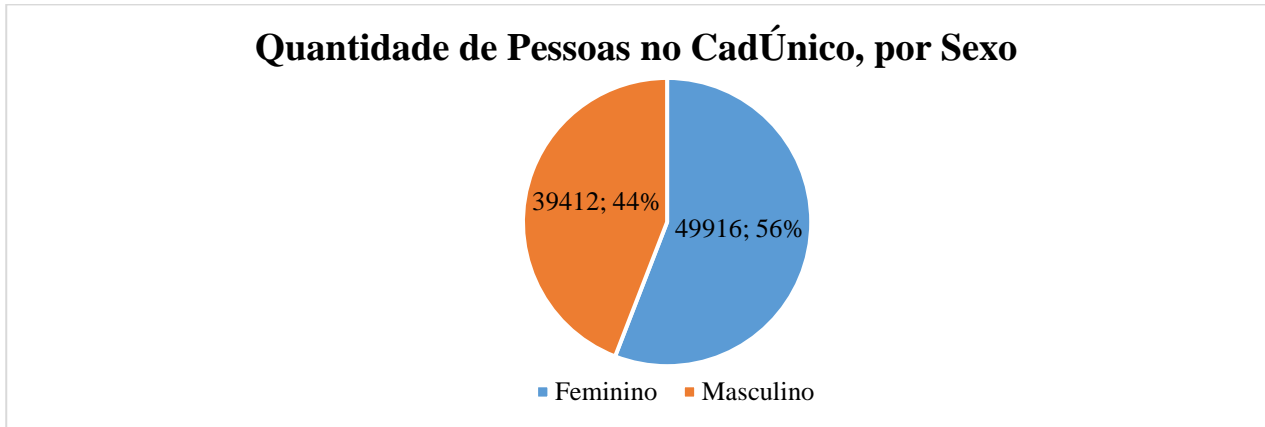


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.2. Sexo

Quando tratamos da questão do sexo biológico das pessoas inseridas no CadÚnico, constatamos que 56% dos indivíduos são do sexo feminino (49916 mulheres) e 44% são do sexo masculino (39412 homens). Essa situação pode ser explicada, em parte, pelo o que preconiza o artigo 6º, inciso III do decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007: “o cadastramento de cada família será vinculado ao seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher”.

Gráfico 12 - Quantidade de pessoas no CadÚnico, por sexo.

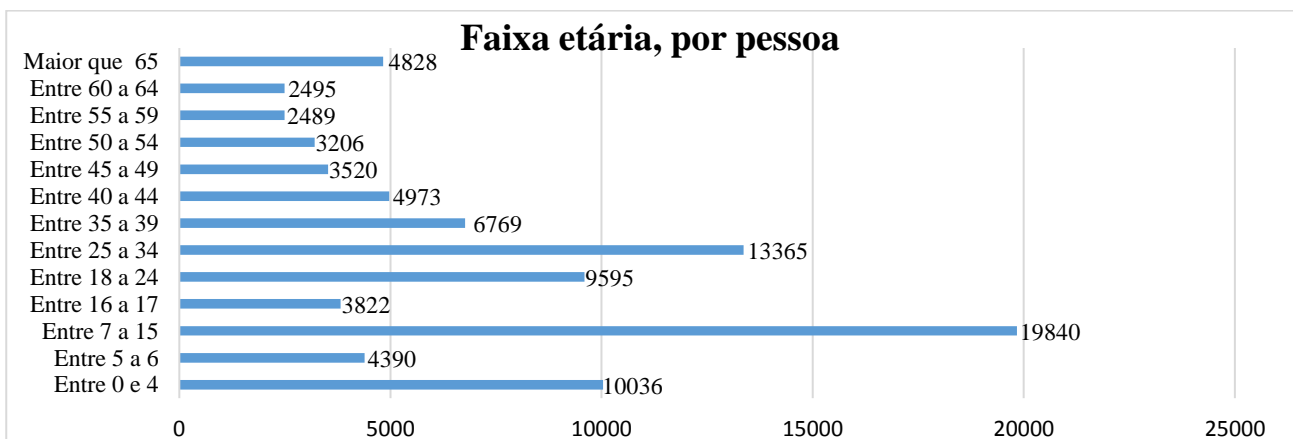


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.3. Faixa Etária

No contexto da faixa etária, destaca-se que a maioria das pessoas inseridas no CadÚnico estão na faixa etária de 7 a 15 anos (19840 pessoas), seguida pela faixa etária de 25 a 34 anos (13365 pessoas) e a faixa etária de 0 e 4 anos (10036 pessoas). Crianças de 0 a 6 anos somaram 14426 indivíduos. Idosos acima de 60 anos somaram 7323 indivíduos.

Gráfico 13 - Faixa etária, por pessoa.

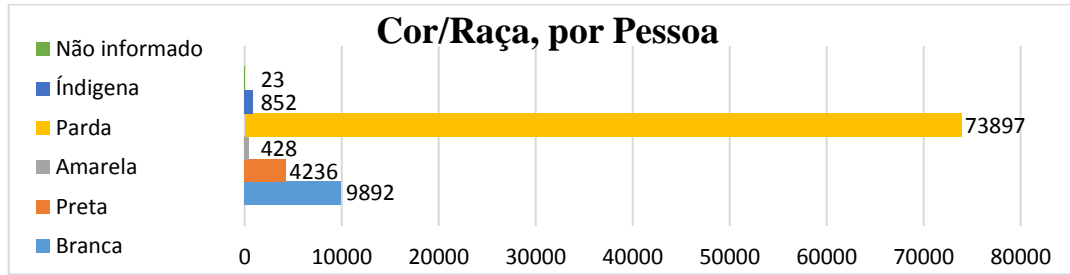


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.4. Cor/Raça

Nos debruçando sobre as informações de cor/raça dos indivíduos inseridos no CadÚnico, constatamos que a grande maioria das pessoas se declararam pardas (82,7%), seguida pelas pessoas que se declararam brancas (11%) e, logo em seguida, as pessoas que se declararam pretas (4,7%). A população indígena no CadÚnico somou 852 indivíduos (0,9%).

Gráfico 14 - Cor/raça, por pessoa.

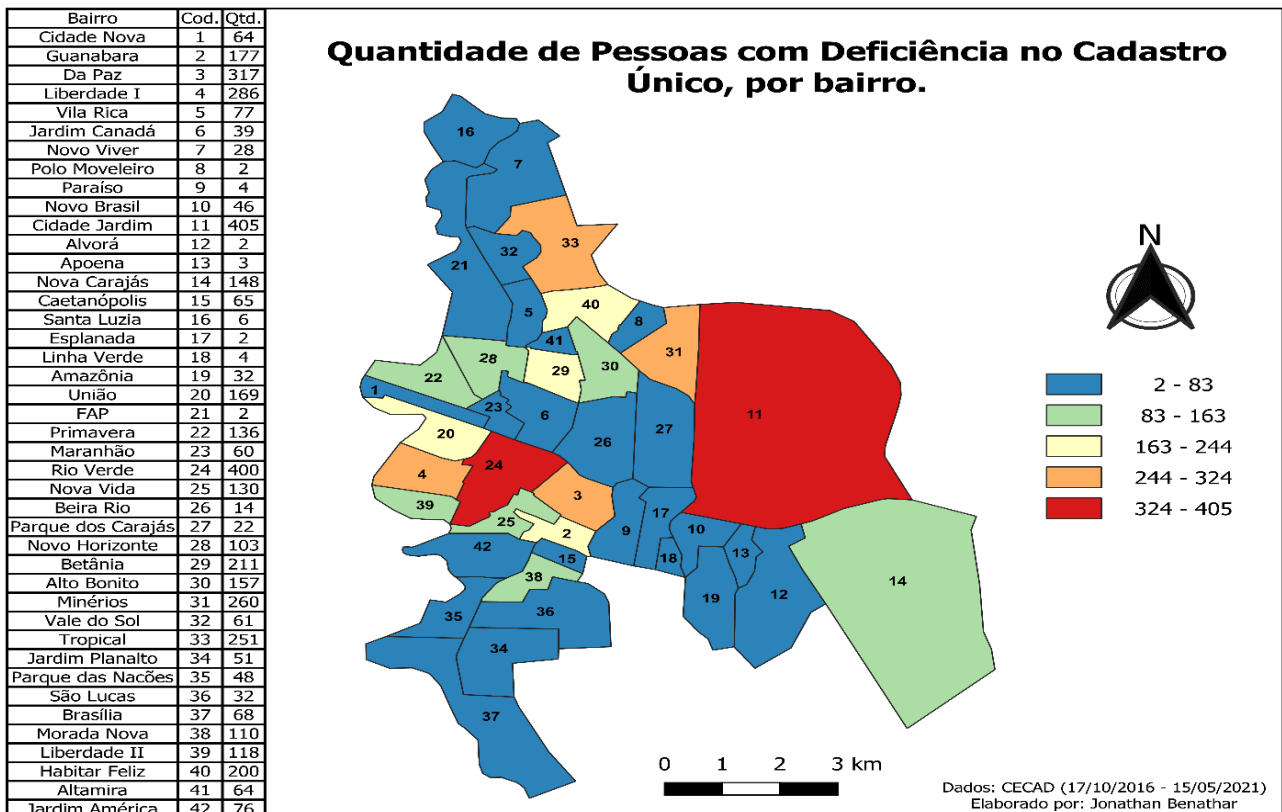


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.5. Pessoa com Deficiência (PcD)

As pessoas com deficiência totalizaram 5129 indivíduos, correspondendo a 5,7% das pessoas cadastrados no CadÚnico, sendo que 4450 indivíduos PcD encontram-se na zona urbana (87% das PcD na zona urbana) e 679 na zona rural (13% das PcD na zona rural). Conforme a figura abaixo, revela-se que os bairros com maior incidência de PcD's na zona urbana são: 1) Cidade Jardim (405 PcD); 2) Rio Verde (400 PcD); 3) Da Paz (317 PcD); 4) Liberdade I (286 PcD); 5) Minérios (260 PcD) e; 6) Tropical (251 PcD). A figura 2 e tabela 12 abaixo, ilustram a situação das PcD no CadÚnico.

Figura 2 - Quantidade de pessoas com deficiência no CadÚnico, por bairro da zona urbana.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Tabela 12 - Pessoas com deficiência no CadÚnico, por zona do município.

| Quantidade de Pessoas com Deficiência (PcD) | |
|--|-------------|
| Zona Urbana | 4450 |
| Zona Rural | 679 |
| Total | 5129 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.6. Pessoas em situação de rua

As pessoas em situação de rua somaram 119 indivíduos no CadÚnico (0,15% das pessoas inseridas no CadÚnico). A maioria delas encontram-se na zona urbana municipal (106 pessoas), porém, existem pessoas em situação de rua na zona rural de Parauapebas (13 pessoas), conforme podemos visualizar na tabela abaixo.

Tabela 13 - Quantidade de pessoas em situação de rua no CadÚnico.

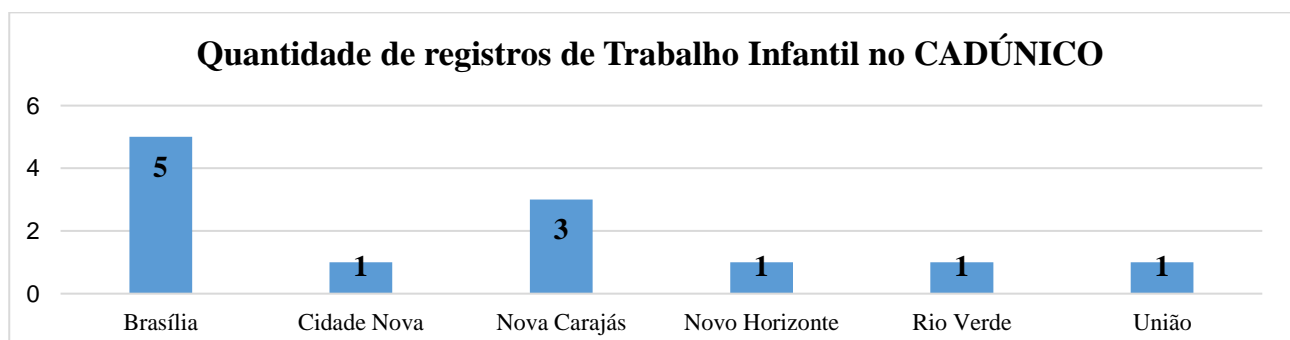
| Quantidade de Pessoas em Situação de Rua no CadÚnico | |
|---|------------|
| Zona Urbana | 106 |
| Zona Rural | 13 |
| Total | 119 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.7. Trabalho Infantil

O total de situações de trabalho infantil registradas no CadÚnico somou 12 casos: 5 (cinco) no bairro Brasília, 3 (três) no bairro Nova Carajás e 1 (um) nos bairros Cidade Nova, Novo Horizonte, Rio Verde e União.

Gráfico 15 - Quantidade de registros de trabalho infantil no CadÚnico.

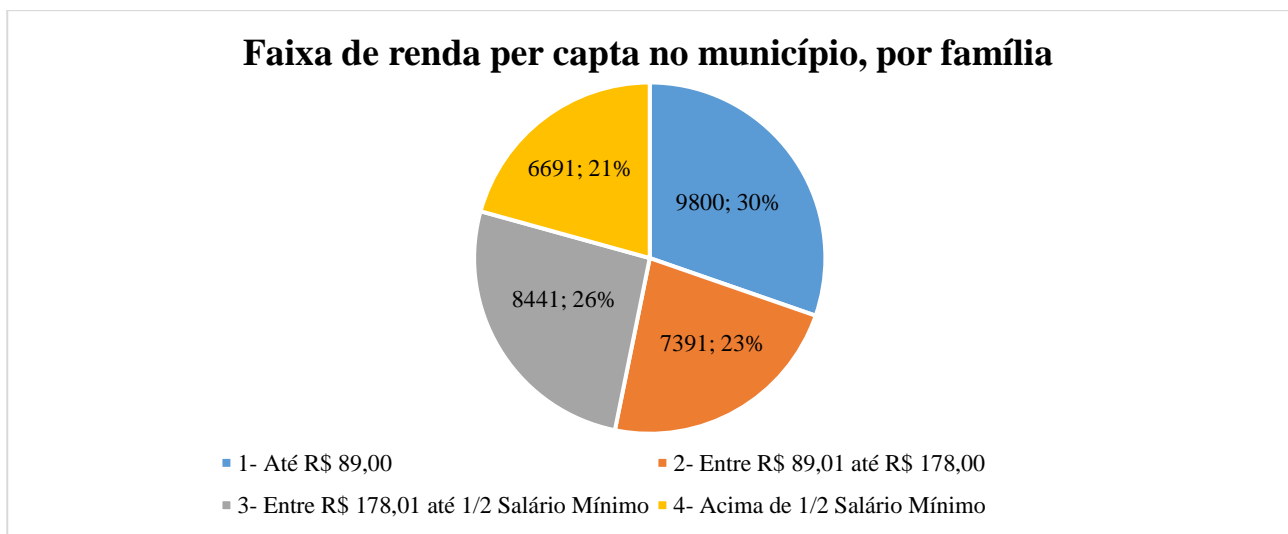


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.8. Renda

Os dados do CECAD 2.0 revelaram que das 32323 famílias inseridas no CadÚnico, 30% estão em situação de extrema pobreza (9800 famílias), 23% estão em situação de pobreza (7391 famílias), 26% estão com situação de renda entre R\$ 178,01 e ½ salário mínimo (8441 famílias) e 21% estão com situação de renda acima de ½ salário mínimo (6691 famílias). Destaca-se que 53% das famílias (17191 famílias) estão em situação de extrema pobreza ou pobreza. O gráfico 16 abaixo ilustra a situação descrita.

Gráfico 16 - Perfil de renda, por família.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

O perfil de renda, por bairro da zona urbana e por família, detalha o quantitativo das famílias extremamente pobres e pobres, onde podemos observar que os bairros com maior quantidade de famílias extremamente pobres são: Cidade Jardim (1225 famílias), Rio Verde (511 famílias), Da Paz (458 famílias) e Liberdade I (336 famílias). Os bairros com maior quantidade de famílias pobres são: Cidade Jardim (1076 famílias), Rio Verde (511 famílias), Da Paz (504 famílias) e Alto Bonito (398 famílias). Observa-se que os bairros Cidade Jardim, Rio Verde e Da Paz, são as localidades onde mais incidem famílias pobres e extremamente pobres. A tabela abaixo apresenta essa situação.

Tabela 14 - Perfil de renda, por bairro da zona urbana e por família.

| Bairro | Extrema Pobreza (Até R\$ 89,00) | Pobreza (De R\$ 89,01 a R\$ 178,00) | Até 1/2 Salário Mínimo (De R\$ 178,01 a 1/2 s.m.) | Acima de 1/2 Salário Mínimo | Total |
|-----------------|---------------------------------|-------------------------------------|---|-----------------------------|-------|
| Altamira | 92 | 128 | 109 | 149 | 478 |
| Alto Bonito | 127 | 398 | 376 | 592 | 1493 |
| Alvorá | 2 | 10 | 8 | 8 | 28 |
| Amazônia | 33 | 64 | 48 | 42 | 187 |
| Apoena | 8 | 5 | 1 | 2 | 16 |
| Beira Rio | 24 | 25 | 22 | 17 | 88 |
| Betânia | 243 | 355 | 299 | 468 | 1365 |
| Brasília | 52 | 120 | 147 | 211 | 530 |
| Caetanópolis | 61 | 90 | 99 | 106 | 356 |
| Cidade Jardim | 1225 | 1076 | 569 | 564 | 3434 |
| Cidade Nova | 122 | 83 | 51 | 105 | 361 |
| Da Paz | 458 | 504 | 366 | 355 | 1683 |
| Esplanada | 2 | 2 | 1 | 1 | 6 |
| Fap | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Guanabara | 155 | 229 | 163 | 196 | 743 |
| Habitar Feliz | 183 | 307 | 276 | 337 | 1103 |
| Jardim América | 90 | 123 | 118 | 168 | 499 |
| Jardim Canadá | 40 | 70 | 49 | 65 | 224 |
| Jardim Planalto | 45 | 79 | 126 | 178 | 428 |
| Liberdade I | 336 | 378 | 339 | 366 | 1419 |
| Liberdade II | 105 | 155 | 160 | 206 | 626 |
| Linha Verde | 8 | 9 | 6 | 9 | 32 |
| Maranhão | 62 | 47 | 49 | 72 | 230 |
| Minérios | 138 | 382 | 328 | 546 | 1394 |
| Morada Nova | 90 | 164 | 177 | 185 | 616 |
| Nova Carajás | 220 | 342 | 330 | 335 | 1227 |
| Nova Vida | 100 | 177 | 161 | 190 | 628 |
| Novo Brasil | 39 | 79 | 73 | 81 | 272 |

| | | | | | |
|--------------------|------------|------------|-----|-----|------|
| Novo Horizonte | 134 | 149 | 116 | 174 | 573 |
| Novo Viver | 19 | 39 | 61 | 122 | 241 |
| Paraíso | 10 | 12 | 6 | 8 | 36 |
| Parque Das Nações | 36 | 90 | 100 | 132 | 358 |
| Parque Dos Carajás | 24 | 41 | 36 | 22 | 123 |
| Polo Moveleiro | 0 | 7 | 5 | 9 | 21 |
| Primavera | 198 | 209 | 175 | 235 | 817 |
| Rio Verde | 511 | 511 | 378 | 398 | 1798 |
| Santa Luzia | 1 | 3 | 7 | 8 | 19 |
| São Lucas | 28 | 88 | 92 | 108 | 316 |
| Tropical | 216 | 378 | 526 | 774 | 1894 |
| União | 231 | 198 | 133 | 175 | 737 |
| Vale Do Sol | 30 | 82 | 98 | 121 | 331 |
| Vila Rica | 90 | 113 | 87 | 156 | 446 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

O perfil de renda da zona rural de Parauapebas revelou que das 5143 famílias inseridas no CadÚnico e que estão na zona rural, 1803 estão em situação de extrema pobreza (35% das famílias da zona rural), 1119 estão em situação de pobreza (22% das famílias da zona rural), 1119 estão com renda de R\$ 178,01 a ½ salário mínimo (22% das famílias da zona rural) e 1102 estão em situação de renda acima de ½ salário mínimo (21% das famílias da zona rural), como podemos visualizar na tabela abaixo.

Tabela 15 - Perfil de renda, zona rural de Parauapebas.

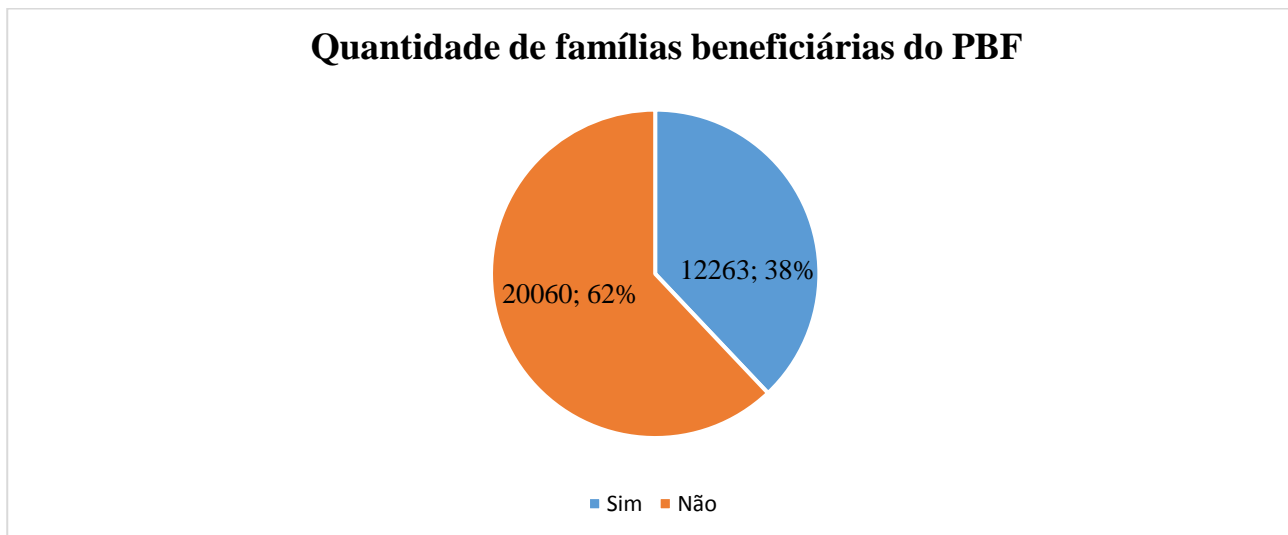
| | Extrema Pobreza (Até R\$ 89,00) | Pobreza (De R\$ 89,01 a R\$ 178,00) | Até 1/2 Salário Mínimo (De R\$ 178,01 a 1/2 s.m.) | Acima de 1/2 Salário Mínimo | Total |
|-------------------|--|--|--|------------------------------------|--------------|
| Zona Rural | 1803 | 1119 | 1119 | 1102 | 5143 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.9. Programa Bolsa Famílias – PBF

No que tange ao acesso ao Programa Bolsa Família, constatamos que 38% das famílias inseridas no Cadastro Único são beneficiárias do PBF (12263 famílias), enquanto que 62% não são (20060 famílias), conforme se pode visualizar no gráfico abaixo.

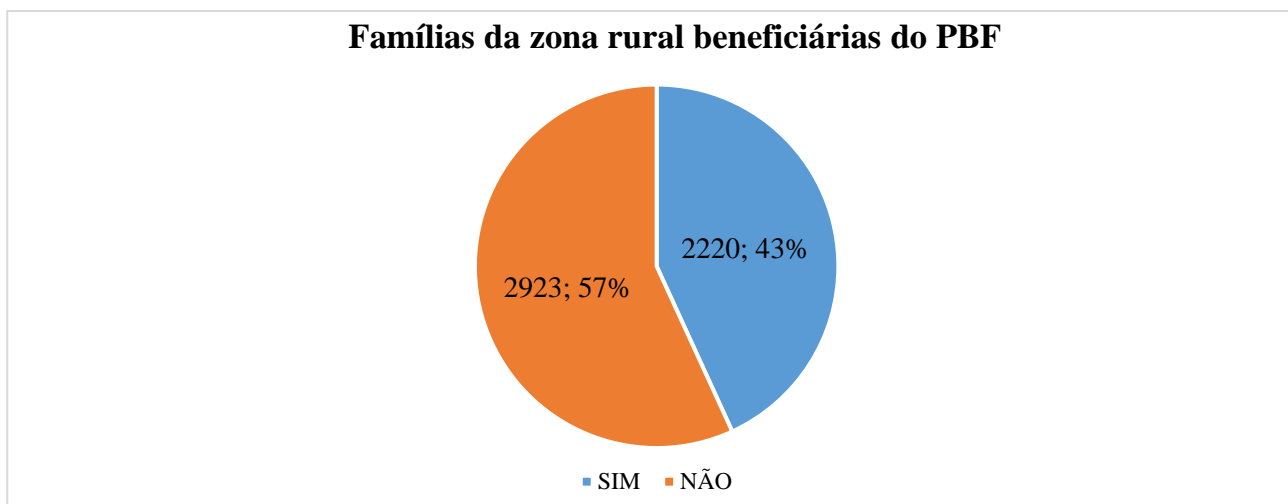
Gráfico 17 - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Na zona rural do município, das 5143 famílias inseridas no Cadastro Único, um total de 2220 são beneficiárias do PBF, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo.

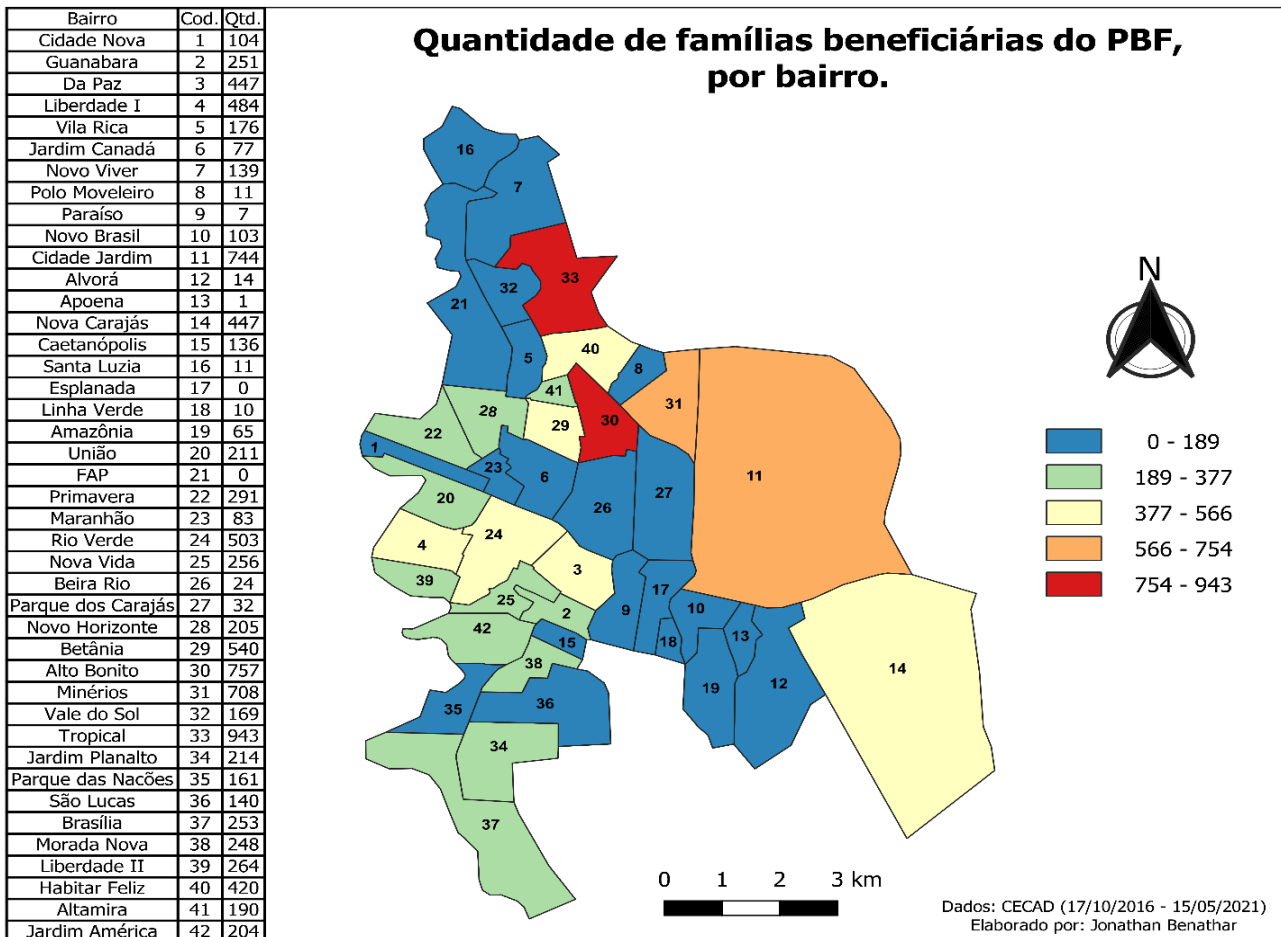
Gráfico 18 - Famílias da zona rural beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Os bairros da zona urbana de Parauapebas com maior incidência de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família são: bairro Tropical, com um total de 943 famílias beneficiárias do PBF; bairro Alto Bonito, com um total de 757 famílias beneficiárias do PBF e; bairro Cidade Jardim, com um total de 744 famílias beneficiárias do PBF. A figura a seguir ilustra a situação descrita.

Figura 3 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF, por bairro da zona urbana.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.10. Espécie do domicílio

Entrando no contexto do perfil habitacional das famílias inseridas no CadÚnico, constatamos que na zona urbana a espécie de domicílio “particular permanente” somou 26958, enquanto que a espécie de domicílio “particular improvisado” somou 92 e o “coletivo” somou 40. Na zona rural, os domicílios particulares permanentes totalizaram 5107, os particulares improvisados totalizaram 14 e os coletivos totalizaram 10, conforme se visualiza na tabela a seguir.

Tabela 16 - Espécie do domicílio, por família.

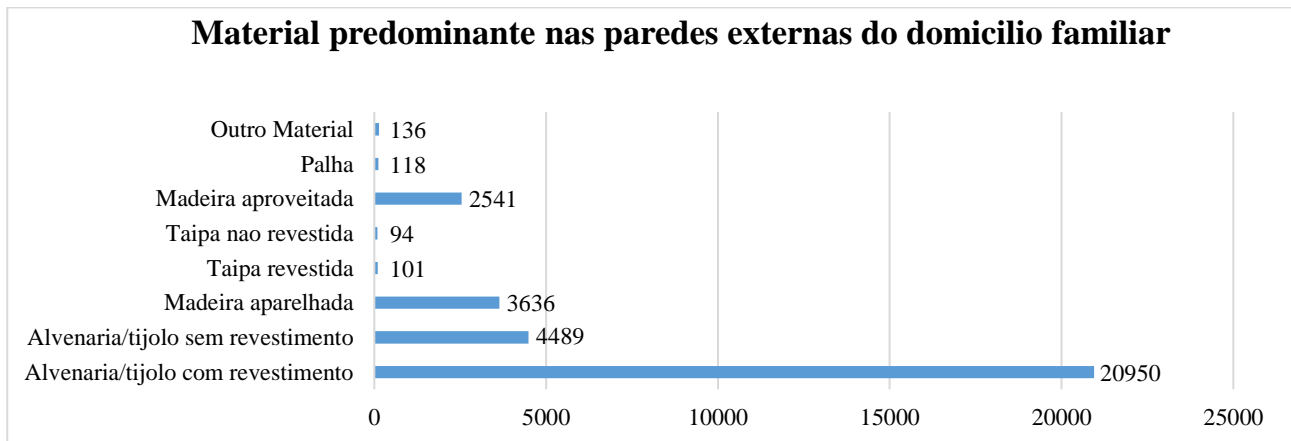
| | Particular Permanente | Particular improvisado | Coletivo |
|--------------------|-----------------------|------------------------|----------|
| Zona Urbana | 26958 | 92 | 40 |
| Zona Rural | 5107 | 14 | 10 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.11. Material predominante nas paredes externas do domicílio

No âmbito das características domiciliares das famílias inseridas no CadÚnico, constata-se que a maioria possui como material predominante nas paredes externas do domicílio a alvenaria/tijolo com revestimento (64,8% das famílias), seguido pela alvenaria/tijolo sem revestimento (13,8% das famílias), madeira aparelhada (11,2% das famílias) e madeira aproveitada (7,8% das famílias), respectivamente.

Gráfico 19 - Material predominante nas paredes externas do domicílio familiar.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Quando analisamos essa informação por bairro, destacando os materiais taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha e outro material, destacamos que os bairros Tropical, Betânia, Habitar Feliz, Liberdade I, Da Paz e Novo Horizonte, são os que mais têm famílias com material predominante nas paredes externas do domicílio sendo a madeira aproveitada.

Tabela 17 - Material predominante nas paredes externas do domicílio familiar, por bairro*.

| Bairros | Taipa revestida | Taipa não revestida | Madeira aproveitada | Palha | Outro Material |
|-----------------------|------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------|-----------------------|
| Novo Viver | 2 | 1 | 55 | 0 | 0 |
| Jardim Planalto | 0 | 2 | 40 | 0 | 2 |
| Vale do Sol | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Tropical | 3 | 6 | 398 | 1 | 7 |
| Brasília | 1 | 1 | 25 | 1 | 1 |
| Minérios | 2 | 0 | 31 | 0 | 2 |
| São Lucas | 3 | 1 | 28 | 1 | 0 |
| Parque das Nações | 0 | 1 | 14 | 0 | 0 |
| Alto Bonito | 0 | 1 | 32 | 0 | 1 |
| Nova Vida | 0 | 1 | 38 | 0 | 0 |
| Novo Brasil | 0 | 1 | 24 | 0 | 0 |
| Jardim América | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 |
| Liberdade II | 2 | 0 | 32 | 0 | 1 |
| Morada Nova | 0 | 1 | 21 | 2 | 0 |
| Caetanópolis | 2 | 0 | 14 | 0 | 0 |
| Altamira | 1 | 1 | 46 | 0 | 1 |
| Betânia | 2 | 1 | 155 | 0 | 1 |
| Vila Rica | 1 | 1 | 45 | 1 | 0 |
| Polo Moveleiro | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| Habitar Feliz | 2 | 2 | 95 | 0 | 5 |
| Maranhão | 2 | 1 | 11 | 0 | 0 |
| Jardim Canadá | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 |
| Guanabara | 0 | 3 | 38 | 0 | 0 |
| Liberdade I | 3 | 2 | 79 | 0 | 0 |
| Primavera | 4 | 2 | 61 | 1 | 0 |
| Novo Horizonte | 2 | 1 | 68 | 0 | 1 |
| Amazônia | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Rio Verde | 1 | 2 | 65 | 0 | 4 |
| Da Paz | 1 | 5 | 72 | 1 | 0 |
| União | 0 | 0 | 40 | 1 | 1 |

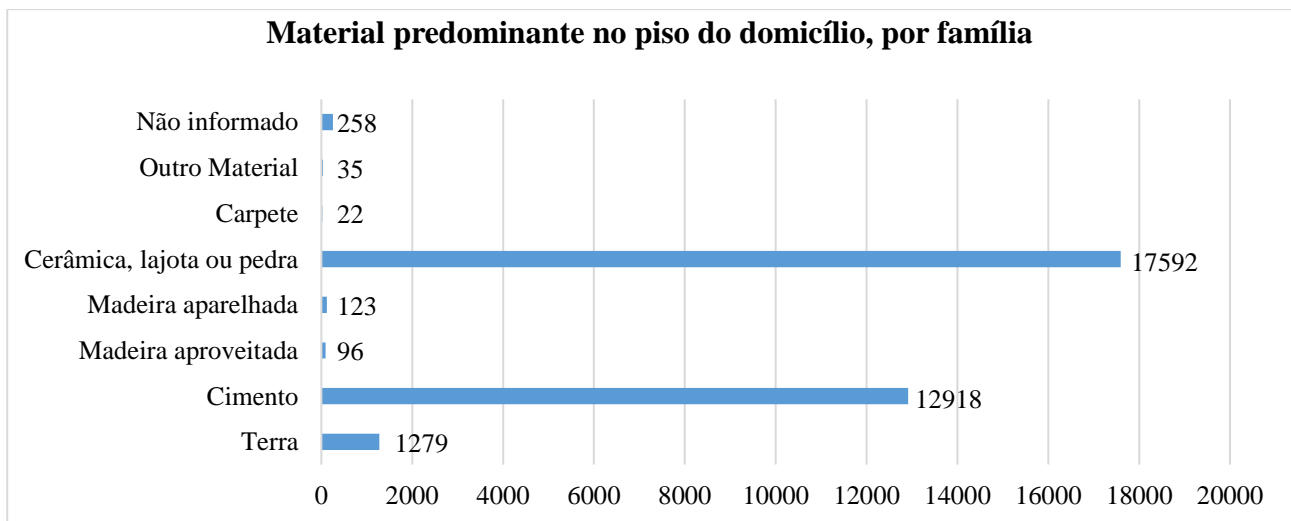
| | | | | | |
|---------------|---|---|----|---|---|
| Paraíso | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Nova Carajás | 2 | 1 | 32 | 0 | 8 |
| Cidade Nova | 2 | 0 | 16 | 0 | 1 |
| Beira Rio | 0 | 0 | 4 | 0 | 1 |
| Cidade Jardim | 1 | 3 | 9 | 0 | 1 |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0. *Obs.: Os bairros com quantidade de somente 1 (um) ou 0 (zero) para todas as situações especificadas na tabela 9, não foram inseridos na tabela.

6.12. Material predominante no piso do domicílio

Quando analisamos o material predominante no piso do domicílio das famílias cadastradas no CadÚnico, observamos que a grande maioria das famílias possuem como material predominante no piso a cerâmica, lajota ou pedra (54,4% das famílias), o cimento (39,9% das famílias) ou a terra (3,9% das famílias), respectivamente.

Gráfico 20 - Material predominante no piso do domicílio, por família.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.13. Forma de abastecimento de água

No quesito acesso à água, constatamos que: das 32323 famílias inseridas no CadÚnico, 88% possuíam água canalizada no domicílio (28264 famílias), enquanto que 12% não possuíam (3801 famílias). Verificamos uma cobertura de acesso à água quase integral para todas as famílias inseridas no CadÚnico.

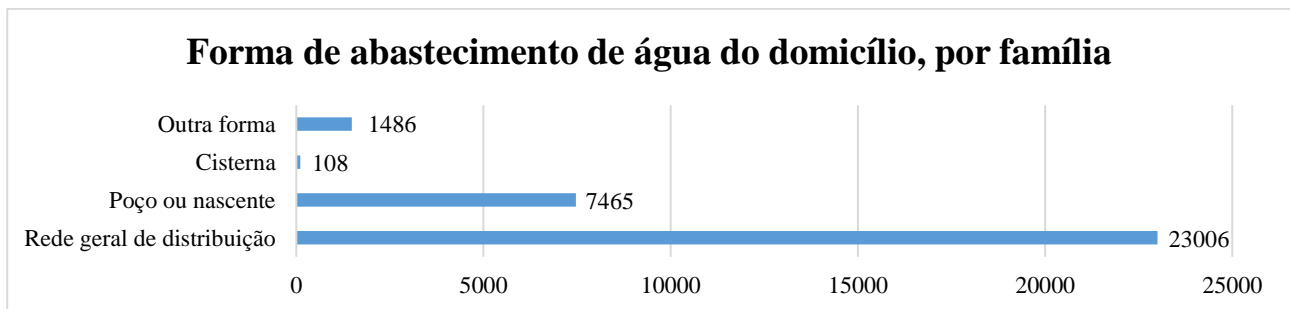
Gráfico 21 - Água canalizada no domicílio, por família.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

A forma predominante de abastecimento de água no domicílio familiar foi a “rede geral de distribuição”, seguida por “poço ou nascente” e “outra forma”.

Gráfico 22 - Forma de abastecimento de água do domicílio, por família.

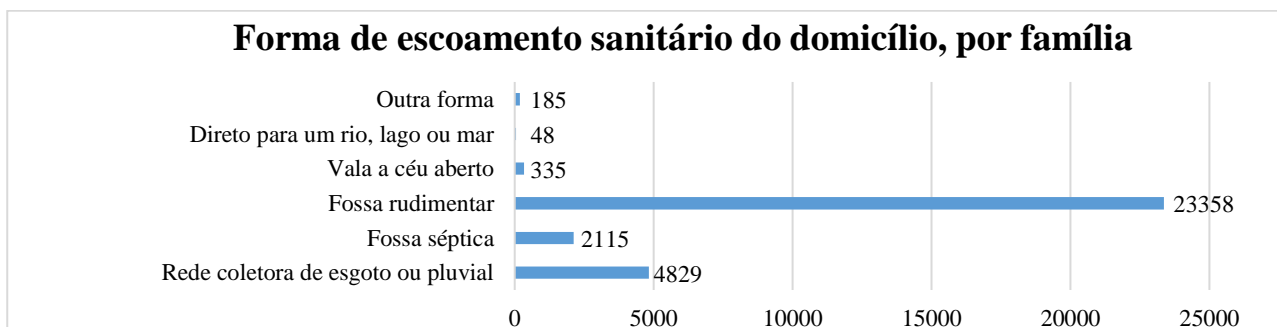


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.14. Forma de escoamento sanitário

A forma de escoamento sanitário predominante foi a fossa rudimentar (72,2% dos domicílios familiares), seguida pela rede coletora de esgoto ou pluvial (14,9% dos domicílios familiares) e a fossa séptica (6,5% dos domicílios familiares).

Gráfico 23 - Forma de escoamento sanitário do domicílio, por família.

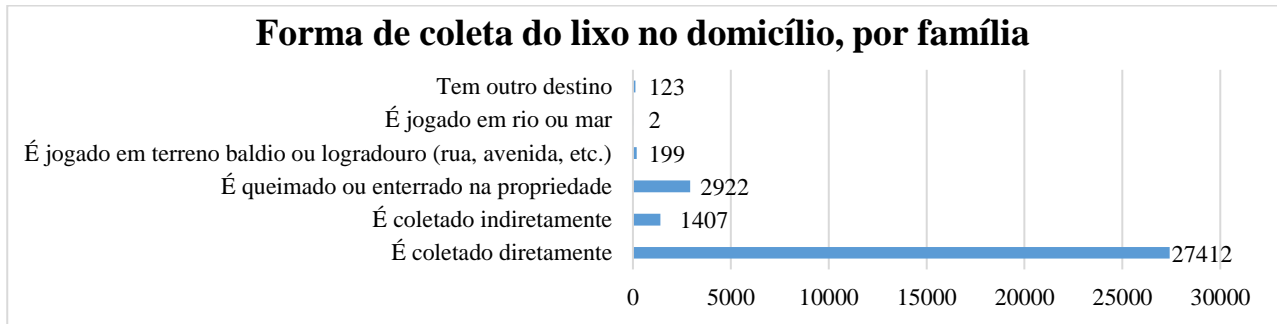


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.15. Forma de coleta de lixo

A forma de coleta de lixo predominante no domicílio das famílias inseridas no CadÚnico foi a coleta direta (84,8%), seguida pela forma de coleta “É queimado ou enterrado na propriedade” (9%) e pela coleta indireta (4,3%).

Gráfico 24 - Forma de coleta de lixo no domicílio, por família.

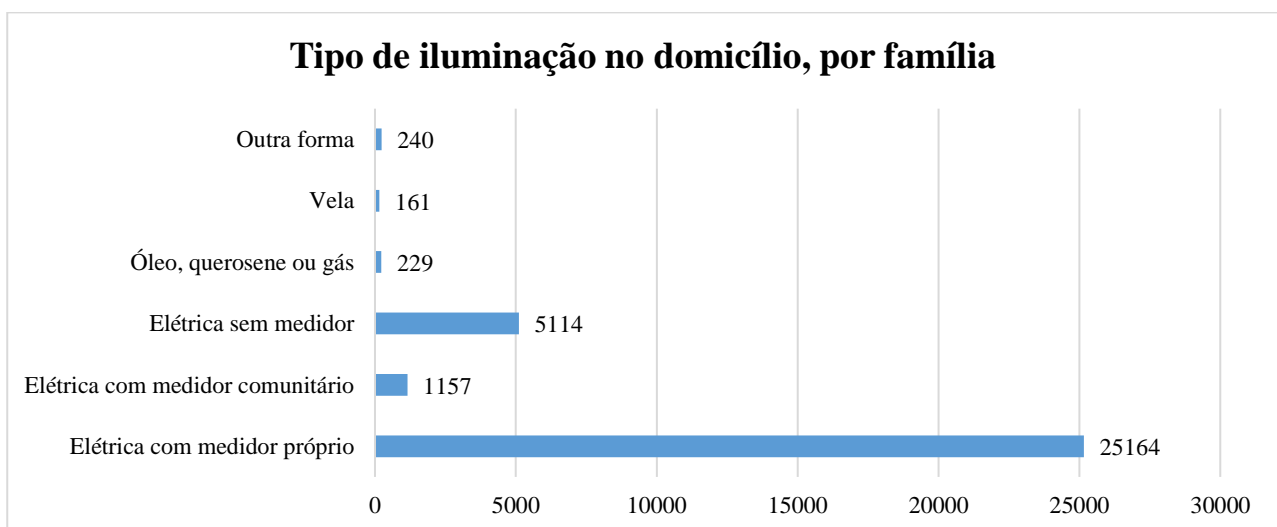


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.16. Tipo de iluminação

No que tange ao tipo de iluminação no domicílio das famílias inseridas no CECAD, revelou-se que a grande maioria (77,8%) possui energia “elétrica com medidor próprio”, seguido por acesso à energia “elétrica sem medidor” (15,8%) e “elétrica com medidor comunitário” (3,5%).

Gráfico 25 - Tipo de iluminação no domicílio, por família.

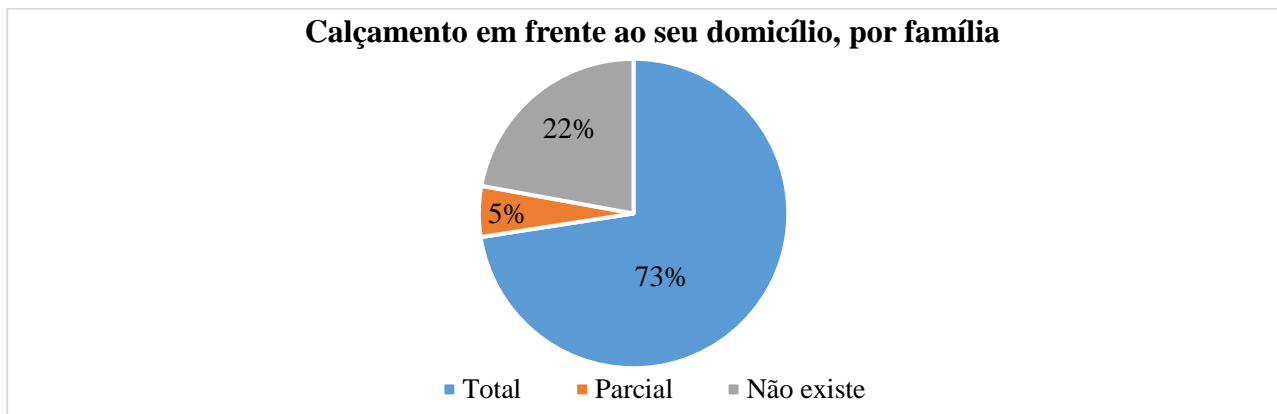


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.17. Calçamento em frente ao domicílio

A partir dos dados do CECAD, verificamos que 23267 famílias (73%) possuíam calçamento total em frente ao domicílio, enquanto que 7097 famílias (22%) não possuíam calçamento em frente ao domicílio e outras 1701 famílias (5%) possuíam calçamento parcial em frente ao domicílio.

Gráfico 26 - Calçamento em frente ao domicílio, por família.

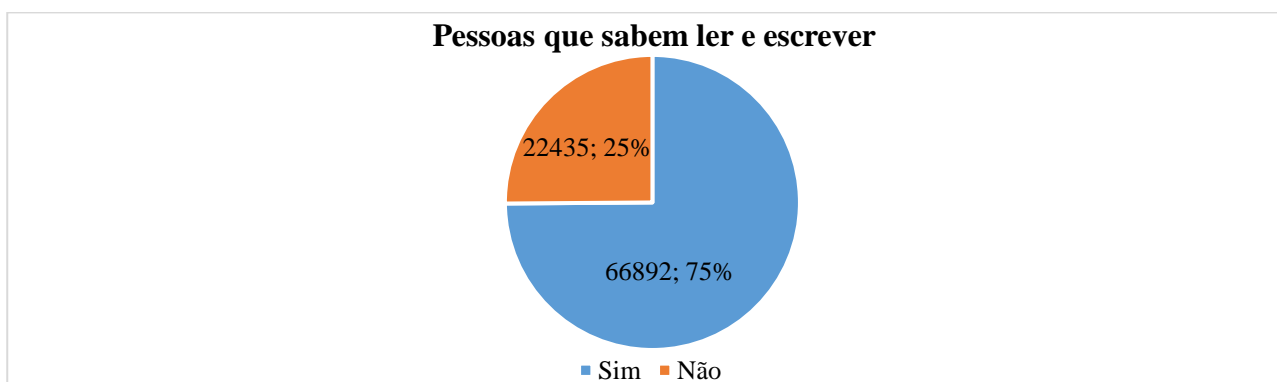


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.18. Sabe ler e escrever

As pessoas que sabem ler totalizaram 66892, ou seja, 75% das pessoas inseridas no CadÚnico. Um total de 22435 pessoas informaram que não sabem ler e escrever, ou seja, 25% das pessoas inseridas no CadÚnico.

Gráfico 27 - Pessoas que sabem ler e escrever.

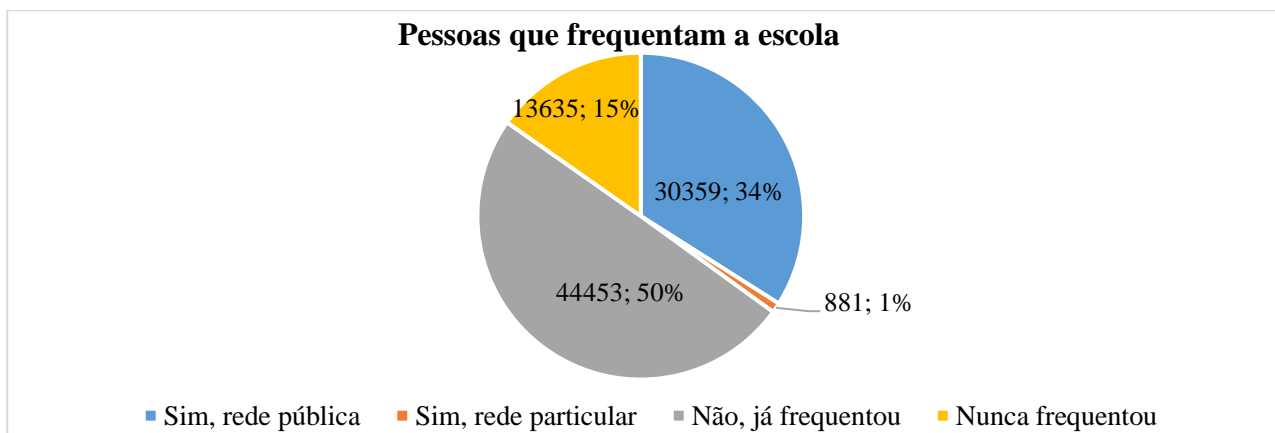


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.19. Frequência na escola

Das 89328 pessoas inseridas no CadÚnico, 31240 informaram que frequentam a escola, ou seja, 35%. Dessas pessoas que frequentam a escola, quase a totalidade, ou seja, 30359 informaram que frequentam a escola na rede pública de ensino, enquanto que 881 informaram que frequentam a escola na rede particular de ensino. Destaca-se que 50% das pessoas inseridas no CadÚnico (44453 pessoas) não estudam, mas já estudaram no passado e 15% (13635 pessoas) nunca frequentou a escola.

Gráfico 28 - Pessoas que frequentam a escola.

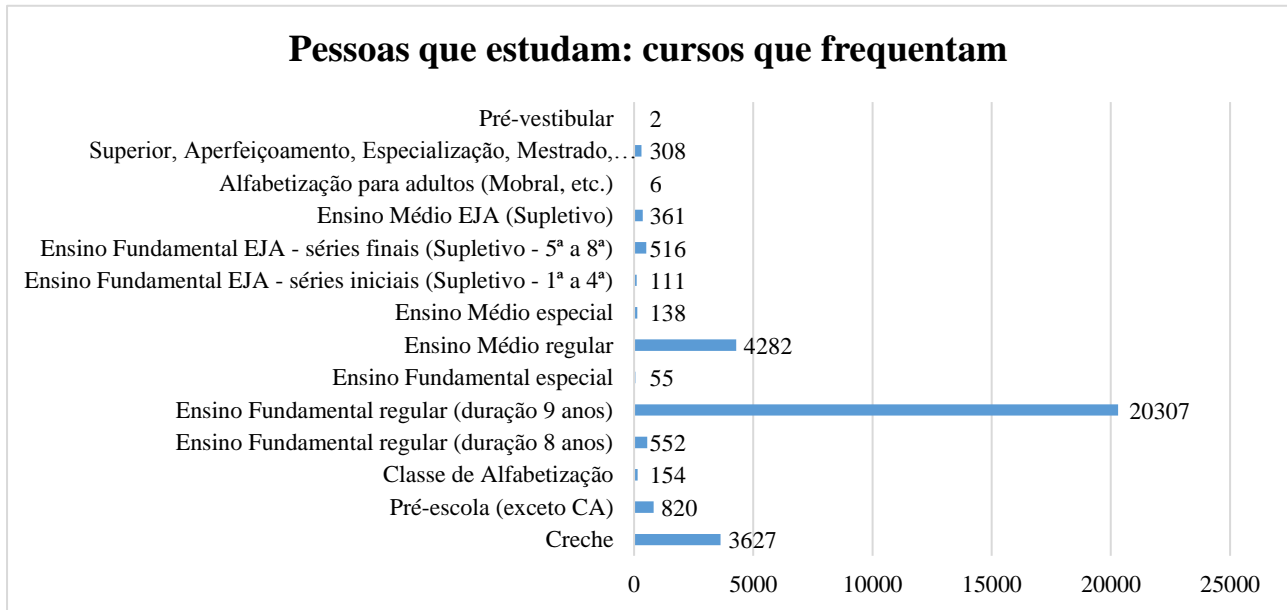


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.20. Pessoas que estudam: cursos que frequentam

Das 31240 pessoas que informaram que frequentam a escola, 21541 disseram que cursam o ensino fundamental em alguma das suas distintas modalidades, ou seja, 69% das pessoas que estudam frequentam o ensino fundamental. Com isso, podemos afirmar que o perfil de escolaridade predominante para quem estuda é o nível fundamental.

Gráfico 29 - Pessoas que estudam: cursos que frequentam.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.21. Pessoas que não estudam: curso mais elevado que frequentaram

Um total de 44453 pessoas informaram que não frequentavam a escola, mas que já frequentaram no passado. Dessas pessoas, 22630 informaram que o curso mais elevado que frequentou foi o ensino fundamental em alguma de suas distintas modalidades, ou seja, 50,91%. Cabe destacar o número de pessoas que estudaram no passado e que tem como curso mais elevado o ensino médio em suas distintas modalidades: 20516 pessoas ou 46,15% do total de 44453 pessoas que estudaram no passado. Dessa forma, podemos concluir que o perfil de escolaridade predominante para quem já estudou no passado é o nível fundamental. A tabela abaixo exhibe essa situação.

Tabela 18 - Curso mais elevado que a pessoa frequentou.

| Curso mais elevado que a pessoa frequentou | Qtd. | % |
|---|-------|--------|
| Creche | 43 | 0,10% |
| Pré-escola (exceto CA) | 104 | 0,23% |
| Classe de Alfabetização | 491 | 1,10% |
| Ensino Fundamental 1ª a 4ª series, Elemental (Primário), primeira fase do 1º grau | 9058 | 20,38% |
| Ensino Fundamental 5ª a 8ª series, Médio 1º ciclo (Ginasial), segunda fase do 1º grau | 11506 | 25,88% |
| Ensino Fundamental (duração 9 anos) | 1518 | 3,41% |

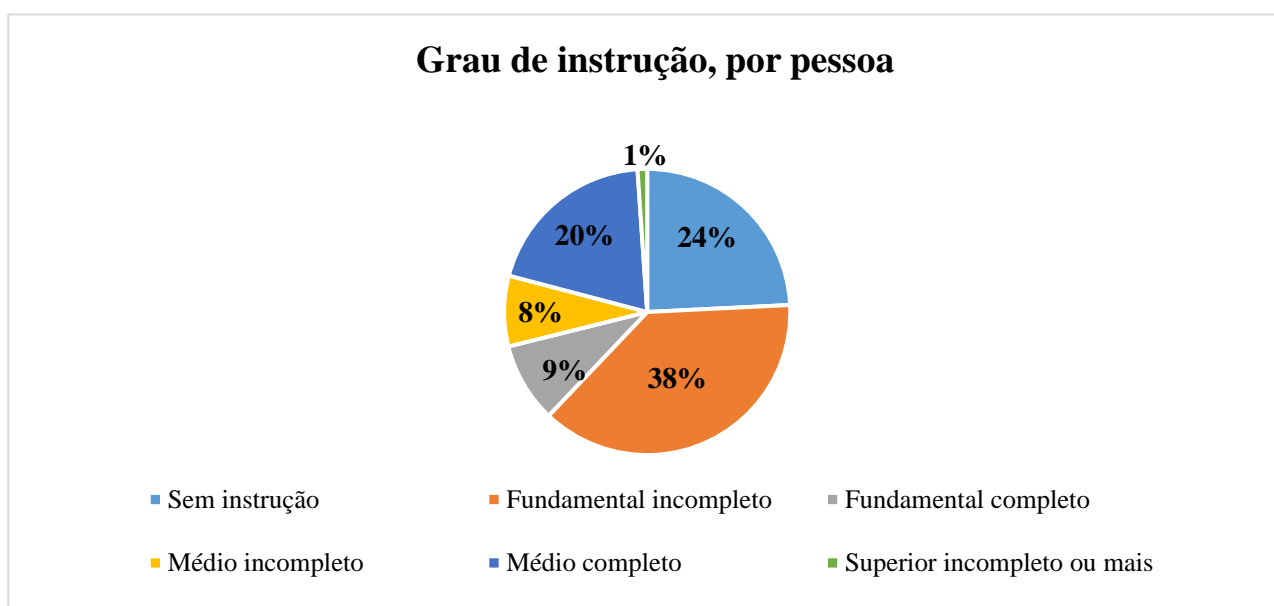
| | | |
|---|--------------|----------------|
| Ensino Fundamental Especial | 149 | 0,34% |
| Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal) | 20292 | 45,65% |
| Ensino Médio Especial | 157 | 0,35% |
| Ensino Fundamental EJA -séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª) | 143 | 0,32% |
| Ensino Fundamental EJA -séries finais (Supletivo 5ª a 8ª) | 256 | 0,58% |
| Ensino Médio EJA(Supletivo) | 67 | 0,15% |
| Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado. | 583 | 1,31% |
| Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.) | 29 | 0,07% |
| Nenhum | 57 | 0,13% |
| Total | 44453 | 100,00% |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.22. Grau de Instrução

No contexto do grau de instrução, revelou-se que 24% das pessoas inseridas no Cadastro Único não possuem grau de instrução, enquanto que 38% possuem o grau de instrução “fundamental incompleto”, 9% possuem o grau de instrução “fundamental completo”, 8% possuem o grau de instrução “médio incompleto” e 20% possuem o grau de instrução “médio completo”. Corroborando o que foi analisado no gráfico 30 e na tabela 18 acima, o perfil do grau de instrução predominante das pessoas inseridas no Cadastro Único é o nível fundamental, onde 47% das pessoas possuem esse grau de instrução completo ou incompleto, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 30 - Grau de instrução, por pessoa.

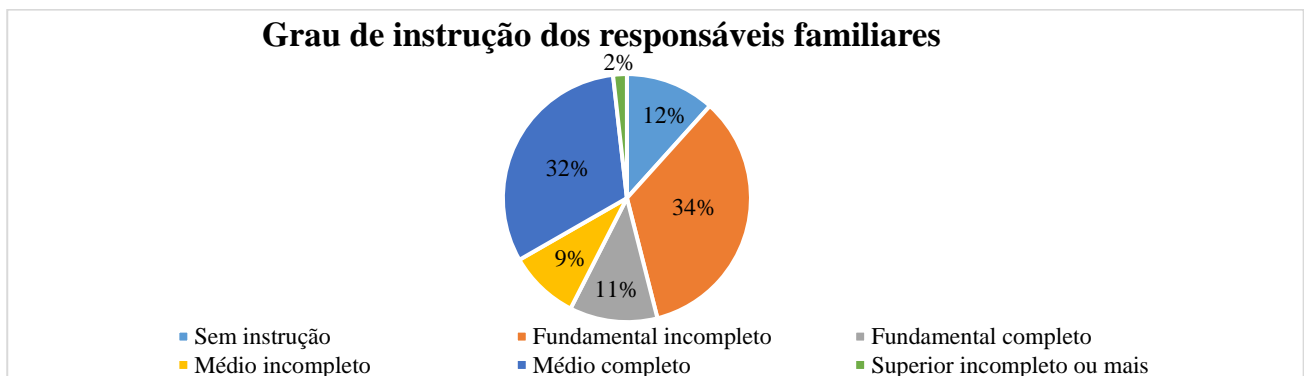


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.23. Grau de instrução dos responsáveis familiares

O grau de instrução dos responsáveis familiares (RF) tem as seguintes características: 12% dos RF não possuem instrução (3746 RF); 34% possuem o nível fundamental incompleto (11041 RF); 11% possuem o nível fundamental completo (3684 RF); 9% possuem o nível médio incompleto (2954 RF); 32% possuem o nível médio completo (10114 RF) e; 2% possuem o nível superior incompleto ou mais (577 RF). Destacamos que 45% dos RF possuem o nível fundamental incompleto ou completo como grau de instrução e 41% possuem o nível médio incompleto ou completo como grau de instrução. Assim, podemos afirmar que o grau de instrução predominante dos responsáveis familiares é o nível fundamental incompleto ou completo.

Gráfico 31 - Grau de instrução dos responsáveis familiares.

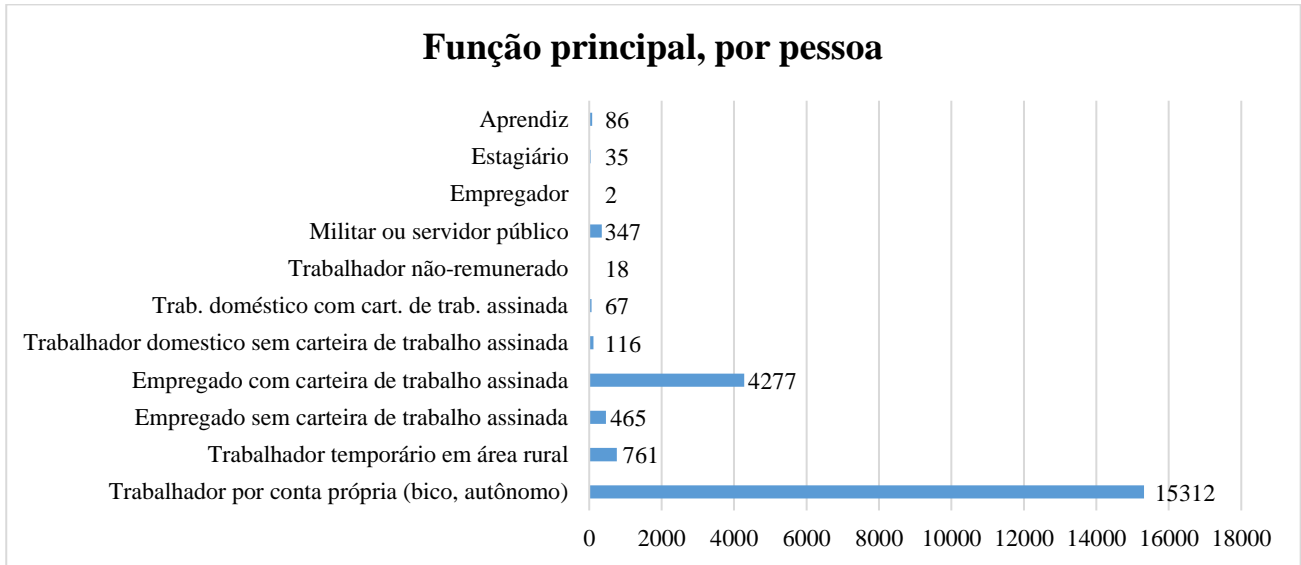


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.24. Função principal

Um total de 21486 pessoas inseridas no CadÚnico informaram que possuem algum tipo de trabalho. A grande maioria, ou seja, 15312 pessoas (71% das pessoas que informaram possuir algum tipo de trabalho), são trabalhadores por conta própria, enquanto que 4277 (20% das pessoas que informaram possuir algum tipo de trabalho) são empregados com carteira de trabalho assinada e 761 (3,5% das pessoas que informaram possuir algum tipo de trabalho) são trabalhadores temporários em área rural.

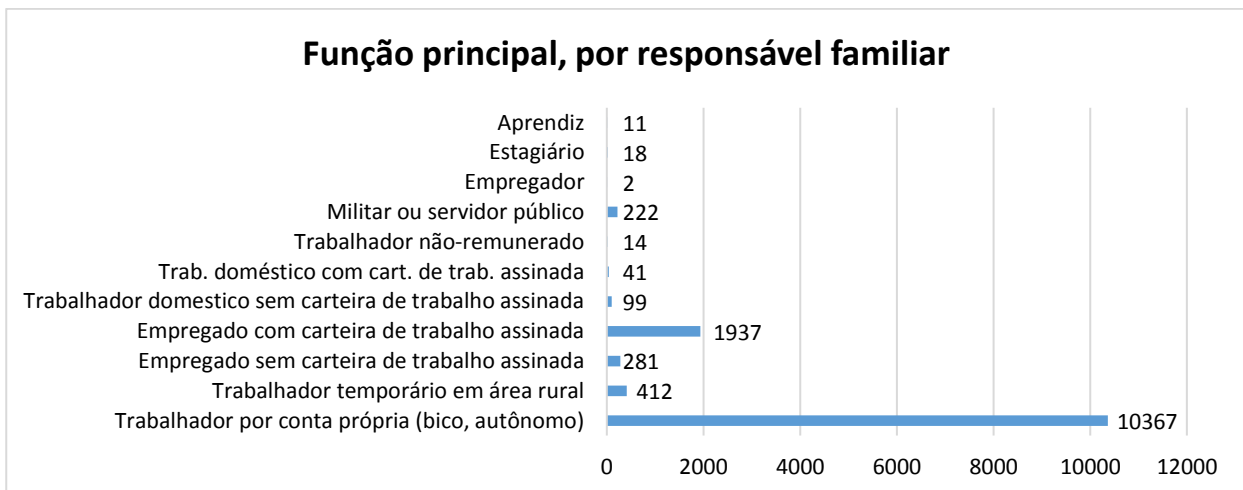
Gráfico 32 - Função principal, por pessoa.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

Quando analisamos a função principal, por responsável familiar, verificamos que das 32323 famílias inseridas no CadÚnico, apenas 13404 informaram que o responsável familiar exerce algum tipo de trabalho, ou seja, 41,5% das famílias do CadÚnico. Do total de responsáveis familiares que informaram exercer algum tipo de trabalho, 77,3% são trabalhadores por conta própria (10367 responsáveis familiares), 14,5% são empregados com carteira de trabalho assinada (1937 RF) e 3% são trabalhadores temporários em área rural (412 RF).

Gráfico 33 - Função principal, por responsável familiar.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.25. Atividades extrativistas

Um total de 730 pessoas informaram que exercem atividades extrativistas, o que corresponde a 0,82% das pessoas inseridas no CadÚnico. Por sua vez, 188 responsáveis familiares informaram que atuam em atividades extrativistas, o que corresponde a 0,59% dos responsáveis familiares inseridos no CadÚnico. Por fim, 191 famílias declararam que exercem atividades extrativistas, o que corresponde a 0,59% das famílias inseridas no CadÚnico. A tabela abaixo apresenta essa situação.

Tabela 19 - Quantidade de pessoas, responsáveis familiares e famílias extrativistas no CadÚnico.

| | | |
|---------------------------------------|-----|---|
| Pessoas Extrativistas | 730 | 0,82% das pessoas inseridas no CadÚnico |
| Responsáveis Familiares Extrativistas | 188 | 0,59% dos responsáveis familiares do CadÚnico |
| Famílias Extrativistas | 191 | 0,59% das famílias inseridas no CadÚnico |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

A partir da caracterização do perfil de vulnerabilidade das famílias e pessoas inseridas no CadÚnico, podemos afirmar, considerando o que preconiza as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, que as 89328 pessoas, distribuídas em 32323 famílias, é a referência numérica que pode ser utilizada como *proxi* da demanda potencial, ou como dimensionamento do público alvo para os serviços e benefícios do SUAS no território de Parauapebas.

6.26. Índice de vulnerabilidade social familiar – IVSF

As Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial preconizam que esta deve “utilizar a base de dados do Cadastro Único como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios”. Assim, o presente tópico visa expor os resultados da metodologia aplicada para construção do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar das famílias inseridas no CadÚnico. Esclarecemos que as análises territoriais realizadas neste tópico consideram a lei nº 4.879, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas.

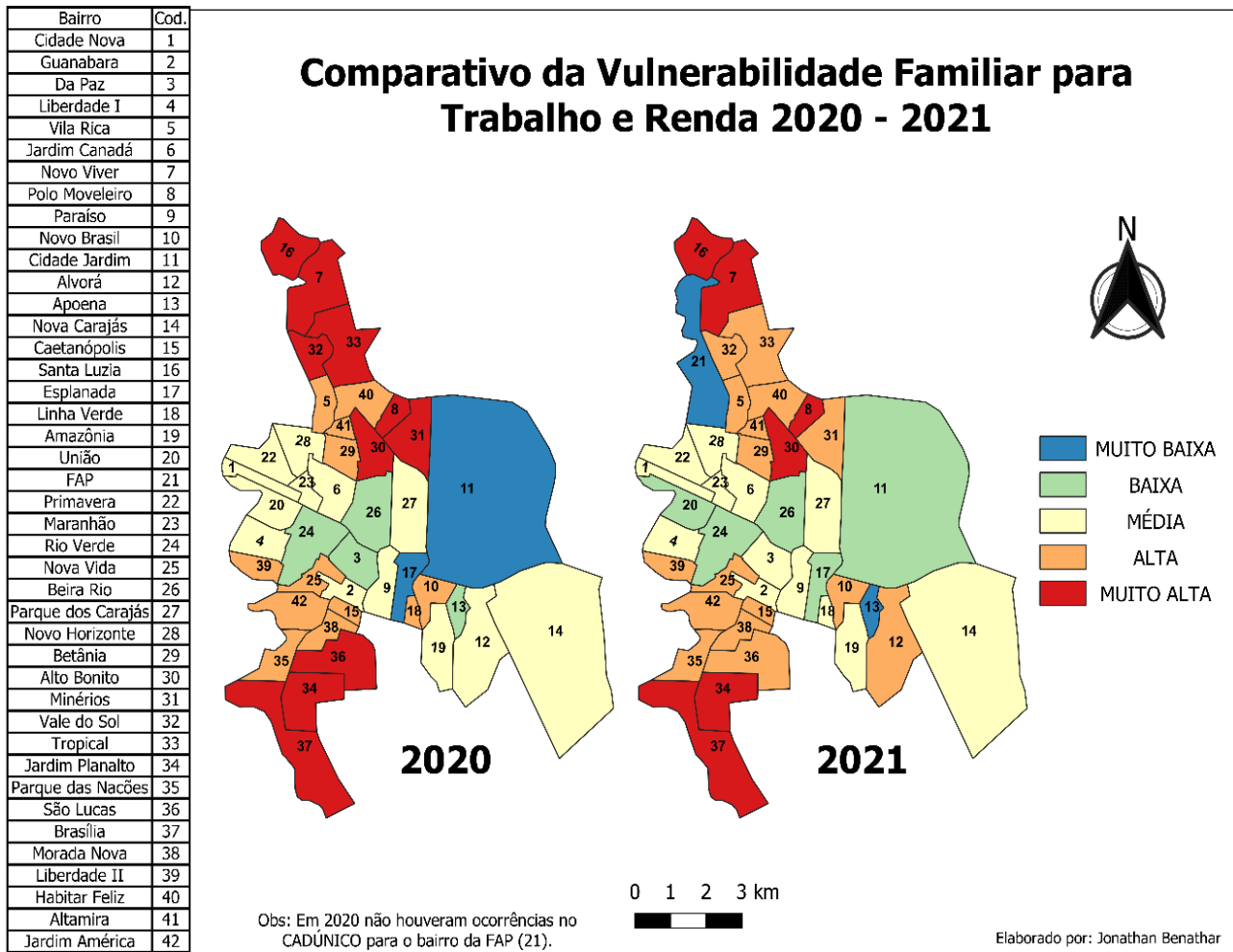
Para a construção do Índice de Vulnerabilidade Social Familiar, inicialmente, foram definidas as categorias (temas de abrangência) que iriam compor o mesmo, o que podemos definir como sub índices, os quais são, Trabalho e Renda, Perfil Social Familiar e Educação. Em seguida, foram selecionadas as variáveis que, por sua vez, fariam parte destes sub índices. Tal seleção foi feita com base em uma planilha extraída no CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), ferramenta vinculada ao atual Ministério da Cidadania, que permite conhecer as

características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda, etc.), bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tal planilha faz referência a informações do período de 17/10/2016 à 14/05/2021, com base na data da última atualização do cadastro, sendo composta por 89328 indivíduos distribuídos em 32323 famílias, das quais 32118 possuem um responsável familiar no cadastro. Tendo isso em vista, o índice aqui proposto é voltado a representação da vulnerabilidade social de cada família constante no CadÚnico ou que por ventura venha a se cadastrar. Vale ressaltar que o mesmo tem a peculiaridade de representar a vulnerabilidade da vulnerabilidade social familiar, tendo em mente que as famílias cadastradas já possuem perfil de vulnerabilidade. A seguir, nos implicamos em descrever como cada sub índice se comportou de 2020 para 2021, assim como o índice.

6.27. Sub índice Trabalho e Renda

De maio de 2020 a maio de 2021, o sub índice de trabalho e renda apresentou o seguinte comportamento: na zona norte municipal, todos os bairros mantiveram o mesmo nível de vulnerabilidade nos dois anos, com exceções dos bairros FAP (sem famílias/pessoas no CadÚnico em 2020 e com vulnerabilidade para trabalho e renda classificada como muito baixa em 2021), Vale do Sol (vulnerabilidade para trabalho e renda classificada como muito alta em 2020, diminuindo para alta em 2021) e Tropical (vulnerabilidade para trabalho e renda classificada como muito alta em 2020, diminuindo para alta em 2021). Na zona central, a vulnerabilidade para trabalho e renda também se manteve constante para os dois anos analisados, com exceções dos bairros União (vulnerabilidade média em 2020 e baixa em 2021), Da Paz (vulnerabilidade baixa em 2020 e média em 2021), Esplanada (vulnerabilidade muito baixa em 2020 e baixa em 2021) e Linha Verde (vulnerabilidade alta em 2020 e média em 2021). Na zona nordeste, o bairro Minérios saiu de um nível de vulnerabilidade para trabalho e renda classificado como muito alto em 2020 para alto em 2021 e o bairro Cidade Jardim saiu de um nível de vulnerabilidade muito baixa em 2020 para baixa em 2021. Na zona sudeste, apenas os bairros Apoena (vulnerabilidade baixa em 2020 e muito baixa em 2021) e Alvorá (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021) apresentaram variação no nível de vulnerabilidade para trabalho e renda no período analisado. Por fim, na zona sul, somente o bairro São Lucas (vulnerabilidade muito alta em 2020 e alta em 2021) apresentou variação no nível de vulnerabilidade para trabalho e renda. A figura a seguir apresenta a situação descrita.

Figura 4 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar para trabalho e renda, 2020-2021.

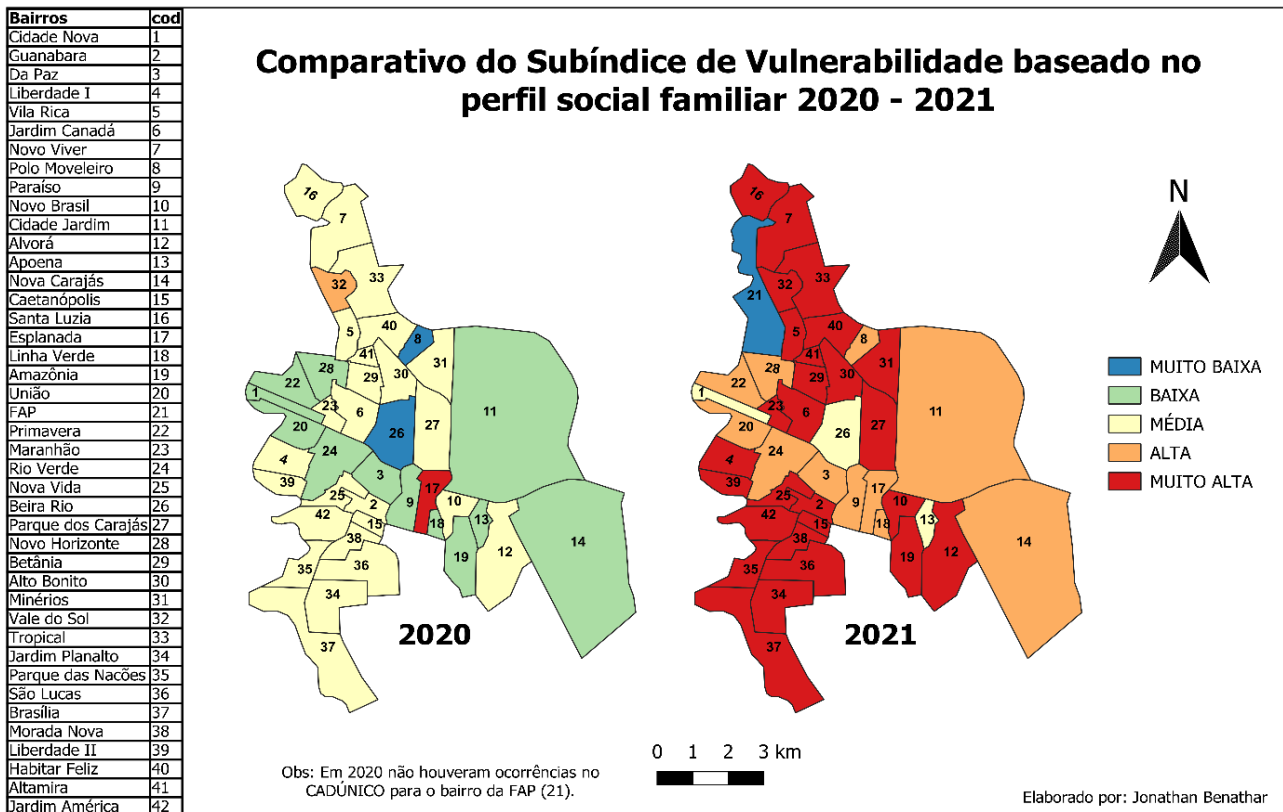


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.28. Sub índice Perfil Social Familiar

De maio de 2020 a maio de 2021, o sub índice de perfil social familiar apresentou o seguinte comportamento: na zona norte do município, todos os bairros sofreram um agravamento no nível de vulnerabilidade a partir do sub índice perfil social familiar. Na zona central, com exceção do bairro Esplanada, todos os outros bairros sofreram um agravamento da vulnerabilidade baseada no sub índice perfil social familiar. Na zona nordeste, os bairros Minérios e Cidade Jardim sofreram agravamento na situação de vulnerabilidade a partir do sub índice analisado. E nas zonas sudeste e sul, todos os bairros sofreram agravamento no nível de vulnerabilidade a partir do sub índice analisado. A figura a seguir apresenta a situação descrita.

Figura 5 - Comparativo do sub índice de vulnerabilidade baseado no perfil social familiar, 2020-2021.



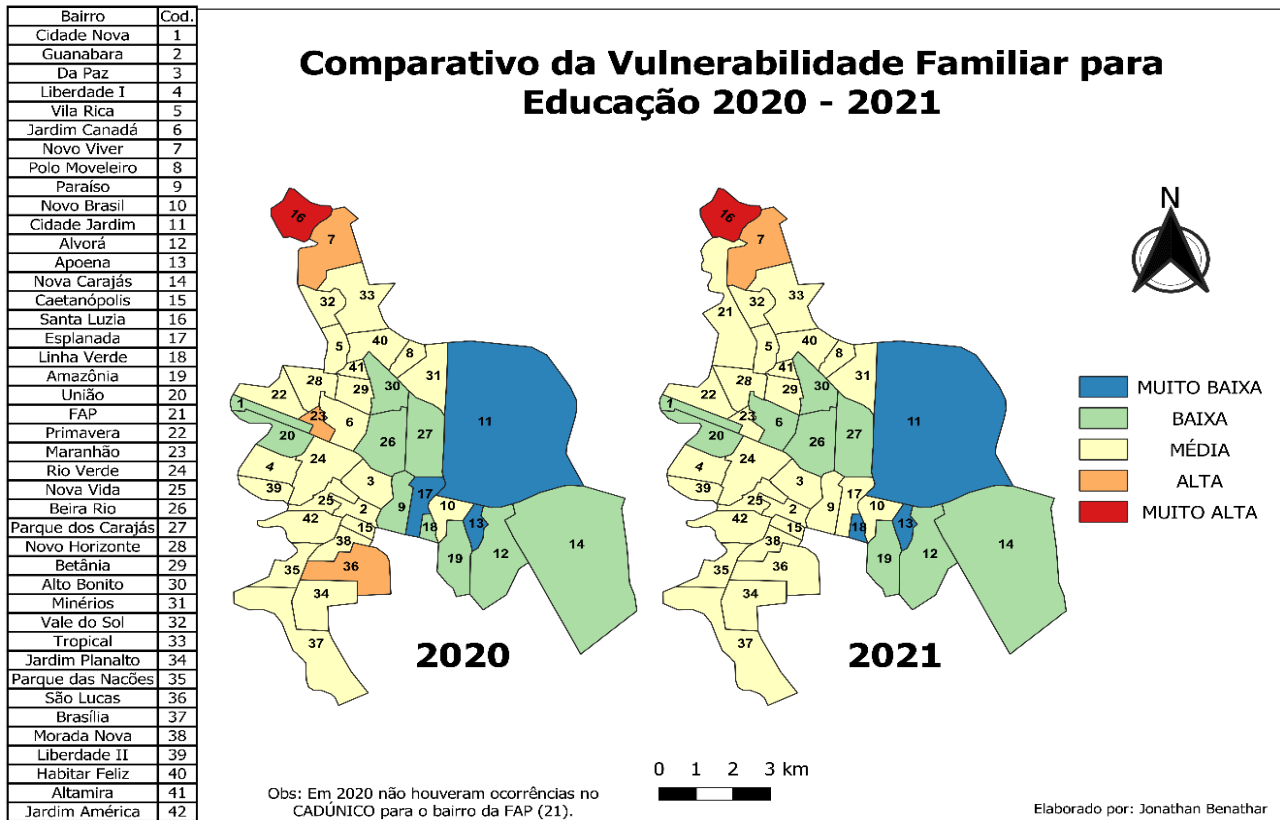
Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.29. Sub índice Educação

De maio de 2020 a maio de 2021, o sub índice de educação apresentou o seguinte comportamento: na zona norte do município, todos os bairros mantiveram o mesmo nível de vulnerabilidade nos dois anos analisados, com exceção dos bairros Jardim Canadá (saiu de uma vulnerabilidade média para educação em 2020 para baixa em 2021) e FAP (sem classificação em 2020, pois não possuía famílias e/ou pessoas no CadÚnico, e com vulnerabilidade para educação classificada como média em 2021). Para a zona central do município, todos os bairros mantiveram o mesmo nível de vulnerabilidade no biênio em questão, com exceção dos bairros Maranhão (saiu de uma vulnerabilidade alta para educação em 2020, passando para uma vulnerabilidade média em 2021), Paraíso (saiu de uma vulnerabilidade baixa para educação em 2020, agravando para uma vulnerabilidade média em 2021), Esplanada (saiu de uma vulnerabilidade para educação muito baixa em 2020, agravando para uma vulnerabilidade média em 2021) e Linha Verde (saiu de uma vulnerabilidade para educação classificada como baixa em 2020, amenizando a situação de vulnerabilidade para muito baixa em 2021). Nas zonas nordeste e sudeste, o nível de vulnerabilidade para educação se manteve estável em todos os bairros de 2020 para 2021. E na zona sul, o nível de vulnerabilidade para educação se manteve estável em todos os bairros no biênio analisado, com

exceção do bairro São Lucas, que saiu de uma vulnerabilidade para educação classificada como alta em 2020, amenizando essa situação para uma vulnerabilidade média em 2021. A figura a seguir apresenta a situação descrita.

Figura 6 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar para educação, 2020-2021.



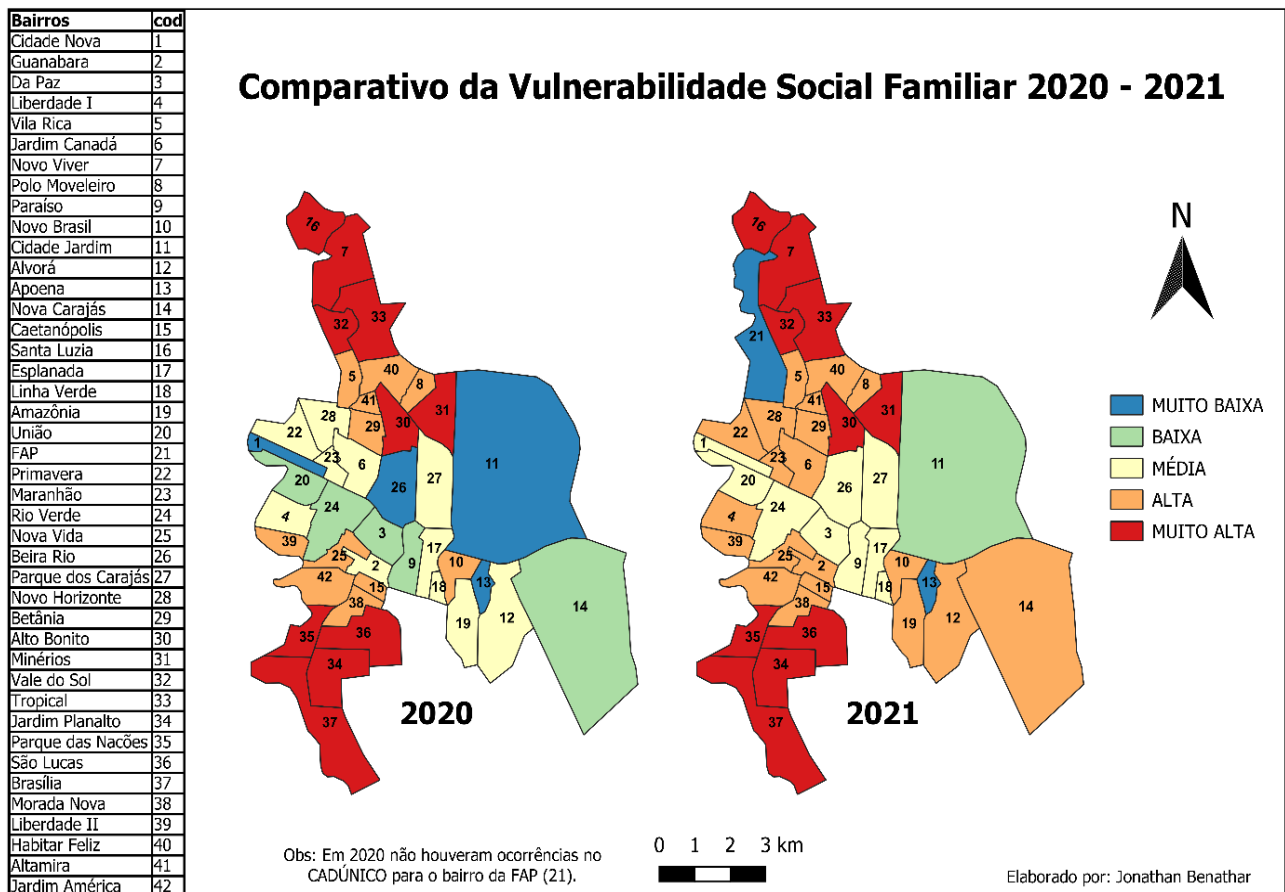
Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

6.30. Resultado geral do índice de vulnerabilidade social familiar

De maio de 2020 a maio de 2021, o índice de vulnerabilidade social familiar apresentou o seguinte comportamento: em maio de 2021, dos 15 bairros da zona norte municipal, 12 encontravam-se com nível de vulnerabilidade alto ou muito alto, sendo que os bairros Beira Rio (vulnerabilidade classificada como muito baixa em 2020 e média em 2021), Novo Horizonte (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021) e Jardim Canadá (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021), apresentaram um agravamento na situação de vulnerabilidade de 2020 para 2021. O bairro FAP, pertencente a zona norte, não possuía famílias/pessoas no CadÚnico em 2020, sendo sua classificação de vulnerabilidade considerada como muito baixa em 2021. Em maio de 2021, dos 14 bairros que compõe a zona central do município, 7 possuíam nível de vulnerabilidade alto, sendo que os bairros Cidade Nova (vulnerabilidade muito baixa em 2020 e média em 2021), Primavera (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021), Maranhão (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021), Rio

Verde (vulnerabilidade baixa em 2020 e média em 2021), União (vulnerabilidade baixa em 2020 e média em 2021), Liberdade I (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021), Da Paz (vulnerabilidade baixa em 2020 e média em 2021), Guanabara (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021) e Paraíso (vulnerabilidade baixa em 2020 e média em 2021), apresentaram agravamento na situação de vulnerabilidade de 2020 para 2021. Na zona nordeste, o bairro Minérios manteve o nível de vulnerabilidade muito alto nos dois anos analisados e o bairro Cidade Jardim (vulnerabilidade muito baixa em 2020 e baixa em 2021) teve a situação de vulnerabilidade agravada de 2020 para 2021. Em maio de 2021, dos 5 bairros da zona sudeste, 4 apresentavam índice de vulnerabilidade classificado como alto, sendo que os bairros Nova Carajás (vulnerabilidade baixa em 2020 e alta em 2021), Amazônia (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021) e Alvorá (vulnerabilidade média em 2020 e alta em 2021), apresentaram agravamento na situação de vulnerabilidade de 2020 para 2021. Por fim, em maio de 2021, todos os bairros da zona sul apresentaram índice de vulnerabilidade alto ou muito alto, sendo que esse índice já era alto ou muito alto em 2020. Com isso, podemos afirmar que, até meados de maio de 2021, 71% (30 bairros) dos bairros da zona urbana de Parauapebas estavam com vulnerabilidade alta ou muito alta, 21% com vulnerabilidade média e 8% com vulnerabilidade baixa ou muito baixa. A figura a seguir apresenta a situação descrita.

Figura 7 - Comparativo da vulnerabilidade social familiar, 2020-2021.



Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

No que diz respeito às famílias em situação de vulnerabilidade inseridas no CadÚnico, constatou-se que, até meados de maio de 2021, 14,90% estavam em situação de vulnerabilidade baixa (4787 famílias), 39,22% estavam em situação de vulnerabilidade média (12598 famílias), 40,54% estavam em situação de vulnerabilidade alta (13020 famílias) e 5,33% estavam em situação de vulnerabilidade muito alta (1713 famílias). Dessa forma, revelou-se que a maioria das famílias do CadÚnico estão com nível de vulnerabilidade alta, seguido pelo nível de vulnerabilidade média e baixa. Assim, podemos afirmar que 79,76% das famílias estão em situação de vulnerabilidade alta ou média, ou seja, 25618 famílias. Reiteramos que para definir os níveis de vulnerabilidade dentro do índice foram estabelecidas 5 classes, e a partir disso aplicada uma distribuição de frequência em cima dos resultados obtidos para o IVSF de todas as amostras utilizadas. A tabela a seguir apresenta os resultados descritos:

Tabela 20 - Níveis de vulnerabilidade das famílias inseridas no CadÚnico.

| Níveis de Vulnerabilidade | Classe | Frequência | % |
|----------------------------------|---------------|-------------------|----------------|
| Muito Baixa | 0,00 - 0,20 | 0 | 0,00% |
| Baixa | 0,21 - 0,40 | 4787 | 14,90% |
| Média | 0,41 - 0,60 | 12598 | 39,22% |
| Alta | 0,61 - 0,80 | 13020 | 40,54% |
| Muito Alta | 0,81 - 1,00 | 1713 | 5,33% |
| Total | 5 | 32118 | 100,00% |

Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

7. ESTRUTURA DE OFERTA DOS SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este tópico objetiva apresentar, por meio de dados quantitativos, informações sobre a existência, ou não, de oferta dos serviços socioassistenciais tipificados, benefícios do SUAS e Programas Sociais ofertados no SUAS no território de Parauapebas, bem como a caracterização do volume de oferta e/ou da capacidade instalada, incluindo indicadores relativos à qualidade da oferta instalada (IDCRAS e IDCREAS).

7.1. Programas sociais ofertados no suas

Além dos serviços socioassistenciais previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social, são previstos a implementação de programas e projetos que tenham a proposta de ofertar trabalho, benefícios e ações complementares aos serviços ofertados aos usuários do SUAS. Atualmente a política municipal de assistência social possui os seguintes programas em atividade: Acessuas

Trabalho; AEPETI; Programa Criança Feliz; Programa Gira Renda e Cadastro Único para Programas Sociais.

7.1.1. Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO

O Programa Acessuas Trabalho tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS (Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012), o Programa é implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do DF, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva.

O objetivo do Acessuas Trabalho é promover a integração dos usuários da assistência Social no mundo do trabalho, a partir da mobilização e encaminhamento para cursos e ações, de qualificação profissional. Portanto, o Programa tem como público de suas ações populações urbanas em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes em municípios integrantes do Programa, com prioridade para usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais.

Atualmente, o Acessuas no município de Parauapebas possui registros de atendimentos referentes ao ano de 2019, tendo tido suas atividades suspensas em 2020, retornando ao atendimento em 2021.

Tabela 21 - Pessoas beneficiadas pelo ACESSUAS em 2019.

| Faixa Etária | Feminino | Masculino | Total |
|---------------------|-----------------|------------------|--------------|
| 0 a 12 anos | 0 | 1 | 1 |
| 13 a 17 anos | 12 | 19 | 31 |
| 18 a 29 anos | 29 | 9 | 38 |
| 30 a 59 anos | 43 | 2 | 45 |
| Total | 84 | 31 | 115 |

Fonte: Sistema Acessuas, 2021.

A tabela acima apresenta o perfil dos beneficiados pelo programa no ano de 2019. O público daquele ano se concentrou no perfil de mulheres jovens e adultas: do total de atendidos, elas configuram 62%, mais da metade do público do Acessuas.

7.1.2. Ações Estratégicas do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – AEPETI

O PETI, segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças, adolescentes que se encontram em situação de trabalho infantil, identificados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Em sua estrutura inicial, o PETI foi concebido para atender famílias com crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos de idade, identificadas em situação de trabalho perigoso, penosas, degradante ou insalubre. O Programa ofertava atividades complementares à escola - Jornada Ampliada à crianças e adolescentes, transferência de renda, por meio da Bolsa Criança Cidadã; apoio e orientação às famílias beneficiadas e seu encaminhamento a programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implementação do SUAS, iniciou-se o reordenamento da gestão da assistência social, tendo como instrumento norteador a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. A partir de então, os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, incluindo o PETI, passaram a ser regulados e organizados com base na estrutura do SUAS.

Em decorrência das mudanças das características do trabalho infantil e da dinâmica das políticas públicas desde a criação do Programa, o PETI passou, em 2013, por um processo de redesenho, que consiste na realização de ações estratégicas estruturadas em cinco eixos (Informação e Mobilização, Identificação, Proteção, Defesa e Responsabilização e Monitoramento), com o objetivo de acelerar a erradicação do trabalho infantil nos municípios identificados com maior incidência de trabalho infantil.

Em Parauapebas, o programa tem criado estratégias que fortaleçam a identificação e o acompanhamento nos serviços, ao mesmo tempo em que atua diretamente em campanhas, palestras programas e atividades de conscientização, tanto da sociedade civil quanto dos demais profissionais que atuam nas políticas setoriais.

Tabela 22 - Perfil de crianças e adolescentes com registro de identificação de situação de trabalho infantil, 2019-2020.

| Ano | 0 a 12 anos | | | 13 a 17 anos | | |
|-------|-------------|-----------|-----------|--------------|-----------|-----------|
| | Feminino | Masculino | Total | Feminino | Masculino | Total |
| 2019 | 9 | 7 | 16 | 9 | 23 | 32 |
| 2020 | 1 | 3 | 4 | 4 | 9 | 13 |
| Total | 10 | 10 | 20 | 13 | 32 | 45 |

Fonte: Banco de Dados AEPETI, 2021.

Daqueles que estão em situação de trabalho infantil, 49% são adolescentes do sexo masculino, atentando-se para uma redução significativa do total de pessoas identificadas de um ano para outro, fato que deve se creditar relação com a situação sanitária de pandemia mundial vivenciada em 2020, causando uma redução generalizada dos atendimentos na rede socioassistencial.

7.1.3. Programa Criança Feliz – PCF

O Programa Criança Feliz foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com caráter intersetorial e tendo em vista promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, o programa articula ações das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – conhecida como Marco Legal da Primeira Infância.

O programa prioriza crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social: gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no Art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

O Programa Criança Feliz tem como objetivos, entre outros: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Tabela 23 - Total de famílias/indivíduos beneficiados pelo Programa Criança Feliz, 2019-2020.

| Ano | Famílias | Gestantes | Criança | |
|--------------|------------|-----------|------------|-------------|
| | | | 0-36 meses | 37-72 meses |
| 2019 | 192 | 31 | 172 | 8 |
| 2020 | 166 | 22 | 156 | 5 |
| Total | 358 | 53 | 328 | 13 |

Fonte: Sistema do Programa Criança Feliz, 2021.

Do total de crianças atendidas, 96% estavam nos primeiros meses de vida. Também deve-se considerar um pequeno decréscimo no total de famílias atendidas considerando o ano de 2020 e a situação de risco sanitário mundial com o decreto de pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde.

7.1.4. Programa Gira Renda

O programa Gira Renda ²é um programa de transferência de renda municipal que consiste na concessão temporária de um cartão de benefício com crédito, não cumulável, no valor de R\$100,00 (cem reais) mensais destinado a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com o decreto nº1.514, de 19 dezembro de 2019, que disciplina a gestão e a utilização do cartão pelas famílias contempladas no programa, o art.4 diz que o cartão deverá ser utilizado no âmbito do município de Parauapebas e, preferencialmente, nos bairros em que habitam os beneficiários.

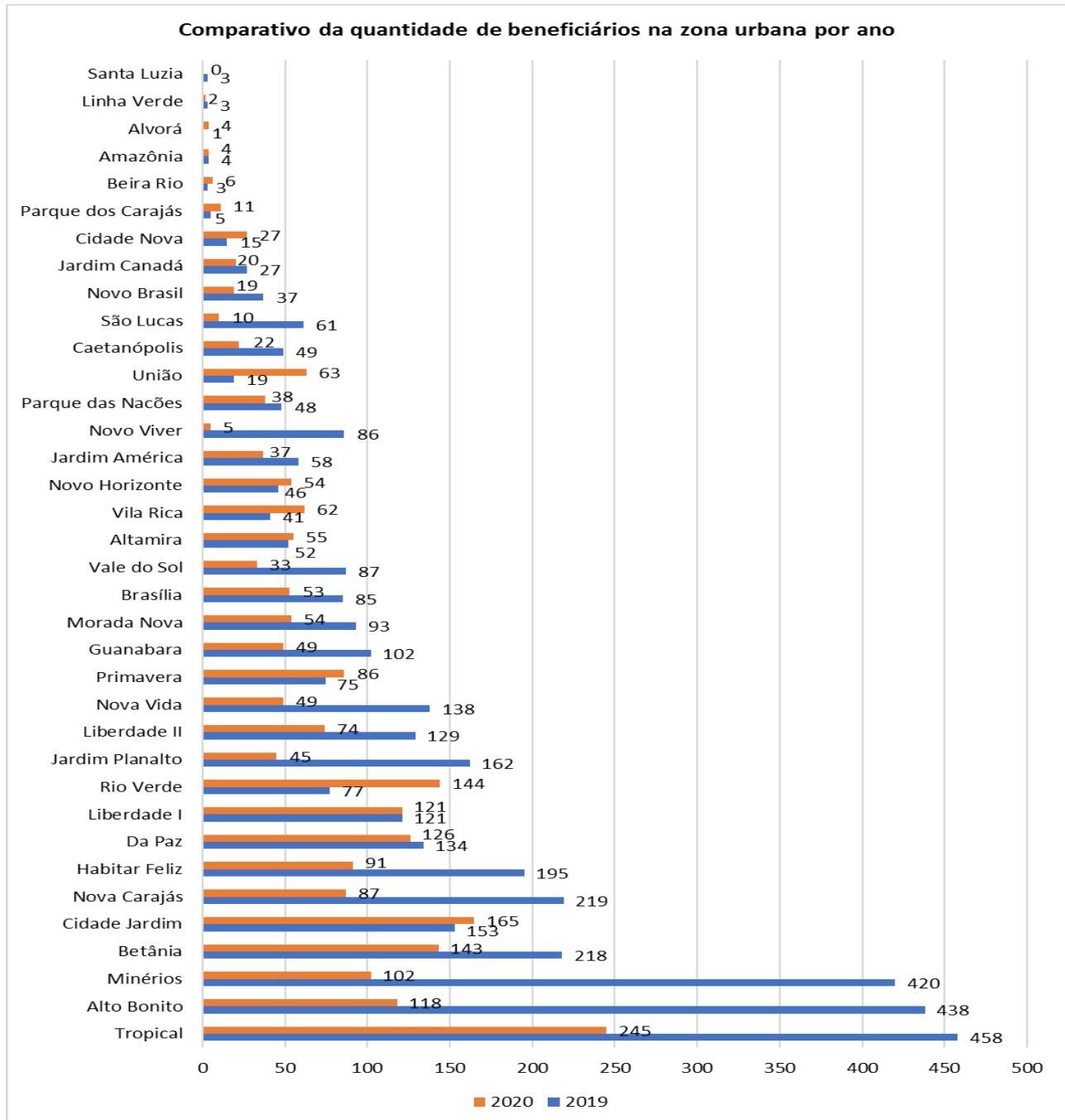
A aquisição do referido recurso pelas famílias em situação de vulnerabilidade³ visa combater a fome, o déficit nutricional das famílias, combater a pobreza e outras formas de privação pelas quais sofrem as famílias no município, bem como promover a acessibilidade das famílias beneficiárias aos serviços públicos básicos, tais como saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

² O Programa Gira Renda será gerido e executado por uma coordenação, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, com as competências descritas em Lei e um comitê de fiscalização, onde também poderá contar com a colaboração de algumas secretarias e órgãos municipais, cujos órgãos serão apoiadores da execução do programa.

³ Art.02 do Caput I da Lei N°4.782, de 08 de maio de 2019, cria o programa de transferência condicionada de subsidio financeiro, denominada de “Gira renda” no município de Parauapebas-PA.

Dentre as condicionalidades⁴ para obtenção do benefício mensal do programa “Gira Renda” pelas famílias cadastradas no programa, estão a residência comprovada no município por pelo menos dois (2) anos, possuir renda per capita de pobreza⁵ e extrema pobreza.

Gráfico 34 - Comparativo da quantidade de beneficiários na zona urbana, 2019 e 2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

⁴ A concessão do benefício dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionantes relativas ao acompanhamento socioassistencial, ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento), em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

⁵ Utiliza-se como base a renda per capita de pobreza conforme referência utilizada pelo governo federal na concessão de transferência de renda para o programa bolsa família.

De acordo com o gráfico, percebe-se uma incidência maior no número de beneficiários no ano de 2019 em comparação ao ano de 2020. Uma possível explicação para esse fato é a diminuição de ações de divulgação nos bairros do referido programa, devido as medidas sanitárias estabelecidas em decreto municipal no ano de 2020⁶ acerca da redução de circulação de pessoas no território e distanciamento controlado visando contenção da pandemia no município, impossibilitando atendimento presencial na unidade.

Analisando o gráfico, percebe-se no que no biênio 2019-2020 houve incidência maior no número de beneficiários nos bairros do Tropical, Minérios e Alto bonito⁷, sendo considerado nestes bairros uma maior vulnerabilidade social potencializada em contexto de pandemia, podendo os munícipes dessas localidades depender mais dos programas sociais governamentais, tais como o “Gira Renda”.

Tabela 24 - Quantidade de beneficiários, por ano, na zona rural

| Locais Zona Rural | 2019 | 2020 | Total |
|--------------------------|-------------|-------------|--------------|
| APA | 16 | 4 | 20 |
| Boa Esperança | 4 | 4 | 8 |
| Carlos Fonseca | 0 | 3 | 3 |
| Cedere I | 66 | 21 | 87 |
| Nova Conquista | 15 | 7 | 22 |
| Nova Esperança | 77 | 18 | 95 |
| Nova Esperança II | 57 | 15 | 72 |
| Onalício Barros | 20 | 1 | 21 |
| Palmares II | 212 | 83 | 295 |
| Palmares Sul | 151 | 49 | 200 |
| Paulo Fonteles | 40 | 12 | 52 |
| Vila Sanção | 52 | 4 | 56 |
| Outros | 169 | 215 | 384 |
| Total | 879 | 436 | 1315 |

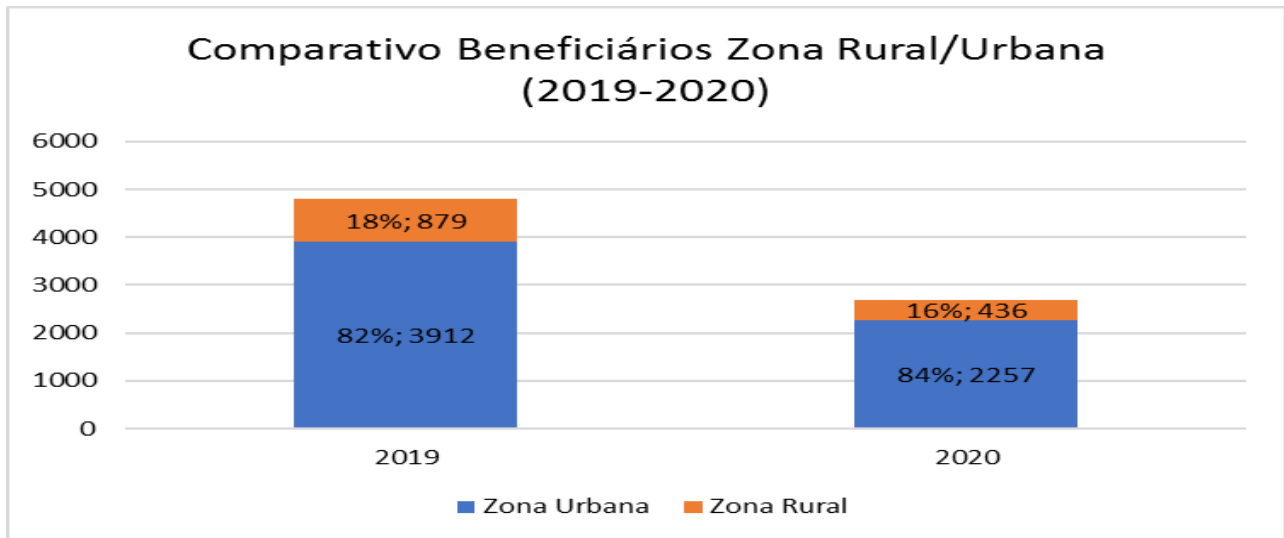
Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

⁶ Decreto nº555, de 01 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias de distanciamento controlado, visando a prevenção e o enfrentamento a pandemia do covid-19 e determina plano de contingência de transmissão da covid-19 por empresas mineradoras, no âmbito do município de Parauapebas.

⁷ De acordo com os dados do CECAD 2.0 (2016-2021) organizados pela vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência social do município de Parauapebas, os bairros do Tropical, Minérios e Alto bonito encontram-se em situação de vulnerabilidade social familiar considerada “muito alta”.

A tabela acima representa o número de beneficiários do programa “Gira Renda” no âmbito da zona rural municipal. O ano de 2019, ano que começou a funcionar o referido programa, possui o dobro de beneficiários em comparação ao ano de 2020. Novamente, o decreto municipal nº555, de junho de 2020, referente a contenção da pandemia no município, em que restringe a circulação de pessoas, pode ter tido peso relevante na diminuição dos números de beneficiários no ano de 2020, dificultando ainda mais o acesso da população da zona rural aos benefícios do programa.

Gráfico 35 - Comparativo de beneficiários zona urbana/rural.



Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

De acordo com a lei N°4.782/2019, que cria o programa “Gira Renda”, a meta inicial do programa era beneficiar 5 mil famílias. Em dezembro de 2020, o programa já atendia 4.791 beneficiários, ou seja, 95,82% da meta atingida. O PPA referente ao quadriênio 2018-2021, estabelece como meta principal, em 2020, atender pelo menos 7.000 famílias. Até dezembro de 2020 o número de beneficiários correspondeu a 38,47% desse total, ou seja, 2.693 famílias entre zona urbana e rural, ficando aquém da meta estabelecida para o ano.

Tabela 25 – Situação de trabalho dos beneficiários do Gira Renda.

| Situação de Trabalho | 2019 | 2020 | Total |
|----------------------|------|------|-------|
| Aposentado | 7 | 3 | 10 |
| Autônomo | 859 | 524 | 1383 |
| Bolsista | 1 | 0 | 1 |
| Cooperado | 0 | 2 | 2 |
| Desempregado | 3386 | 1321 | 4707 |

| | | | |
|----------------------|-----|-----|-----|
| Do lar | 304 | 660 | 964 |
| Empregado | 35 | 18 | 53 |
| Empregador | 0 | 2 | 2 |
| Estudante | 30 | 8 | 38 |
| Incapaz | 1 | 11 | 12 |
| Pensionista | 1 | 1 | 2 |
| Produtor Rural | 23 | 48 | 71 |
| Profissional Liberal | 144 | 97 | 241 |

Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

De acordo com a tabela acima, a maioria das pessoas que são beneficiárias do programa “Gira renda” encontram-se desempregadas⁸, trabalhando de forma autônoma ou atuam em trabalhos domésticos, respectivamente.

Tabela 26 - Grau de instrução dos beneficiários do Gira Renda.

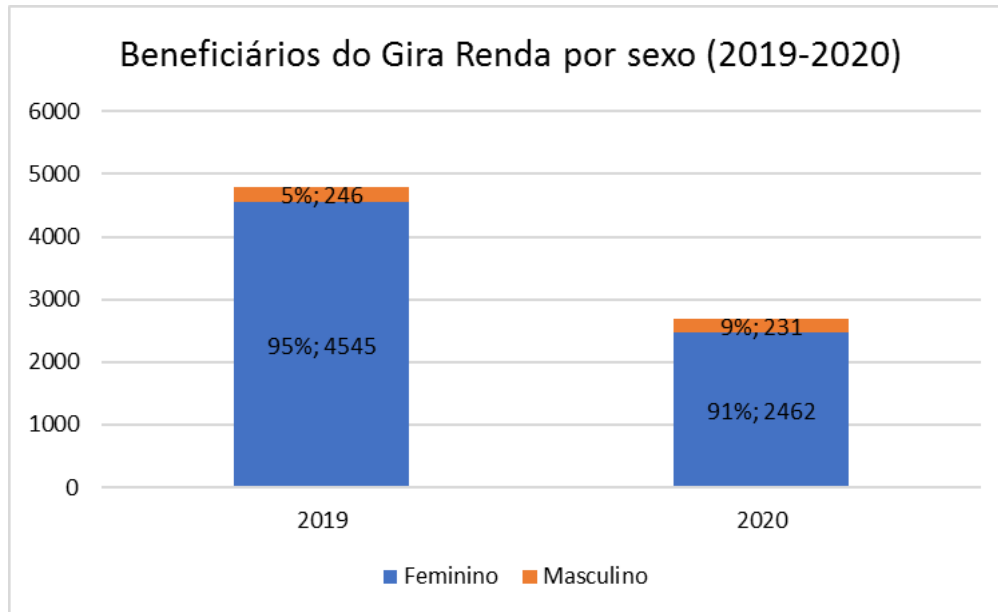
| Grau de Instrução | 2019 | 2020 | Total |
|-------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Não alfabetizado | 207 | 91 | 298 |
| Alfabetizado | 122 | 64 | 186 |
| Educação Infantil | 0 | 1 | 1 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 2215 | 1086 | 3301 |
| Ensino Fundamental Completo | 357 | 226 | 583 |
| EJA | 41 | 14 | 55 |
| Ensino Médio Incompleto | 587 | 332 | 919 |
| Ensino Médio Completo | 1216 | 839 | 2055 |
| Ensino Técnico | 1 | 5 | 6 |
| Ensino Superior Incompleto | 15 | 14 | 29 |
| Ensino Superior Completo | 30 | 22 | 52 |

Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

⁸ A estimativa populacional da cidade de Parauapebas para o ano de 2021 é de 218,787 pessoas e a quantidade de pessoas ocupadas em 2019 foi de 56.766 pessoas, correspondendo a 27,3% da população total daquele ano. (IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021).

A supracitada tabela mostra o grau de instrução dos beneficiários do programa “Gira Renda” no biênio 2019-2020. É visível o baixo número de pessoas beneficiárias que possuem nível superior, enquanto que a maioria possui ensino fundamental incompleto, com total de 3301 pessoas.

Gráfico 36 - Beneficiários do Gira Renda, por sexo, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Programa Gira Renda.

O gráfico anterior revela que a grande maioria dos beneficiários do “Gira Renda” são pessoas do sexo feminino em situação de vulnerabilidade social familiar, com 95% no ano de 2019 e 91% no ano de 2020.

8. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

De acordo com a LOAS (2013) atualizada, a proteção social básica consiste em um “conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. No mesmo horizonte, a PNAS (2004, p. 33) preconiza que “a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Ainda conforme a PNAS (2004), a proteção social básica:

[...] destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências,

dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização (PNAS, 2004, p. 34).

8.1.1. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Conforme a PNAS (2004), o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, situado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1000 famílias/ano. Compete ao CRAS executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste horizonte, é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias.

Segundo as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009), o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, o qual compete a organização e oferta dos serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Em virtude de sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

O CRAS atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. (Orientações Técnicas: PAIF, Vol. 1. 2012).

Dentre as funções do CRAS, destaca-se a gestão territorial, que tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximo ao local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais (Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social, 2009, p. 20).

Atualmente, o SUAS em Parauapebas conta com 5 CRAS em funcionamento, sendo eles: CRAS Altamiro Borba, CRAS Da Paz, CRAS Minérios, CRAS Rio Verde e CRAS Nova Carajás. Segundo o CADSUAS – Sistema de Cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais -, acessado em 22/10/2021, os CRAS Altamiro Borba, Minérios e Rio Verde foram implantados com recursos das esferas municipal e federal, enquanto que os CRAS Da Paz e o Nova Carajás foram implantados com recursos da esfera municipal. A fonte principal de recursos para a

execução dos serviços nos CRAS é da esfera municipal. Todos os CRAS têm capacidade de referenciamento para 5000 famílias, conforme informado no Censo SUAS 2020.

Devemos salientar que os CRAS Altamiro Borba, CRAS Minérios e CRAS Da Paz contam com Equipe Volante, que é uma equipe adicional que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de proteção social básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso (Resolução CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011).

8.1.2. Índice de desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS

O último IDCRAS (Índice de Desenvolvimento dos CRAS) divulgado pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (antigo MDS), foi o de 2019. O IDCRAS é uma ferramenta de avaliação que permite aos técnicos, gestores e conselheiros da assistência social identificar a direção sugerida para o processo de melhoria e aprimoramento da qualidade dos serviços socioassistenciais. O IDCRAS busca capturar, de forma aproximada e comparativa, a “qualidade dos serviços” prestados à população por meio dos CRAS.

Deste modo, o IDCRAS é composto por 03 dimensões: Estrutura Física, Recursos Humanos e Serviços & Benefícios, avaliadas em níveis que vão de 1 a 5. O nível 5 representa a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis. A seguir, veremos o IDCRAS, por unidade CRAS, na série histórica de 2017 a 2019.

O IDCRAS sintético do CRAS Altamiro Borba no triênio 2017 a 2019 revela que a qualidade dos serviços prestados nesse CRAS melhorou no decorrer do triênio em questão. O IDCRAS sintético do referido CRAS em 2017 foi de 2,00, melhorando para 3,33 em 2018, e melhorando mais ainda em 2019 para 4,33.

Tabela 27 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Altamiro Borba.

| Comparativo do ID CRAS 2017 a 2019, CRAS Altamiro Borba | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Dimensões | 2017 | 2018 | 2019 |
| Dimensão Estrutura Física | 2,00 | 2,00 | 5,00 |
| Dimensão Recursos Humanos | 2,00 | 5,00 | 5,00 |
| Dimensão Serviços & Benefícios | 2,00 | 3,00 | 3,00 |
| ID CRAS sintético CRAS Altamiro Borba | 2,00 | 3,33 | 4,33 |

O IDCRAS sintético do CRAS Da Paz no triênio 2017 a 2019 revela que a qualidade dos serviços prestados nesse CRAS piorou no decorrer do triênio em questão. O IDCRAS sintético do CRAS Da Paz em 2017 foi de 4,67, passando para 3,33 em 2018 e 2019.

Tabela 28 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Da Paz.

| Comparativo do ID CRAS 2017 a 2019, CRAS Da Paz | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Dimensões | 2017 | 2018 | 2019 |
| Dimensão Estrutura Física | 4,00 | 2,00 | 2,00 |
| Dimensão Recursos Humanos | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Dimensão Serviços & Benefícios | 5,00 | 3,00 | 3,00 |
| ID CRAS sintético CRAS da Paz | 4,67 | 3,33 | 3,33 |

Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial de Parauapebas, edição nº 13, outubro/2020.

O IDCRAS sintético do CRAS Minérios no triênio 2017 a 2019 revela que a qualidade dos serviços prestados nesse CRAS piorou de 2017 para 2018, melhorando de 2018 para 2019. O IDCRAS sintético do CRAS Minérios em 2017 foi de 5,00, passando para 3,67 em 2018 e 4,00 em 2019.

Tabela 29 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Minérios.

| Comparativo do ID CRAS 2017 a 2019, CRAS Minérios | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Dimensões | 2017 | 2018 | 2019 |
| Dimensão Estrutura Física | 5,00 | 4,00 | 4,00 |
| Dimensão Recursos Humanos | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Dimensão Serviços & Benefícios | 5,00 | 2,00 | 3,00 |
| ID CRAS sintético CRAS Minérios | 5,00 | 3,67 | 4,00 |

Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial de Parauapebas, edição nº 13, outubro/2020.

O IDCRAS sintético do CRAS Rio Verde no triênio 2017 a 2019 revela que a qualidade dos serviços prestados nesse CRAS piorou de 2017 para 2018, mas voltou a melhorar de 2018 para 2019. O IDCRAS sintético do CRAS Rio Verde em 2017 foi de 4,33, passando para 3,00 em 2018 e 4,33 em 2019.

Tabela 30 - Comparativo do IDCRAS 2017 a 2019, CRAS Rio Verde.

| Comparativo do ID CRAS 2017 a 2019, CRAS Rio Verde | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Dimensões | 2017 | 2018 | 2019 |
| Dimensão Estrutura Física | 5,00 | 2,00 | 5,00 |
| Dimensão Recursos Humanos | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Dimensão Serviços & Benefícios | 3,00 | 2,00 | 3,00 |
| ID CRAS sintético CRAS Rio Verde | 4,33 | 3,00 | 4,33 |

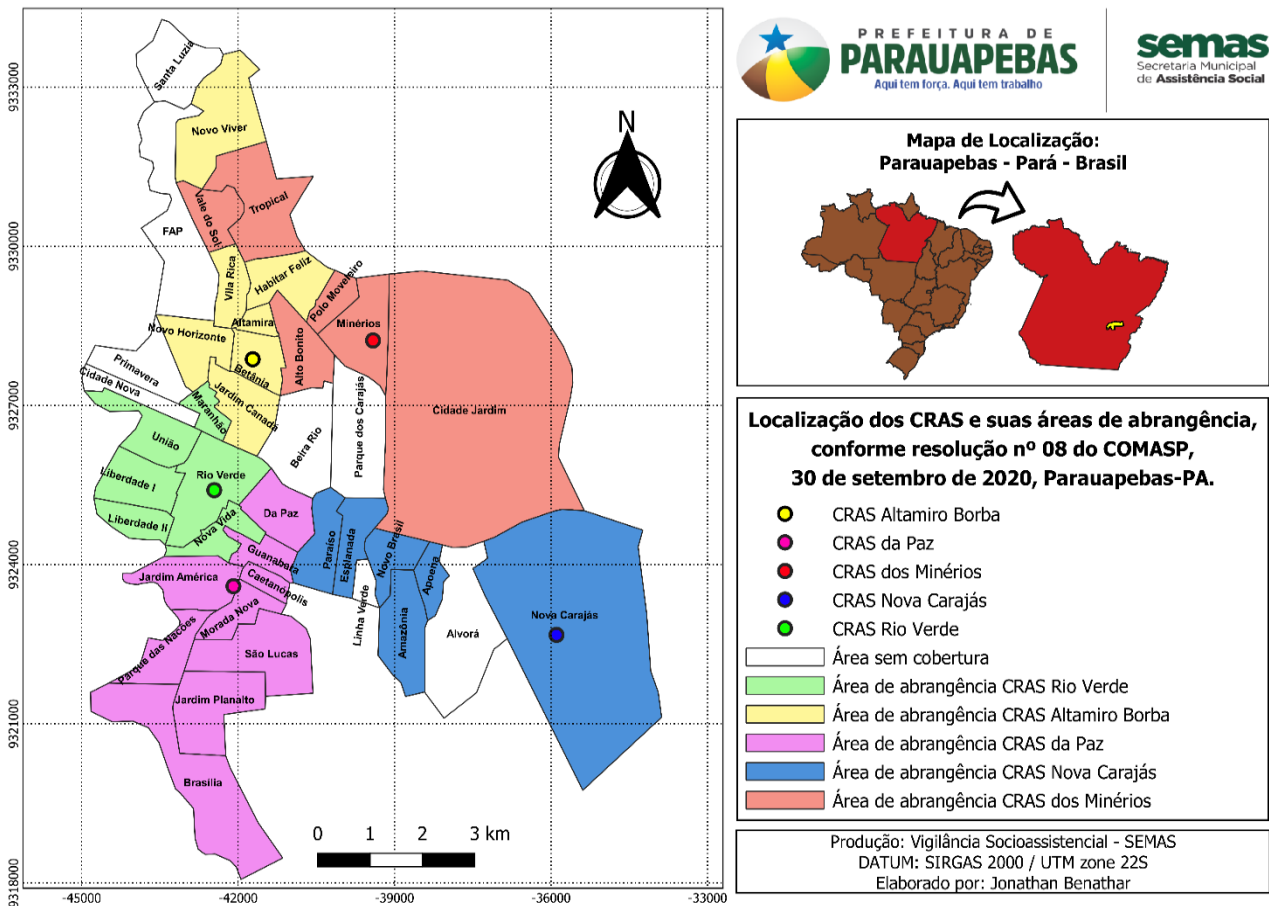
Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial de Parauapebas, edição nº 13, outubro/2020.

Como o último IDCRAS foi divulgado em 2019, e o CRAS Nova Carajás foi implantado em abril de 2020, este CRAS não possui IDCRAS divulgado até a finalização desse trabalho.

8.1.3. Área de atendimento dos CRAS

O regulamento do território municipal para fins de atendimento dos CRAS é a Resolução nº 08, de 30 de setembro de 2020, que dispõe sobre a redistribuição territorial de Parauapebas e dá outras providências. Essa resolução define 10 (dez) territórios para fins de atendimento dos serviços socioassistenciais, sendo eles: território 001 (Primavera), sem cobertura de atendimento; território 002 (Rio Verde), atendido pelo CRAS Rio Verde; território 003 (Altamira), atendido pelo CRAS Altamiro Borba; território 004 (Da Paz), atendido pelo CRAS Da Paz; território 005 (Nova Carajás), atendido pelo CRAS Nova Carajás; território 006 (Minérios), atendido pelo CRAS Minérios; e territórios 007 (Central), 008 (Palmares), 009 (Rural) e 010 (Indígena), sem cobertura de atendimento. Os territórios sem cobertura de atendimento são atendidos pela Equipe Técnica Local. Elucidaremos melhor essa equipe em tópico posterior. A figura a seguir apresenta a situação descrita.

Figura 8 - Localização dos CRAS e suas áreas de abrangência.

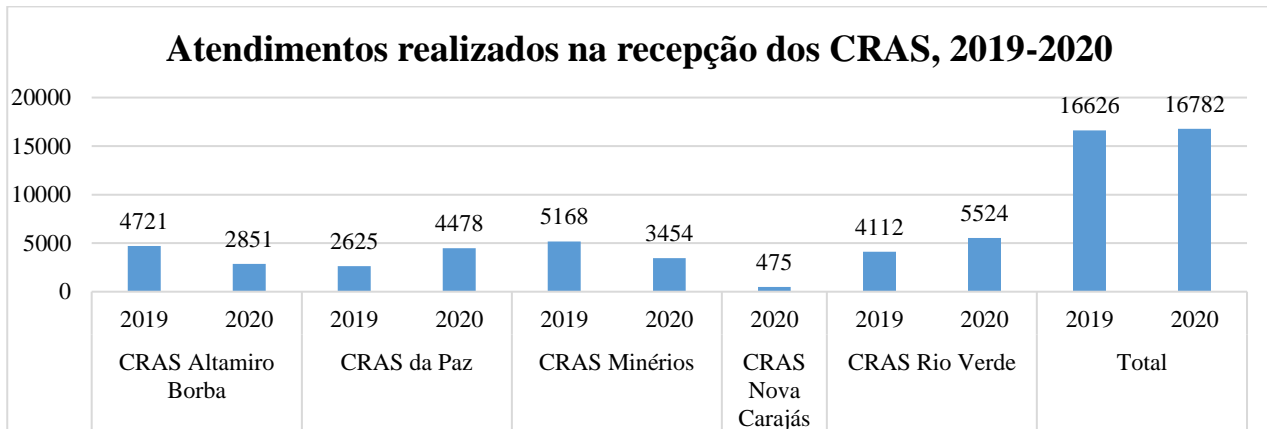


Fonte: autores, a partir dos dados do CECAD 2.0

8.1.4. Ações gerais desempenhadas nos CRAS

A princípio, cabe destacarmos o primeiro nível de atendimento nos CRAS, que é realizado na recepção dos mesmos. O total de atendimentos realizados nas recepções dos CRAS no ano de 2019 foi de 16626, número ligeiramente inferior ao total de atendimentos do ano de 2020: 16782 atendimentos. Nos CRAS Altamiro Borba e Minérios, percebemos um decréscimo no número de atendimentos na recepção de 2019 para 2020, ocorrendo o inverso para os CRAS Da Paz e Rio Verde. Como o CRAS Nova Carajás foi implantado em abril de 2020, somente apresentaremos dados referentes a esse ano para esse CRAS. Assim, no referido ano, o referido CRAS realizou 475 atendimentos na recepção. No biênio analisado, o CRAS que realizou mais atendimentos na recepção foi o CRAS Rio Verde, seguido pelo CRAS Minérios, CRAS Altamiro Borba e CRAS Da Paz.

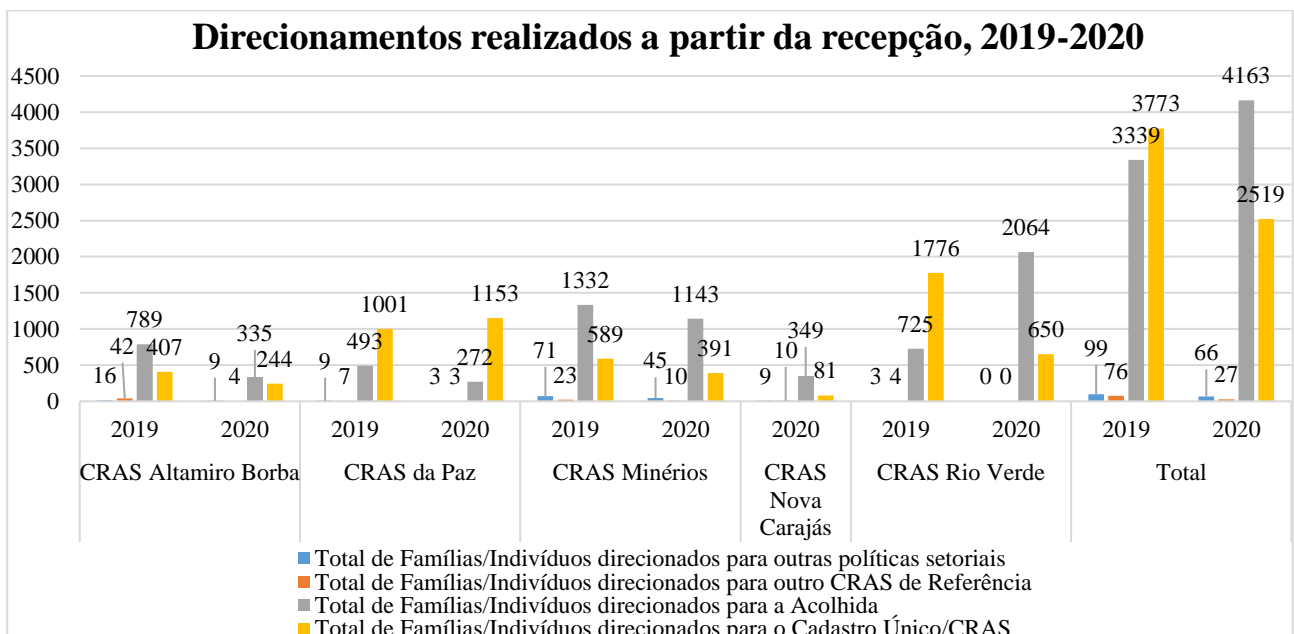
Gráfico 37 - Atendimentos realizados na recepção dos CRAS, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

A partir do atendimento da recepção, alguns direcionamentos são realizados para os usuários. Os direcionamentos que mais se destacaram no biênio analisado foram famílias/indivíduos direcionados para o setor de Cadastro Único dos CRAS e direcionados para a acolhida, conforme se visualiza no gráfico a seguir.

Gráfico 38 - Direcionamentos realizados a partir da recepção, 2019-2020.

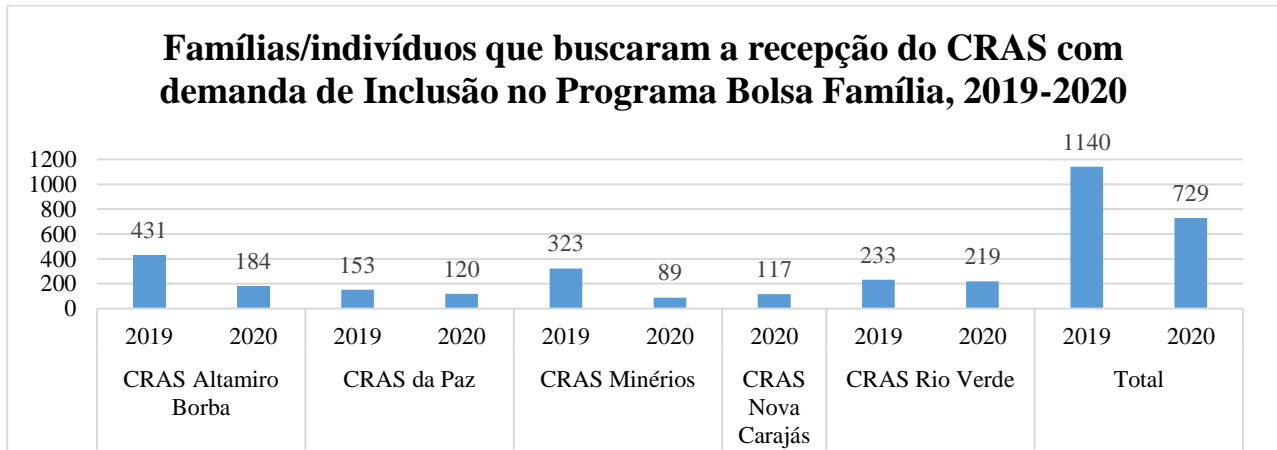


Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

Do total de atendimentos realizados nas recepções dos CRAS no biênio 2019-2020 (gráfico 37), 1869 eram demanda de inclusão no PBF, isto é, 5,6% dos atendimentos nas recepções dos CRAS em 2019 e 2020. O CRAS com maior quantidade de demanda para inclusão no PBF a partir da

recepção no biênio analisado foi o CRAS Altamiro Borba, seguido pelo CRAS Rio Verde, CRAS Minérios, CRAS Da Paz e CRAS Nova Carajás.

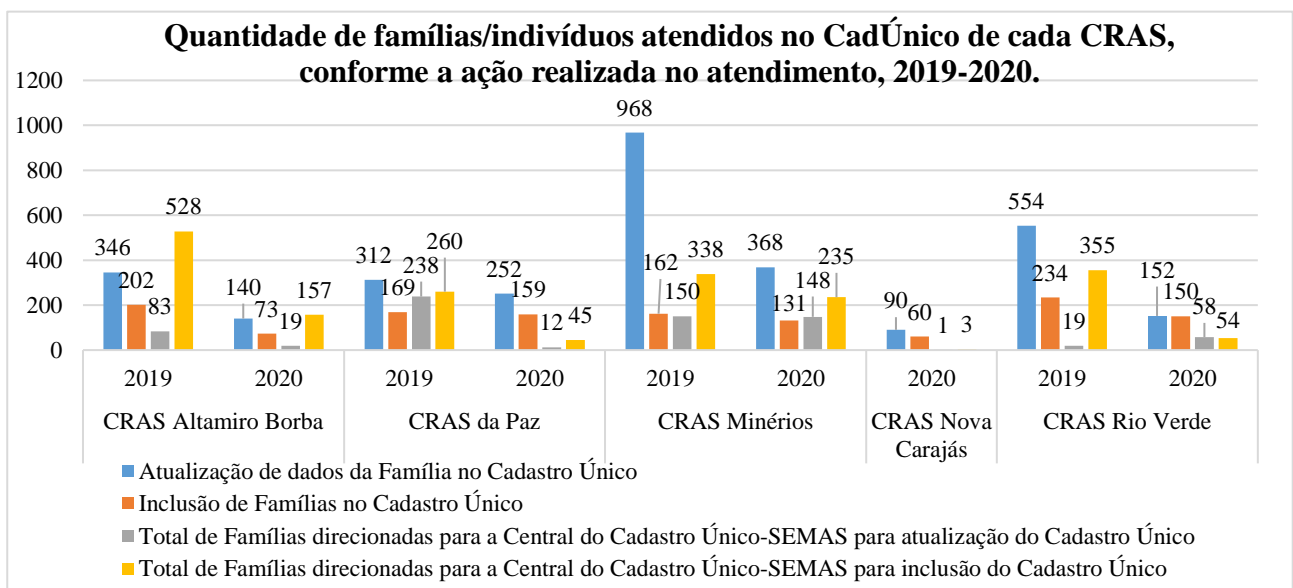
Gráfico 39 - Famílias/indivíduos que buscaram a recepção dos CRAS com demanda de inclusão no PBF, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

As demandas dos usuários no setor de Cadastro Único das unidades CRAS que mais se destacaram no biênio analisado foram: atualização de dados da família no Cadastro Único, seguida pela demanda de famílias direcionadas para a central do CadÚnico na SEMAS para inclusão no CadÚnico, logo após a inclusão da família no CadÚnico e, por último, famílias direcionadas para central do CadÚnico na SEMAS para atualização cadastral.

Gráfico 40 - Quantidade de famílias/indivíduos atendidos no CadÚnico de cada CRAS, conforme a ação realizada no atendimento, 2019-2020.



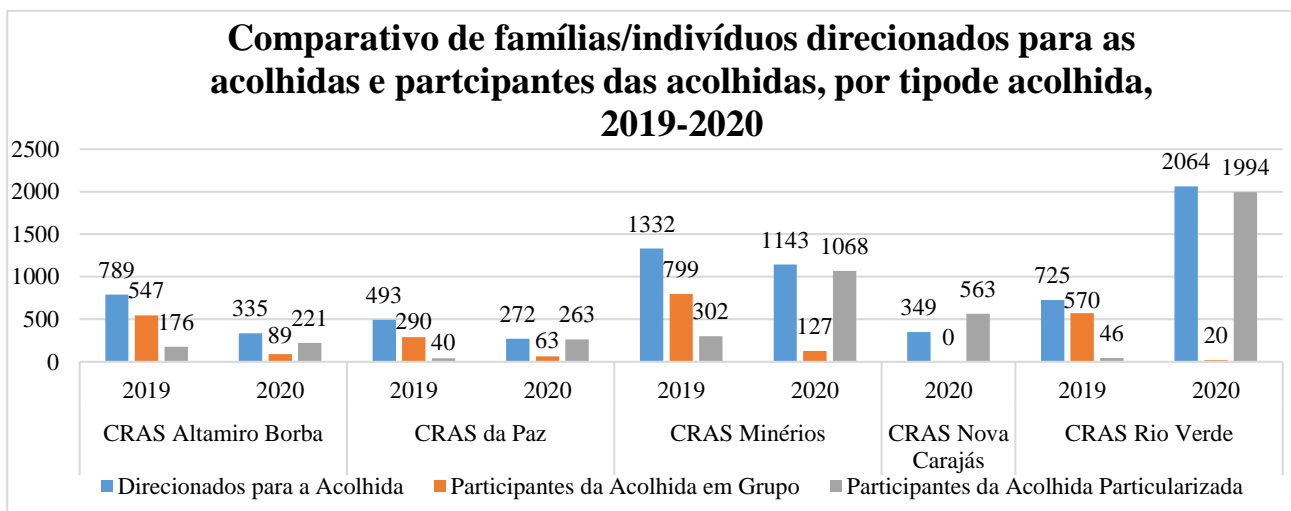
Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

8.1.5. Ações desempenhadas no âmbito das acolhidas

A acolhida consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço e da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais.

No âmbito dos direcionamentos e participações dos usuários nas acolhidas, constatou-se no biênio analisado que no CRAS Altamiro Borba 92% dos usuários direcionados para as acolhidas participaram das mesmas em grupo ou particularizadas. No CRAS Da Paz, do total de usuários direcionados para as acolhidas no biênio, 85,7% participaram em grupo ou na sua forma particularizada. No CRAS Minérios, do total de usuários direcionados para as acolhidas, 92,8% participaram das mesmas em sua forma particular ou em grupo. No CRAS Rio Verde, do total de usuários direcionados para as acolhidas no biênio analisado, 94,3% participaram das mesmas em sua forma particular ou em grupo. No CRAS Nova Carajás, no ano de 2020, somente acolhidas particularizadas foram realizadas. Participaram das acolhidas particularizadas mais usuários que foram direcionados. Dessa forma, a taxa de participação dos usuários nas acolhidas para esse CRAS foi de 161,3%. Revelou-se a partir dos dados, que houve um aumento nas acolhidas particularizadas de 2019 para 2020. Tal fator pode ser explicado pela situação de pandemia internacional, a qual exigiu maior distanciamento social entre as pessoas, impossibilitando a realização de acolhidas em grupo.

Gráfico 41 - Comparativo de famílias/indivíduos direcionados para as acolhidas e participantes das acolhidas, por tipo de acolhida, 2019-2020.

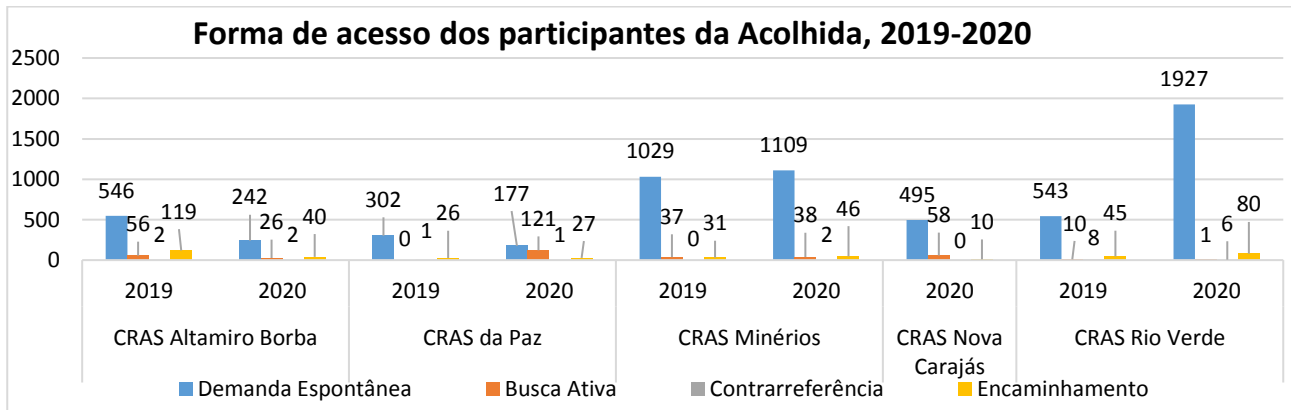


Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

As formas de acesso às acolhidas que mais se destacaram no biênio analisado foram: demanda espontânea (6370 no biênio), encaminhamentos (424 no biênio), busca ativa (347 no biênio) e

contrarreferência (22 no biênio). A forma de acesso por demanda espontânea não requer planejamento, portanto, não alcança as dimensões Proativa e Preventiva do trabalho social, respondendo apenas àquelas demandas emergentes. As formas de acesso que refletem algum resultado da Gestão Territorial são busca ativa, contrarreferência e encaminhamento.

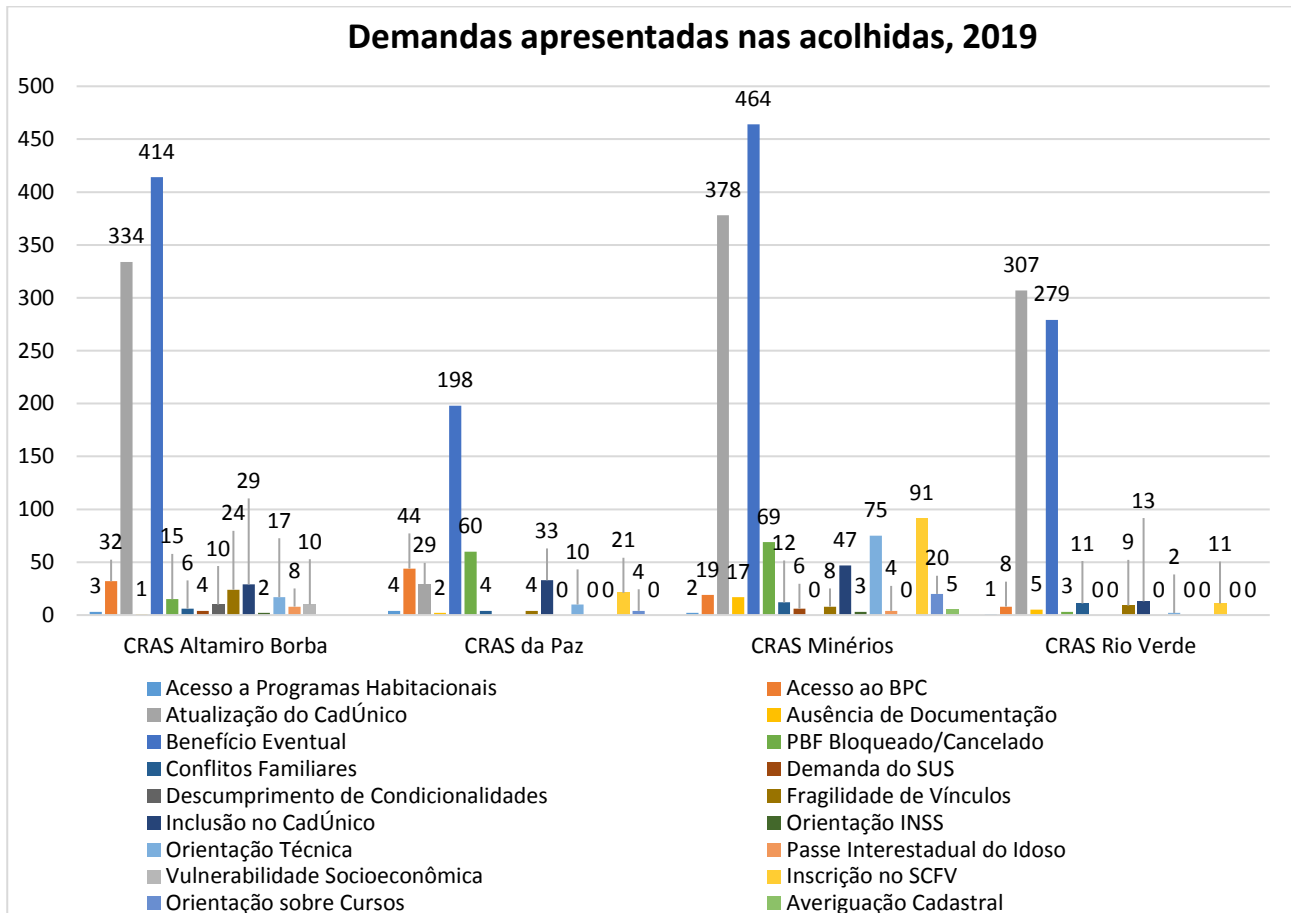
Gráfico 42 - Forma de acesso dos participantes das acolhidas, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

O gráfico abaixo demonstra que, no geral, a demanda por benefício eventual é a que ocorre com maior prevalência nas acolhidas, seguida pela demanda de atualização do CadÚnico. Observa-se a mesma situação na análise por equipamento, exceto no CRAS da Paz, onde a demanda por acesso ao BPC, demanda por benefício eventual e demanda de PBF bloqueado/cancelado foram maiores que as demandas por atualização do CadÚnico. Cabe destacarmos que, apesar de a principal demanda apresentada na acolhida ter sido o benefício eventual, o volume de vulnerabilidade socioeconômica identificado como demanda das famílias/indivíduos atendidos na acolhida é baixo e apenas o CRAS Altamiro notificou esta situação. Vale frisar que a necessidade de acesso ao benefício eventual se dá em decorrência da vulnerabilidade socioeconômica temporária. A incidência das demandas trazidas pelas famílias/indivíduos atendidos na acolhida demonstra que no primeiro contato com o PAIF estas requerem essencialmente ações referentes à promoção de aquisições materiais através dos benefícios eventuais e da manutenção do acesso à transferência de renda.

Gráfico 43 - Demandas apresentadas nas acolhidas, 2019.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

Assim como em 2019, a principal demanda nas acolhidas em 2020 nos CRAS foi o benefício eventual, exceto no CRAS Nova Carajás, onde a principal demanda apresentada nas acolhidas foi o auxílio alimentação (Covid-19), e CRAS Minérios, onde a principal demanda apresentada nas acolhidas em 2020 foi cesta básica. Outras demandas que se destacaram foram atualização do CadÚnico e acesso ao BPC no CRAS Altamiro Borba, Programa Gira Renda e atualização do CadÚnico no CRAS Da Paz, benefício eventual e atualização do CadÚnico no CRAS Minérios, orientação técnica, benefício eventual e atualização do CadÚnico no CRAS Nova Carajás e auxílio emergencial e inclusão no CadÚnico no CRAS Rio Verde. A tabela a seguir apresenta a situação.

Tabela 31 - Demandas apresentadas nas acolhidas, 2020.

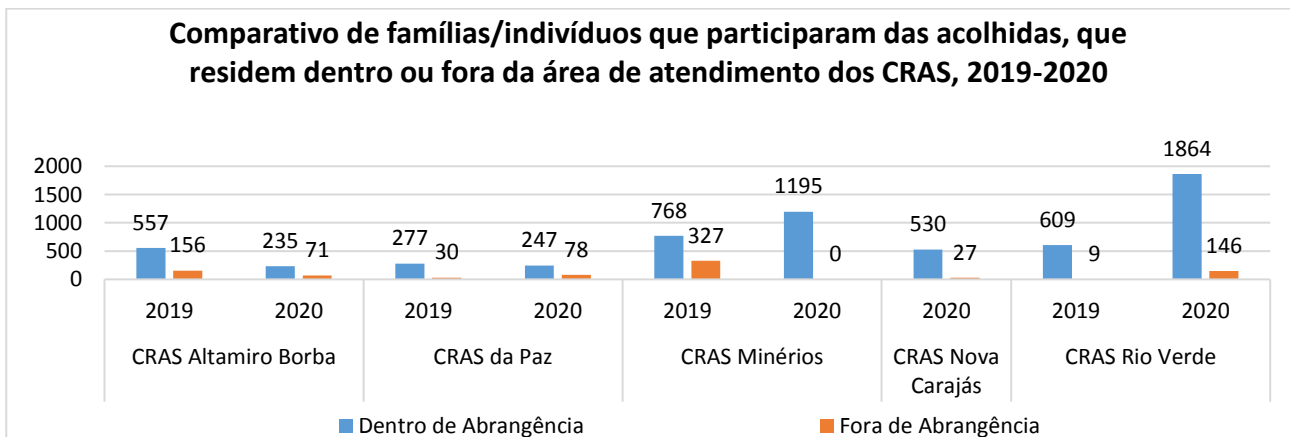
| Demandas | CRAS Altamiro Borba | CRAS da Paz | CRAS Minérios | CRAS Nova Carajás | CRAS Rio Verde |
|-----------------------------------|---------------------|-------------|---------------|-------------------|----------------|
| Acesso a outros programas sociais | 4 | 0 | 2 | 37 | 0 |
| Acesso ao BPC | 23 | 7 | 17 | 12 | 21 |
| Atualização de CadÚnico | 26 | 31 | 89 | 75 | 26 |

| | | | | | |
|----------------------------------|-----|-----|-----|-----|------|
| Ausência de documentação | 14 | 6 | 13 | 2 | 13 |
| Benefício bloqueado | 5 | 25 | 6 | 2 | 0 |
| Benefício Eventual | 207 | 207 | 305 | 76 | 1572 |
| CEJUSC | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflitos Familiares | 4 | 7 | 15 | 6 | 13 |
| Fragilidade de vínculos | 9 | 3 | 13 | 4 | 5 |
| Inclusão no CadÚnico | 12 | 7 | 20 | 47 | 30 |
| Auxílio Emergencial | 7 | 0 | 0 | 0 | 235 |
| Passo Interestadual do Idoso | 1 | 0 | 0 | 10 | 0 |
| Perfil de Programa Bolsa Família | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Programa Gira Renda | 13 | 33 | 0 | 0 | 0 |
| Saúde | 10 | 15 | 0 | 50 | 0 |
| Inclusão no SCFV | 0 | 5 | 26 | 0 | 0 |
| Orientação Técnica | 0 | 1 | 10 | 222 | 0 |
| Cesta Básica | 0 | 0 | 768 | 0 | 0 |
| Auxílio Alimentação (Covid-19) | 0 | 0 | 0 | 280 | 0 |
| Interesse em Cursos | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 |
| Informações sobre CadÚnico | 0 | 0 | 0 | 0 | 138 |

Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

No biênio 2019-2020, quando analisamos se as famílias/indivíduos que participaram das acolhidas estavam dentro ou fora da área de atendimento dos CRAS, verificamos que a maioria delas estava dentro da área, demonstrando uma referência positiva entre a população e a territorialidade dos equipamentos. O CRAS Minérios teve mais famílias/indivíduos fora da área de atendimento participantes das acolhidas, seguido pelo CRAS Altamiro Borba e CRAS Rio Verde.

Gráfico 44 - Comparativo de famílias/indivíduos que participaram das acolhidas, que residem dentro ou fora da área de atendimento dos CRAS, 2019-2020.

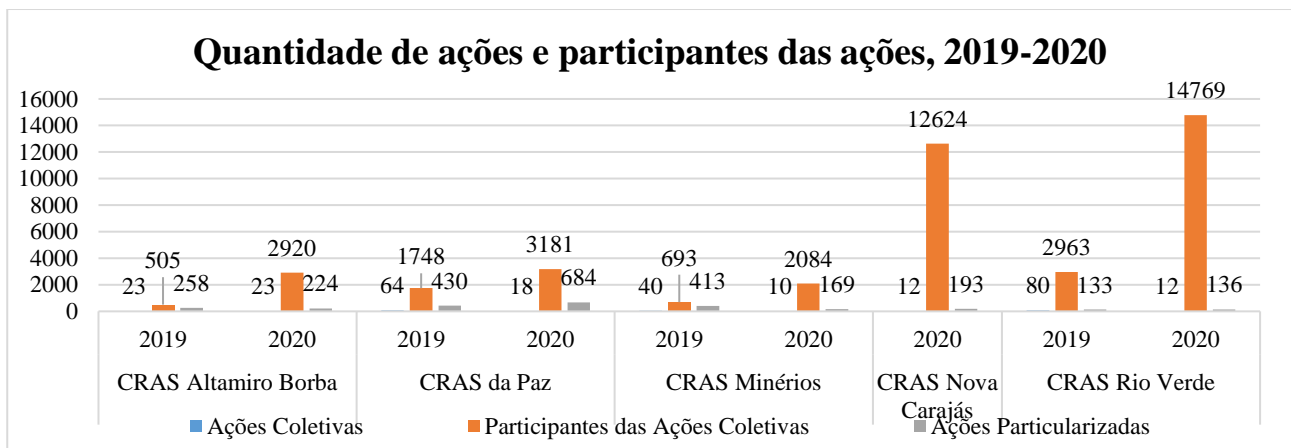


Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

8.1.6. Ações desempenhadas no âmbito do atendimento

No contexto das ações coletivas e particularizadas realizadas pelos CRAS, nota-se que no biênio 2019-2020 houve uma diminuição das ações coletivas em todos os CRAS, exceto no CRAS Altamiro Borba, onde esse quantitativo se manteve. A redução das ações coletivas em 2020 pode ser explicada pela situação de pandemia internacional que exigiu um maior distanciamento social entre as pessoas. Em sentido contrário, nos CRAS Da Paz e Rio Verde houve um aumento das ações particularizadas de 2019 para 2020, não acontecendo o mesmo nos CRAS Altamiro Borba e Minérios, onde essas ações diminuíram de 2019 para 2020. A quantidade de participantes nas ações coletivas também sofreu um aumento considerável de um ano para o outro em todos os CRAS, exceto no CRAS Nova Carajás, onde as informações disponíveis são apenas as de 2020.

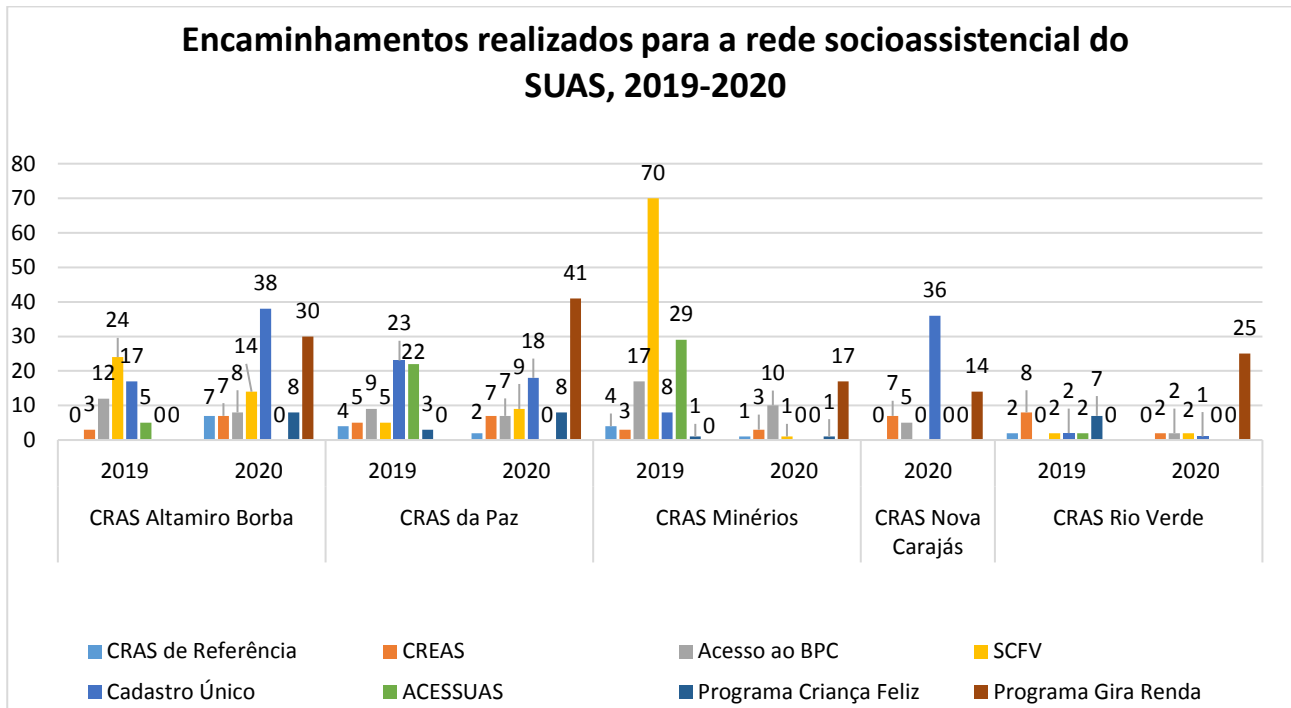
Gráfico 45 - Quantidade de ações e participantes das ações, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

No biênio 2019-2020, os encaminhamentos mais comuns realizados pelos CRAS para a rede socioassistencial foram para o Programa Gira Renda, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Cadastro Único e acesso ao BPC. Os encaminhamentos feitos por todos os CRAS para o Programa Gira Renda foram realizados no ano de 2020, sendo que o CRAS Da Paz foi o que mais encaminhou para o referido programa, seguido pelo CRAS Altamiro Borba. O CRAS Minérios foi o que mais encaminhou para o SCFV, seguido pelo CRAS Altamiro Borba. O CRAS Altamiro Borba foi o que mais encaminhou para o CadÚnico, seguido pelo CRAS Da Paz e CRAS Nova Carajás. O CRAS Minérios foi o que mais encaminhou para acesso ao BPC, seguido pelo CRAS Altamiro Borba e CRAS Da Paz. O gráfico a seguir apresenta essa situação.

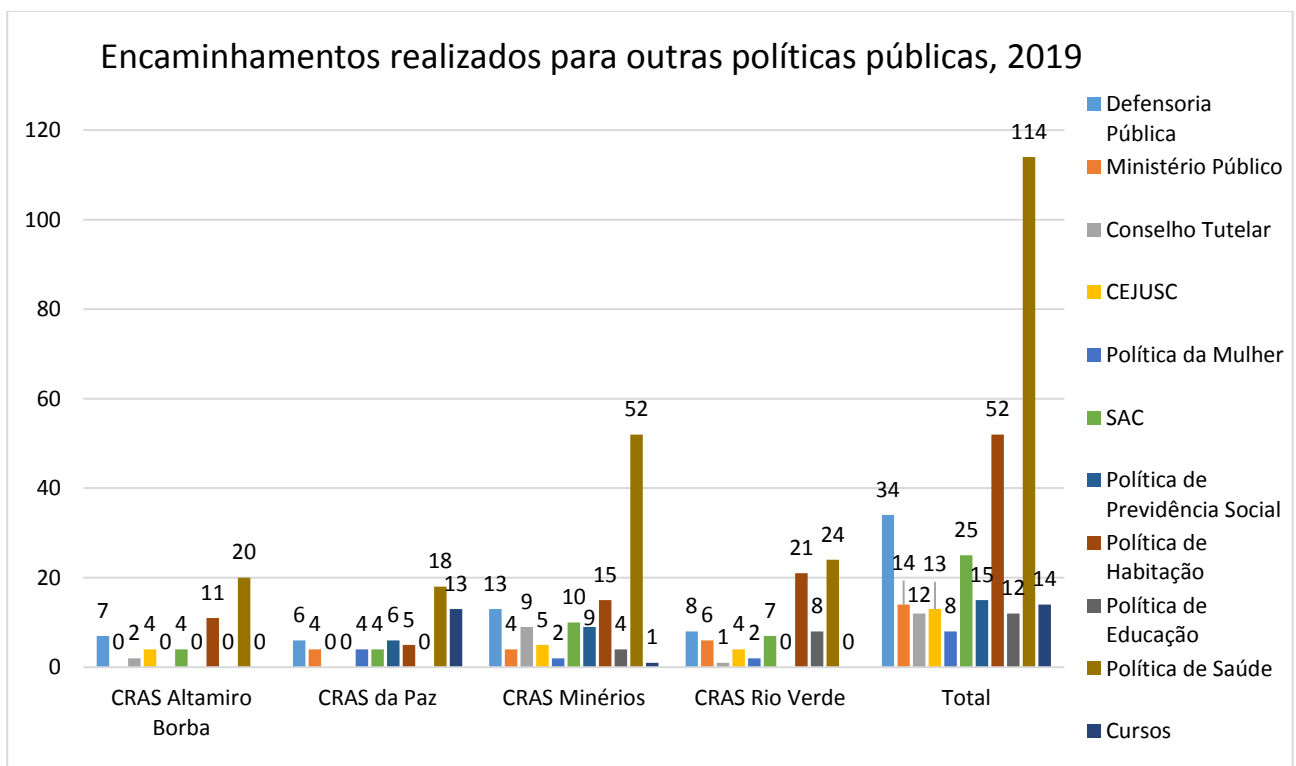
Gráfico 46 - Encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial do SUAS, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

No âmbito das articulações intersetoriais, a política de saúde foi a que mais recebeu encaminhamentos em 2019, seguida pela política de habitação, Defensoria Pública e SAC.

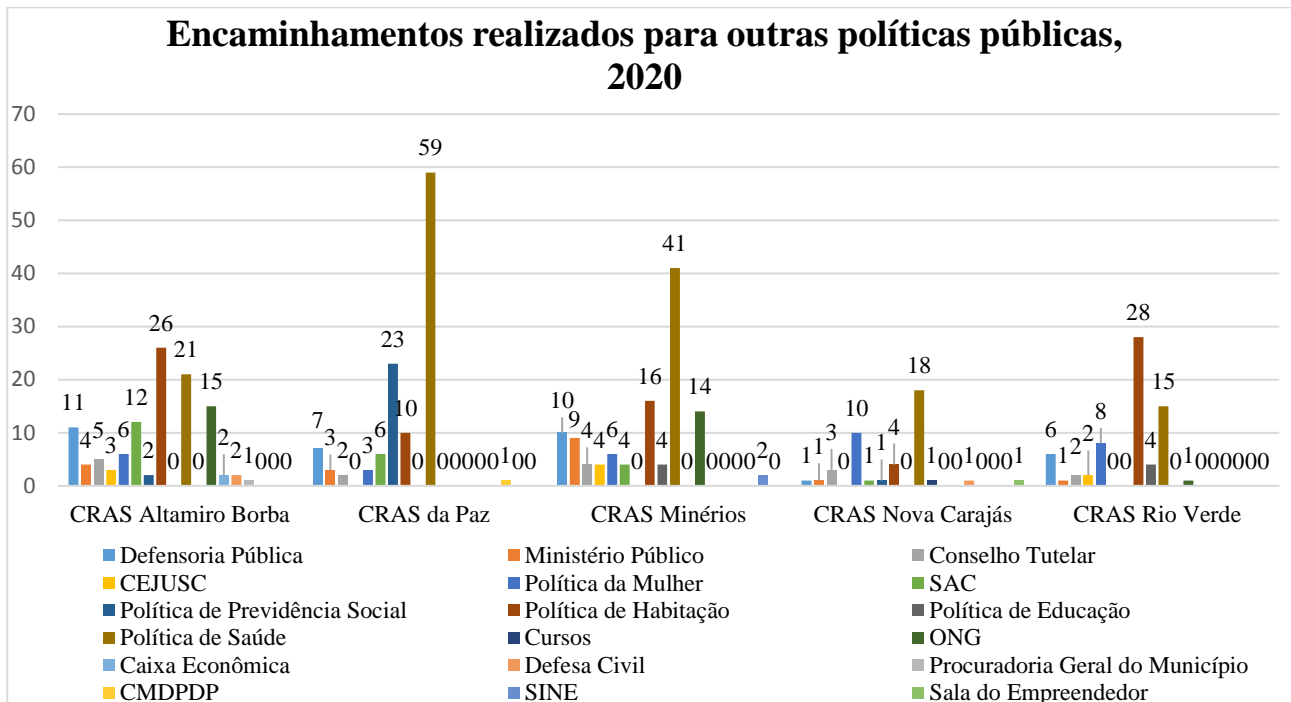
Gráfico 47 - Encaminhamentos realizados para outras políticas públicas, 2019.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

Em 2020, assim como em 2019, a maior quantidade de articulações intersetoriais foi realizada com a política de saúde, seguida pela política de habitação, Defensoria Pública e, diferentemente de 2019, a política da mulher foi a quarta principal articulação intersetorial realizada em 2020.

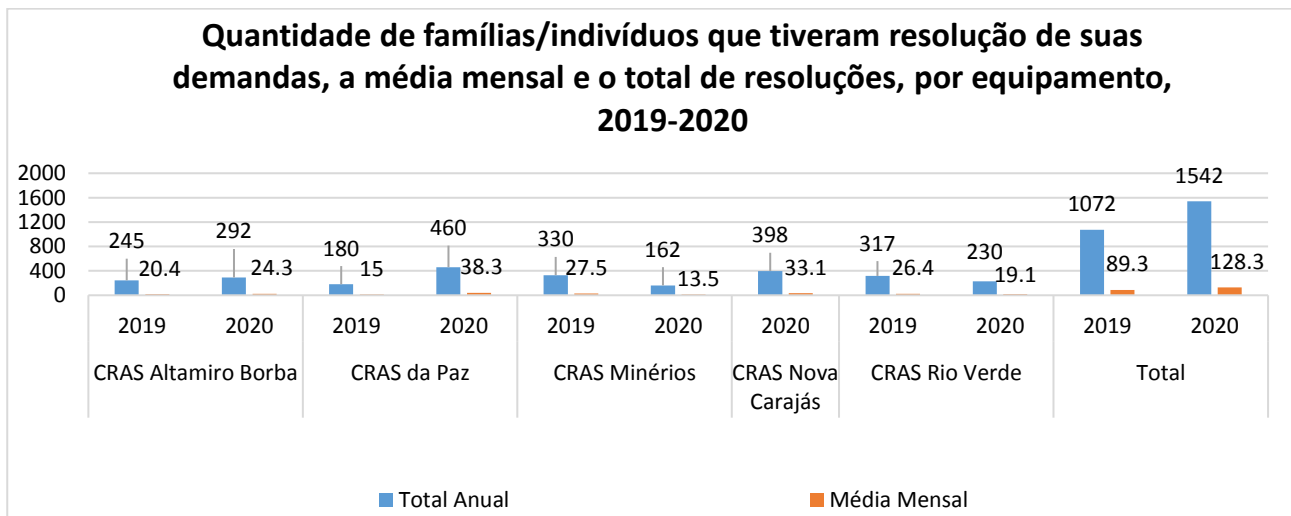
Gráfico 48 - Encaminhamentos realizados para outras políticas públicas, 2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

No biênio 2019-2020, no âmbito do atendimento, o total de resoluções de demandas para as famílias/indivíduos atendidos nos CRAS foi 2614. Nota-se um aumento no total de resoluções de um ano para o outro, correspondente a 43,8%, impulsionado, principalmente, pelos CRAS Da Paz e Altamiro Borba. A média mensal de resoluções de demandas em 2019 foi 89,3, aumentando para 128,3 em 2020.

Gráfico 49 - Quantidade de famílias/indivíduos que tiveram resolução de suas demandas, a média mensal e o total de resoluções, por equipamento, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

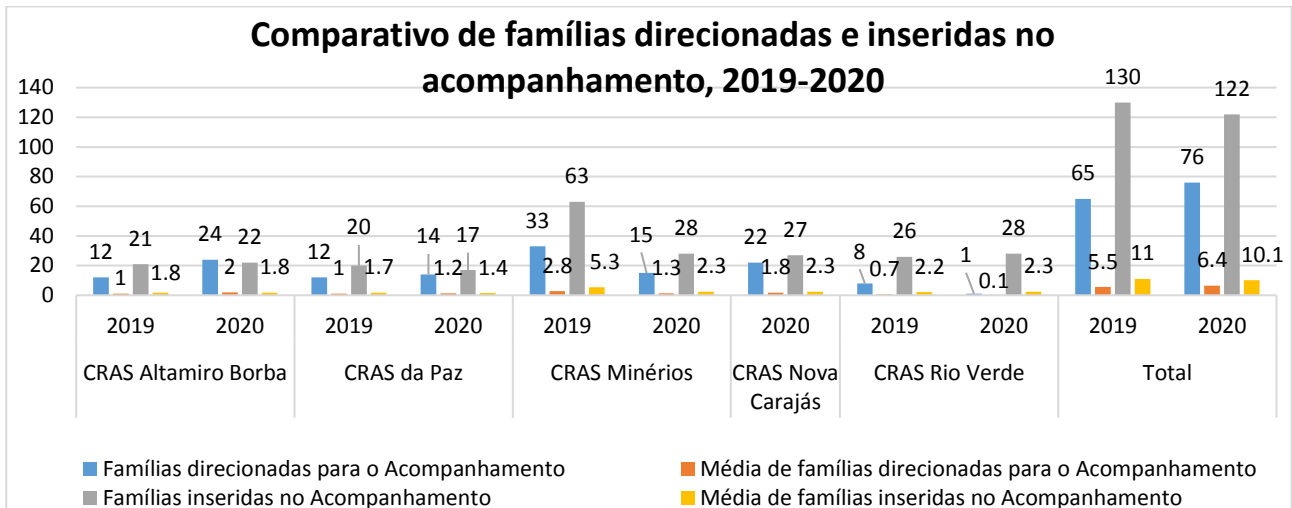
8.1.7. Ações desempenhadas no âmbito do acompanhamento

O acompanhamento é um conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas no âmbito familiar ou comunitário.

A seguir, apresentaremos o volume de famílias/indivíduos direcionados para Acompanhamento a partir do Atendimento, em comparação com o volume de novas famílias inseridas em Acompanhamento. Destaca-se que a inserção no Acompanhamento pode ocorrer já a partir da Acolhida ou como resultado de Busca Ativa.

No biênio 2019-2020, revela-se que o número de famílias inseridas no acompanhamento é maior que o número de famílias direcionadas para o acompanhamento. Este cenário demonstra que as unidades têm êxito na atenção às situações identificadas com necessidade de acompanhamento, tanto das famílias/indivíduos direcionados a partir do Atendimento como oriundas de outras ações do PAIF. Porém, ao observarmos a média mensal, veremos que tanto a média de famílias/indivíduos direcionados para acompanhamento como a de novas famílias inseridas em acompanhamento são baixas. O gráfico a seguir apresenta essa situação.

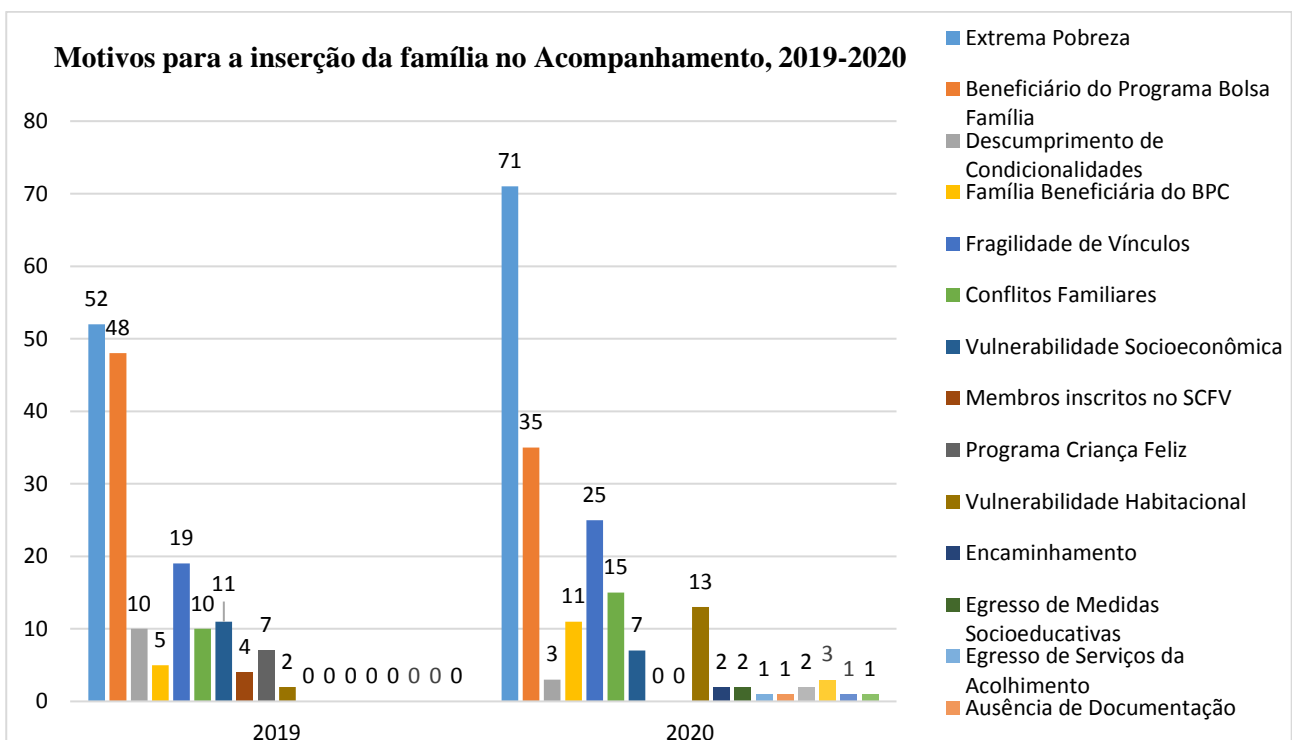
Gráfico 50 - Comparativo de famílias direcionadas e inseridas no acompanhamento, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

Quanto aos motivos que levaram as famílias a entrarem no Acompanhamento, revela-se que, no biênio analisado, o principal motivo para a inserção no acompanhamento foi a extrema pobreza, seguido por beneficiário do PBF, fragilidade de vínculos, conflitos familiares, vulnerabilidade socioeconômica e família beneficiária do BPC. Conforme as Orientações Técnicas do PAIF, volume 2, as famílias que entraram em acompanhamento e que são públicos prioritários são as famílias beneficiárias do BPC e em descumprimento de condicionalidades.

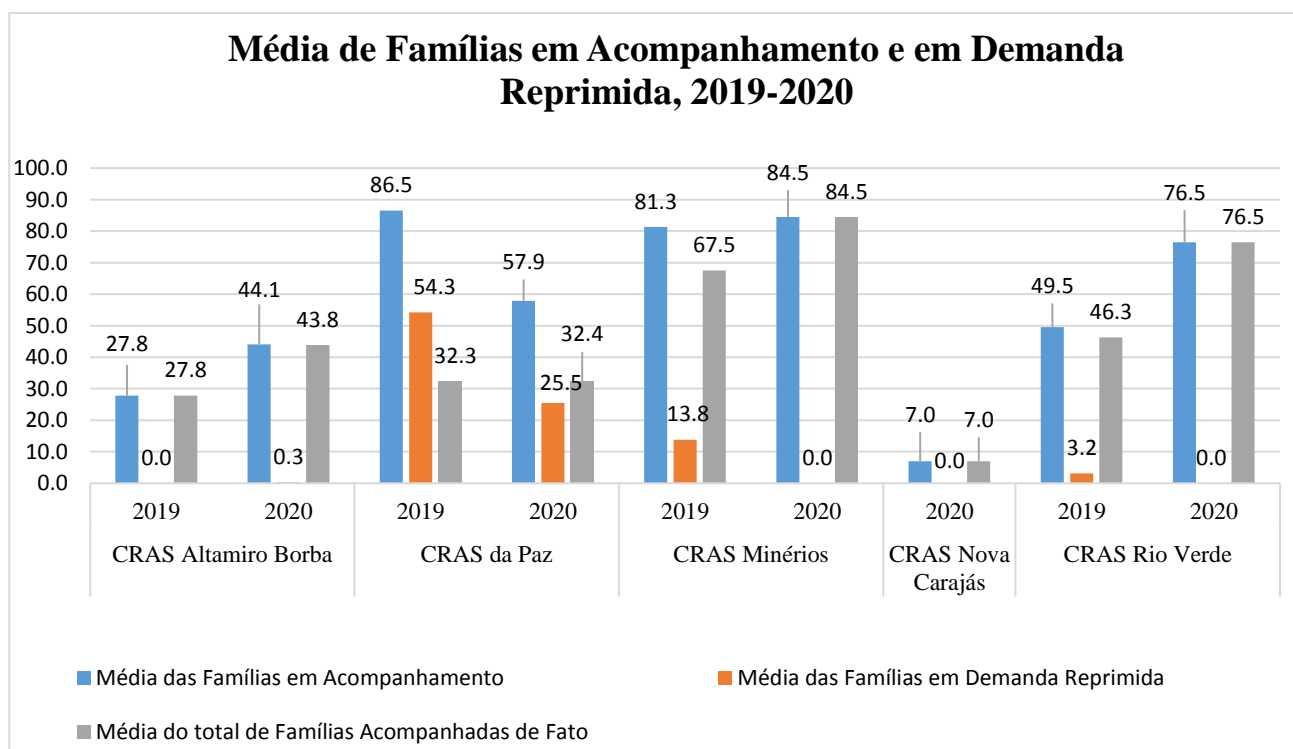
Gráfico 51 - Motivos para a inserção da família no Acompanhamento, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS.

Quanto a quantidade de famílias em acompanhamento e em demanda reprimida, verifica-se que, no biênio 2019-2020, o CRAS Altamiro Borda apresentou um aumento nas médias de famílias em acompanhamento, de famílias acompanhadas de fato e de famílias em demanda reprimida, apesar de que no ano de 2019, esse CRAS extinguiu a situação de famílias em demanda reprimida. O CRAS Da Paz, por sua vez, apresentou diminuição nas médias de famílias em acompanhamento e de famílias em demanda reprimida, ao passo que, inversamente, houve um discreto aumento na média de famílias em acompanhamento de fato. Por seu turno, o CRAS Minérios apresentou aumento nas médias de famílias em acompanhamento e de famílias acompanhadas de fato e diminuição na média de famílias em demanda reprimida, sendo que em 2020, esse CRAS extinguiu a demanda reprimida sob sua responsabilidade. O CRAS Rio Verde, por sua vez, apresentou aumento nas médias de famílias em acompanhamento e de famílias acompanhadas de fato e diminuição na média de famílias em demanda reprimida, sendo que em 2020, esse CRAS extinguiu a demanda reprimida sob sua responsabilidade. Por último, o CRAS Nova Carajás, implantado em abril de 2020, apresentou média de famílias em acompanhamento e em acompanhamento de fato igual a 7 (sete), não possuindo demanda reprimida no ano de 2020. O gráfico a seguir detalha a situação descrita.

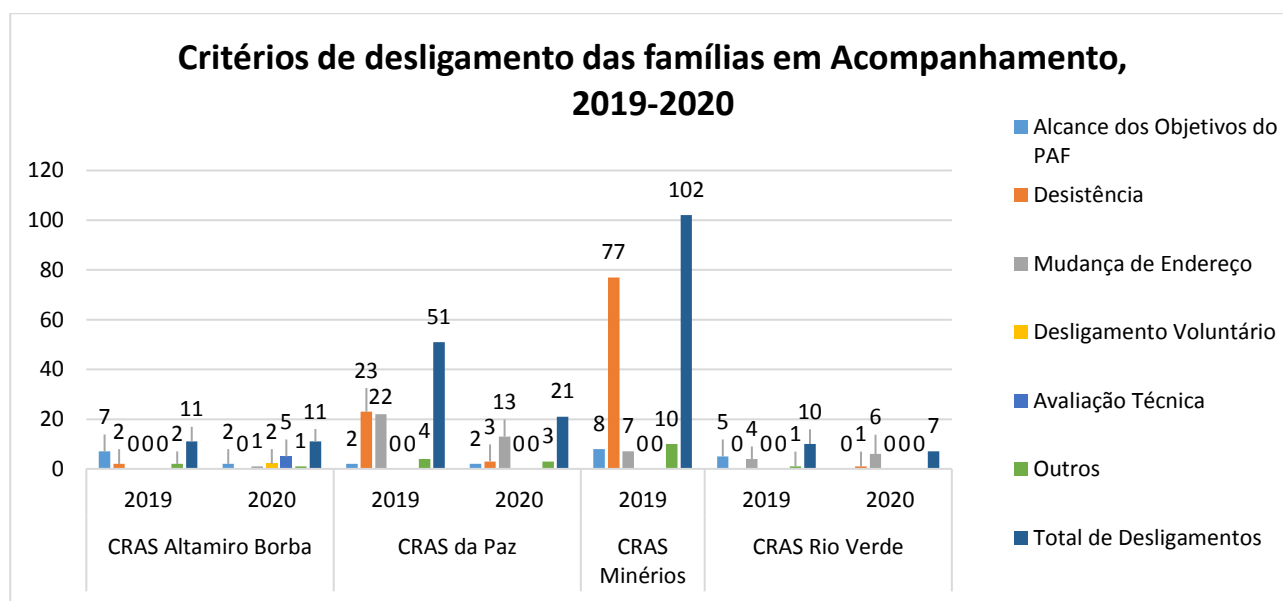
Gráfico 52 - Média de famílias em acompanhamento e em demanda reprimida, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

No contexto dos desligamentos das famílias em acompanhamento, verifica-se que, no biênio 2019-2020, o CRAS Altamiro Borba realizou 22 desligamentos, sendo 11 em cada ano. Somando os dois anos, esse CRAS apresentou como principal motivo de desligamento das famílias em acompanhamento o alcance dos objetivos do PAF (Plano de Atendimento Familiar), seguido pelo motivo de avaliação técnica. O CRAS Da Paz, por sua vez, realizou um total de 72 desligamentos somando os dois anos em análise, sendo 51 em 2019 e 21 em 2020. Compilando os dados dos dois anos, verifica-se que o principal motivo para desligamento das famílias do acompanhamento foi a mudança de endereço, seguido pela desistência. O critério de desligamento por desistência demonstra a urgência na implementação de ações que permitam ou facilitem o alcance dos objetivos do Plano de Acompanhamento Familiar e que torne o processo de acompanhamento mais atrativo e resolutivo para as famílias, evitando assim, a desistência por parte destas. Por seu turno, o CRAS Minérios realizou um total de 102 desligamentos em 2019. Neste mesmo ano, o principal motivo para desligamento das famílias do acompanhamento no referido CRAS foi a desistência, seguido pelo alcance dos objetivos do PAF. A análise realizada acima, acerca do CRAS Da Paz, sobre o motivo de desligamento por desistência, pode ser aplicada ao CRAS Minérios. Em 2020, o CRAS Minérios não realizou desligamentos no âmbito do acompanhamento. O CRAS Rio Verde, por sua vez, realizou um total de 17 desligamentos nos dois anos em análise, sendo 10 em 2019 e 7 em 2020. Somando os dois anos, o principal motivo para o desligamento das famílias em acompanhamento foi a mudança de endereço, seguida pelo alcance dos objetivos do PAIF. Por último, o CRAS Nova Carajás não realizou desligamentos no âmbito do acompanhamento no ano de 2020. O gráfico a seguir apresenta a situação descrita.

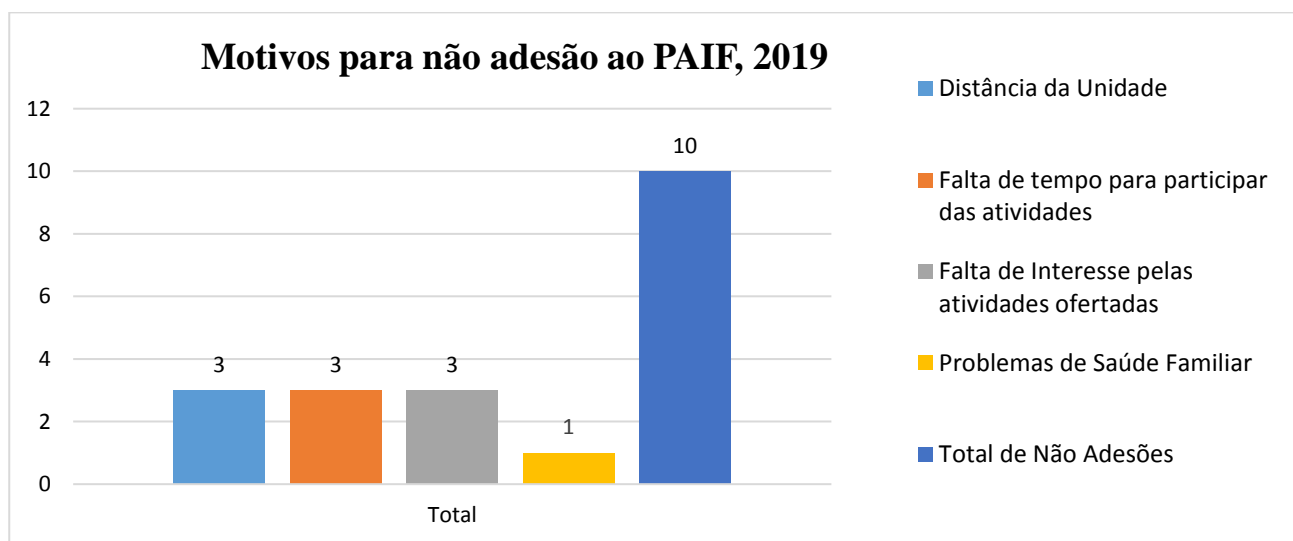
Gráfico 53 - Critérios de desligamento das famílias em acompanhamento, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

As famílias que não aderiram ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no ano de 2019 totalizaram 10 (dez). Os motivos para a não adesão mais declarados pelas famílias foram distância da unidade, falta de tempo para participar das atividades, falta de interesse pelas atividades e problemas de saúde familiar. Em média, apenas uma família ao mês não aderiu ao acompanhamento do PAIF no ano de 2019. Vale notar que todos os motivos declarados pelas famílias para não adesão, são passíveis de planejamento por parte das equipes, de maneira que estas podem adotar estratégias para efetivar a adesão das referidas famílias. Esclarecemos que no ano de 2020 todas as famílias direcionadas para o PAIF aderiram ao serviço em todos os CRAS.

Gráfico 54 - Motivos para não adesão ao PAIF, 2019.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

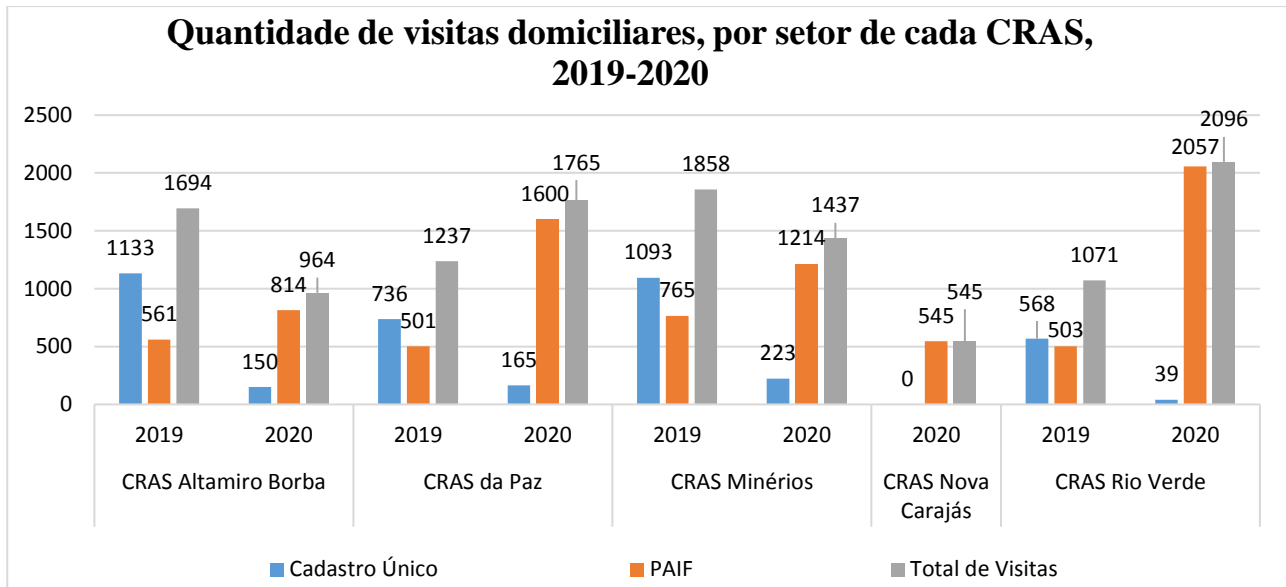
8.1.8. Outras ações gerais desempenhadas nos CRAS

Dando continuidade na apresentação das ações gerais desempenhadas nos CRAS para além das ações realizadas no setor de cadastro único e na recepção, faremos, a seguir, o destaque dos volumes de visitas domiciliares realizadas ao longo dos anos de 2019 e 2020 em todas as unidades.

Do ano de 2019 para o ano de 2020 houve uma inversão no quantitativo de visitas domiciliares realizadas por cada setor dos CRAS. Em 2019, o setor de cadastro único foi que mais realizou visitas domiciliares em todos os CRAS. Inversamente, no ano de 2020, foi o PAIF que realizou mais visitas domiciliares. O CRAS Altamiro Borba realizou 1694 visitas domiciliares em 2019 e 964 em 2020. O CRAS Da Paz realizou 1237 visitas domiciliares em 2019 e 1765 em 2020. O CRAS Minérios realizou 1858 visitas domiciliares em 2019 e 1437 em 2020. O CRAS Rio Verde realizou 1071 visitas domiciliares em 2019 e 2096 em 2020. Já o CRAS Nova Carajás, implantado em abril de 2020,

realizou 545 visitas domiciliares nesse ano. Somando os dois anos, o CRAS que realizou mais visitas domiciliares foi o Minérios, seguido pelo Rio Verde, Da Paz, Altamiro Borba e Nova Carajás.

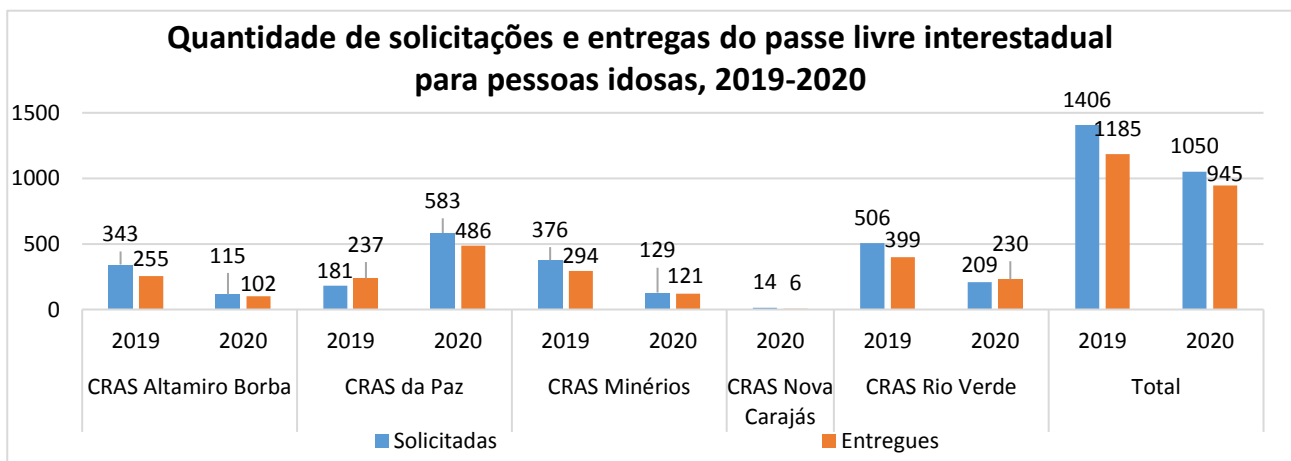
Gráfico 55 - Quantidade de visitas domiciliares, por setor de cada CRAS, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

No contexto do passe livre interestadual para pessoas idosas, as solicitações e entregas, em números absolutos, diminuíram de 2019 para 2020. Em 2019, do total de solicitações, 84% foram entregues, ao passo que em 2020, do total de solicitações, 90% foram entregues. Ou seja, em termos percentuais, as entregas aumentaram de um ano para o outro. Nos dois anos, o CRAS Da Paz foi a unidade onde mais houve solicitações e entregas de passe livre interestadual do idoso, seguido pelo CRAS Rio Verde. O gráfico a seguir apresenta a situação descrita.

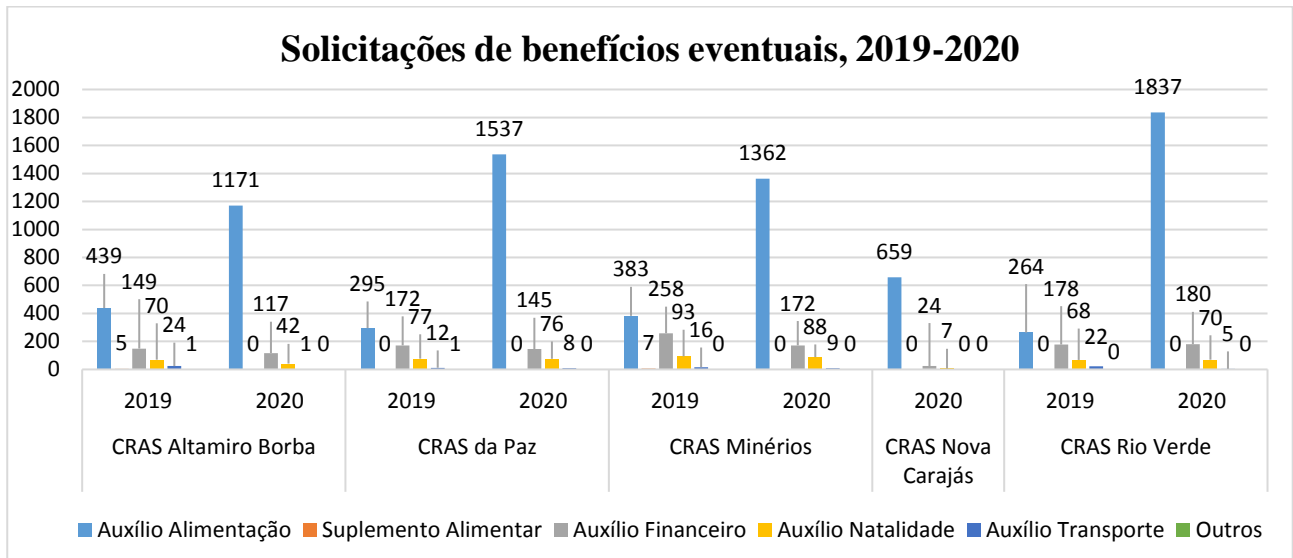
Gráfico 56 - Quantidade de solicitações e entregas do passe livre interestadual para pessoas idosas, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

No âmbito dos benefícios eventuais solicitados nas unidades CRAS, revela-se que, no biênio 2019-2020, o benefício eventual em sua modalidade de auxílio alimentação foi o mais solicitado em todos os CRAS, seguido pelos benefícios eventuais em sua modalidade de auxílio financeiro e em sua modalidade de auxílio natalidade. O gráfico a seguir demonstra a situação descrita.

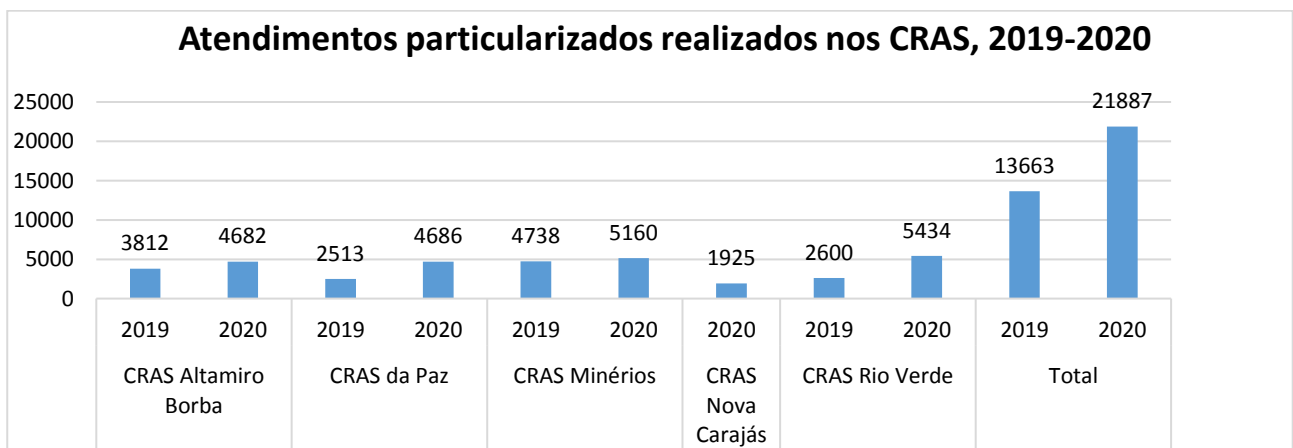
Gráfico 57 - Solicitações de benefícios eventuais, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

Por fim, para finalizar as informações referentes aos CRAS, destacamos os atendimentos particularizados realizados nos mesmos. No biênio 2019-2020, houve aumento dos atendimentos particularizados em todos os CRAS. No ano de 2019, o CRAS Minérios foi que mais realizou atendimentos particularizados, seguido pelo CRAS Altamiro Borba. No ano de 2020, o CRAS Rio Verde foi o que mais realizou atendimentos particularizados, seguido pelo CRAS Minérios.

Gráfico 58 - Atendimentos particularizados realizados nos CRAS, 2019-2020.



Fonte: autores, a partir dos dados do Relatório Mensal de Atividades dos CRAS

9. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

O SCFV foi instituído através da Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Segundo esta, o SCFV tem como objetivo a promoção do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através do desenvolvimento de ações e atividades com crianças, famílias e comunidade de forma a prevenir os riscos sociais e violações de direitos. Este serviço apresenta vinculação direta com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF, ambos são executados nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, unidades públicas estatais descentralizadas da Política de Assistência Social.

A Tipificação (2009/2014) instituiu seis grupos de atividades divididos por faixas etárias: serviço para crianças até 06 anos; serviço para crianças e adolescentes de 06 até 15 anos; serviço para adolescentes e jovens de 16 a 17 anos; serviço para jovens de 18 a 29 anos; serviço para adultos de 30 a 59 anos e serviço para pessoas idosas. Os antepenúltimo e penúltimo serviços citados foram inseridos de acordo com a Resolução CNAS nº 13, somente em 2014. Deve-se ainda considerar a garantia da heterogeneidade e intergeracionalidade no desenvolvimento de grupos por sexo, raça, etnia, presença de pessoas com deficiência, entre outros.

O SCFV pode ser executado no próprio CRAS, havendo a infraestrutura física e humana, ou em Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos diretamente referenciado aos equipamentos e se possível nos territórios de abrangência.

9.1. Sistema de Informações do Serviço de Convivência – SISC

A Resolução CNAS nº01/2013 estabeleceu o reordenamento do SCFV, unificando e criando o Piso Básico Variável - PBV de cofinanciamento federal para execução do referido serviço nas unidades público-estatais. Neste sentido, foi criado também um sistema único de informações dos usuários inscritos nos SCFV que ficou conhecido pela sigla SISC.

O SISC tem como objetivo gerar a base para o cálculo do piso básico variável de cofinanciamento federal. Os valores são calculados observando-se a capacidade de atendimento do município, a qual, por sua vez, é calculada a partir de informações oriundas do CADÚNICO das famílias municipais com renda per capita de até meio salário mínimo, presença de crianças e adolescentes até 17 anos, e ainda idosos a partir dos 60 anos. Até então, o número de jovens e adultos de 18 a 59 anos inscritos no SCFV não é contabilizado para o cálculo.

Segundo a Resolução do CNAS nº 01/2013, são consideradas público prioritário para atendimento no SCFV as famílias que vivenciam as seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

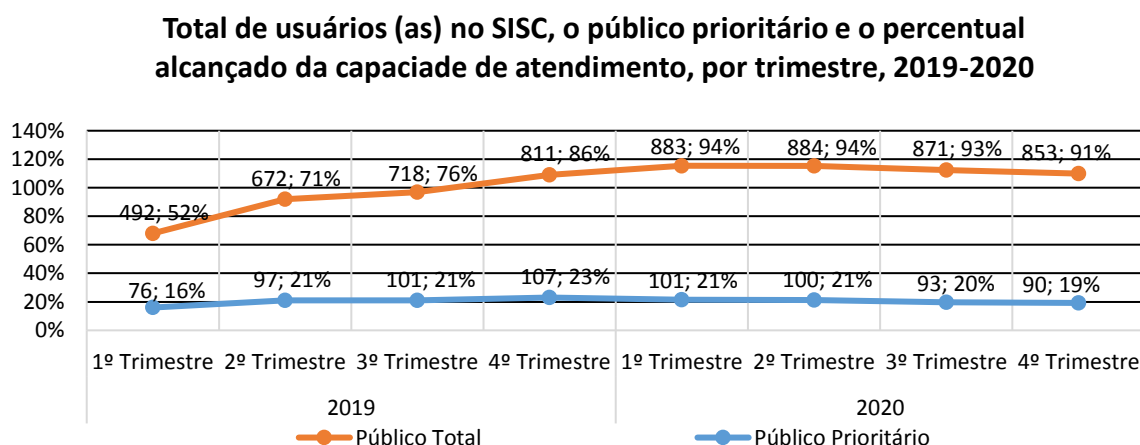
9.2. Análise dos resultados do SCFV

Os resultados do SCFV no município de Parauapebas foram organizados a partir dos registros no SISC realizados pelos CRAS. Serão analisados todos os trimestres referentes aos anos de 2019 e 2020.

A análise a partir do recorte trimestral se dá em função do prazo para confirmação de participação dos usuários no sistema que ocorre de três em três meses. Esta confirmação, que faz parte da análise do alcance da capacidade de atendimento, garante o cofinanciamento do Governo Federal para os trimestres subsequentes.

Apontaremos a seguir a quantidade de usuários (as) registrados no sistema a cada trimestre.

Gráfico 59 - Total de usuários (as) no SISC, o público prioritário e o percentual alcançado da capacidade de atendimento, por trimestre, 2019-2020.

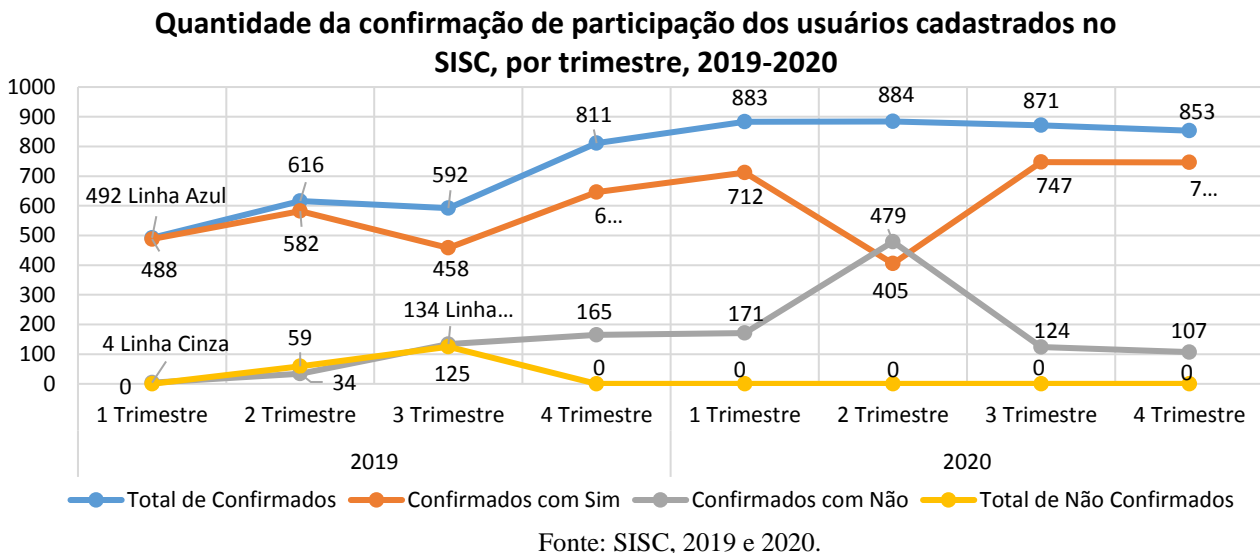


Fonte: SISC, 2019 e 2020

A partir do gráfico acima, observamos que no decorrer do ano de 2019 houve um aumento de 40% de usuários registrados no SISC, já em 2020 houve uma estabilidade nos usuários registrados, onde o 2º e 1º trimestres apresentaram o maior quantitativo.

A capacidade de atendimento calculada para a execução do SCFV no município de Parauapebas-PA é de 940 usuários, sendo 470 de público prioritário. Percebe-se que, no ano de 2020, o município se aproximou da capacidade de atendimento pactuada para o público total, chegando a 94%. Já para o público prioritário, o maior registro ocorreu no 4º trimestre de 2019, correspondendo a apenas 21% da capacidade pactuada.

Gráfico 60 - Quantidade da confirmação de participação dos usuários cadastrados SISC, por trimestre, 2019-2020.



O volume total de usuários confirmados com SIM aponta o alcance do SCFV de maneira mais fidedigna, pois refere-se aqueles usuários que mantiveram a participação no SCFV ao longo dos trimestres, e apresentou uma queda significativa no 2º trimestre de 2020, apresentando aumento significativo logo no trimestre seguinte.

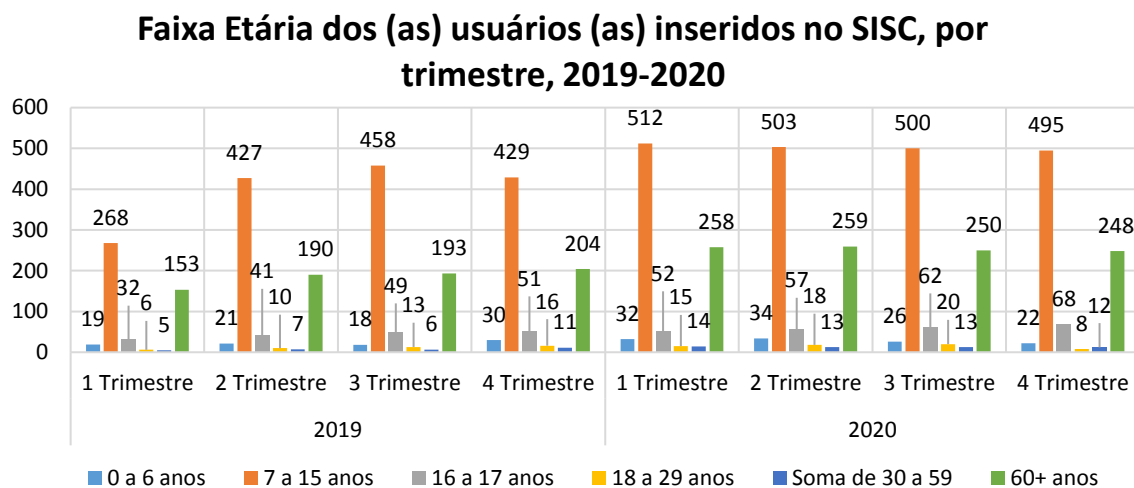
O número de usuários confirmados com NÃO se iniciou com valor 4 (quatro) no 1º trimestre de 2019 e obteve aumento a cada trimestre, chegando a 19% no primeiro trimestre de 2020. No trimestre seguinte, por conta da pandemia, houve um aumento de 54%, demonstrando as consequências da calamidade pública em função do coronavírus. Já nos trimestres restantes de 2020 o total de confirmados com NÃO chegou a 14% na quantidade de desistências do serviço.

Deve-se considerar que o cálculo para o piso básico variável utiliza apenas os usuários confirmados. Assim, as situações não confirmadas ocorridas no 2º e 3º trimestres de 2019 não foram contabilizados para o cofinanciamento.

9.3. Perfil do público do SCFV

O SISC funciona integrado com os bancos de dados do CADÚNICO/CECAD, buscando nele as informações referentes aos dados de identificação pessoal e endereço dos usuários, quando da vinculação ao SISC pelo NIS. A partir desta identificação, passaremos a apontar o perfil do público do SCFV por faixa etária, sexo, cor e a territorialidade do domicílio do referido público.

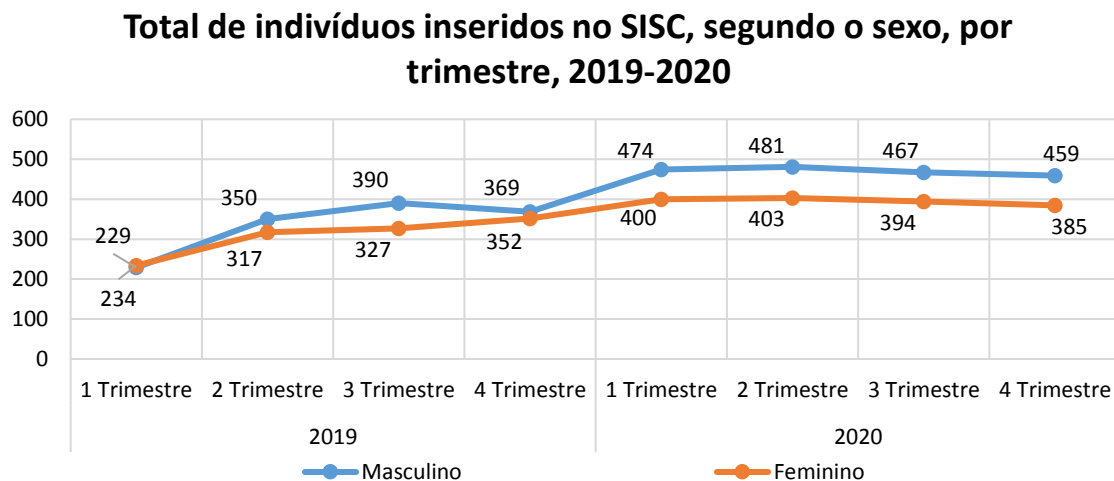
Gráfico 61 - Faixa etária dos (as) usuários (as) inseridos no SISC, por trimestre, 2019-2020.



Fonte: SISC, 2019 e 2020.

Observa-se que o volume de pessoas na faixa etária de 7 a 15 anos se manteve durante os trimestres como o principal público que participou o SCFV nos anos de 2019 e 2020, seguido pelo público de idosos.

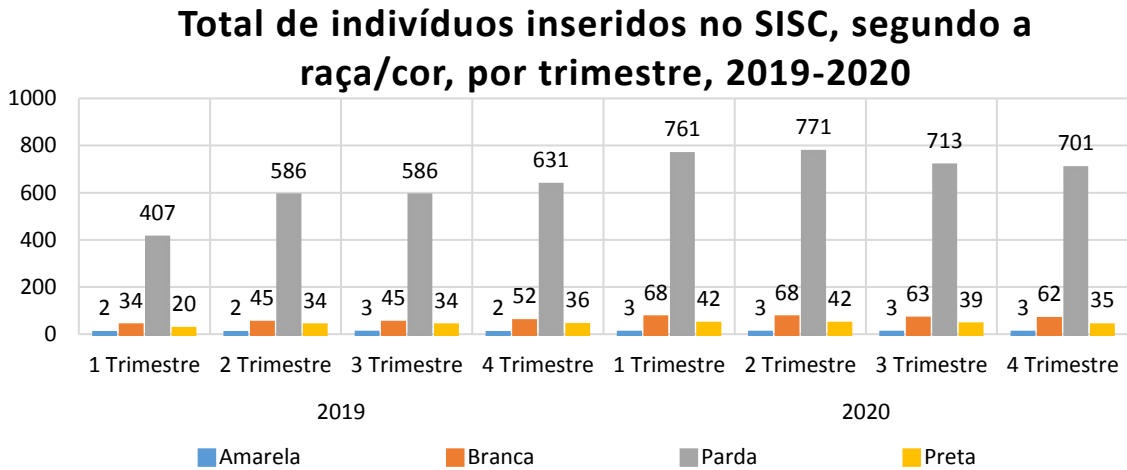
Gráfico 62 - Total de indivíduos inseridos no SISC, segundo o sexo, por trimestre, 2019-2020.



Fonte: SISC, 2019 e 2020.

O gráfico acima aponta que o público do sexo masculino representa a maioria dos (as) usuários (as) do SCFV em todos os trimestres, exceto no 1º trimestre de 2019.

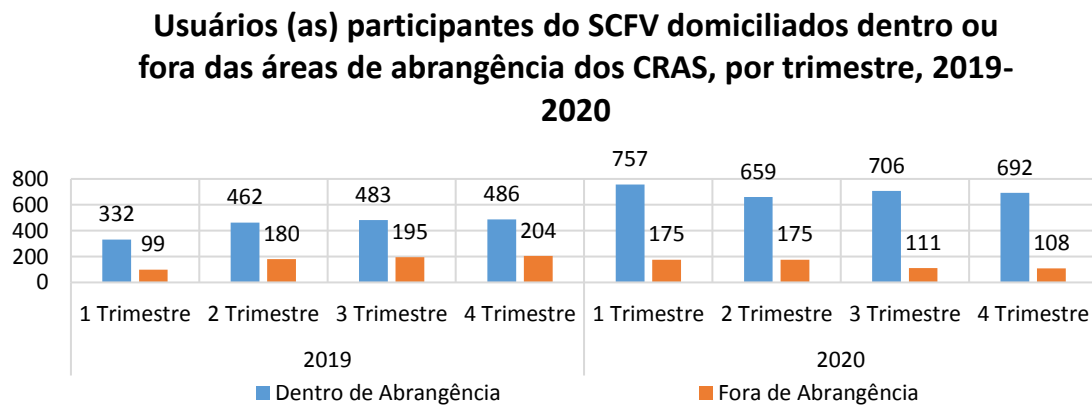
Gráfico 63 - Total de indivíduos inseridos no SISC, segundo a raça/cor, por trimestre, 2019-2020.



Fonte: SISC, 2019 e 2020.

Vimos acima que há uma disparidade no volume de usuários (as) do SCFV da cor parda em relação aos usuários (as) de demais cores.

Gráfico 64 - Usuários (as) participantes do SCFV domiciliados dentro ou fora das áreas de abrangência dos CRAS, por trimestre, 2019-2020.

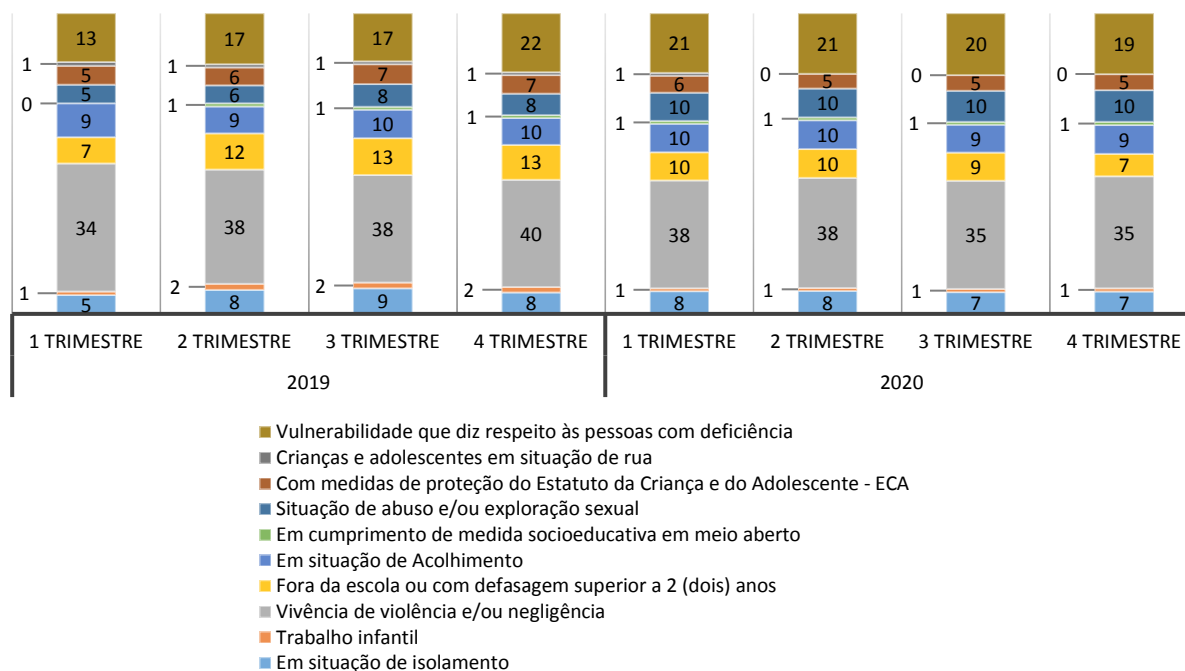


Fonte: SISC, 2019 e 2020.

O gráfico acima demonstra que o público do SCFV reside em sua maioria em áreas de cobertura de CRAS.

Gráfico 65 - Quantidade de usuários (as) no SCFV, segundo a situação de prioridade, por trimestre, 2019-2020.

Total de usuários(as) no SCFV, segundo a situação de prioridade, por trimestre, 2019-2020



Fonte: SISC, 2019 e 2020.

O gráfico acima sinaliza que, dentre as situações prioritárias, a vivência de violência e/ou negligência destaca-se como a principal situação vivenciada pelos usuários (as) identificados como público prioritário.

Das situações prioritárias apontadas na Resolução CNAS nº 01/2013, apenas a situação de egressos de medidas socioeducativas não apresentou nenhum usuário com este perfil.

10. EQUIPE TÉCNICA LOCAL – ETL

A Equipe Técnica Local é uma equipe de referência criada para garantir que as demandas das políticas socioassistenciais de bairros fora de cobertura de CRAS no município de Parauapebas sejam atendidas de acordo com as orientações do Sistema Único de Assistência Social (Projeto de implantação e implementação da Equipe Técnica Local, 2017). Composto a Proteção Social Básica, a Equipe Técnica Local foi implantada em substituição ao Programa Plantão Social que tinha como objetivo atender cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica temporária, objetivando a minimização de danos, perdas e riscos, proporcionando proteção social e possibilidades de reconstrução das condições de vida pessoal, familiar e comunitária, através do desenvolvimento

de potencialidades, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, da inserção na rede socioassistencial, da efetivação de direitos e acesso aos Benefícios Eventuais (Projeto Plantão Social).

O Programa Plantão Social, apesar de ter um objetivo de proteção social amplo como descrito acima, acabou sendo implementado com foco na efetivação de acesso aos Benefícios Eventuais, concentrando o processo de solicitações e concessões destes e implantando um plantão com funcionamento 24 horas para o atendimento do Benefício Eventual na modalidade auxílio funeral. Com a extinção do Programa, em 2017, o acesso a estes benefícios passou a ser operacionalizado também nos CRAS e, no caso do auxílio funeral, passou a ser operacionalizado, exclusivamente, na Coordenação de Benefícios Eventuais.

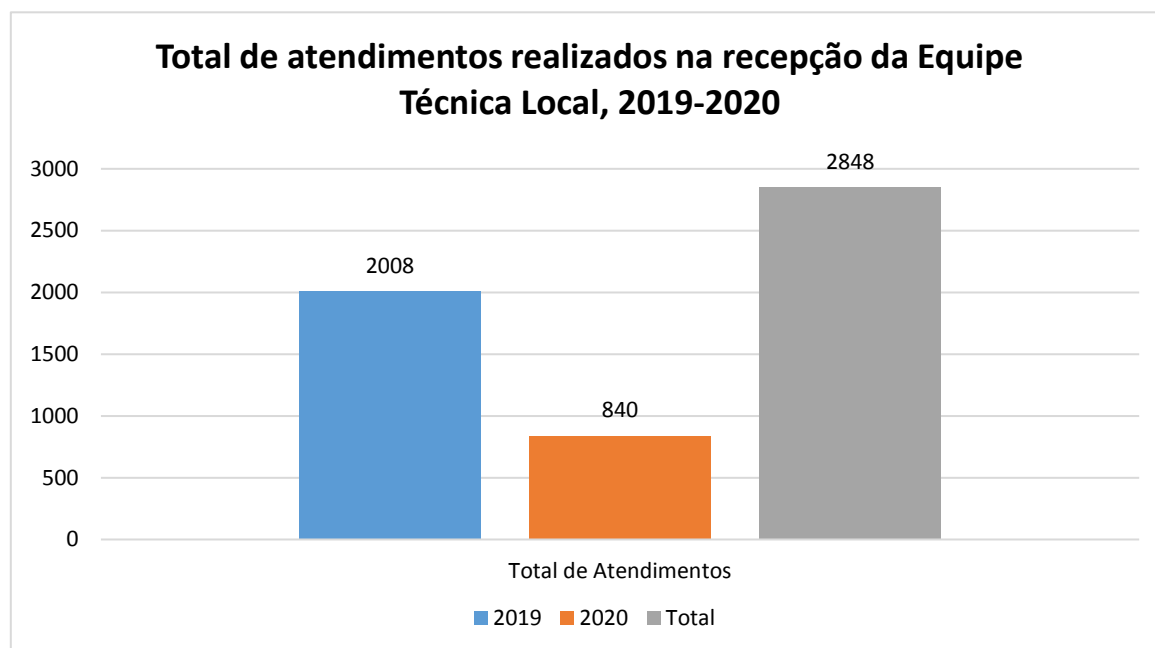
10.1. Objetivos da equipe técnica local

- 1- Criar e equipar com profissionais qualificados e recursos materiais uma equipe para atender as demandas não cobertas por CRAS;
- 2- Contribuir para a busca ativa das famílias em descumprimento das condicionalidades dos programas de transferências de rendas em áreas não cobertas por CRAS;
- 3- Identificar e colaborar para o mapeamento de identificação das vulnerabilidades sociais do território não coberto por CRAS;
- 4- Garantir a universalização dos serviços socioassistenciais, conforme preconiza a LOAS, no âmbito do SUAS;
- 5- Contribuir para o fortalecimento e emancipação das famílias em situação de vulnerabilidade social.
- 6- Garantir que os benefícios eventuais e os programas de transferência de renda alcancem as famílias de forma qualitativa e atrelados aos serviços socioassistenciais.

10.2. Atividades desempenhadas no processo de atendimento na recepção da Equipe Técnica Local

A recepção é responsável pela triagem e direcionamento dos (das) usuários (as) para atendimento das demandas identificadas na triagem.

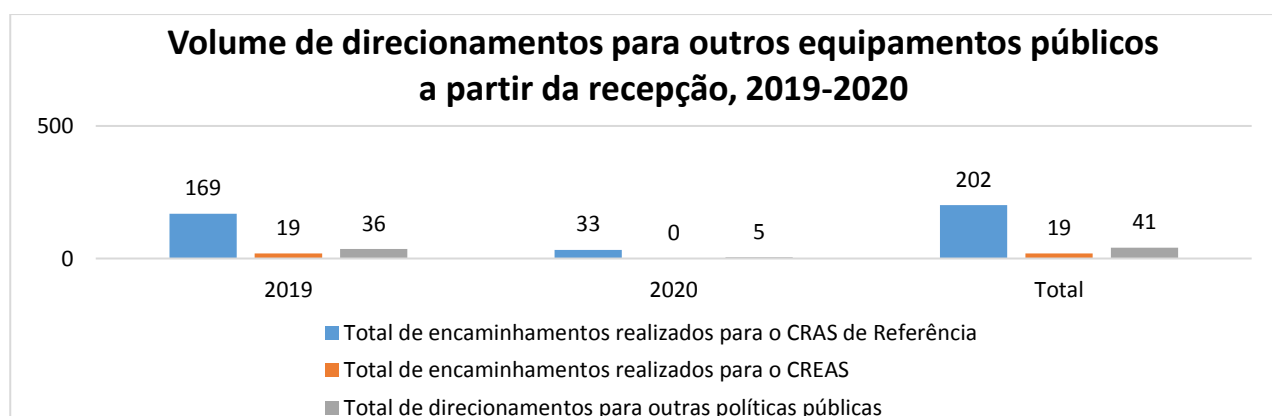
Gráfico 66 - Total de atendimentos realizados na recepção da ETL, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Vimos acima que houve um decréscimo de 58% no volume de atendimentos realizados em 2020 quando comparamos com o ano anterior. É importante ressaltar que, a partir de março de 2020, iniciaram os decretos municipais com medidas restritivas, distanciamento físico e, posteriormente, o lockdown, com o objetivo de evitar a propagação do coronavírus, o que, conseqüentemente, deve ter afetado o número de atendimentos da Equipe Técnica Local em 2020.

Gráfico 67 - Volume de direcionamentos para outros equipamentos públicos a partir da recepção, 2019-2020.

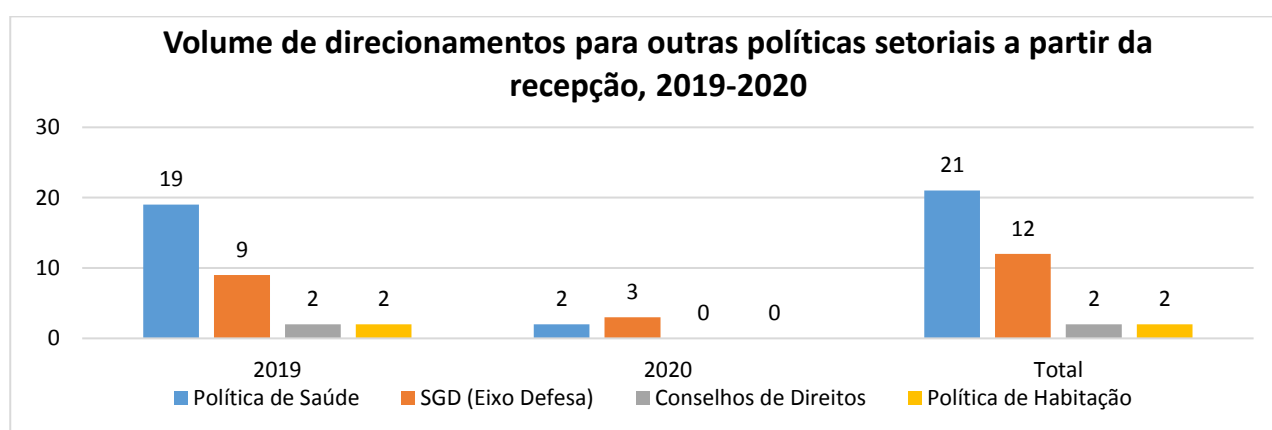


Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Ressalta-se que os volumes demonstrados acima são de pessoas que não chegaram a receber atendimento técnico na Equipe Técnica Local e foram direcionados/encaminhados para outros

equipamentos a partir do atendimento realizado na recepção. O gráfico demonstra que o principal direcionamento realizado a partir da recepção é para os CRAS de referência do território onde os indivíduos residem. Esta prevalência ocorre nos dois anos analisados. Logo, podemos concluir que as demandas das pessoas direcionadas para outros equipamentos são essencialmente demandas de Proteção Social Básica e não de Proteção Social Especial (CREAS) ou de outras políticas setoriais. No entanto, é importante demonstrar quais políticas são mais acionadas no direcionamento de indivíduos para outras políticas setoriais.

Gráfico 68 - Volume de direcionamentos para outras políticas setoriais a partir da recepção, 2019-2020.



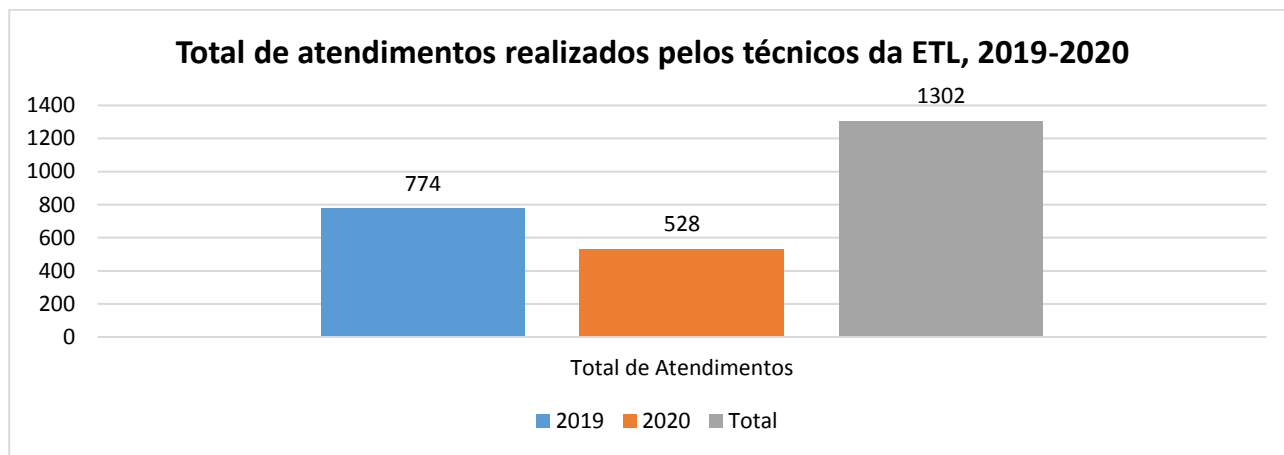
Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

O gráfico anterior demonstra a variação das quatro políticas setoriais mais acionadas entre os anos de 2019 e 2020. É importante lembrar que, por conta do Decreto Municipal para o enfrentamento do coronavírus, houveram poucos direcionamentos para outras políticas setoriais em 2020 e, portanto, nesta análise do gráfico, será considerado o ano de 2019. Dessa forma, a Política de Saúde se manteve em alta no ano de 2019. Outro destaque é o direcionamento de indivíduos para o SGD (Sistema de Garantia de Direitos), aqui representado pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Conselho de Direitos, representado pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Tais entidades são instâncias onde os indivíduos podem requerer apoio para a concretização de seus direitos. Essas instâncias foram mais acionadas do que as políticas públicas de Habitação e de Previdência Social (INSS), que são, respectivamente, políticas responsáveis pela viabilização do acesso à moradia e à renda, dimensões essenciais para a condição de dignidade da existência humana. Assim, mais do que acessar as referidas políticas, as pessoas que procuram a Equipe Técnica Local no âmbito da recepção, necessitam de instituições que reafirmem o seu direito de acesso às políticas públicas.

10.3. Atividades desempenhadas no processo de atendimento com o técnico de nível superior da Equipe Técnica Local

O atendimento técnico tem por finalidade viabilizar o atendimento às demandas dos (das) usuários (as) (quando estes atendem aos critérios) e a realização dos encaminhamentos necessários.

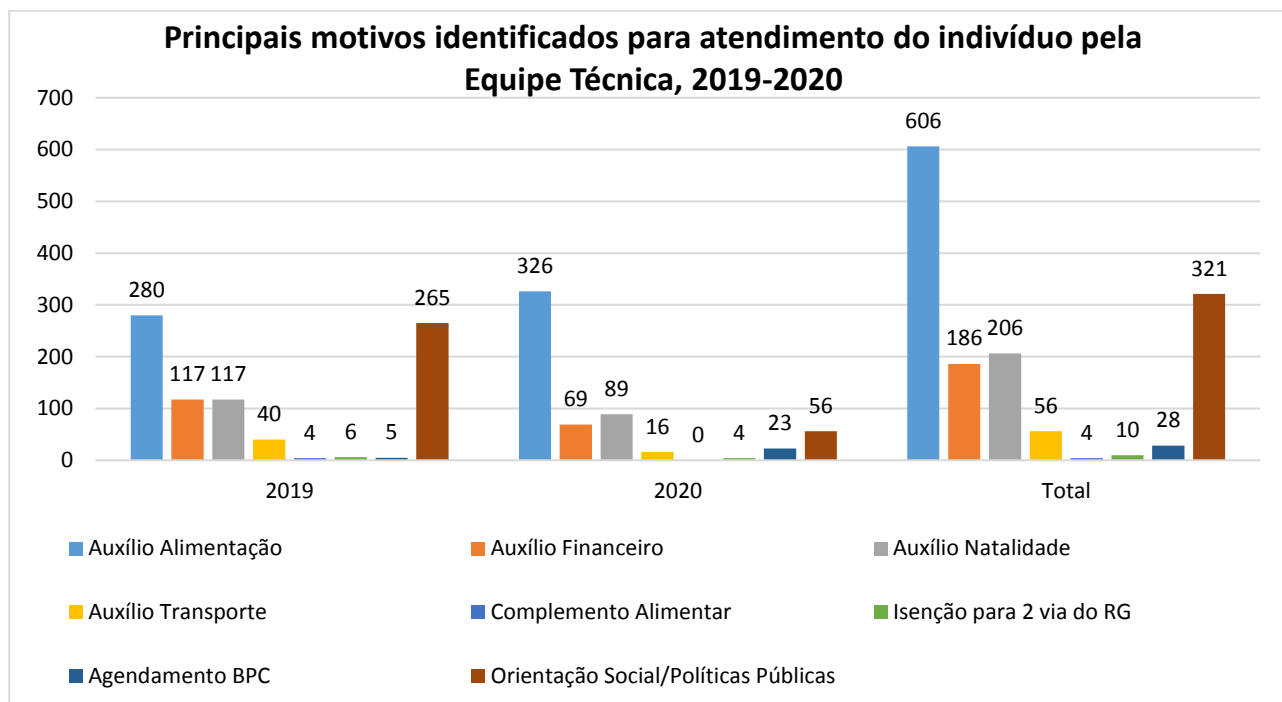
Gráfico 69 - Total de atendimentos realizados pelos (as) técnicos (as) da Equipe Técnica Local, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Em 2020, conforme o gráfico anterior, a equipe técnica realizou 246 atendimentos a menos que no ano de 2019, o que representa um decréscimo de aproximadamente 19% no volume de atendimentos. Ao resgatarmos a informação do gráfico 66, vemos que, em contrapartida, a recepção, mesmo estando prejudicada por conta dos decretos de contenção do coronavírus e atendendo 840 usuários (as), direcionou 63% destas pessoas para atendimento da equipe técnica em 2020. Já em 2019, o total de pessoas recepcionadas e que foram direcionadas para o atendimento técnico foi de apenas 39%.

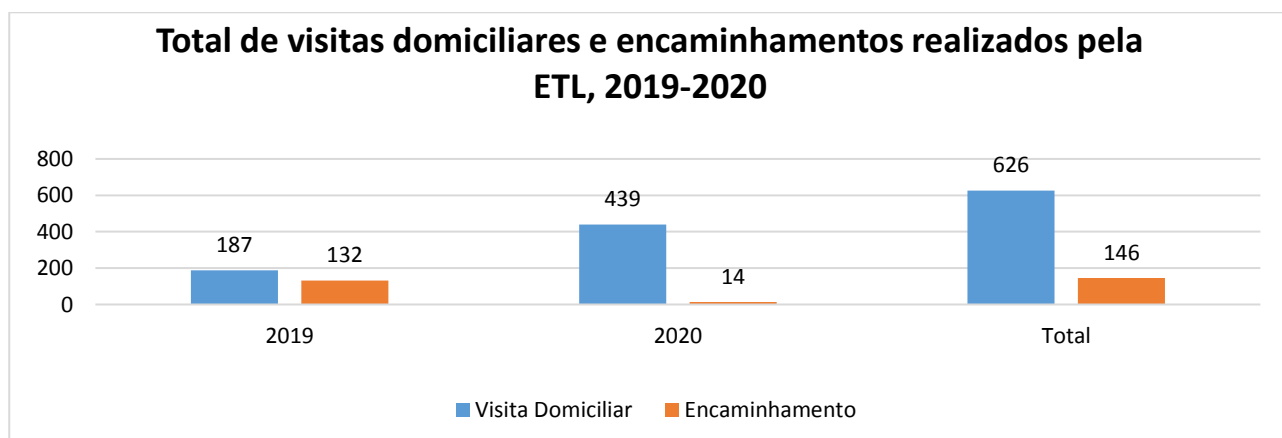
Gráfico 70 - Principais motivos identificados para atendimento do indivíduo pela Equipe Técnica, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

A partir do gráfico acima é possível observar que o que mais motivou o atendimento técnico nos dois anos foram o auxílio alimentação, a orientação social referente a políticas públicas, o auxílio natalidade e o auxílio financeiro. Ao considerarmos a compilação dos auxílios relativos aos Benefícios Eventuais (Auxílio alimentação, auxílio alimentação na modalidade de complemento alimentar, auxílio natalidade, auxílio financeiro e auxílio transporte), também podemos concluir que este se mantém como principal motivo que demanda intervenção técnica para a Equipe Técnica Local.

Gráfico 71 - Total de visitas domiciliares e encaminhamentos realizados pela Equipe Técnica Local, 2019-2020.

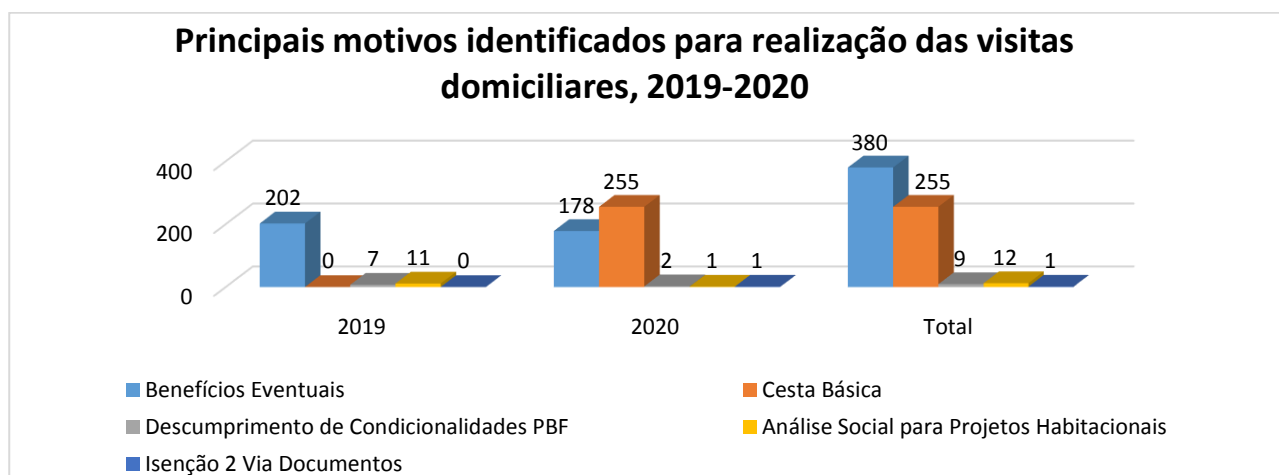


Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Mesmo com o número de atendimentos realizados pela equipe técnica no ano de 2020 sendo inferior ao ano de 2019, o total de visitas domiciliares teve um aumento de aproximadamente 43%, enquanto que o total de encaminhamentos teve um decréscimo de 89%, de um ano para o outro.

Ao operacionalizar a visita domiciliar, a equipe técnica identifica as demandas que geraram a necessidade deste procedimento técnico-operativo, conforme veremos a seguir.

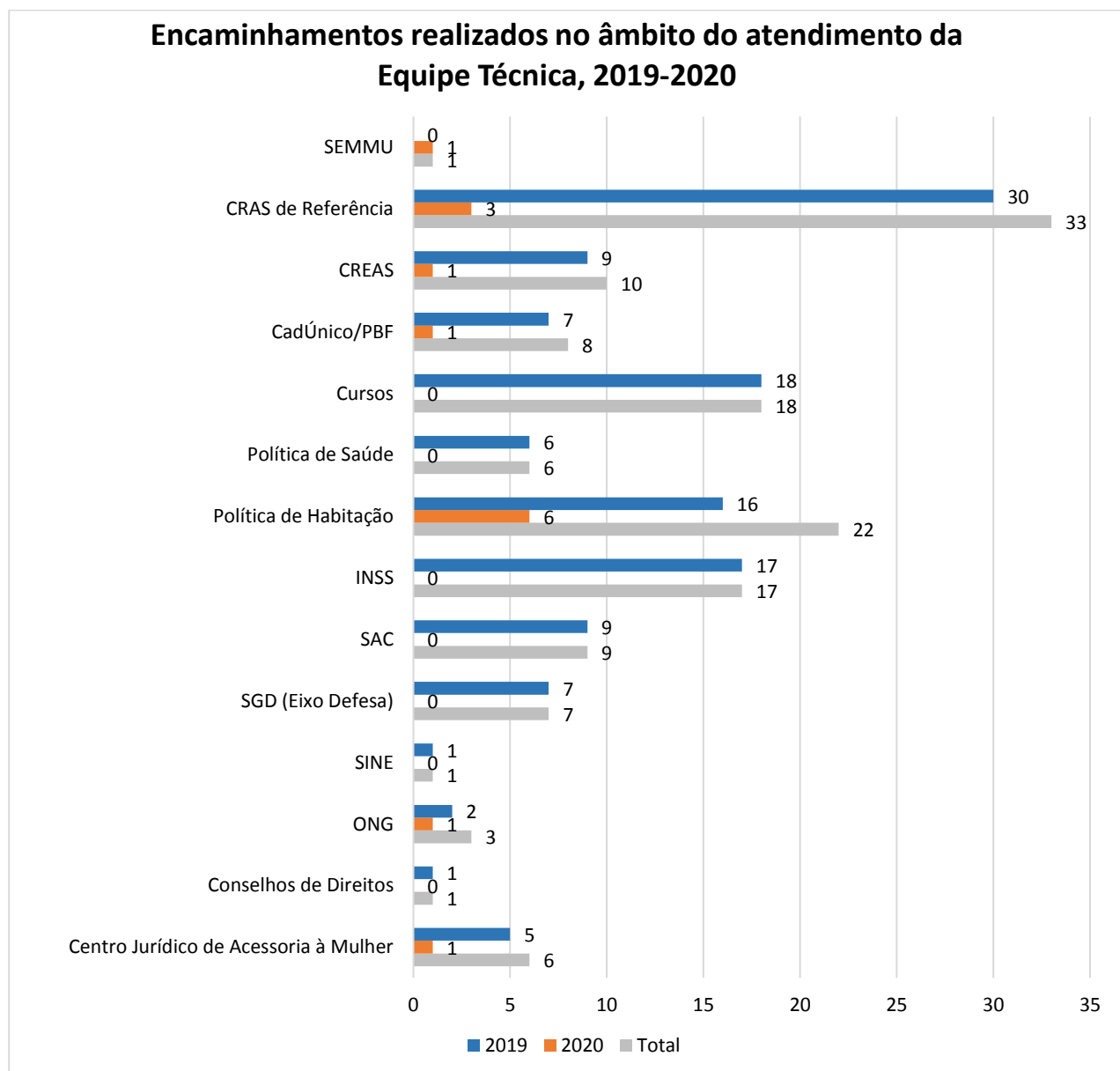
Gráfico 72 - Principais motivos identificados para a realização das visitas domiciliares, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Assim como nos atendimentos, os benefícios eventuais são a principal motivação para a realização de visitas domiciliares. Em 2020, por conta da pandemia do coronavírus, a secretaria efetuou a compra de cestas básicas para atender as demandas da Calamidade Pública e por este motivo a demanda por cesta básica se destacou no referido ano.

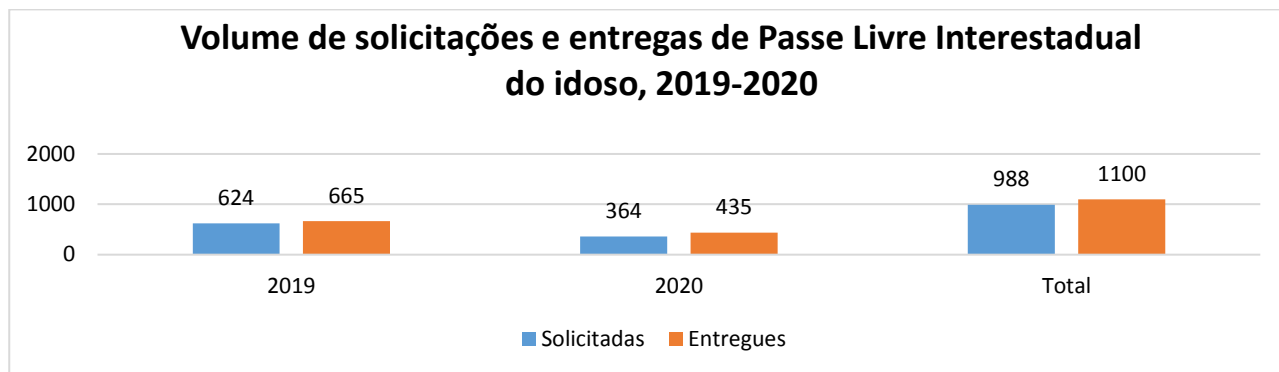
Gráfico 73 - Encaminhamentos realizados no âmbito do atendimento da Equipe Técnica, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

A partir do gráfico acima, observamos que, para a rede setorial de políticas públicas, as que apresentaram maior quantidade de encaminhamentos foram a Política de Habitação e a Política de Previdência Social (INSS). Já para a rede socioassistencial, o principal volume de encaminhamentos foi para o CRAS de referência do domicílio da pessoa atendida, seguido pelo acionamento do setor que gerencia programas de transferência de renda, CadÚnico, e pelo CREAS, que atua em situações de violação de direitos. Ressalta-se que os encaminhamentos são realizações para a viabilização de aquisições e serviços que foram identificados como necessidades dos (as) usuários (as) atendidos, mas que extrapolam a territorialidade e as ações próprias da Equipe Técnica Local.

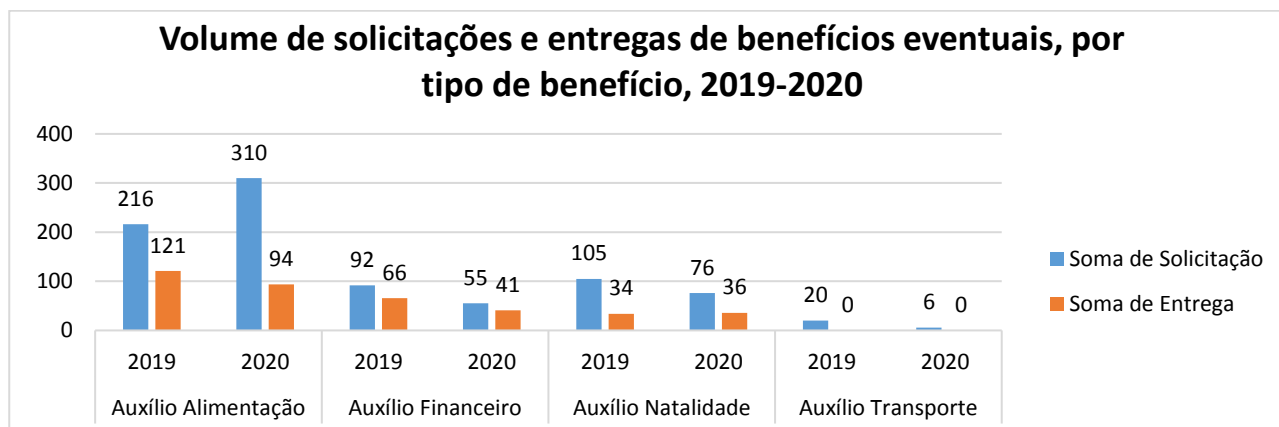
Gráfico 74 - Volume de solicitações e entregas de Passe Livre Interestadual do idoso, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Conforme o gráfico acima, de 2019 para 2020 o volume de solicitações de Passe Livre Interestadual para pessoa idosa teve um decréscimo de 58%, e a efetivação do acesso a esta aquisição por meio da entrega destas carteiras também diminuiu em 65%.

Gráfico 75 - Volume de solicitações e entregas de benefícios eventuais, por tipo de benefício, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

No decorrer dos anos de 2019 e 2020 foram solicitados 880 benefícios eventuais e 392 foram entregues aos usuários, de modo que 45% do volume de solicitações foi de fato atendido. Dentre as modalidades de benefício eventual, o mais solicitado é o Auxílio Alimentação. Ao observarmos a informação referente ao Auxílio Transporte, veremos que nenhum benefício nesta modalidade foi concedido aos usuários, apesar de ter havido 26 solicitações. Vale destacar que o auxílio transporte é concedido para três situações específicas, conforme aponta a resolução nº 02, de 24 de janeiro de 2018 do COMASP:

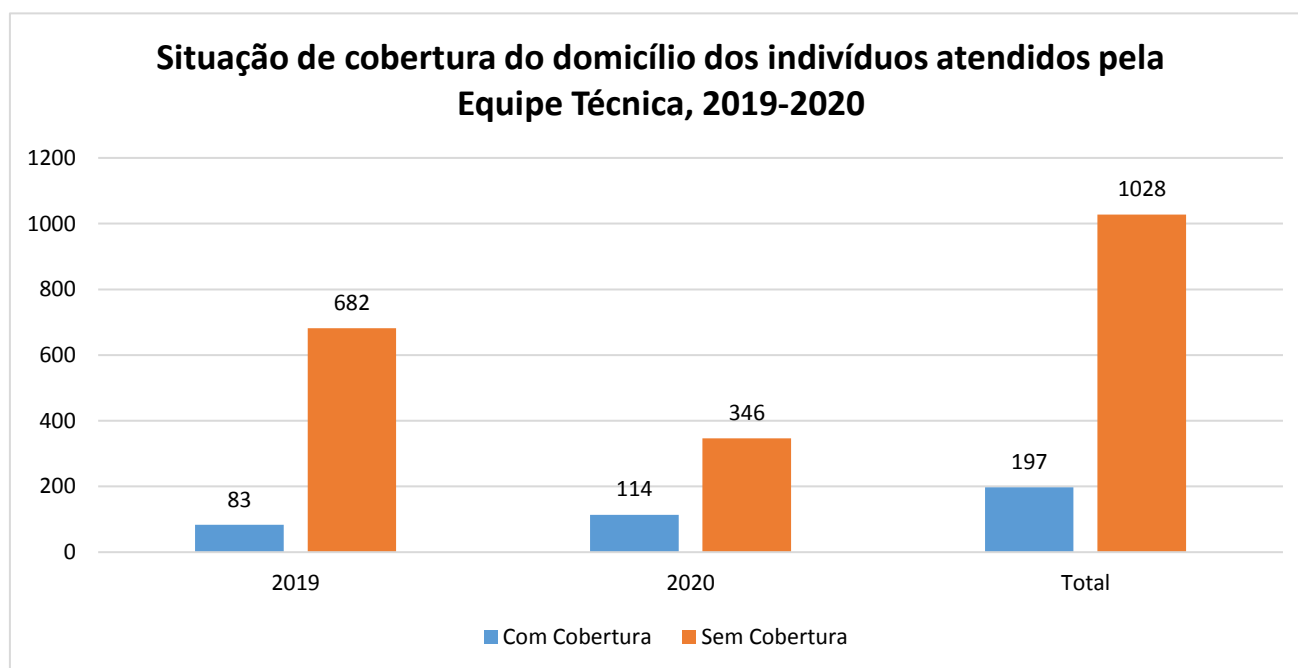
I- Ao migrante que deseja retornar ao seu local de origem ou à cidade mais próxima;

II- Às famílias em situação de risco econômico e social, residentes no município de Parauapebas, para atender visita ao familiar recluso em outro município, disponível apenas para um componente familiar e/ou conforme avaliação da equipe de referência;

III- Às crianças e adolescentes vítimas de todo tipo de violência familiar e social e que são acompanhadas pela rede de serviços do município e em caso de necessidade de colocação em família substituta que resida fora do município de Parauapebas.

Vale lembrar que essa modalidade de benefício pode ter sido entregue ao (a) usuário (a) em outro setor, que não na Equipe Técnica Local, ou ainda pode ter sido concedido como auxílio financeiro.

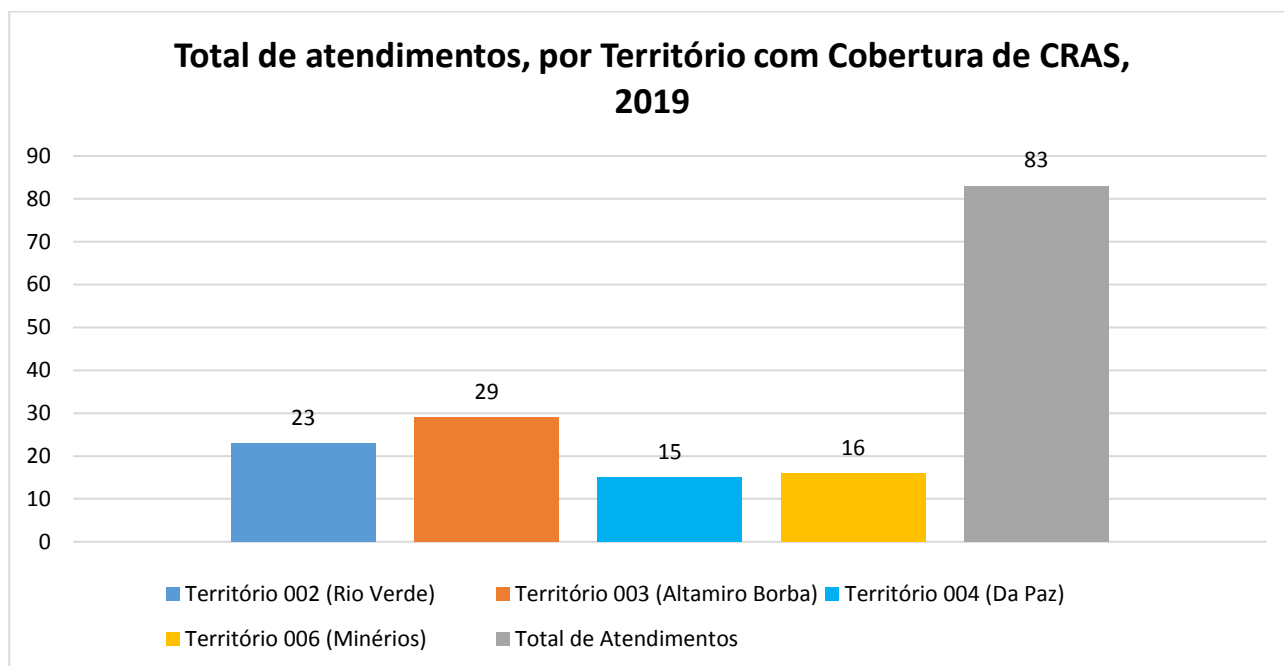
Gráfico 76 - Situação de cobertura do domicílio dos indivíduos atendidos pela Equipe Técnica, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

O número de atendimentos para usuários que residem em bairros sem cobertura de CRAS representa, considerando os anos de 2019 e 2020, 84% dos atendimentos da Equipe Técnica. Isto aponta para uma priorização real do atendimento de pessoas domiciliadas em territórios fora da área de cobertura de CRAS, como explicitado no Projeto de Implantação da referida equipe. É importante ressaltar que a territorialidade para cobertura do atendimento dos serviços socioassistenciais é definida na Resolução nº 08, de 30 de setembro de 2020, onde são definidos territórios que servirão de referência para as representações sobre territorialidade dos CRAS. A seguir, serão evidenciadas as particularidades dos territórios com cobertura atendidos na equipe técnica local.

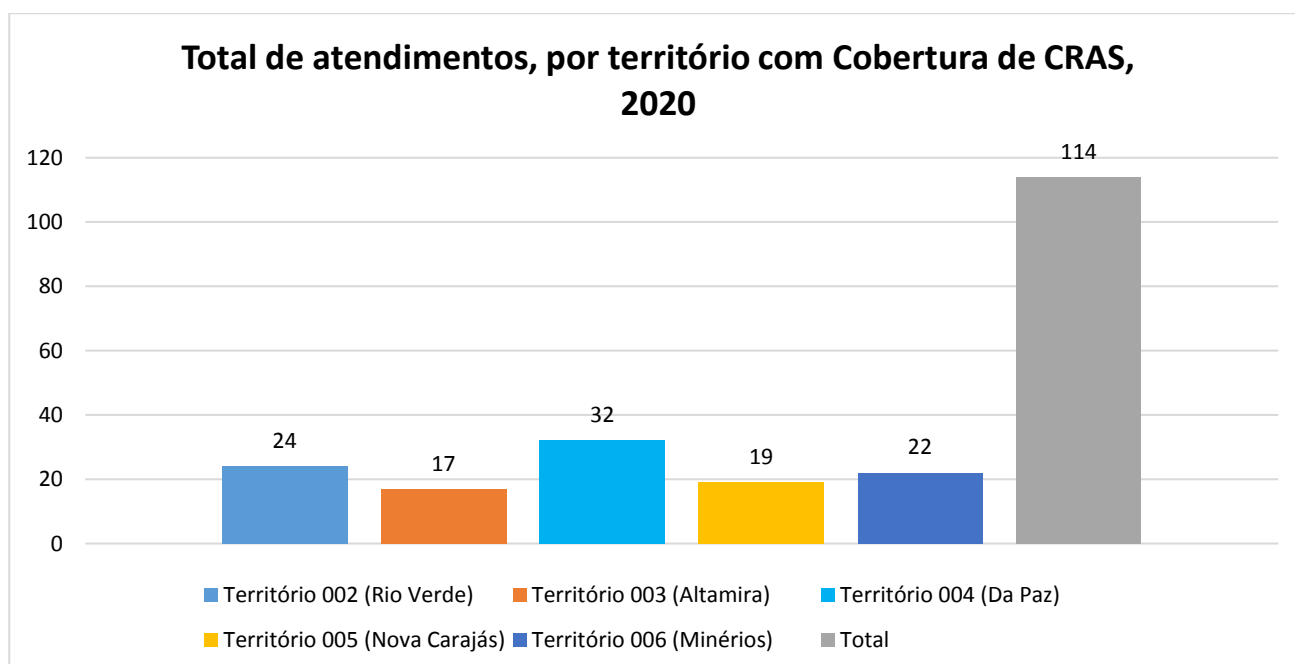
Gráfico 77 - Total de atendimentos, por território com Cobertura de CRAS, 2019.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Vimos acima que dentre os territórios com cobertura de CRAS, o território 003, que é área de abrangência do CRAS Altamiro Borba, é o que apresenta um maior volume de indivíduos atendidos no ano de 2019.

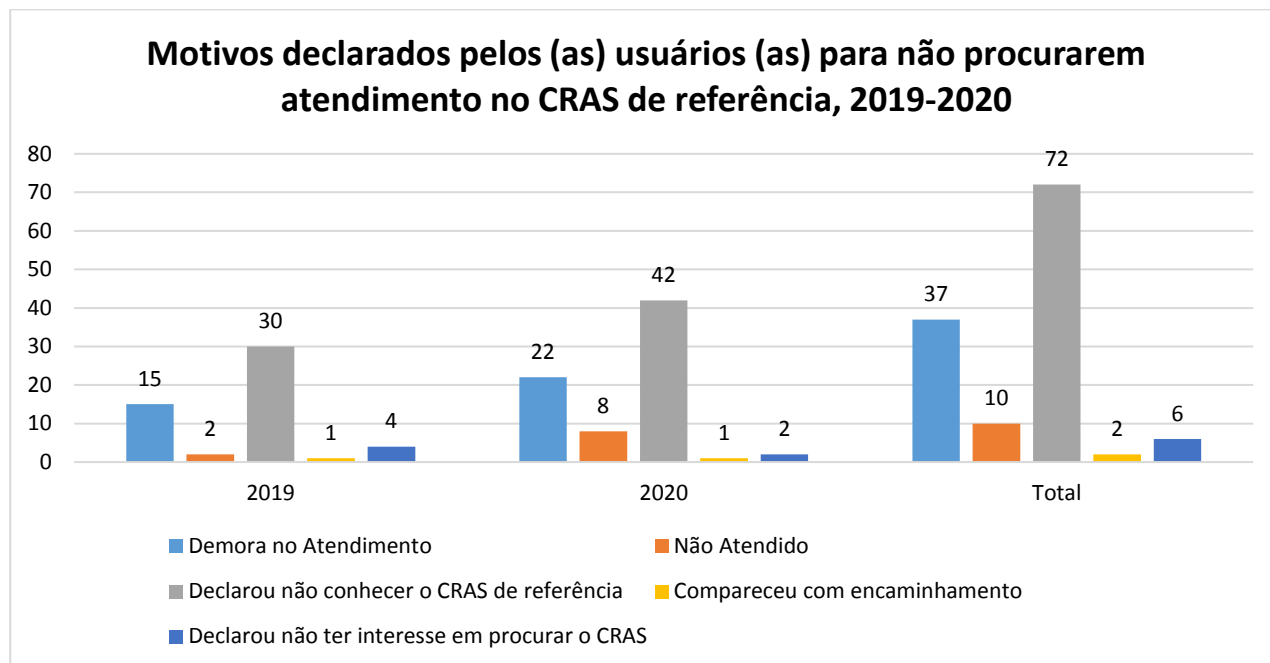
Gráfico 78 - Total de atendimentos, por território com Cobertura de CRAS, 2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Já no ano de 2020, o território 004, que é área de abrangência do CRAS da Paz, apresentou o maior volume de indivíduos atendidos e que residem em área com cobertura de CRAS.

Gráfico 79 - Motivos declarados pelos (as) usuários (as) para não procurarem atendimento no CRAS de referência, 2019-2020.



Fonte: Relatório Mensal de Atividades da Equipe Técnica Local.

Vimos que nos dois anos o principal motivo para não procurar atendimento no CRAS de referência é “Declarou não conhecer o CRAS de referência”, seguido pelo motivo de “demora no atendimento”, onde ambos tiveram aumento de 2019 para 2020.

11. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

De acordo com o Art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Redação atualizada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

No município de Parauapebas os benefícios eventuais são regulamentados pela Resolução nº 2, de 24 de janeiro de 2018 do Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, sendo que as ações de gerenciamento e monitoramento de aquisição, concessão e avaliação são de responsabilidade da Coordenação de Benefícios Eventuais.

No Art. 4º da referida Resolução, os benefícios eventuais deverão ser concedidos às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica com renda mensal per capita igual ou inferior a ¼ do salário mínimo. No entanto, esse limite foi suprimido do Art. 22 da LOAS com a promulgação da Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. Portanto, as legislações locais não devem mais considerar esse parâmetro de renda para acesso a esse direito.

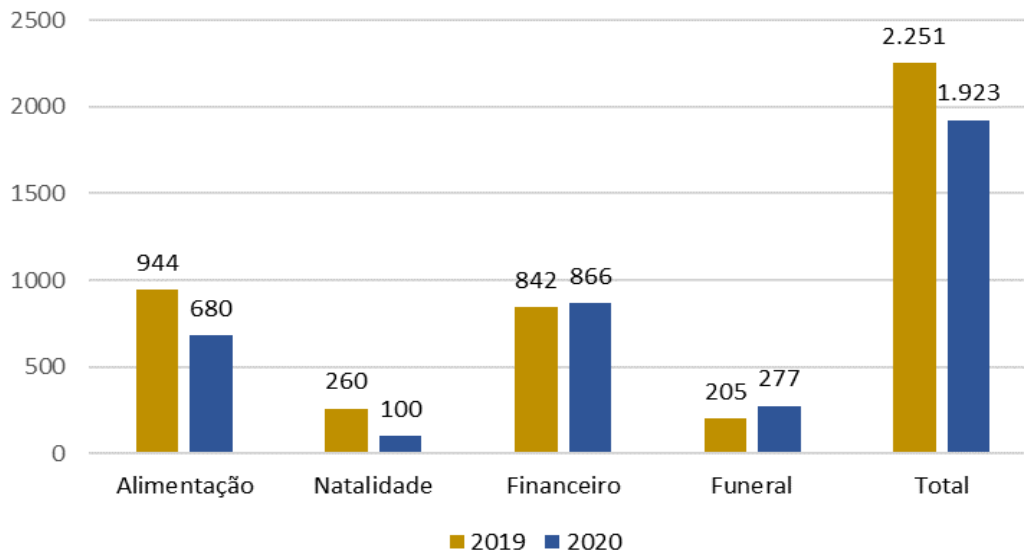
Os benefícios eventuais são concedidos pelo município em forma de pecúnia e bens de consumo e, deverão ser ofertados de acordo com a Resolução do COMASP nas seguintes modalidades:

- Auxílio alimentação – concedido em forma de cesta básica e como complemento alimentar, sendo esse último, regulamentado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
- Auxílio natalidade – Consiste em um kit com itens básicos de uso do recém-nascido. No entanto, atualmente esse benefício está sendo concedido em forma de pecúnia no valor de R\$400,00;
- Auxílio funeral – compreende fornecimento de urna funerária, velório, tanatopraxia, procedimento de embalsamento, traslado e sepultamento;
- Auxílio transporte – Concessão de passagens rodoviárias, ferroviárias e aéreas a fim de atender o migrante que deseja retornar ao seu local de origem, as famílias em situação de risco econômico e social que desejam visitar familiar recluso em outro município, crianças e adolescentes vítimas de violência e demais casos de acordo com avaliação do técnico de referência do SUAS. Todavia, esse benefício está sendo concedido em pecúnia desde 2019;
- Auxílio financeiro – Custeio de despesas de aluguel, fornecimento de água e energia elétrica, bem como contingências de ordem emergencial; e
- Auxílio de calamidade pública – Será concedido como forma de reduzir riscos decorrentes de situações advindas de baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e epidemias, que possam causar danos à comunidade.

No ano de 2019 foram repassados R\$ 273.270,63 para a provisão de benefício eventual na modalidade auxílio financeiro e 296.781,80 no ano de 2020. Quanto ao quantitativo de concessões,

foram entregues 2.251 benefícios em 2019 e 1.923 no ano de 2020. A seguir veremos a distribuição dessas provisões por modalidade a cada ano.

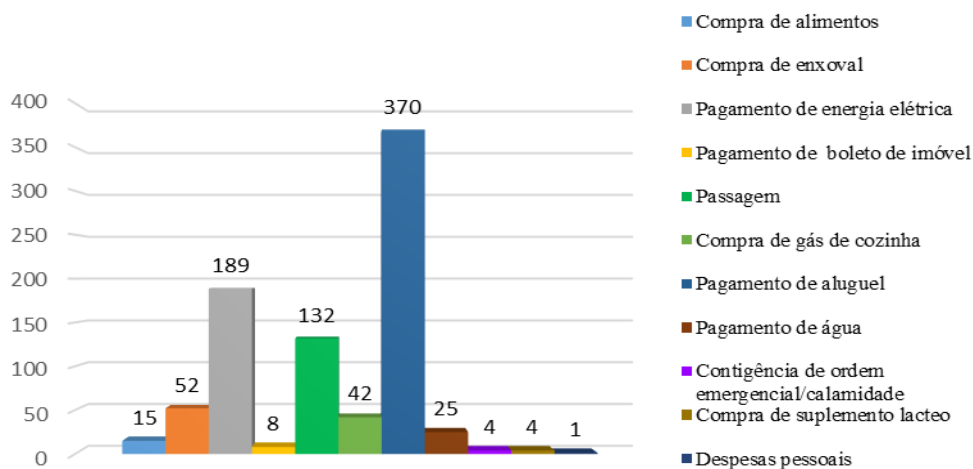
Gráfico 80 - Concessões realizadas em 2019 e 2020.



Fonte: Gestão de Benefícios Eventuais (Referência 2019 e 2020)

Conforme o gráfico acima, as concessões realizadas em maior número em 2019 e 2020 foram de Auxílio Alimentação e Auxílio Financeiro. Destaca-se, a seguir, o detalhamento das necessidades que foram atendidas por meio do auxílio financeiro no biênio 2019/2020.

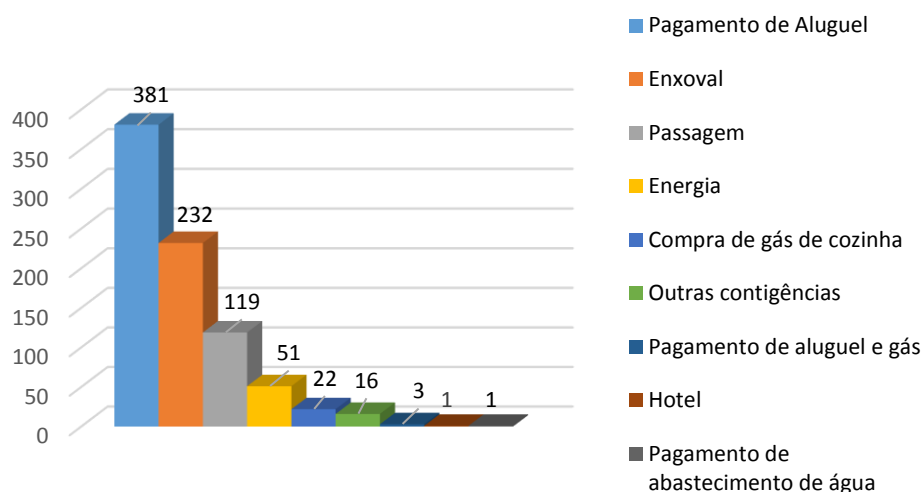
Gráfico 81 - Destinação do auxílio financeiro em 2019.



Fonte: Gestão de Benefícios Eventuais (Referência ano 2019)

Conforme o gráfico acima, observa-se que a principal destinação do auxílio financeiro no ano de 2019 foi para o pagamento de aluguel, com 44% do total, sendo que essa categoria se repete em 2020, com 46% das concessões nessa modalidade.

Gráfico 82 - Destinação do auxílio financeiro em 2020.



Fonte: Gestão de Benefícios Eventuais (Referência 1º semestre/2020)

Ademais, vale ressaltar que, no município de Parauapebas, no ano de 2020, foram concedidas 10.277 cestas de alimentos em caráter emergencial, conforme a Portaria do Ministério da Cidadania nº 369, de 29 de abril de 2020, que tem como finalidade aumentar a capacidade de resposta do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19.

Dentre o público beneficiado por essas cestas, além das famílias atendidas pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, foram beneficiados também trabalhadores autônomos e informais, população indígena e Organizações da Sociedade Civil.

12. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC

O Benefício de Prestação Continuada é um direito estabelecido pela Constituição Federal de 1998 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, sendo que o início de sua concessão se deu no ano de 1996. É mantido com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e operado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Se caracteriza como importante instrumento de proteção social no enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, através da garantia de um salário-mínimo mensal ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Os

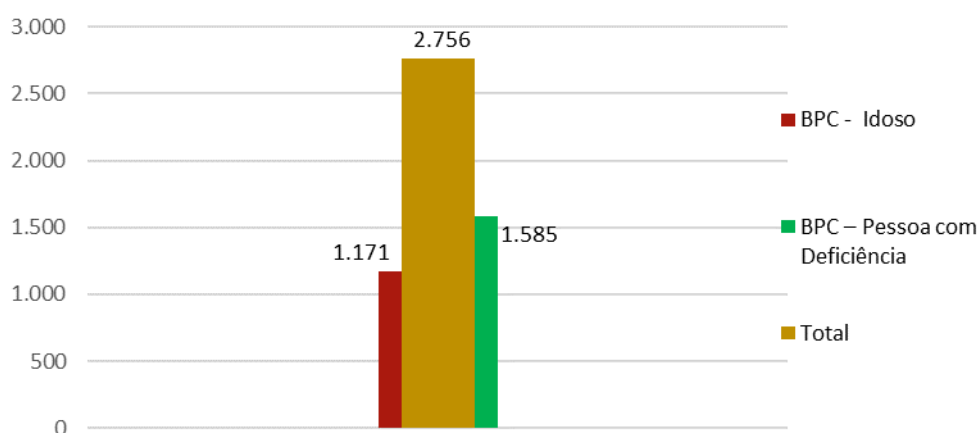
requerentes do referido benefício devem comprovar que não possuem meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

No caso da pessoa com deficiência, deverá ser caracterizada a existência de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos dois anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído para o INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte.

Conforme lista de beneficiários do BPC disponibilizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania, no município de Parauapebas haviam 2.756 benefícios ativos até o mês de agosto de 2021, sendo 1.171 de pessoas idosas e 1.585 de Pessoas com Deficiência.

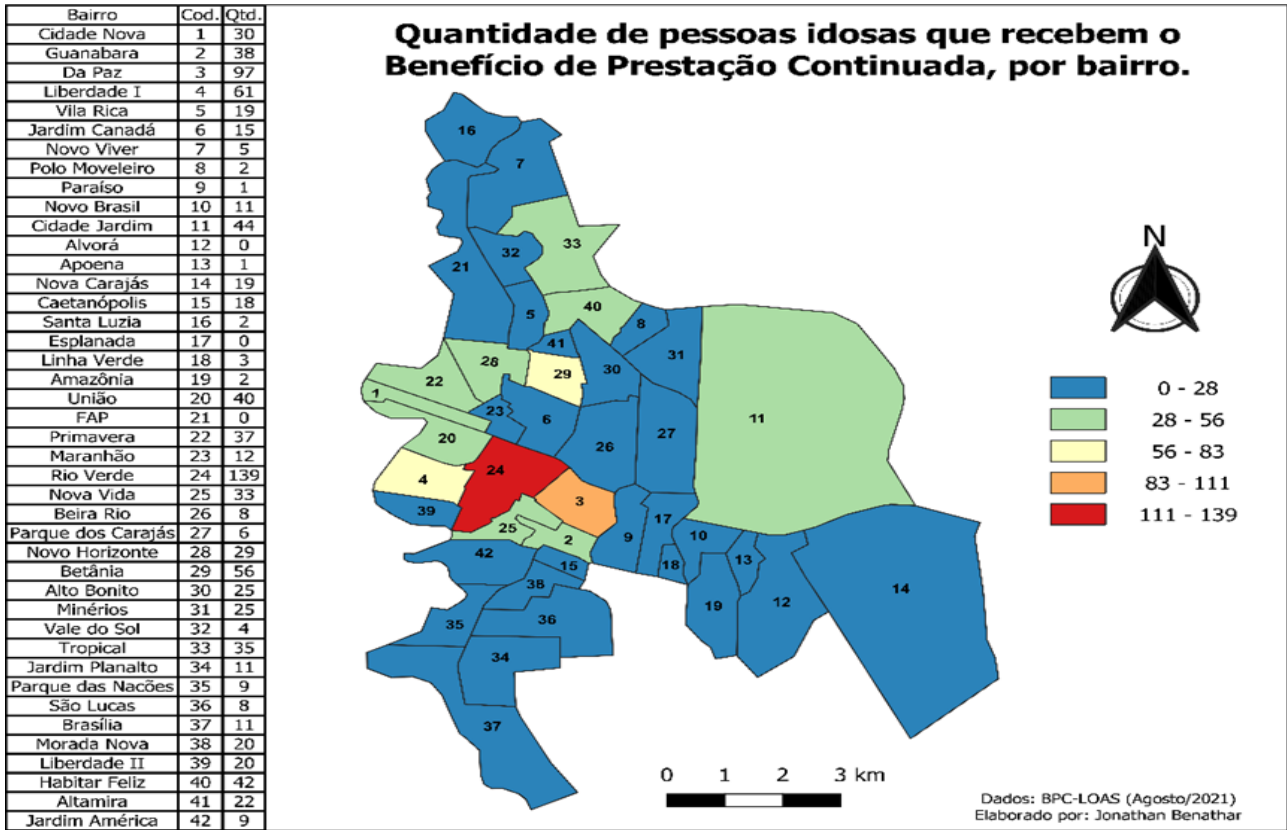
Gráfico 83 - Quantitativo de Benefício de Prestação Continuada em situação ativa.



Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de beneficiários do BPC

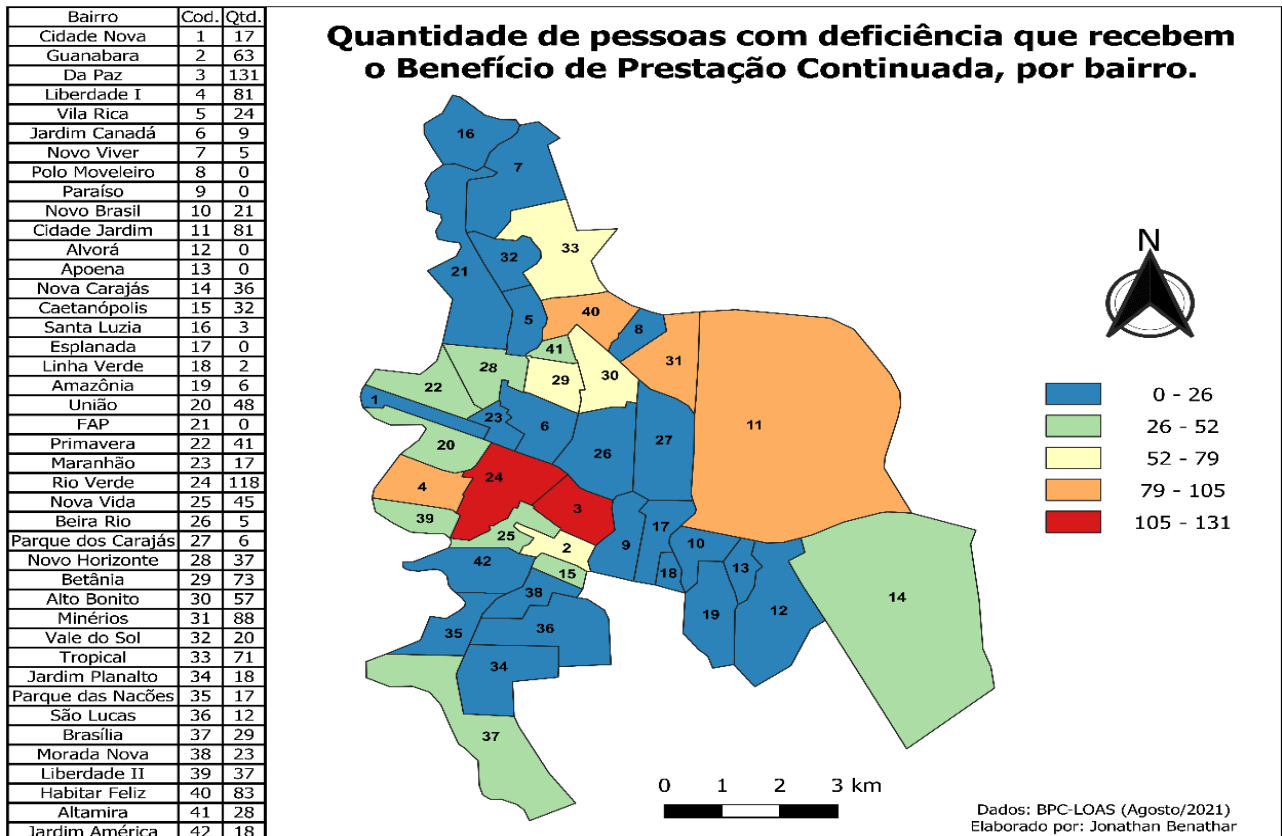
As figuras abaixo apresentam a origem territorial das pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC na zona urbana. Observa-se que há uma concentração de beneficiários das duas modalidades nos bairros da Paz e Rio Verde, sendo que esses bairros juntos representam 24,5% de idosos e 18% de pessoas com deficiência

Figura 9 - Quantidade de pessoas idosas beneficiárias do BPC, por bairro.



Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de beneficiários do BPC

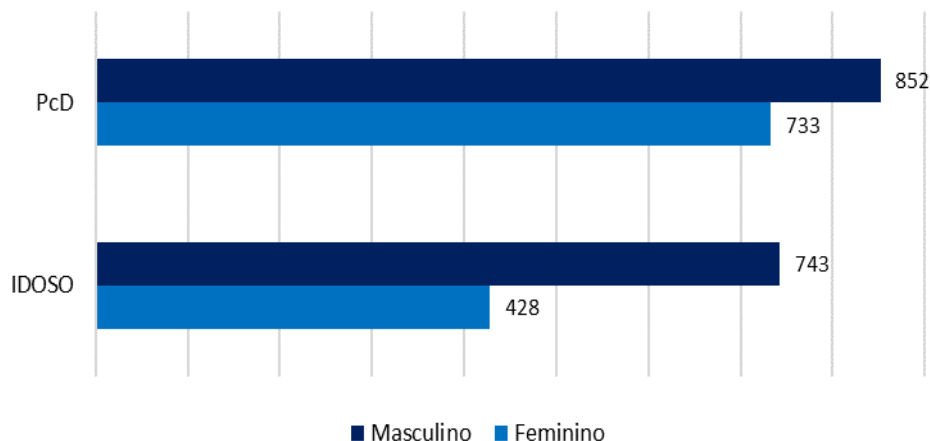
Figura 10 - Quantidade de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por bairro.



Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de beneficiários do BPC

Quanto ao perfil por sexo, observa-se que dentre os beneficiários do BPC há uma predominância do sexo masculino, sendo 54% do público Pessoa com Deficiência e 63% de pessoas idosas.

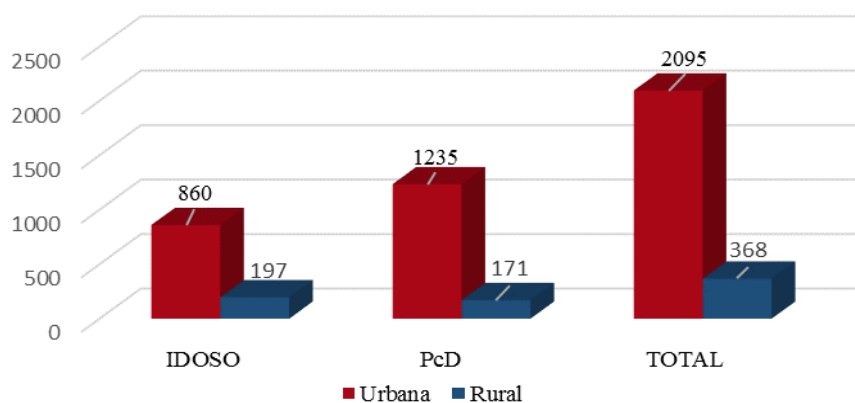
Gráfico 84 - Perfil, por sexo, dos Beneficiários do BPC.



Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de Beneficiários do BPC

O gráfico a seguir representa o número de beneficiários de BPC com Cadastro Único nas zonas urbana e rural.

Gráfico 85 - Beneficiários de BPC com Cadastro Único, por zona.



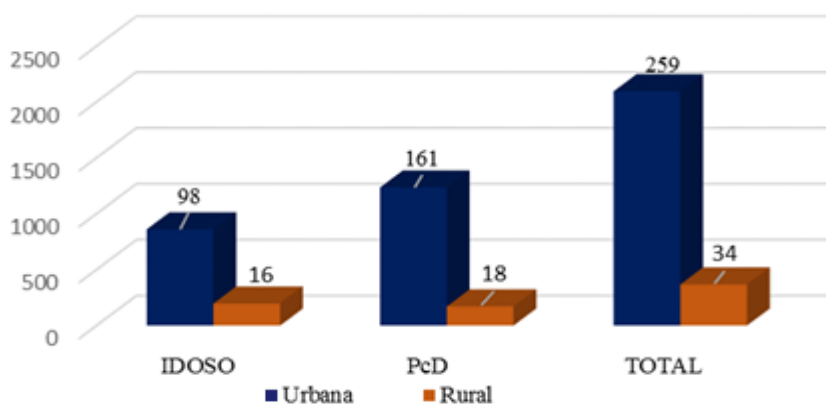
Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de Beneficiários do BPC

Com o Decreto nº 8.805/2016 tornou-se obrigatória, a partir de 6 de novembro de 2016, a inclusão de requerentes e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Cadastro Único. No entanto, verifica-se que ainda há um número significativo de pessoas que ainda não foram incluídas.

A Nota Técnica nº 31, de novembro de 2016 do Ipea, traz algumas considerações importantes em relação a essa nova exigência operacional trazida pelo novo Decreto.

A primeira delas diz respeito à especificidade do público potencialmente beneficiário do BPC. Não raras vezes, são pessoas com limitações de mobilidade impostas pela idade avançada ou por uma deficiência física ou mental, conjugada à vivência em famílias com baixíssima renda. A segunda, é que a nova exigência de cadastramento pressupõe uma eficiência das estruturas operacionais da política nem sempre existente. Embora a inscrição no CadÚnico possa ser realizada em postos específicos ou em alguns Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sabe-se das limitações dessas estruturas para tal cadastramento. Apesar da grande capilaridade alcançada pelos CRAS, há lacunas de cobertura e desafios de estruturação desses centros e de suas equipes.

Gráfico 86 - Beneficiários de BPC sem Cadastro Único, por zona.

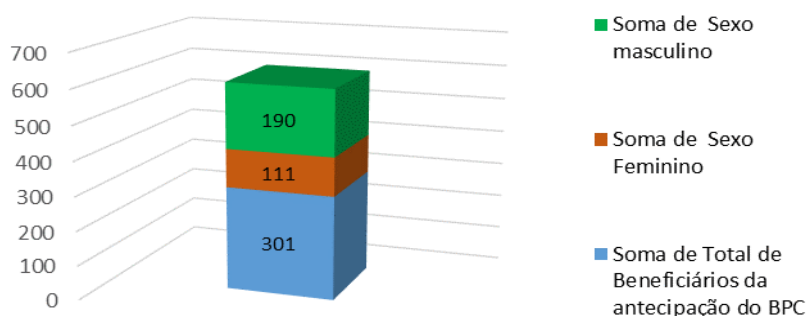


Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de Beneficiários do BPC

Em consonância com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19), o INSS foi autorizado a antecipar o valor de R\$600,00 para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação da Lei ou até a aplicação pelo INSS do instrumento de avaliação da pessoa com deficiência, o que ocorresse primeiro.

Nesse sentido, o gráfico a seguir representa o quantitativo total e perfil por sexo das pessoas que foram beneficiadas pela antecipação de BPC no município de Parauapebas.

Gráfico 87 - Beneficiários da antecipação de BPC.



Fonte: SNAS/SAGI - Relatório de Beneficiários do BPC

13. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A proteção social especial (PSE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

13.1. Proteção social de média complexidade

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado. Atualmente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a única unidade de média complexidade e oferta os serviços de:

- Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado em Abordagem Social.

13.1.1. IDCREAS

De antemão, esclarecemos que a metodologia utilizada para mensurar o IDCRAS é a mesma utilizada para mensurar o IDCREAS. O último IDCREAS divulgado pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (antigo MDS) foi o de 2017. Nesta divulgação, revela-se que a dimensão estrutura física obteve a nota 2,00, enquanto a dimensão de recursos humanos obteve a nota 3,00 e a dimensão de serviços e benefícios obteve a nota 2,00. Dessa forma, o IDCREAS sintético para o ano de 2017 foi 2,33, sendo que 1 representa as situações mais distantes do padrão almejado e 5 representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis. A tabela a seguir apresenta o IDCREAS 2017.

Tabela 32 - IDCREAS, 2017.

| IDCREAS, 2017 | |
|--------------------------------|-------------|
| Dimensão Estrutura Física | 2,00 |
| Dimensão Recursos Humanos | 3,00 |
| Dimensão Serviços e Benefícios | 2,00 |
| IDCREAS Sintético/2017 | 2,33 |

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>, acessado em 28/10/2021.

13.1.2. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Tabela 33 - Número de pessoas atendidas no CREAS.

| PERFIL | 2019 | 2020 | TOTAL |
|----------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Crianças (0-12 anos) | 113 | 177 | 290 |
| Adolescentes (13-17 anos) | 175 | 305 | 480 |
| Pessoas Adultas (18-59 anos) | 152 | 335 | 487 |
| Pessoas Idosas (60 anos ou mais) | 38 | 87 | 125 |
| Total | 478 | 904 | 1382 |

Fonte: Relatórios Mensais dos Serviços do CREAS, 2021.

A tabela anterior soma todos os atendidos nos quatro serviços ofertados no CREAS. Do total de pessoas atendidas, 69% são de pessoas adultas e adolescentes que receberam atendimento em algum dos serviços ofertados.

Em todas as tabelas e figuras que apresentam alguma informação por bairro, considera-se a atualização ocorrida no reordenamento da zona urbana segundo a lei complementar nº24/2021 que trata sobre o Plano Diretor do Município de Parauapebas.

Quanto ao total de famílias atendidas, identifica-se um relevante aumento de atendimentos em 2020, em torno de 90% a mais do total atendido em 2019. Também deve-se observar que apenas a zona rural apresentou um total de 98 famílias/indivíduos atendidos, significando quase 10% do total de atendidos nos dois últimos anos.

Tabela 34 - Total de famílias atendidas por bairro e ano no CREAS.

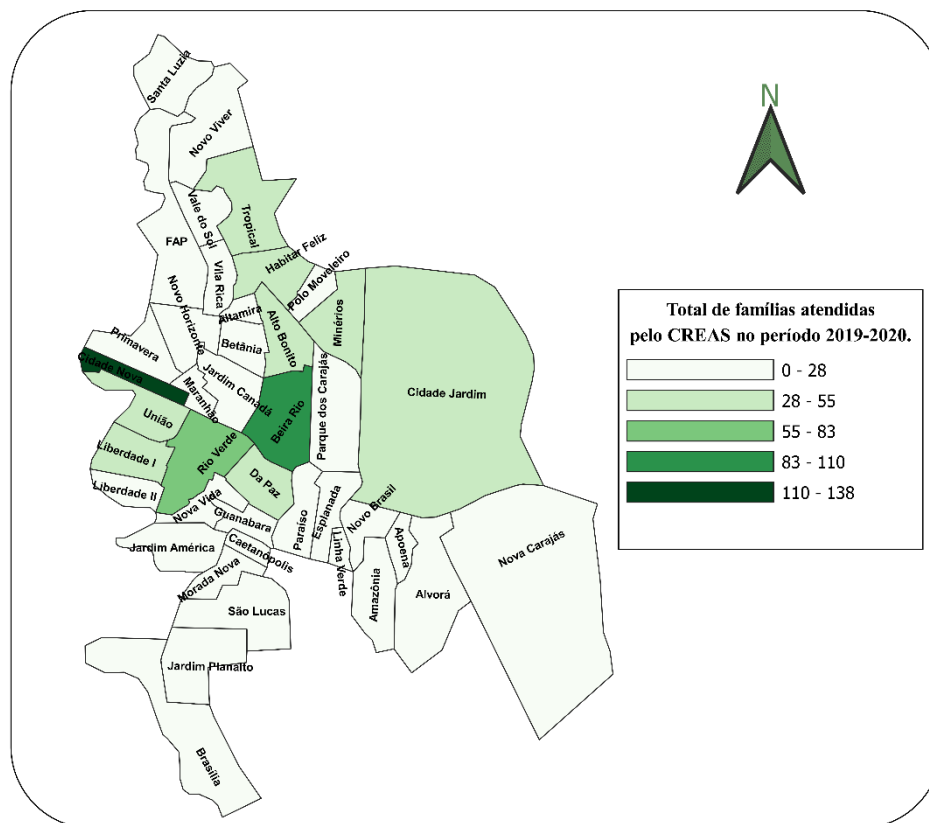
| BAIRROS | 2019 | 2020 | TOTAL |
|----------------|-------------|-------------|--------------|
| Cidade Nova | 62 | 76 | 138 |
| Zona Rural | 26 | 72 | 98 |
| Beira Rio | 45 | 42 | 87 |
| Rio Verde | 30 | 47 | 77 |
| Cidade Jardim | 27 | 28 | 55 |
| União | 16 | 39 | 55 |
| Da Paz | 17 | 34 | 51 |
| Tropical | 29 | 20 | 49 |
| Minérios | 19 | 29 | 48 |
| Alto Bonito | 24 | 17 | 41 |
| Habitar Feliz | 18 | 17 | 35 |
| Liberdade I | 18 | 16 | 34 |

| | | | |
|--------------------|------------|------------|-------------|
| Nova Vida | 8 | 18 | 26 |
| Guanabara | 18 | 7 | 25 |
| Nova Carajás | 6 | 18 | 24 |
| Altamira | 15 | 5 | 20 |
| Jardim América | 4 | 15 | 19 |
| Novo Horizonte | 9 | 10 | 19 |
| Betânia | 13 | 6 | 19 |
| Vila Rica | 8 | 10 | 18 |
| Primavera | 12 | 5 | 17 |
| Jardim Planalto | 2 | 14 | 16 |
| Maranhão | 7 | 8 | 15 |
| Liberdade II | 10 | 4 | 14 |
| Vale do Sol | 5 | 6 | 11 |
| Novo Brasil | 6 | 4 | 10 |
| Caetanópolis | 5 | 4 | 9 |
| Parque dos Carajás | 5 | 1 | 6 |
| Bela Vista | 5 | 0 | 5 |
| São Lucas | 4 | 1 | 5 |
| Amazônia | 3 | 2 | 5 |
| Novo Viver | 3 | 2 | 5 |
| Jardim Canadá | 1 | 3 | 4 |
| Brasília | 2 | 2 | 4 |
| Apoena | 3 | 0 | 3 |
| Parque das Nações | 1 | 2 | 3 |
| Linha Verde | 3 | 0 | 3 |
| Esplanada | 0 | 3 | 3 |
| Morada Nova | 1 | 2 | 3 |
| Águas Lindas | 0 | 2 | 2 |
| Polo Moveleiro | 0 | 2 | 2 |
| Nova Esperança | 1 | 0 | 1 |
| Nova Conquista | 0 | 1 | 1 |
| FAP | 1 | 0 | 1 |
| Total | 492 | 594 | 1086 |

Fonte: Relatórios Mensais de Serviços do CREAS, 2021.

A figura a seguir apresenta as mesmas informações da tabela anterior, excluindo-se a zona rural.

Figura 11 - Famílias atendidas no CREAS, por bairro (2019-2020).



Fonte: Elaboração Vigilância Socioassistencial, 2021.

Na zona urbana, os maiores índices estão concentrados nos bairros Cidade Nova, Beira Rio e Rio Verde e os bairros com menores registros são Nova Esperança, Nova Conquista e FAP.

13.1.3. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Serviço obrigatoriamente ofertado no CREAS que segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais oferta atendimento especializado a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos através de um trabalho articulado com outros serviços socioassistenciais, outras políticas setoriais e órgãos que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos. Entre suas atividades essenciais estão à oferta de acolhida, avaliação inicial, atendimentos individuais, em grupo ou familiar, orientação jurídico-social e acompanhamento dos encaminhamentos, entre outros.

A seguir, apresenta-se os dados referentes a violações de direitos e violências identificadas nos atendimentos dos anos de 2019 e 2020, distribuídas por bairro de origem das famílias. Considerar

o total de violações e não o total de pessoas, e a exclusão de todos que não possuíam identificação de localização por bairro.

Tabela 35 - Violações de direito por bairro e ano no PAEFI.

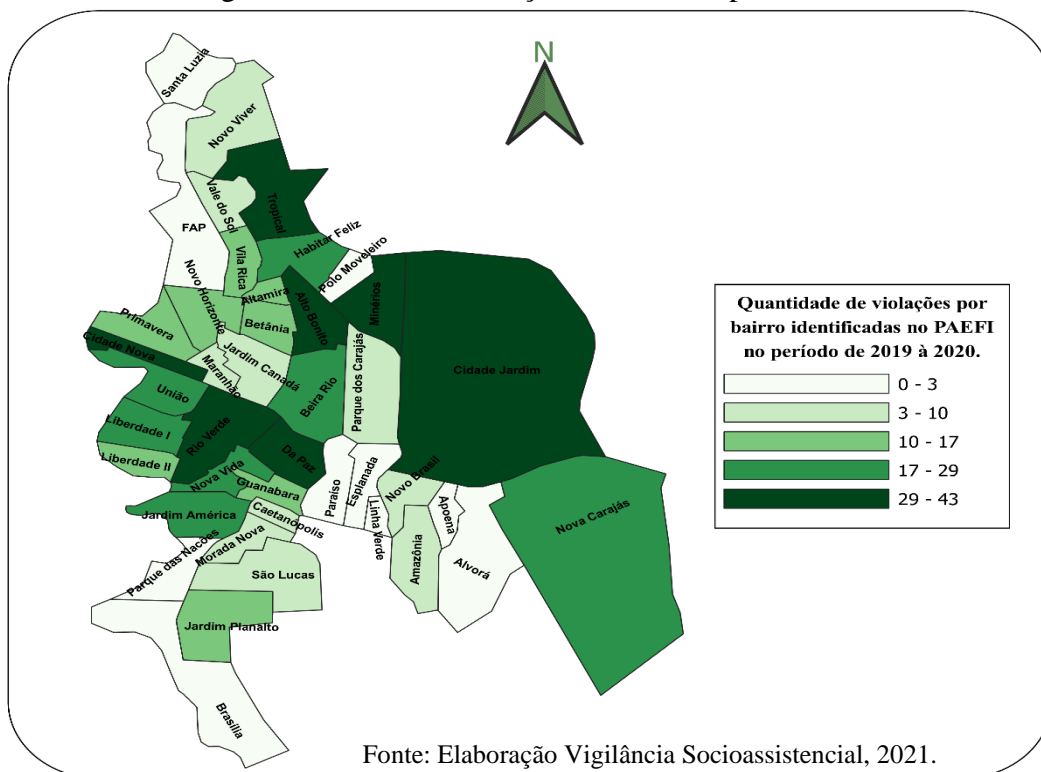
| BAIRROS | 2019 | 2020 | TOTAL |
|-----------------|-------------|-------------|--------------|
| Zona Rural | 23 | 67 | 90 |
| Rio Verde | 17 | 26 | 43 |
| Cidade Jardim | 26 | 14 | 40 |
| Da Paz | 13 | 25 | 38 |
| Tropical | 25 | 12 | 37 |
| Cidade Nova | 30 | 7 | 37 |
| Alto Bonito | 21 | 15 | 36 |
| Minérios | 8 | 25 | 33 |
| União | 11 | 18 | 29 |
| Habitar Feliz | 14 | 13 | 27 |
| Liberdade I | 14 | 11 | 25 |
| Beira Rio | 24 | 0 | 24 |
| Nova Vida | 6 | 15 | 21 |
| Nova Carajás | 5 | 15 | 20 |
| Jardim América | 4 | 15 | 19 |
| Altamira | 12 | 5 | 17 |
| Guanabara | 12 | 4 | 16 |
| Primavera | 10 | 5 | 15 |
| Jardim Planalto | 1 | 14 | 15 |
| Vila Rica | 6 | 8 | 14 |
| Liberdade II | 9 | 4 | 13 |
| Novo Horizonte | 5 | 7 | 12 |
| Betânia | 8 | 3 | 11 |
| Maranhão | 6 | 4 | 10 |
| Novo Brasil | 5 | 3 | 8 |
| Caetanópolis | 3 | 4 | 7 |
| Vale do Sol | 4 | 2 | 6 |
| Bela Vista | 5 | 0 | 5 |
| São Lucas | 4 | 1 | 5 |

| | | | |
|--------------------|------------|------------|------------|
| Parque dos Carajás | 4 | 1 | 5 |
| Amazônia | 3 | 2 | 5 |
| Novo Viver | 3 | 1 | 4 |
| Jardim Canadá | 1 | 3 | 4 |
| Apoena | 3 | 0 | 3 |
| Parque das Nações | 1 | 2 | 3 |
| Linha Verde | 3 | 0 | 3 |
| Brasília | 2 | 1 | 3 |
| Morada Nova | 1 | 2 | 3 |
| Águas Lindas | 0 | 2 | 2 |
| Polo Moveleiro | 0 | 2 | 2 |
| Nova Esperança | 1 | 0 | 1 |
| Total | 353 | 358 | 711 |

Fonte: Relatórios Mensais PAEFI, 2021.

Na tabela acima é possível verificar que em torno de 12% das violações registradas nos dois últimos anos foram identificadas na zona rural do município de Parauapebas. Considerando o alto volume de registros com apenas a nomenclatura “zona rural” optou-se por unificar os dados sob essa categoria.

Figura 12 - Total de violações de direitos por bairro.



O mapa com apenas o registro da zona urbana do município sinaliza que, apesar do maior volume de registros estarem concentrados nos bairros Rio Verde e Cidade Jardim, observa-se que de 2019 a 2020 houve um crescimento significativo de registros de violações de direitos nos bairros dos Minérios, Jardim Planalto, Da Paz, Jardim América e Nova Carajás.

Tabela 36 - Violação de Direitos por ciclo de vida e por ano no PAEFI.

| PERFIL | 2019 | 2020 | TOTAL |
|---------------|-------------|-------------|--------------|
| Criança | 112 | 168 | 280 |
| Adolescente | 159 | 280 | 439 |
| Homem Adulto | 57 | 158 | 215 |
| Mulher Adulta | 14 | 34 | 48 |
| Pessoa Idosa | 13 | 35 | 48 |
| Total | 355 | 675 | 1030 |

Fonte: Relatórios Mensais PAEFI, 2021.

Na tabela 36 o total de violações por ciclo de vida evidencia o alto índice de situações envolvendo adolescentes, que corresponde a 42% do total das violações registradas seguidos de situações relacionadas a crianças.

Do total de violações e violências registradas nos últimos dois anos o abuso sexual, a negligência e a situação de rua são as que mais aparecem nos registros conforme a tabela a seguir.

Tabela 37 – Total de violências e violações de direitos por ano no PAEFI.

| Violências e Violações de Direitos | 2019 | 2020 | TOTAL |
|---|-------------|-------------|--------------|
| Abuso Sexual | 81 | 93 | 174 |
| Negligência | 53 | 40 | 93 |
| Situação de Rua | 64 | 0 | 64 |
| Violência Física | 43 | 13 | 56 |
| Violência Psicológica | 31 | 23 | 54 |
| Risco Social | 5 | 36 | 41 |
| Negligência Familiar | 5 | 31 | 36 |
| Conflito Familiar | 2 | 34 | 36 |
| Violência Sexual | 16 | 16 | 32 |
| Abandono | 2 | 29 | 31 |
| Estupro de Vulnerável | 2 | 28 | 30 |

| | | | |
|--|----|----|----|
| Violência Física Intrafamiliar | 1 | 16 | 17 |
| Casamento Infantil | 0 | 17 | 17 |
| Vulnerabilidade Socioeconômica | 2 | 13 | 15 |
| Risco de Morte | 0 | 13 | 13 |
| Uso abusivo de álcool e outras drogas | 0 | 12 | 12 |
| Trabalho Infantil | 12 | 0 | 12 |
| Alienação Parental | 9 | 3 | 12 |
| Ato Infracional | 0 | 11 | 11 |
| Evasão Escolar | 1 | 8 | 9 |
| Violência Doméstica | 7 | 0 | 7 |
| Uso de Drogas | 1 | 5 | 6 |
| Violência Patrimonial | 1 | 5 | 6 |
| Uso abusivo de álcool | 0 | 6 | 6 |
| Violência Física Extrafamiliar | 0 | 6 | 6 |
| Ausência de Documentação | 0 | 6 | 6 |
| Dependência Química | 0 | 6 | 6 |
| Violência Sexual Doméstica | 0 | 4 | 4 |
| Vulnerabilidade Social | 3 | 1 | 4 |
| Exploração Sexual | 2 | 2 | 4 |
| Maus Tratos | 0 | 4 | 4 |
| Violência relacionada ao uso de drogas | 0 | 3 | 3 |
| Risco Social relacionado ao Tráfico de Drogas | 3 | 0 | 3 |
| Violência Sexual Intrafamiliar | 3 | 0 | 3 |
| Abandono Escolar | 0 | 2 | 2 |
| Comportamento Auto lesivo | 2 | 0 | 2 |
| Exposição a Ambientes com Venda de Bebida Alcolólica | 1 | 0 | 1 |
| Fuga do Lar | 1 | 0 | 1 |
| Isolamento de Convívio Social | 1 | 0 | 1 |
| Conflitos Geracionais | 1 | 0 | 1 |
| Ruptura de Vínculos Familiares | 1 | 0 | 1 |
| Aliciamento | 0 | 1 | 1 |
| Crime Sexual na Internet | 0 | 1 | 1 |
| Desalojados | 0 | 1 | 1 |
| Gravidez na Adolescência | 0 | 1 | 1 |

| | | | |
|-------------------------|------------|------------|------------|
| Mendicância | 0 | 1 | 1 |
| Violência Institucional | 0 | 1 | 1 |
| Total | 356 | 492 | 848 |

Fonte: Relatórios Mensais PAEFI, 2021.

Porém, identifica-se que de todas as violações registradas, algumas tiveram um significativo aumento de um ano para o outro: conflitos familiares; risco social; abandono; negligência familiar e estupro de vulnerável, por exemplo.

É importante pontuar que o serviço teve seus relatórios mensais atualizados nesses dois últimos anos o que possibilitou um aperfeiçoamento dos registros e uma melhor qualificação dos dados apresentados.

13.1.4. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – MSE

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo constitui-se em uma política pública no âmbito dos Direitos Humanos destinado a inclusão de adolescentes em conflito com a lei e que envolve desde a apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Em esfera municipal deve haver uma iniciativa de implantação e implementação entre órgãos de controle (conselhos municipais) e poder executivo de um Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo que garanta um gerenciamento e monitoramento do atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Atualmente o município possui uma comissão formada por atores estratégicos (conselhos de direito, políticas públicas e outros) que tem o intuito de construir um fluxo de atendimento municipal para o atendimento socioeducativo em Parauapebas.

Conforme a MDS (2009) o serviço de MSE tem por finalidade prover atenção e acompanhamento socioassistencial a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto determinada judicialmente.

O cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.

Para realização da Prestação de Serviço à Comunidade o serviço deve identificar locais em potencial para a prestação de serviços. Segundo a Tipificação deve se configurar em tarefas gratuitas com jornada máxima de 8 horas sem prejuízo de escola ou trabalho devendo ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

Além das medidas descritas o poder judiciário também poderá aplicar as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; medidas específicas de proteção. De todas as medidas aquelas que precisam de acompanhamento pela política de Assistência Social são a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviço à Comunidade.

Na tabela seguinte, considerou-se o total de socioeducandos que cumpriram alguma medida socioeducativa, por localidade de moradia.

Tabela 38 - Execução de medidas socioeducativas por bairro e ano.

| Bairro | 2019 | 2020 | Total |
|--------------------|-------------|-------------|--------------|
| Minérios | 8 | 1 | 9 |
| Habitar Feliz | 4 | 3 | 7 |
| Tropical | 2 | 4 | 6 |
| Da Paz | 1 | 4 | 5 |
| Guanabara | 4 | 1 | 5 |
| Betânia | 4 | 1 | 5 |
| Rio Verde | 1 | 2 | 3 |
| União | 2 | 0 | 2 |
| Primavera | 2 | 0 | 2 |
| Altamira | 2 | 0 | 2 |
| Novo Horizonte | 1 | 1 | 2 |
| Sem identificação | 1 | 1 | 2 |
| Vale do Sol | 1 | 1 | 2 |
| Zona Rural | 1 | 1 | 2 |
| Alto Bonito | 1 | 0 | 1 |
| Jardim Planalto | 1 | 0 | 1 |
| Liberdade II | 1 | 0 | 1 |
| Maranhão | 1 | 0 | 1 |
| Parque dos Carajás | 1 | 0 | 1 |
| Vila Rica | 1 | 0 | 1 |
| Novo Brasil | 0 | 1 | 1 |
| Nova Carajás | 0 | 1 | 1 |
| Cidade Nova | 0 | 1 | 1 |
| Brasília | 0 | 1 | 1 |
| Total | 40 | 24 | 64 |

Fonte: Relatórios Mensais PAEFI, 2021.

Identifica-se um aumento de medidas relacionadas aos bairros Tropical e Da Paz, apesar de ser os bairros dos Minérios e Habitar Feliz (Casas Populares I e II) os que ainda possuem maior índices de socioeducandos executando medidas.

Tabela 39 - Total de medidas socioeducativas por sexo e faixa etária.

| Ano | 16 a 17 anos | | | 18 a 21 anos | | |
|-------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|-----------|
| | Feminino | Masculino | Total | Feminino | Masculino | Total |
| 2019 | 8 | 1 | 9 | 3 | 28 | 31 |
| 2020 | 1 | 7 | 8 | 1 | 15 | 16 |
| Total | 9 | 8 | 17 | 4 | 43 | 47 |

Fonte: Relatórios Mensais MSE, 2021.

Observa-se uma predominância de 79% de socioeducandos do sexo masculino e na faixa etária de 18 a 21 anos. A seguir a tabela apresenta os atos infracionais cometidos pelos jovens e adolescentes que passaram pelo serviço.

Tabela 40 - Tipos de ato infracional de MSE.

| Ato Infracional | 2019 | 2020 | Total |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Roubo | 22 | 15 | 37 |
| Outras contravenções | 7 | 2 | 9 |
| Posse ilegal de armas | 2 | 3 | 5 |
| Tráfico de drogas | 1 | 4 | 5 |
| Posse de drogas | 3 | 1 | 4 |
| Furto | 2 | 0 | 2 |
| Estupro | 1 | 0 | 1 |
| Lesão corporal | 1 | 0 | 1 |
| Tentativa de homicídio | 1 | 0 | 1 |
| Dirigir sem habilitação | 0 | 1 | 1 |
| Total | 40 | 26 | 66 |

Fonte: Banco de Dados MSE, 2021.

Apesar de o ato de roubo ainda ser o que possui o maior índice de registros, é importante chamar atenção para o tráfico de drogas, seguido de posse ilegal de armas, como os atos infracionais que mais cresceram de um ano para outro se compararmos com os demais atos registrados no banco de dados do serviço.

13.1.5. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – PSEPCDPI

É um serviço que oferta atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e pessoas idosas que possuem algum grau de dependência e tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos que comprometam sua autonomia. Tem como objetivo a promoção da autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. O serviço pode ser ofertado no domicílio das famílias, no CREAS, em Centro Dia ou em Unidade Referenciada a política de assistência do município.

Atualmente as únicas orientações nacionais quanto a este serviço são a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social Especial para PcD e suas famílias, ofertado em Centro-Dia. Segundo as orientações do Centro-Dia a complexidade do atendimento especializado exige uma equipe mínima multiprofissional composta por um(a) coordenador(a) do serviço, um(a) assistente social, um(a) psicólogo, um(a) terapeuta ocupacional e dez técnicos(as) na função de cuidador para uma capacidade de atendimento de 30 usuários por turno, 10h por dia, 5 dias por semana. Atualmente o serviço é ofertado no CREAS por uma equipe reduzida. A tabela a seguir apresenta o total de famílias atendidas, por localidade de moradia.

Tabela 41 - Famílias acompanhadas no PSEPCDPI, por bairro e ano.

| Bairro | 2019 | 2020 | Total |
|----------------|-------------|-------------|--------------|
| Rio Verde | 5 | 2 | 7 |
| Nova Vida | 2 | 3 | 5 |
| Liberdade I | 3 | 2 | 5 |
| Minérios | 3 | 2 | 5 |
| Zona Rural | 2 | 2 | 4 |
| Da Paz | 3 | 1 | 4 |
| Alto Bonito | 2 | 2 | 4 |
| Tropical | 1 | 2 | 3 |
| Novo Horizonte | 2 | 0 | 2 |
| União | 2 | 0 | 2 |
| Vila Rica | 1 | 1 | 2 |
| Caetanópolis | 2 | 0 | 2 |
| Cidade Nova | 1 | 1 | 2 |

| | | | |
|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Altamira | 1 | 0 | 1 |
| Betânia | 1 | 0 | 1 |
| Nova Carajás | 1 | 0 | 1 |
| Novo Brasil | 1 | 0 | 1 |
| Habitar Feliz | 0 | 1 | 1 |
| Nova Conquista | 0 | 1 | 1 |
| Novo Viver | 0 | 1 | 1 |
| Total | 33 | 21 | 54 |

Fonte: Relatórios Mensais PSEPCDPI, 2021.

A execução deste serviço leva em consideração as especificidades do público atendido podendo ser executado inclusive no domicílio. Apesar do volume de atendimentos das famílias em acompanhamento ser maior percebe-se um alto volume de famílias que recebem algum atendimento deste serviço, várias destas não se caracterizam como uma família em potencial para ser acompanhada pelo serviço, porém acabam sendo atendidas por diversos fatores: ausência de serviços de atenção básica da saúde e proteção social básica do SUAS, falta de serviços na segurança pública para averiguação de violências e violação de direitos, fragilidade de protocolos de atendimento entre o SUAS e o SUS e demais órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.

Tabela 42 - Perfil de usuários atendidos no serviço.

| Perfil de usuários | 2019 | 2020 | Total |
|---------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Crianças | 01 | 02 | 03 |
| Adolescentes | 0 | 01 | 01 |
| Pessoas Adultas | 13 | 17 | 30 |
| Pessoas Idosas | 22 | 42 | 64 |
| Total | 36 | 62 | 98 |

Fonte: Relatórios Mensais PSEPCDPI, 2021.

O público predominante no serviço é composto de pessoas adultas e pessoas idosas, com um considerável aumento de atendimentos voltados para pessoas idosas.

Tabela 43 - Total de violências e violações de direito por ano.

| Violências e violações de direito | 2019 | 2020 | Total |
|--|-------------|-------------|--------------|
| Negligência | 23 | 29 | 52 |
| Violência Física | 6 | 2 | 8 |

| | | | |
|----------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Negligência Familiar | 0 | 6 | 6 |
| Vulnerabilidade Social | 2 | 4 | 6 |
| Abandono | 4 | 1 | 5 |
| Violência Psicológica | 4 | 0 | 4 |
| Violência Sexual | 2 | 2 | 4 |
| Conflitos Familiares | 0 | 4 | 4 |
| Risco Social | 1 | 2 | 3 |
| Violência Patrimonial | 0 | 2 | 2 |
| Abuso Sexual | 0 | 2 | 2 |
| Maus Tratos | 1 | 0 | 1 |
| Violência institucional | 0 | 1 | 1 |
| Violência sexual doméstica | 0 | 1 | 1 |
| Ausência de documentação pessoal | 0 | 1 | 1 |
| Total | 43 | 57 | 100 |

Fonte: Relatórios Mensais PSEPCDPI, 2021.

Do total de violações, a negligência apresenta-se na metade dos casos atendidos pelo serviço. Levando em consideração que na maioria dos casos há o fator de dependência entre a pessoa com deficiência ou/e idosa e a presença, na maioria dos casos, de um familiar cuidador, é evidente a formação de um contexto agravante de fragilização e aumento dos riscos sociais que envolvem o público deste serviço.

13.1.6. Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é um serviço ofertado, de forma continuada e programada, com finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. Tem como objetivos a resolução de necessidades imediatas e a promoção de inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

Portanto é um serviço com características diferenciadas pois grande parte do trabalho social é desenvolvido fora dos tradicionais espaços institucionais da assistência social, necessitando de suporte técnico, recursos humanos capacitados para lidar com situações de violações de direitos e tipos de procedimentos necessários para que a intervenção tenha caráter especializado.

Os territórios de atuação das equipes de abordagem são os espaços públicos. Identificar e mapear a localização, sua posição geográfica, os períodos e horários que as pessoas frequentam, como as pessoas se relacionam com o lugar são condições essenciais para aproximação e sensibilização com aqueles que utilizam o espaço da rua como forma de vivência e sobrevivência.

Tabela 44 - Total de abordagens, por bairro e ano.

| Bairro | 2019 | 2020 | Total |
|----------------|-------------|-------------|--------------|
| Cidade Nova | 31 | 67 | 98 |
| Beira Rio | 21 | 42 | 63 |
| Rio Verde | 7 | 17 | 24 |
| União | 1 | 21 | 22 |
| Cidade Jardim | 0 | 14 | 14 |
| Guanabara | 2 | 2 | 4 |
| Liberdade I | 1 | 3 | 4 |
| Da Paz | 0 | 4 | 4 |
| Maranhão | 0 | 4 | 4 |
| Novo Horizonte | 1 | 2 | 3 |
| Tropical | 1 | 2 | 3 |
| Esplanada | 0 | 3 | 3 |
| Vale do Sol | 0 | 3 | 3 |
| Betânia | 0 | 2 | 2 |
| Nova Carajás | 0 | 2 | 2 |
| Zona Rural | 0 | 2 | 2 |
| Cidade Jardim | 1 | 0 | 1 |
| FAP | 1 | 0 | 1 |
| Minérios | 0 | 1 | 1 |
| Vila Rica | 0 | 1 | 1 |
| Total | 67 | 192 | 259 |

Fonte: Banco de Dados Abordagem Social, 2021.

Predominam bairros que possuem uma grande concentração de serviços públicos e privados e, portanto, alto fluxo de pessoas ao longo do dia. Atenta-se para um crescente número de registros, quase 50% a mais, apesar de um ano atípico devido ao estado de pandemia decretado pela OMS que ocasionou uma redução significativa do fluxo de pessoas em todos os espaços públicos do município.

A tabela a seguir identifica as situações mais abordadas pelo serviço. Ainda não se pode concluir que este seja o perfil da maioria das pessoas que utilizam os espaços públicos de uma forma geral no município, mas apenas daqueles que estiveram nos lugares que receberam o serviço de abordagem. Uma mesma pessoa pode ser identificada em mais de uma situação ao mesmo tempo.

Tabela 45 - Pessoas abordadas por faixa etária e sexo.

| Ano | 0 a 12 anos | | | 13 a 17 anos | | | 18 a 29 anos | | | 30 a 59 anos | | | 60 ou mais | | |
|--------------|-------------|---|-------|--------------|----|-------|--------------|----|-------|--------------|-----|-------|------------|----|-------|
| | F | M | Total | F | M | Total | F | M | Total | F | M | Total | F | M | Total |
| 2019 | 0 | 0 | 0 | 5 | 2 | 7 | 1 | 9 | 10 | 4 | 23 | 27 | 0 | 3 | 3 |
| 2020 | 2 | 5 | 7 | 8 | 8 | 16 | 5 | 24 | 29 | 3 | 78 | 81 | 1 | 9 | 10 |
| Total | 2 | 5 | 7 | 13 | 10 | 23 | 6 | 33 | 39 | 7 | 101 | 108 | 1 | 12 | 13 |

Fonte: Banco de Dados Abordagem Social, 2021.

O perfil das pessoas atendidas pela Abordagem Social é de homens adultos na faixa etária de 30 a 59 anos, totalizando 53% dos que foram abordados nos últimos anos.

Os riscos pessoais e sociais decorrem da vivência de situações que envolvam violações de direitos humanos e ameacem a integridade física, psíquica e relacional onde algumas situações podem expor indivíduos e famílias a situações de maior vulnerabilidade e risco pessoal e social (MDS, 2018). As situações identificadas pelo serviço possuem uma soma que não é igual ao número de pessoas abordadas, pois uma mesma pessoa pode vivenciar mais de uma situação, conforme a tabela a seguir.

Tabela 46 - Principais situações identificadas, por ano.

| Situações | 2019 | 2020 | Total |
|---|-----------|------------|------------|
| Situação de rua | 32 | 80 | 112 |
| Pessoa adulta que faz uso abusivo de álcool | 0 | 50 | 50 |
| Pessoa adulta usuária de crack ou outras drogas | 24 | 15 | 39 |
| Trabalho Infantil | 7 | 25 | 32 |
| Pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência | 3 | 9 | 12 |
| Total | 66 | 179 | 245 |

Fonte: Banco de Dados Abordagem Social, 2021.

Tornando-se a situação mais identificada do total de pessoas que foram abordadas, 45% são pessoas em situação de rua. A população em situação de rua, segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, é conceituada como um grupo populacional

heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade de vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos, áreas degradadas, e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

Um dos objetivos do serviço é promover ações para reinserção familiar e comunitária e construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais. Nos últimos anos, com a discussão sobre o conceito de família e como tem se transformado a noção do que se configura família, é possível repensar os tradicionais modelos possibilitando conhecer e fomentar o fortalecimento de novos vínculos adquiridos a partir da vivência na rua.

É preciso salientar que a vivência na rua cria relações e significados próprios, e se torna um lugar de identidade com potenciais e possibilidades para quem o usa e vive nele. Esse tipo de percepção pode expandir a noção de que a rua é somente um ambiente inseguro para um olhar nas possibilidades e fatores de proteção e vínculos surgidos dessa vivência criando condições de fomentar o protagonismo e o fortalecimento de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua.

13.2. Proteção social especial de alta complexidade

Conforme a PNAS (2004), os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que afixam proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que estão sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Atualmente, os serviços de proteção social especial de alta complexidade executados no município de Parauapebas são quatro:

- Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para o público de migrantes e refugiados;
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para o público em situação de rua.

13.2.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é um acolhimento provisório e excepcional voltado para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob

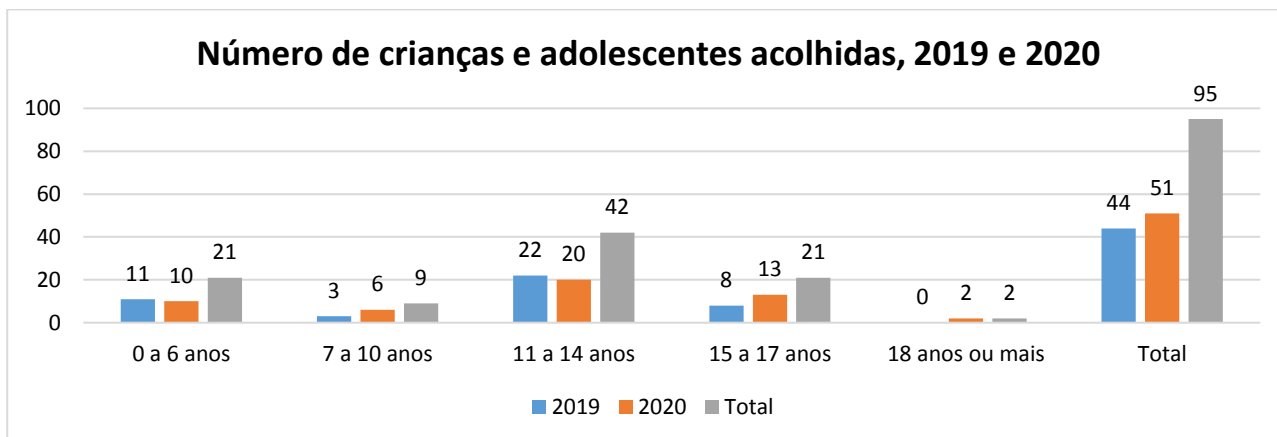
medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se provisoriamente incapazes de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se demasiadamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

Conforme as Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009), os serviços de acolhimento voltados a esse público integram os serviços de PSE de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

As Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009) elencam os princípios do serviço, quais sejam:

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários;
- Garantia de Acesso e Respeito a Diversidade e Não-discriminação;
- Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado;
- Garantia de Liberdade de Crença e Religião;
- Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.

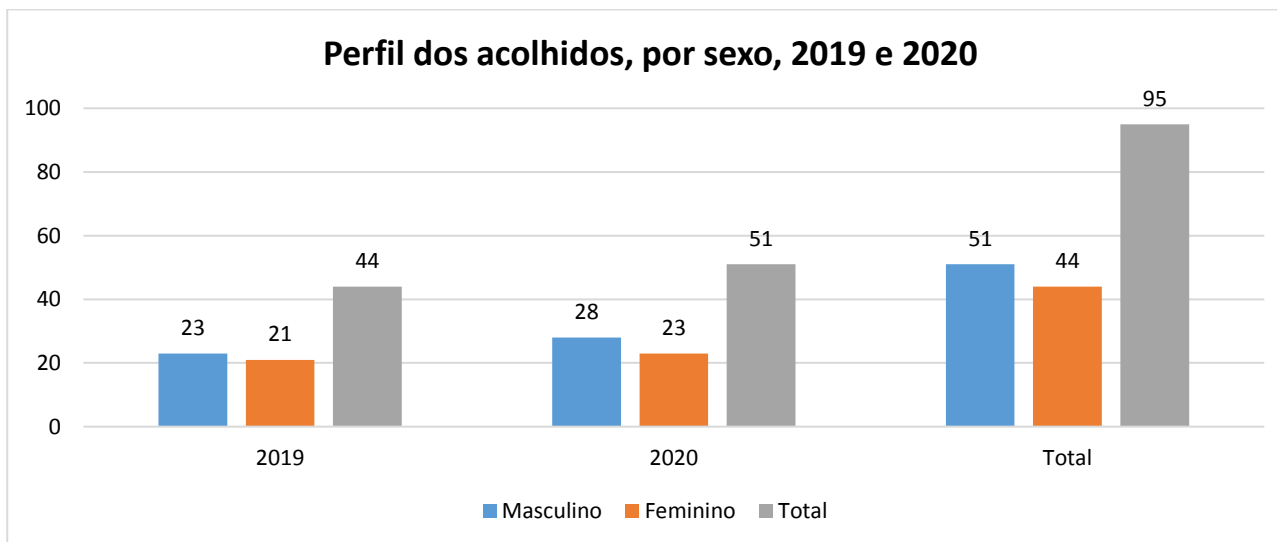
Gráfico 88 - Número de crianças e adolescentes acolhidas, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

A partir do gráfico acima, constata-se 95 acolhidos durante os dois anos. Outra constatação é um aumento no número de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional de 2019 para 2020. Além disso, as faixas etárias que mais se sobressaem nos dois anos é a de 11 a 14 anos, seguida pela de 0 a 6 anos e 14 a 17 anos.

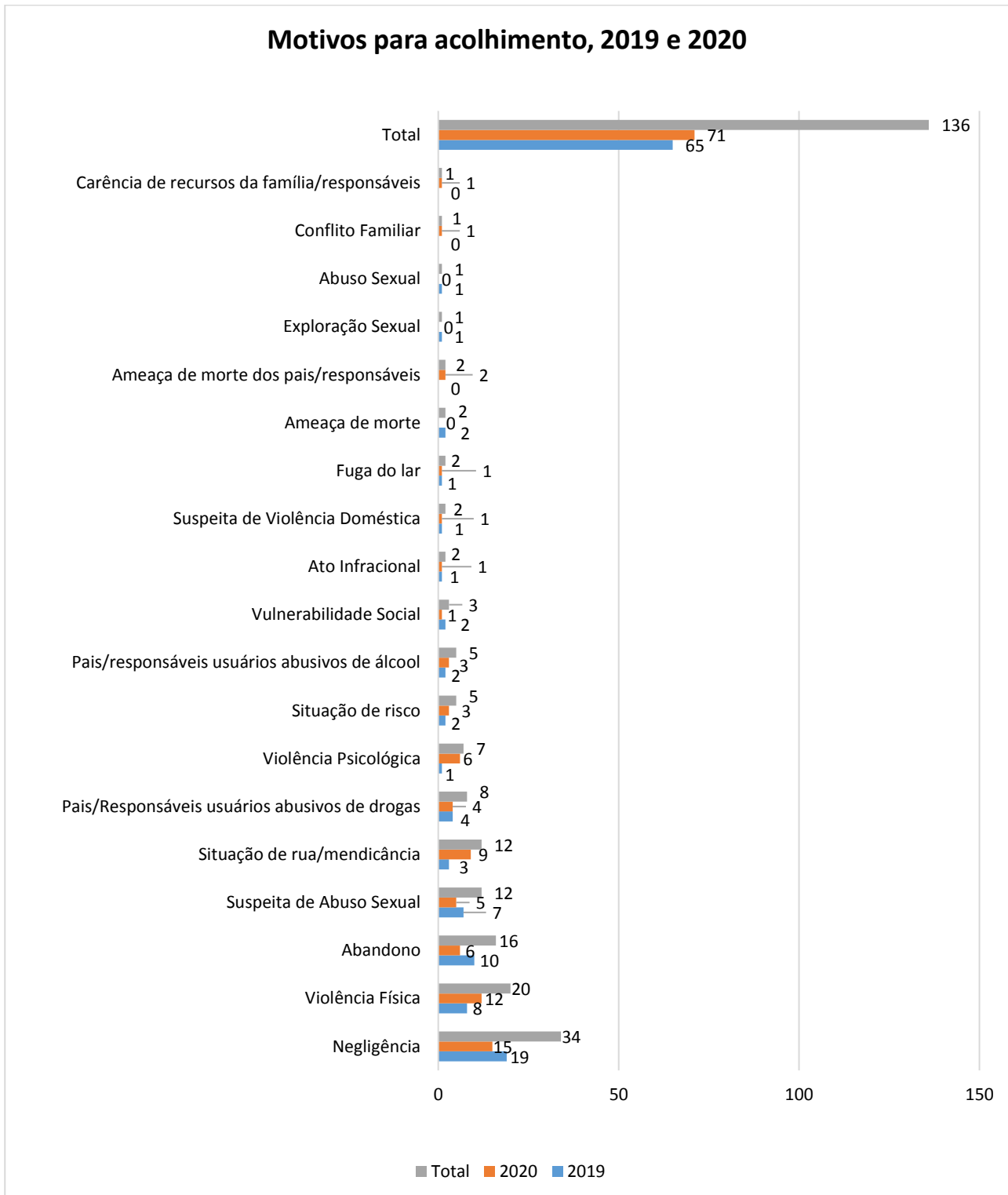
Gráfico 89 - Perfil dos acolhidos, por sexo, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Conforme gráfico acima, há uma pequena predominância de acolhidos do sexo masculino nos dois anos analisados, sendo que em 2020 essa predominância foi mais evidente. Dos 95 acolhidos nos dois anos, 54% eram do sexo masculino e 46% do sexo feminino.

Gráfico 90 - Motivos para acolhimento, 2019 e 2020.



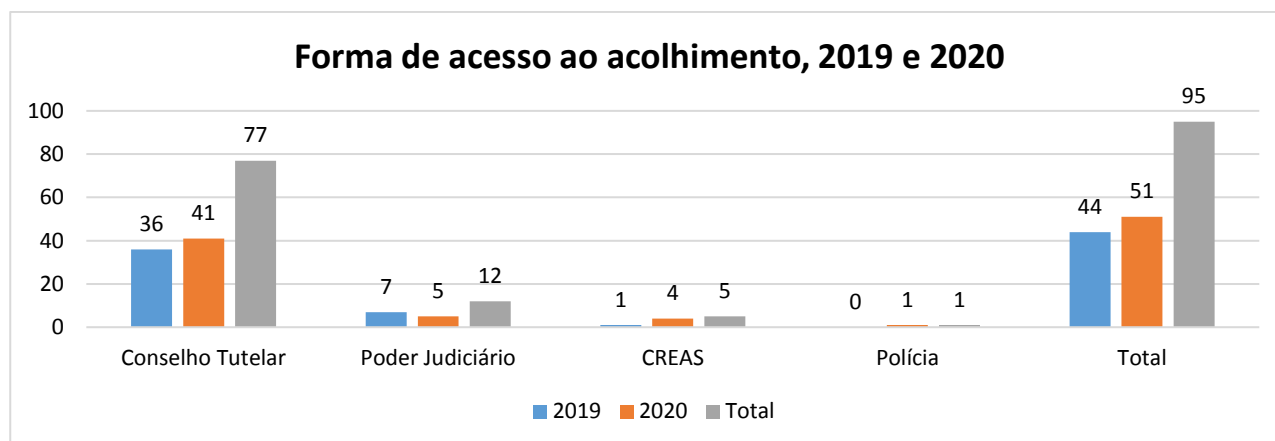
Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

A partir do gráfico acima, constatamos, nos dois anos analisados, um total de 136 motivos para acolhimento para 95 acolhidos. A soma do quantitativo em cada uma das categorias acima supera o volume total de acolhidos nos anos de 2019 e 2020, em virtude da complexidade das situações de

acolhimento e fatores múltiplos identificados em uma única situação. Os três motivos que mais incidiram foram negligência, violência física e abandono, respectivamente. Constatamos também um aumento no número de motivos para acolhimento de 2019 para 2020. Com isto, revela-se um aumento nas situações de violações de direito e violências sofridas pelas crianças e adolescentes acolhidos.

Outro ponto relevante acerca dos motivos para acolhimento, é que para o ano de 2020, 92% dos acolhidos sofreram violência e/ou violação de direitos por parte da família natural ou extensa.

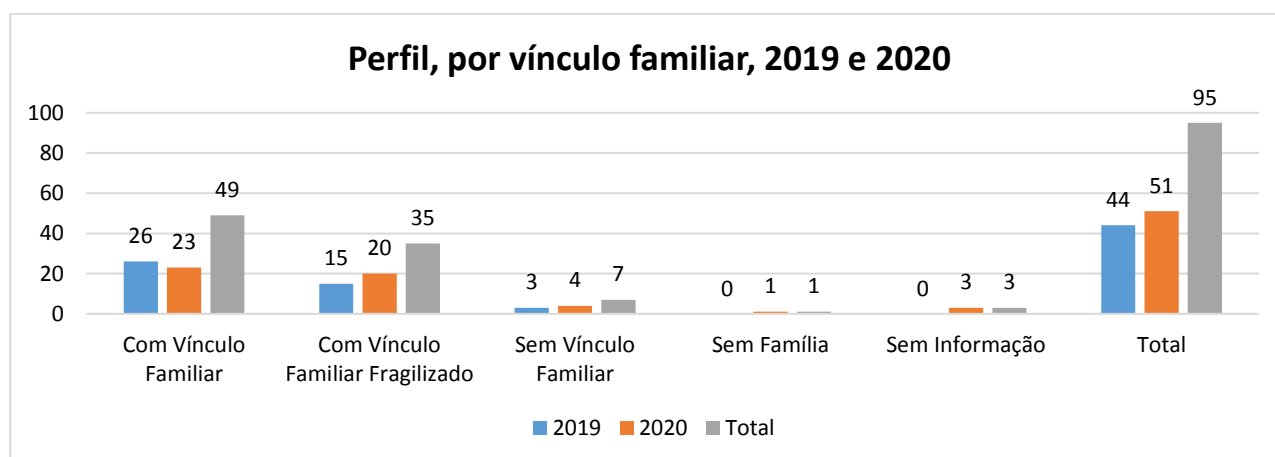
Gráfico 91 - Forma de acesso ao acolhimento, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Em consonância com o gráfico acima, verificamos que o Conselho Tutelar é o principal demandante de acolhimento institucional, ou seja, dos 95 acolhidos em 2019 e 2020, 81% foram encaminhados pelo Conselho Tutelar, ou seja, 77 acolhidos. O Poder Judiciário encaminhou 13% dos acolhidos (12 acolhidos).

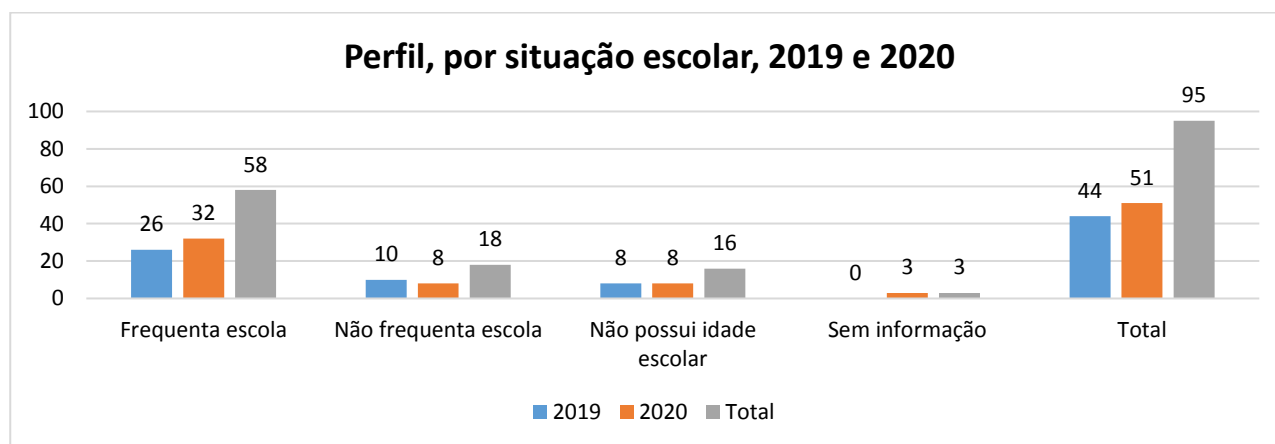
Gráfico 92 - Perfil, por vínculo familiar, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Conforme gráfico acima, 51,5% do acolhidos nos dois anos analisados possuíam vínculo familiar, ou seja, 49 acolhidos. O vínculo familiar fragilizado representou 37% dos acolhidos, ou seja, 35 acolhidos. Os acolhidos sem vínculo familiar representaram 7% do total de acolhidos, ou seja, 7 acolhidos.

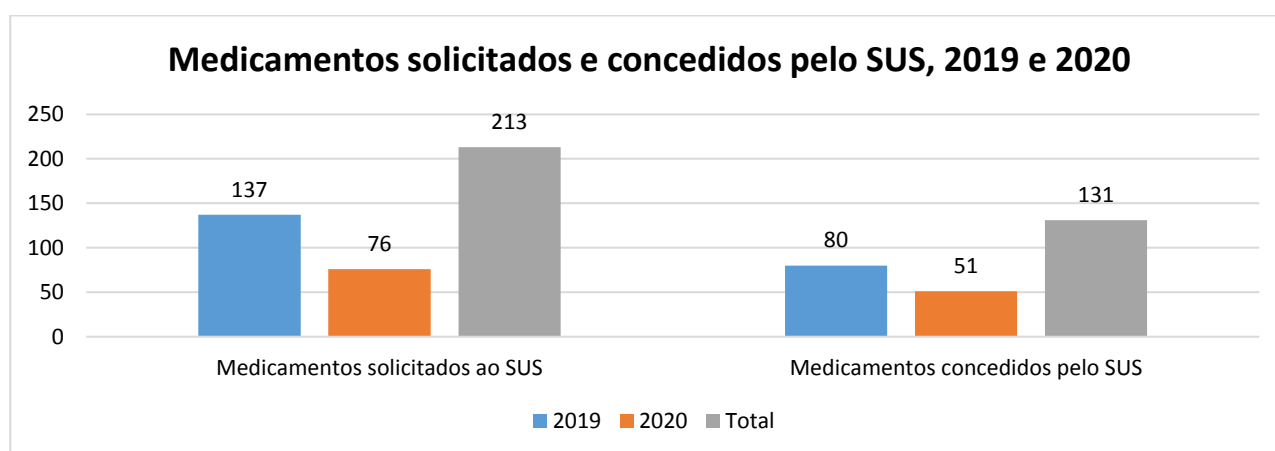
Gráfico 93 - Perfil, por situação escolar, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

O gráfico acima revela que dos 95 acolhidos em 2019 e 2020, 61% frequentavam escola, enquanto que 19% não frequentavam e 17% não possuíam idade escolar. Cabe a reflexão por parte da equipe do acolhimento do porquê dessas crianças e adolescentes com idade escolar não estarem frequentando a escola, no sentido de garantir esse direito aos acolhidos.

Gráfico 94 - Medicamentos solicitados e concedidos pelo SUS, 2019 e 2020.

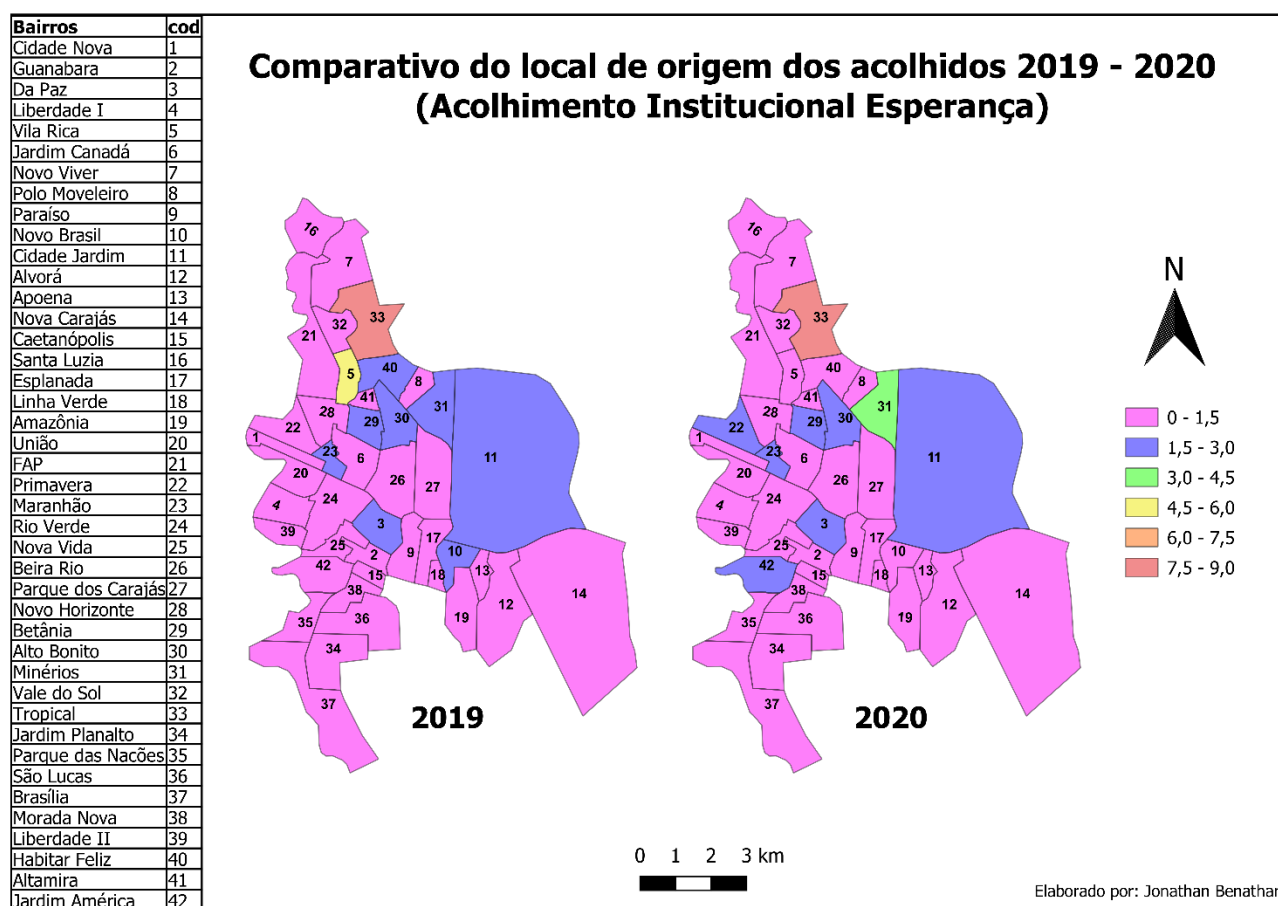


Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Revela-se, a partir do gráfico acima, que dos 213 medicamentos solicitados ao SUS durante os dois anos analisados, apenas 61,5% foram concedidos, ou seja, 131 medicamentos. Assim, 38,5% dos medicamentos não foram concedidos. Na falta de provisão de medicamentos pelo SUS, o Acolhimento “Esperança” procura a SEMAS, que provê alguns dos remédios necessários. No entanto, para que a SEMAS faça a compra dos medicamentos, é necessário que a saúde forneça declaração informando sobre a ausência desse medicamento na rede pública. A obtenção dessa declaração tem sido dificultada em diversas instâncias. Logo, percebemos que essa situação se repete nos dois anos analisados. Parte dessa necessidade vem sendo suprida diretamente pelos trabalhadores do Acolhimento, que utilizam dinheiro retirado da contribuição pessoal que fazem para as refeições realizadas por eles na unidade para comprar os remédios.

Sugerimos que a Diretoria Técnica da SEMAS, a Diretoria Administrativa, a Coordenação de Proteção Social Especial e do Acolhimento Esperança formalizem um processo para garantir as medicações quando necessário e que permita maior agilidade na resposta e disponibilização.

Figura 13 - Comparativo da origem territorial dos acolhidos no perímetro urbano, 2019 e 2020.

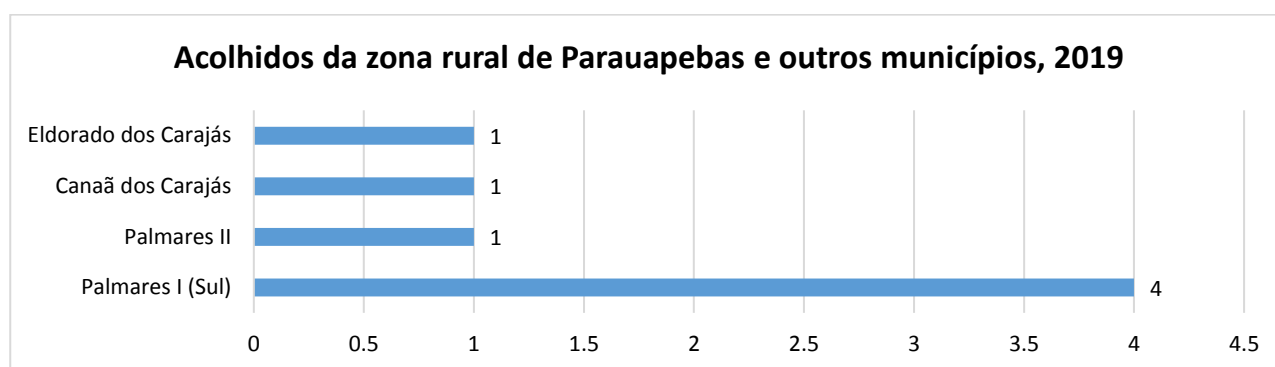


Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

De acordo com a figura acima, observa-se, respectivamente para os dois anos analisados, uma concentração maior de acolhidos provindos do bairro Tropical, Vila Rica e Minérios, todos do perímetro urbano municipal. Verificamos também um quantitativo de acolhidos provindos dos bairros Da Paz, Novo Brasil, Cidade Jardim, Maranhão, Betânia, Alto Bonito, Jardim América, Primavera e Habitar Feliz.

Conforme a resolução nº 08/2020 do Conselho Municipal de Assistência Social (COMASP), que dispõe sobre a redistribuição territorial de Parauapebas e dá outras providências, e conforme figura 13 acima, percebemos uma maior concentração de crianças e adolescentes acolhidos provindos do território de atendimento do CRAS Minérios, especificamente os bairros Tropical e Minérios.

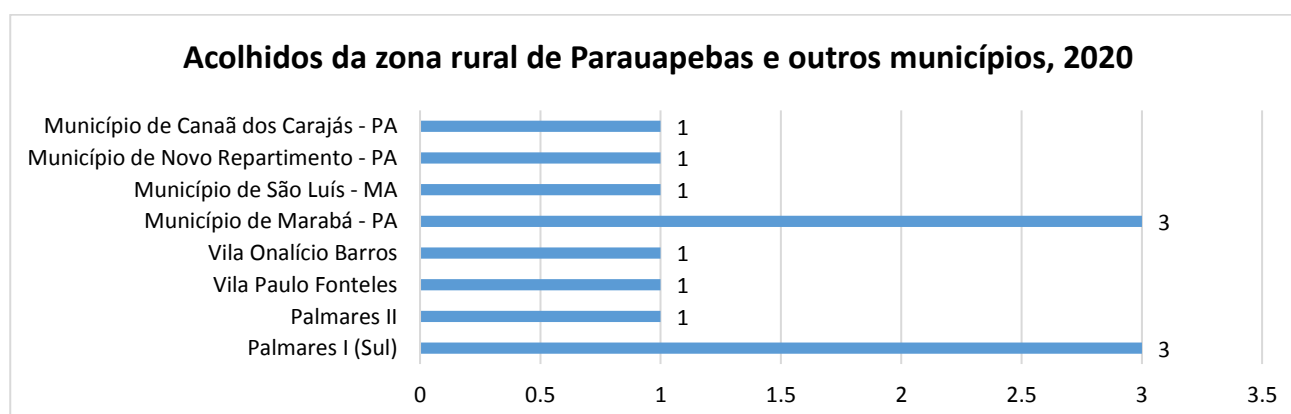
Gráfico 95 - Acolhidos da zona rural de Parauapebas e outros municípios, 2019.



Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme gráfico acima, no ano de 2019, um total de 7 (sete) acolhidos não foram representados dentro do perímetro urbano ilustrado na figura 13, dos quais 4 (quatro) na Palmares Sul e 1 (um) na Palmares II, ambos zona rural de Parauapebas, além de 1 (um) do município de Canaã dos Carajás e 1 (um) do município de Eldorado dos Carajás, os quais foram inseridos no acolhimento através de recambiamento.

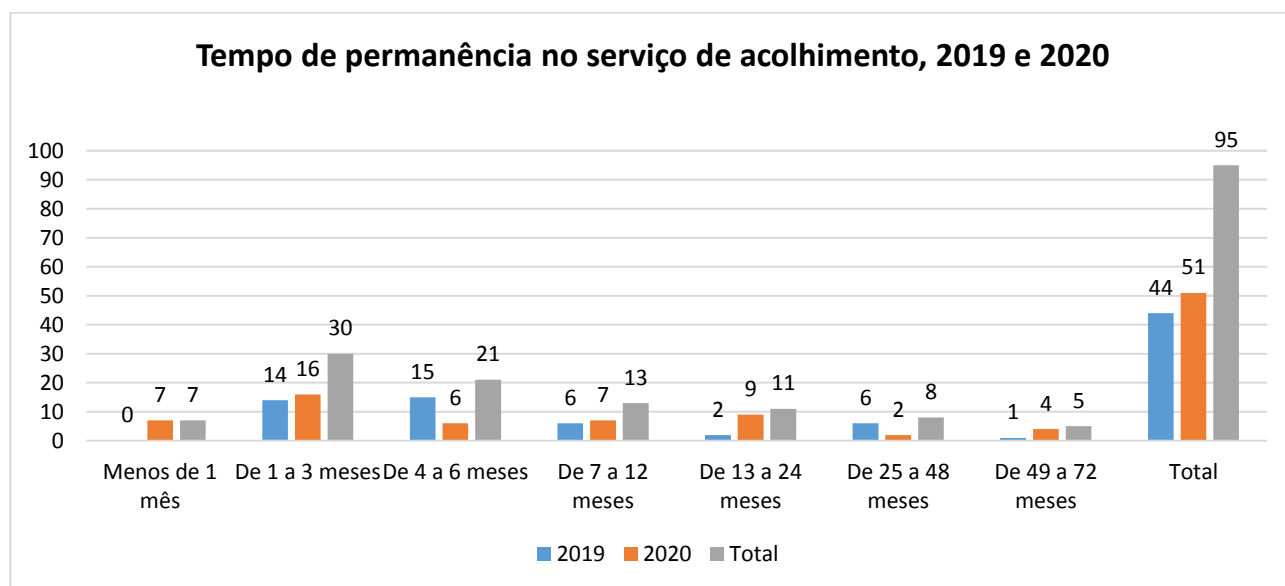
Gráfico 96 - Acolhidos da zona rural de Parauapebas e outros municípios, 2020.



Fonte: Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Em consonância com o gráfico acima, no ano de 2020, um total de 12 (doze) acolhidos não foram representados dentro do perímetro urbano ilustrado na figura 13, dos quais 3 (três) da Palmares Sul, 1 (um) da Palmares II, 1 (um) da Vila Paulo Fonteles e 1 (um) da Vila Onalício Barros, todos da zona rural de Parauapebas, além de 3 (três) do município de Marabá, 1 (um) do município de Novo Repartimento, Pará, 1 (um) do município de Canaã dos Carajás e 1 (um) de São Luís, Maranhão.

Gráfico 97 - Tempo de permanência no serviço de acolhimento, 2019 e 2020.

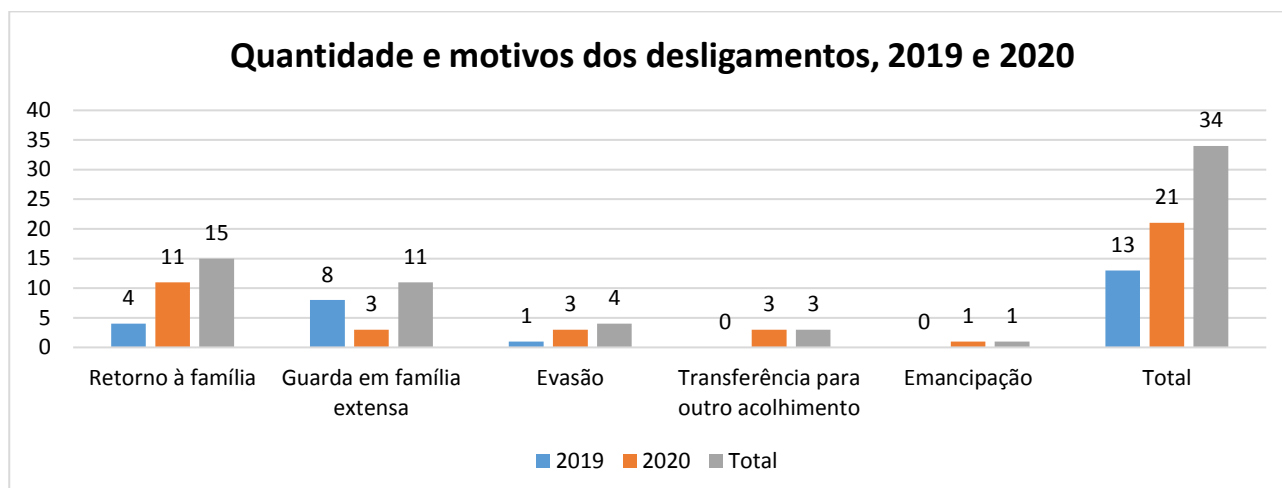


Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 1 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

Conforme gráfico acima, o tempo de permanência no acolhimento que mais incidiu nos anos analisados foi o de 1 a 3 meses, seguido pelo de 4 a 6 meses e de 7 a 12 meses. Observa-se que 13 acolhidos estavam com tempo de permanência acima dos 24 meses. Tais situações estão em dissonância com o princípio da “Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar”, preconizado nas Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que orienta:

Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar – para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (MDS, 2009).

Gráfico 98 - Quantidade e motivos dos desligamentos, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 01 de 2020 e Infográfico Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 2020.

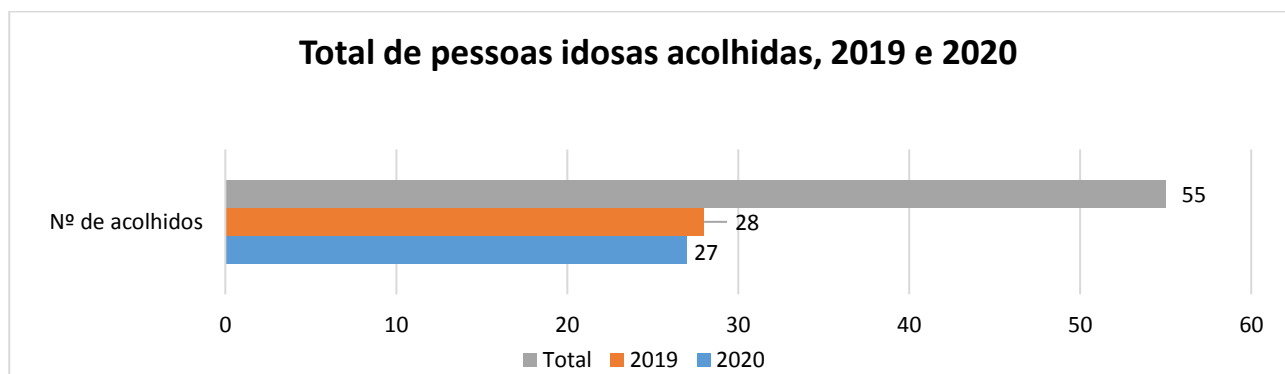
Conforme o gráfico acima, do total de 34 desligamentos no biênio analisado, os que se destacaram foram: 15 (quinze) por motivo de “retorno à família”, 11 (onze) por motivo de “guarda em família extensa” e 4 (quatro) por “evasão. Importante destacar que, dos 95 acolhidos no biênio, aproximadamente 36% foram desligados no período.

13.2.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o serviço de acolhimento para pessoas idosas com 60 anos ou mais, deverá ser ofertado para ambos os sexos, para pessoas idosas independentes e/ou com diversos graus de dependência. O acolhimento deverá ser provisório e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É destinado a idosos “que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos” (MDS 2009, p. 33).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o serviço de acolhimento para pessoas idosas tem como objetivos estimular o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária, desenvolver condições para a independência e o autocuidado, promover o acesso a renda e promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência.

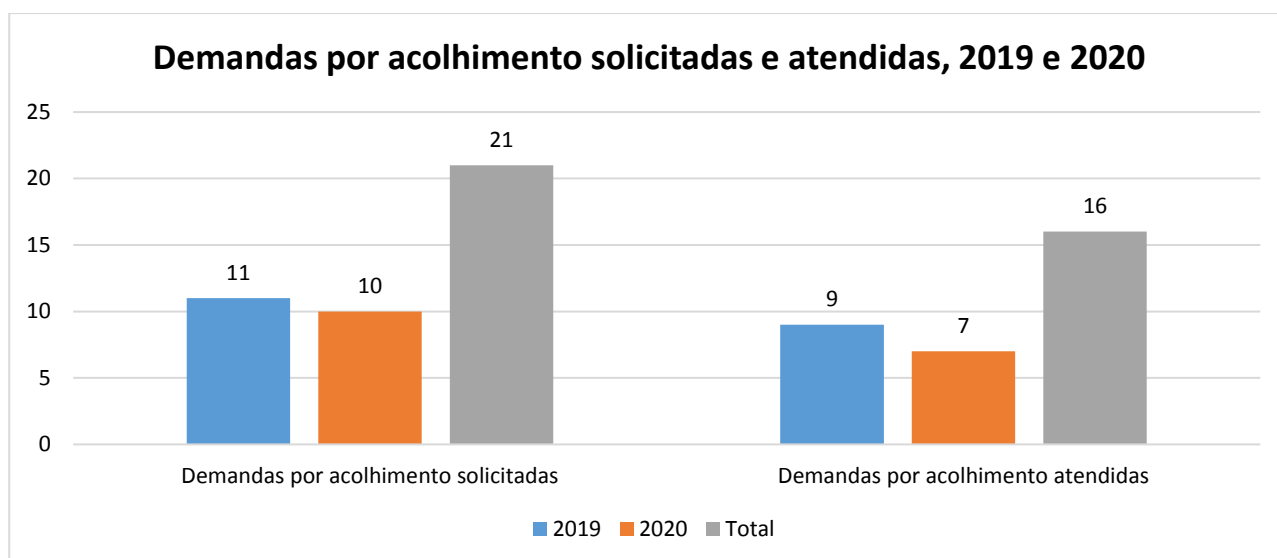
Gráfico 99 - Total de pessoas idosas acolhidas, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

A partir do gráfico acima, revela-se uma pequena diminuição no número de acolhidos de 2019 para 2020: 28 pessoas idosas acolhidas em 2019 e 27 em 2020. O total de acolhidos no biênio analisado foi de 55 pessoas idosas.

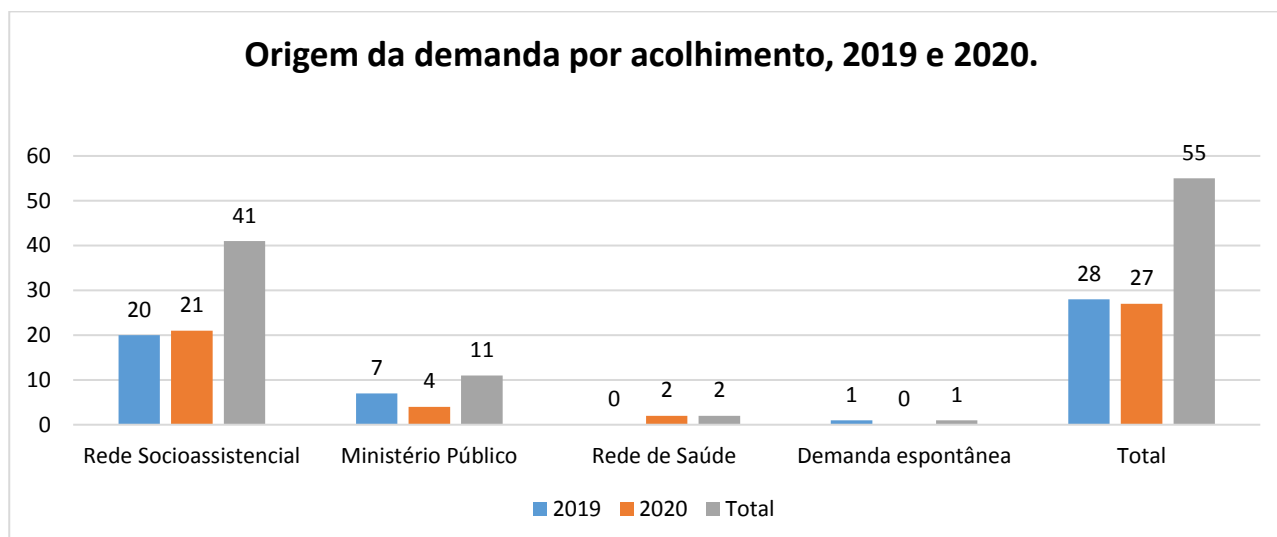
Gráfico 100 - Demandas por acolhimento solicitadas e atendidas, 2019 e 2020.



Fonte: Banco de dados da Vigilância Socioassistencial 2019 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Conforme o gráfico acima, no biênio analisado houve um total de 21 demandas por acolhimento: 11 em 2019 e 10 em 2020. Deste total, 16 foram atendidas: 9 em 2019 e 7 em 2020. Ou seja, para o biênio em análise, 76% das demandas por acolhimento foram atendidas. Cabe destacar que 24% das demandas por acolhimento não foram atendidas (5 pessoas).

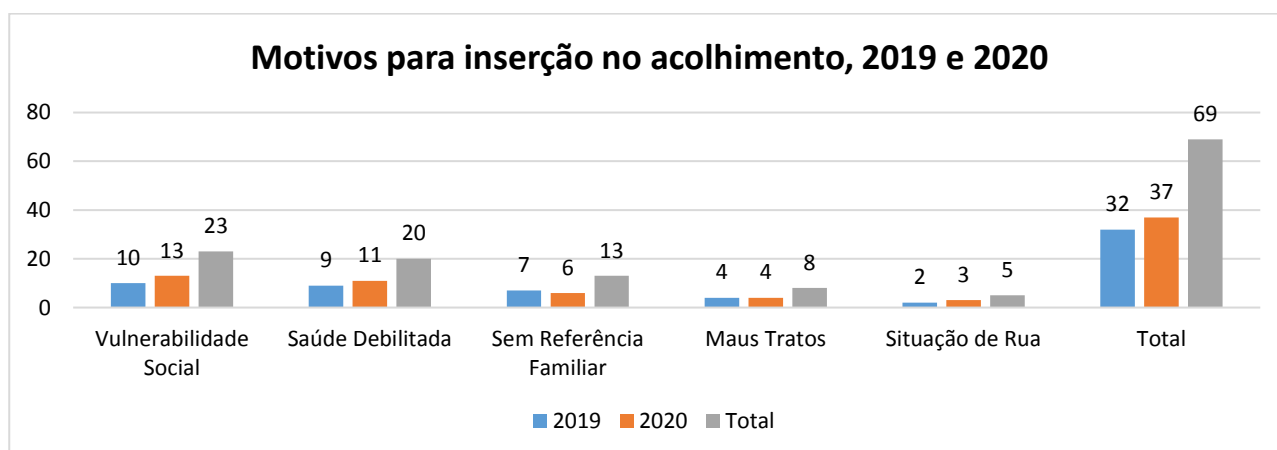
Gráfico 101 - Origem da demanda por acolhimento, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

De acordo com o gráfico acima, a principal demandante de acolhimento no biênio analisado foi a Rede Socioassistencial, com 74,5% dos encaminhamentos feitos demandando acolhimento institucional, seguida pelo Ministério Público e a Rede de Saúde. Destacamos que a demanda espontânea corresponde a pessoa idosa que já havia sido institucionalizada antes, solicitando ela mesma o desligamento, e retornando também por conta própria poucos meses depois.

Gráfico 102 - Motivos para inserção no acolhimento, 2019 e 2020.

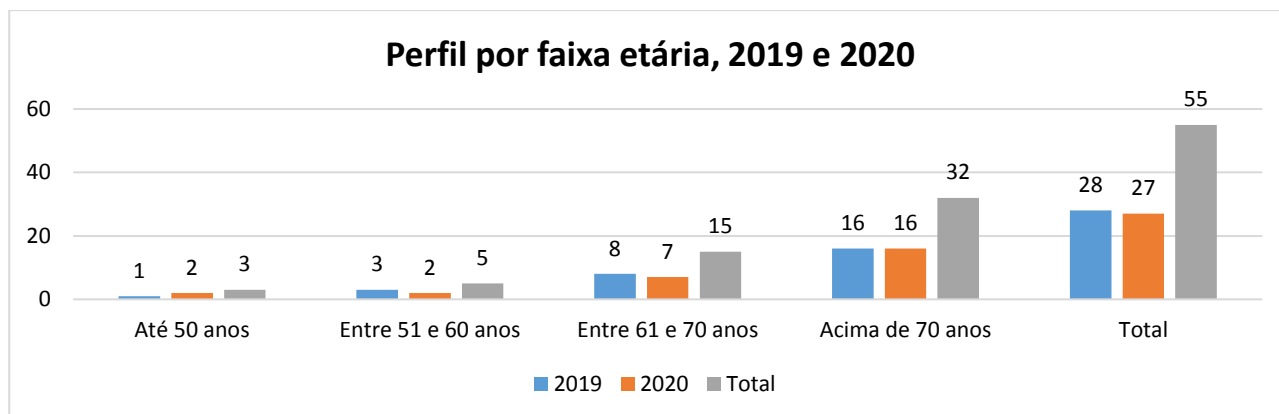


Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Conforme o gráfico acima, a vulnerabilidade social foi o motivo para acolhimento que mais se destacou no biênio analisado, correspondendo a aproximadamente 33% dos motivos para acolhimento, seguido pela saúde debilitada e sem referência familiar. Maus tratos e situação de rua também aparecem como motivos para acolhimento. A soma do quantitativo em cada uma das

categorias acima supera o volume total de acolhidos no biênio, em virtude de fatores múltiplos que a equipe técnica encontra e utiliza para registrar os motivos de acolhimento de cada caso.

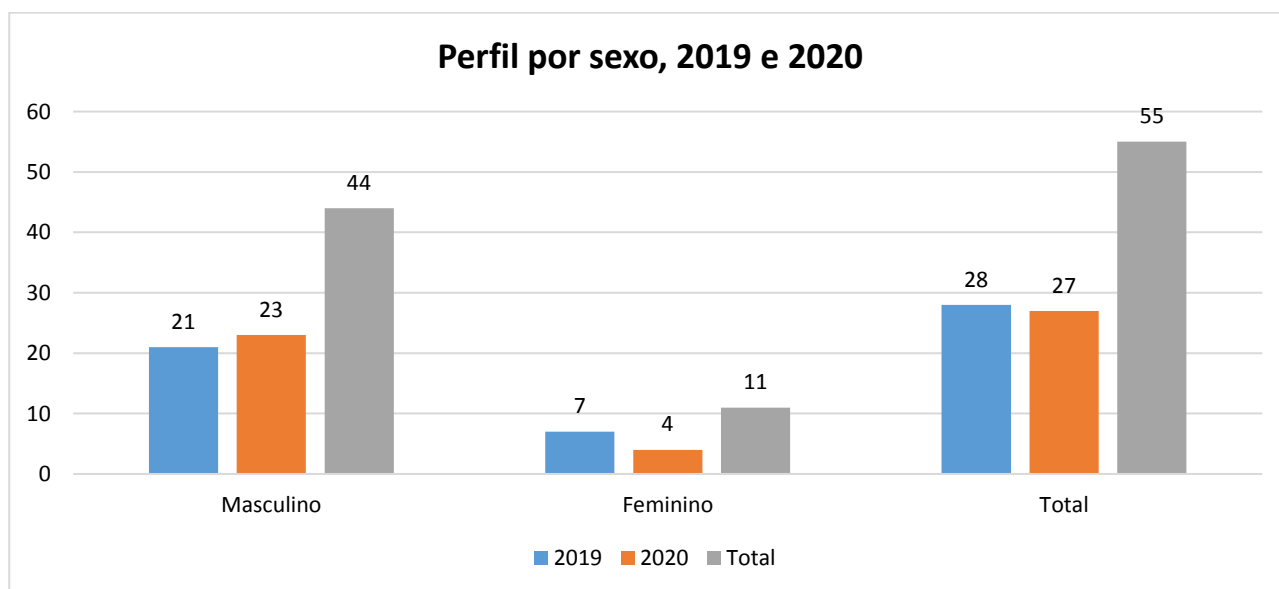
Gráfico 103 - Perfil por faixa etária, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

A faixa etária acima de 70 anos predominou nos dois anos analisados, correspondendo a 58% das pessoas idosas acolhidas, seguida pela faixa etária de 61 a 70 anos (aproximadamente 27% dos acolhidos) e 51 a 60 anos (9% dos acolhidos). Situações excepcionais de 3 (três) pessoas de até 50 anos foram acolhidas institucionalmente nos dois anos analisados. Destaca-se que estas pessoas acolhidas estão na faixa etária abaixo de 60 anos, sendo que as ILPI's são destinadas à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, conforme preconizado pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC), nº 283, de 26 de setembro de 2005.

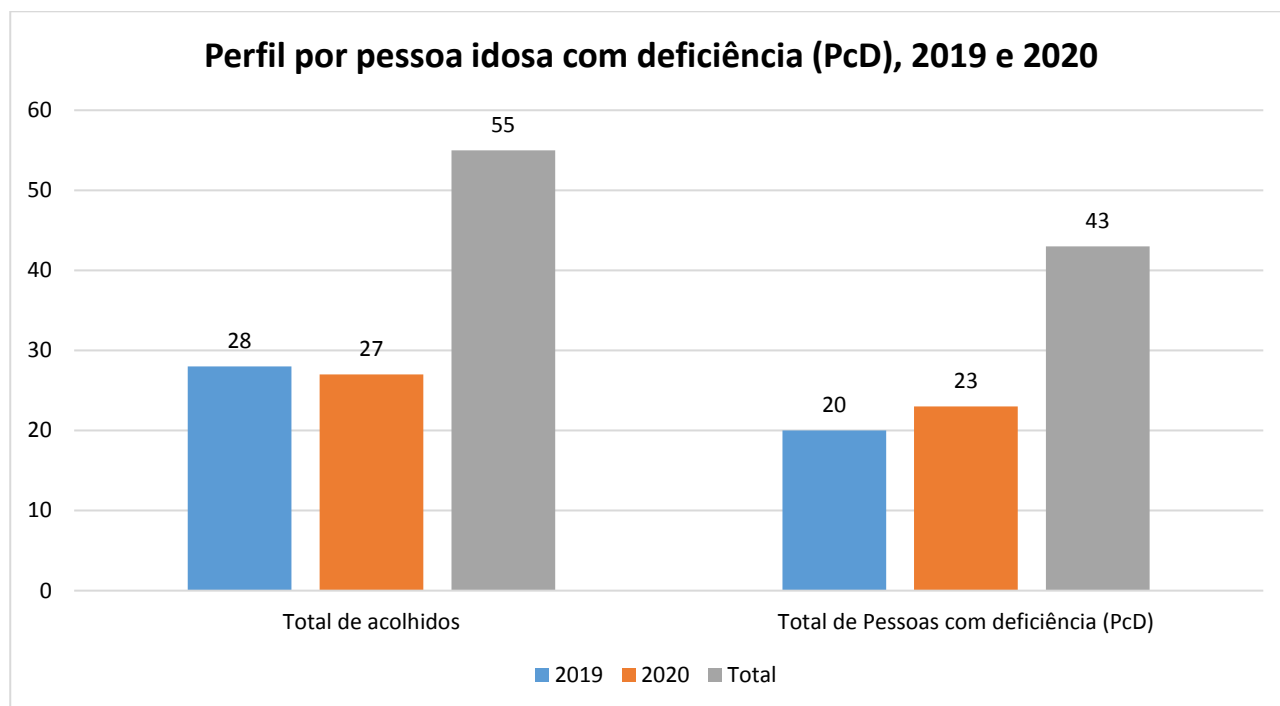
Gráfico 104 - Perfil por sexo, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020

Conforme gráfico acima, há uma predominância de pessoas idosas acolhidas do sexo masculino nos dois anos analisados. No biênio, dos 55 acolhidos, 80% eram do sexo masculino, enquanto que 20% eram do sexo feminino.

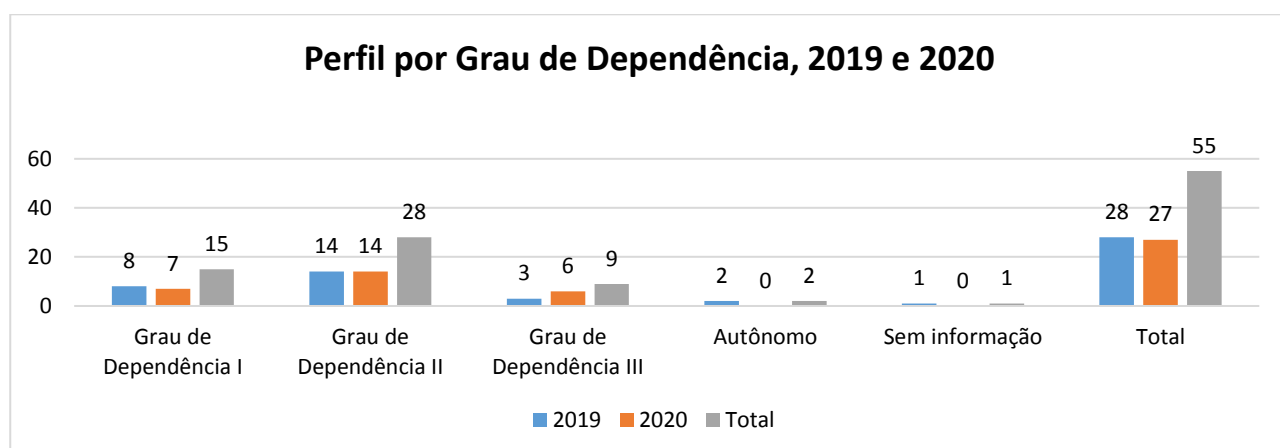
Gráfico 105 - Perfil por pessoa idosa com deficiência (PcD), 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Segundo o gráfico acima, em 2019, aproximadamente 71% das pessoas idosas acolhidas eram PcD (20 pessoas idosas). Em 2020, esse percentual aumentou, saltando para 85% das pessoas idosas acolhidas na condição de PcD (23 pessoas idosas). Para o biênio analisado, dos 55 acolhidos, 78% eram PcD, ou seja, 43 pessoas idosas.

Gráfico 106 - Perfil por Grau de Dependência, 2019 e 2020.

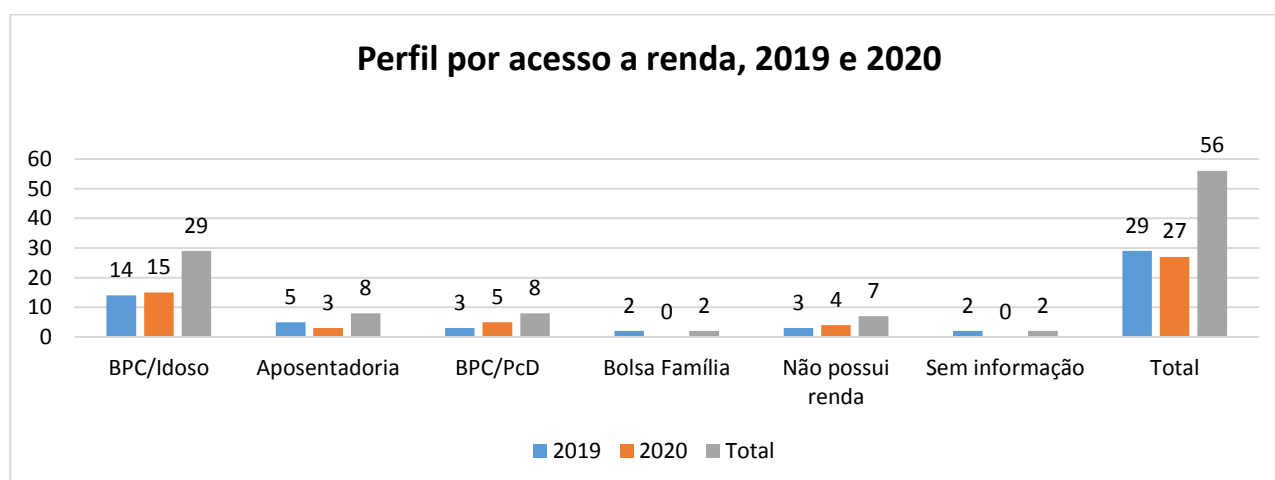


Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020

A dependência do idoso é caracterizada como a condição do indivíduo que requer o auxílio de pessoas ou equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária (RDC, nº 283, de 26 de setembro de 2005). O Grau de Dependência I corresponde aos idosos (as) que são independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda. O grau de Dependência II corresponde aos idosos (as) com dependência em até 3 atividades de autocuidado para a vida diária, tais como: alimentação, mobilidade, higiene; porém, sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada. O Grau de Dependência III corresponde aos idosos (as) com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo. O idoso autônomo é aquele que detém poder decisório e controle sobre a sua vida (Resolução da Diretoria Colegiada – RDC, nº 283, de 26 de setembro de 2005).

Conforme o gráfico acima, a maioria das pessoas idosas acolhidas no biênio analisado possuíam grau de dependência II, ou seja, aproximadamente 51% dos acolhidos, do total de 55 acolhidos.

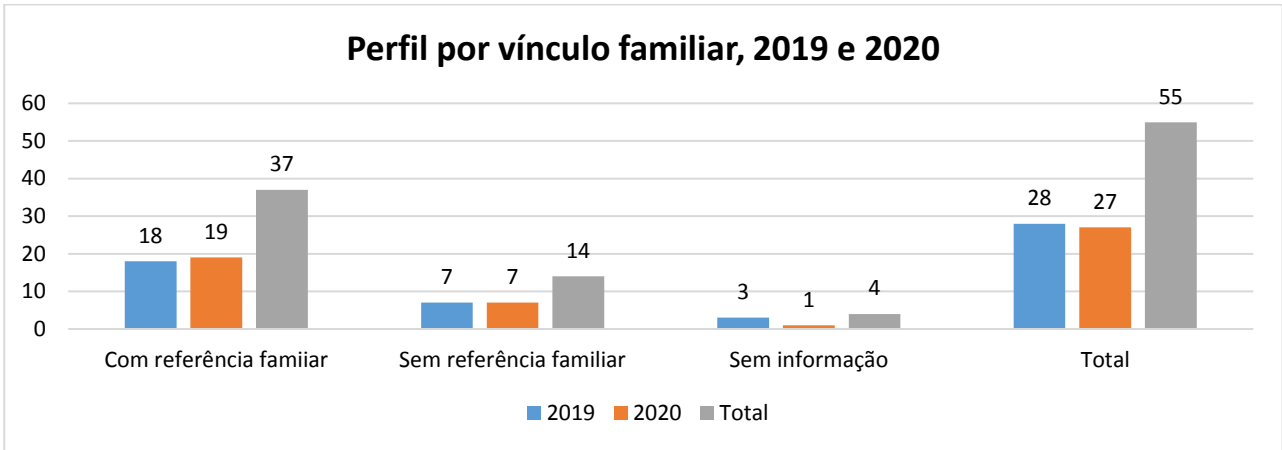
Gráfico 107 - Perfil por acesso a renda, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Conforme o gráfico acima, para o biênio analisado, a maioria das pessoas idosas acolhidas possuíam acesso ao BPC/Idoso (52%), seguida pelo BPC/PcD (14%), aposentadoria (14%) e, por último, Bolsa Família (3,5%). Não possuíam renda um total de 7 (sete) pessoas idosas acolhidas e 2 (duas) estavam sem informação para essa variável. Em tempo, informamos que 1 (uma) pessoa idosa, em 2019, era beneficiária, concomitantemente, do Programa Bolsa Família e do BPC Idoso.

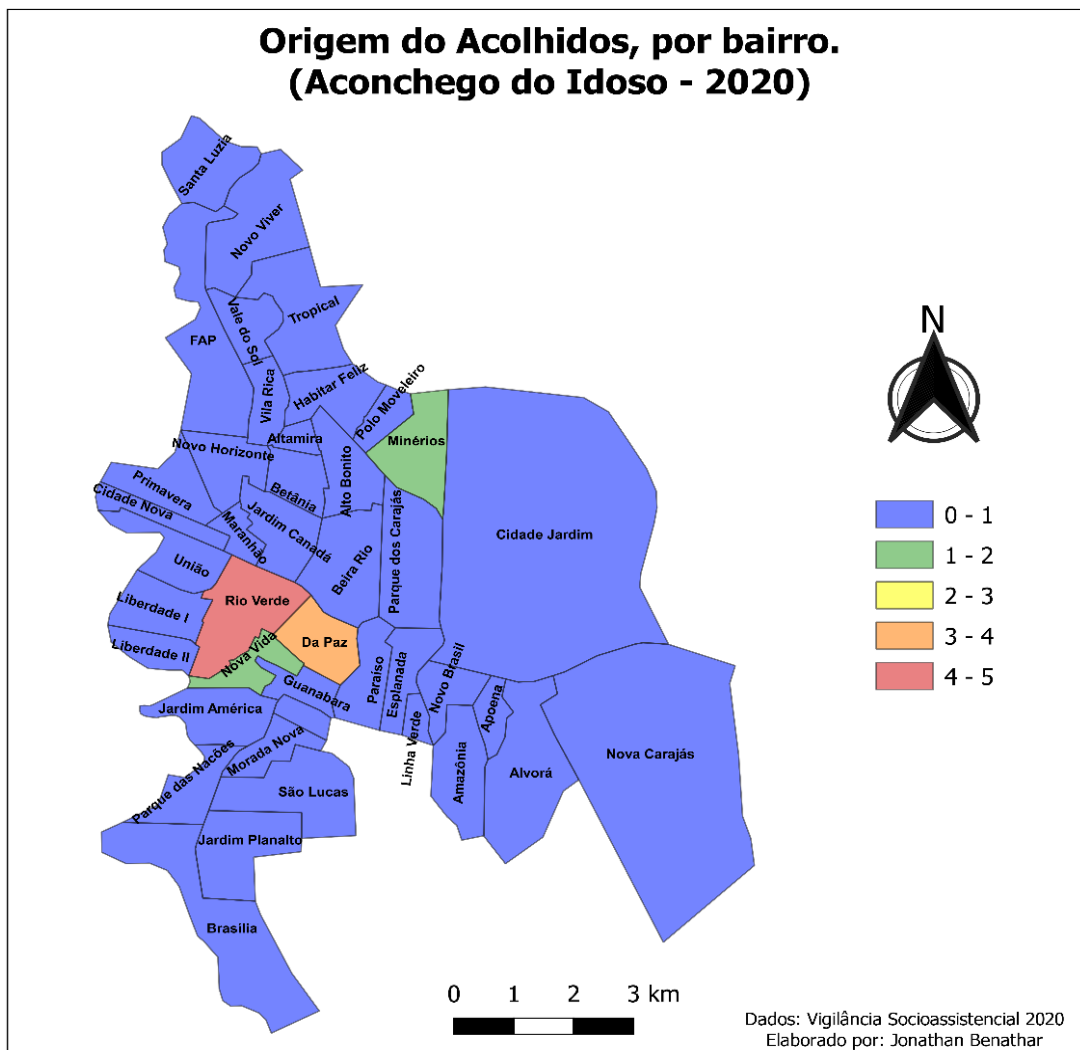
Gráfico 108 - Perfil por vínculo familiar, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Para o biênio analisado, revela-se que das 55 pessoas idosas acolhidas, 37 possuíam referência familiar (67%), enquanto que 14 não possuíam (25,5%) e 4 estavam sem informação (7,5%).

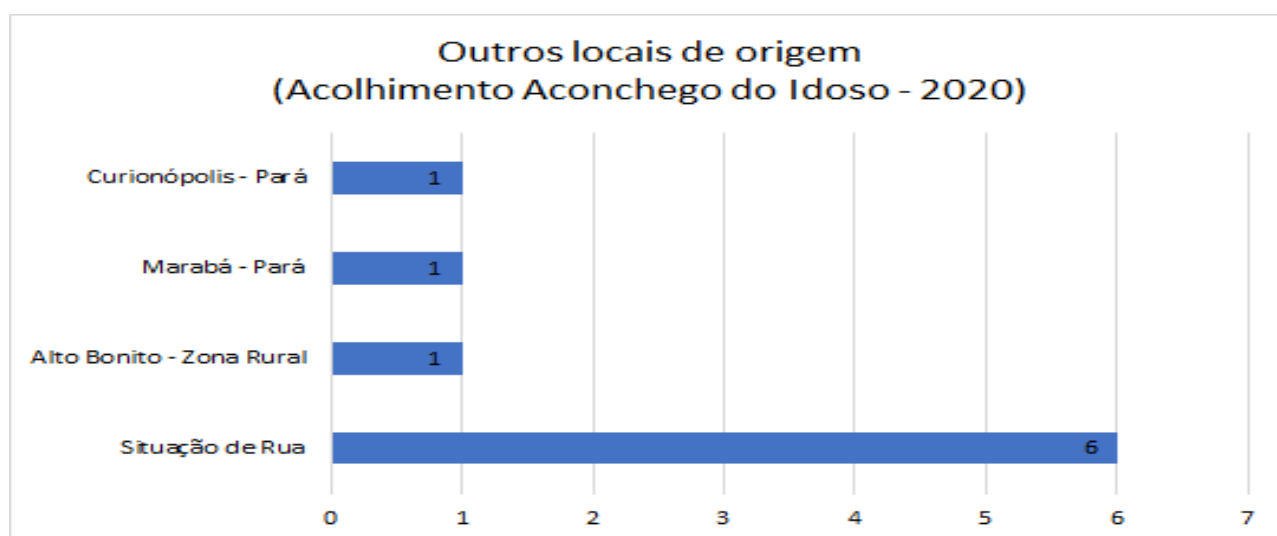
Figura 14 - Origem dos acolhidos, por bairro, 2020.



Fonte: Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Esclarecemos que para o ano de 2019, os instrumentais da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) “Aconchego do Idoso” não captavam a informação sobre o bairro de origem dos acolhidos antes de serem institucionalizados em acolhimento. Considerando o conceito de território como uma das principais categorias de análise do SUAS e, especificamente, da Vigilância Socioassistencial, implementou-se em 2020 a captura dessa informação na planilha de perfil dos acolhidos da unidade. Assim, de acordo com a figura acima, revelou-se que a maioria dos acolhidos do perímetro urbano de Parauapebas são provenientes do bairro Rio Verde e do bairro Da Paz, respectivamente.

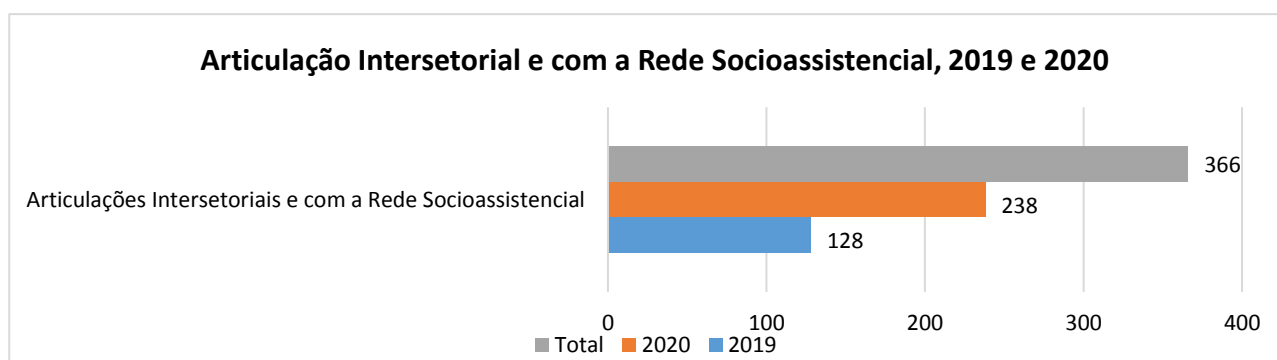
Gráfico 109 - Outros locais de origem, Aconchego do Idoso, 2020.



Fonte: Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso”, 2020.

Conforme o gráfico acima, que detalha os idosos acolhidos originários de fora do perímetro urbano do município, revela-se, em 2020, um número expressivo de pessoas idosas acolhidas que estavam em situação de rua, enquanto um menor quantitativo veio de outros municípios (duas pessoas idosas) e outro acolhido veio da zona rural de Parauapebas (uma pessoa idosa).

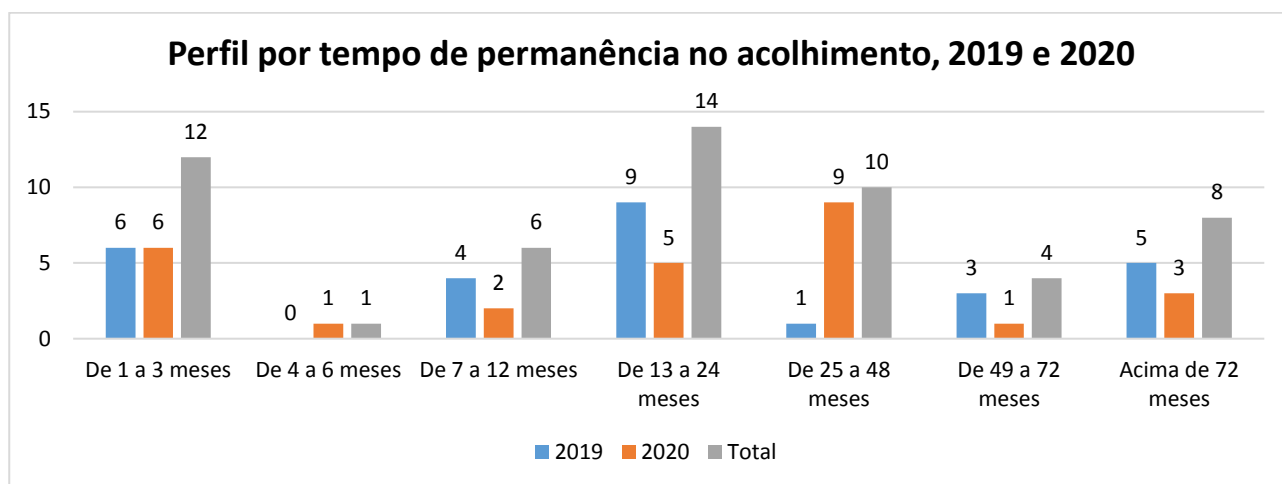
Gráfico 110 - Articulação Intersetorial e com a Rede Socioassistencial, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso, 2020.

Segundo o gráfico acima, nos dois anos analisados, houve um total de 366 articulações com a Rede Socioassistencial e outras políticas intersetoriais, sendo que 128 ocorreram em 2019 e 238 em 2020, o que corresponde a um aumento percentual de aproximadamente 86% de um ano para o outro. Uma das variáveis que pode explicar esse aumento é a situação de emergência internacional decretada em virtude do coronavírus, o que demandou, por exemplo, mais articulações com a política de saúde.

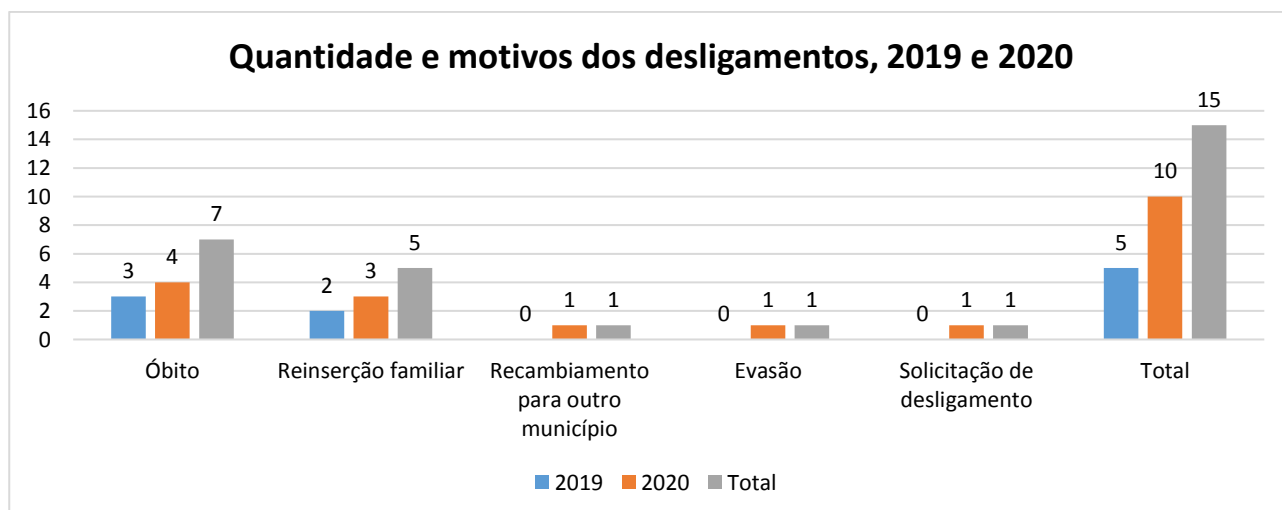
Gráfico 111 - Perfil por tempo de permanência no acolhimento, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso, 2020.

Segundo o gráfico acima, para o biênio analisado, o período de 13 a 24 meses é o que mais se destaca, seguido pelo período de 1 a 3 meses e o período de 25 a 48 meses. Revelou-se que 22 acolhidos no biênio estão com tempo de permanência acima dos 24 meses, caracterizando, para essas pessoas idosas, um acolhimento de longa permanência, isto é, verificou-se como esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares para essas 22 pessoas idosas acolhidas.

Gráfico 112 - Quantidade e motivos dos desligamentos, 2019 e 2020.



Fonte: Boletim da Vigilância Socioassistencial nº 02 de 2020 e Infográfico da ILPI “Aconchego do Idoso, 2020

De acordo com o gráfico acima, houve um total de 5 desligamentos em 2019 e 10 desligamentos em 2020. Para o biênio analisado, dos 55 acolhidos, 15 foram desligados, o que representou aproximadamente 27% do total de acolhidos nos dois anos. Os motivos para desligamento que mais se destacaram no biênio foi o óbito, seguido pela reinserção familiar.

13.2.3. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para Migrantes

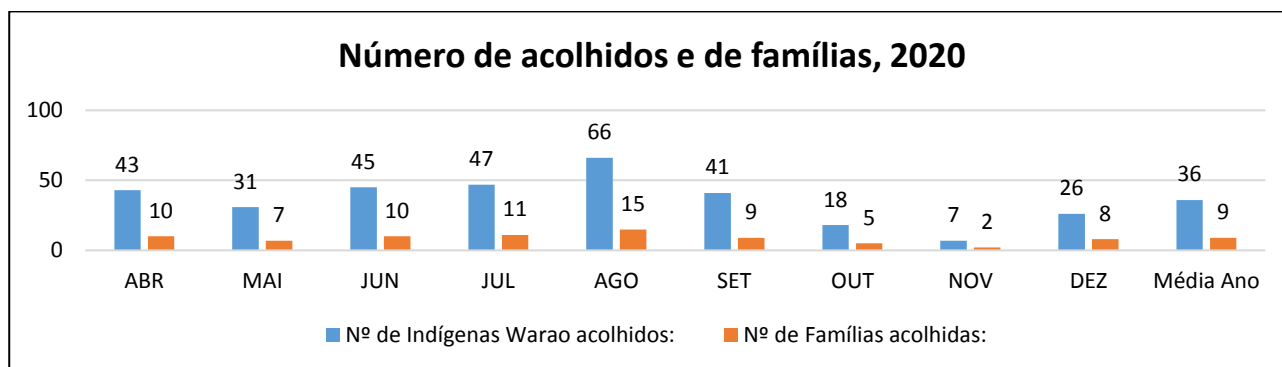
O serviço de acolhimento institucional pode ser ofertado em diferentes equipamentos, sendo destinado “a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral” (MDS, 2012, p. 31). A organização do serviço deve garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado no serviço deverá “ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local” (MDS, 2012, p. 31). Importante destacar que “as regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis” (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2012, p. 31).

O acolhimento institucional para adultos e suas famílias funciona como “acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar” (MDS, 2012, p. 31), sendo previsto “para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento” (MDS, 2012, p. 31). Conforme a referida tipificação, o atendimento a indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderá ser desenvolvido em local específico, a depender da incidência da demanda.

Em tempo, esclarecemos que os dados aqui apresentados se referem apenas ao ano de 2020, apesar do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias voltado para migrantes ter sido implementado em 27/08/2019. Isto se deve ao fato de o setor de Vigilância Socioassistencial da SEMAS ter ficado sem técnico de referência para monitoramento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade no ano de 2019, o que ensejou a não captura dos dados do referido ano. Em 2020, a Vigilância Socioassistencial pôde contar com um técnico de nível superior para realizar tal monitoramento, sendo que o instrumental para tal atividade foi construído em março de 2020 e implementado em abril do mesmo ano, ou seja, os dados ora apresentados nessa sessão fazem referência ao período de abril de 2020 a dezembro de 2020.

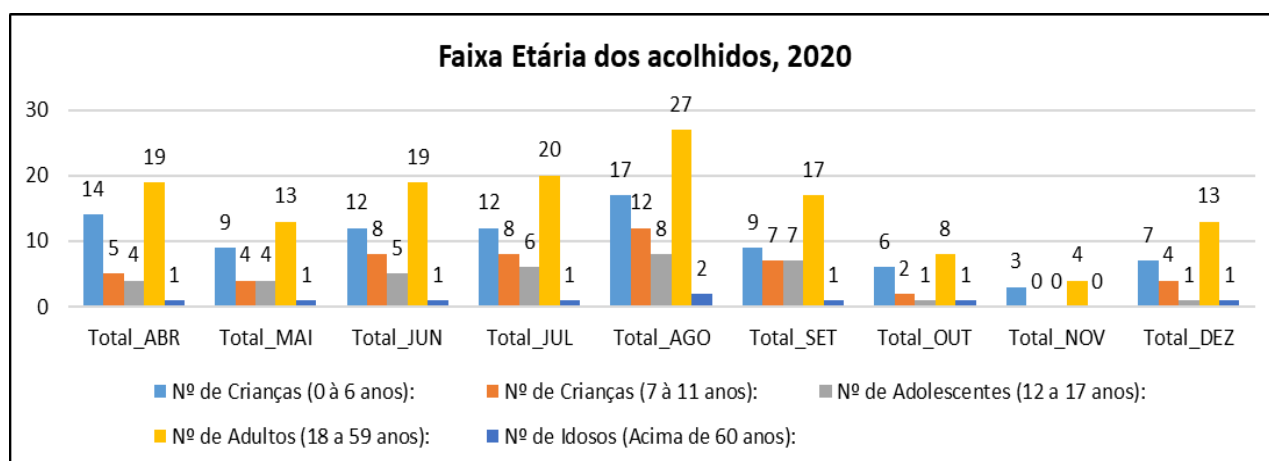
Gráfico 113 - Número de usuários e famílias acolhidas, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

Conforme o gráfico acima, a média de usuários acolhidos no ano de 2020 foi 36, enquanto que a média de famílias acolhidas foi 9. O período de abril a setembro foi o que mais incidiu usuários no serviço, sendo que o mês de agosto foi o mês de pico de famílias e usuários acolhidos. O ano de 2020 terminou com 26 usuários e 8 famílias acolhidas.

Gráfico 114 - Faixa etária dos acolhidos, 2020.

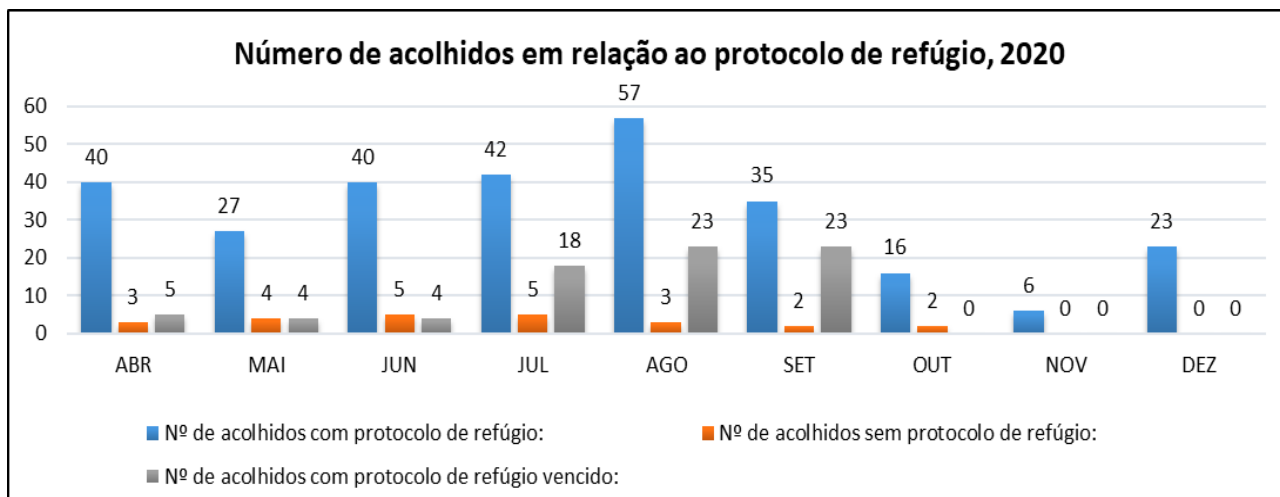


Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

A partir do gráfico acima, verifica-se que todas as faixas etárias estão representadas, despontando o caráter de grupos familiares sendo acolhidos no decorrer de 2020. A média mensal de crianças de 0 a 6 anos acolhidas foi de 9,3; a de crianças entre 7 e 11 anos foi de 5,5; a de adolescentes de 12 a 17 anos foi de 4; a de adultos de 18 a 59 anos foi de 15,5; e a de idosos acima de 60 anos foi de 1.

A partir das médias mensais do número de acolhidos por faixa etária, podemos confirmar que o grupo etário de 18 a 59 anos (adultos) foi predominante no ano de 2020, seguido pelo grupo etário de 0 a 6 anos (crianças) e de 7 a 11 anos (crianças). Dito de outra maneira, adultos e crianças foram o público predominante no ano de 2020.

Gráfico 115 - Número de acolhidos em relação ao protocolo de refúgio, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

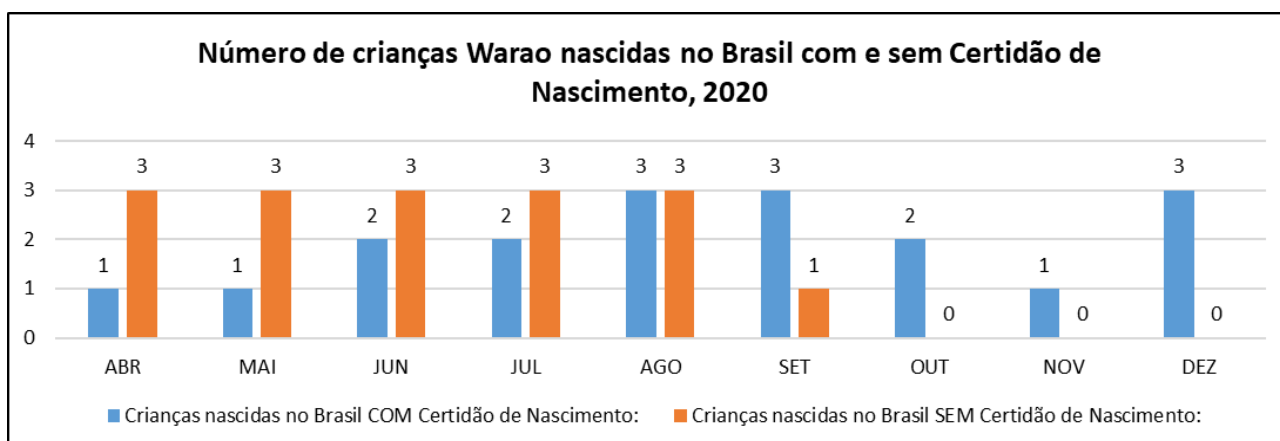
A partir do gráfico acima, constatamos o caráter de refugiados dos usuários do serviço de acolhimento. Constata-se também, que a grande maioria possui protocolo de refúgio, mesmo alguns estando vencido. Conforme a lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

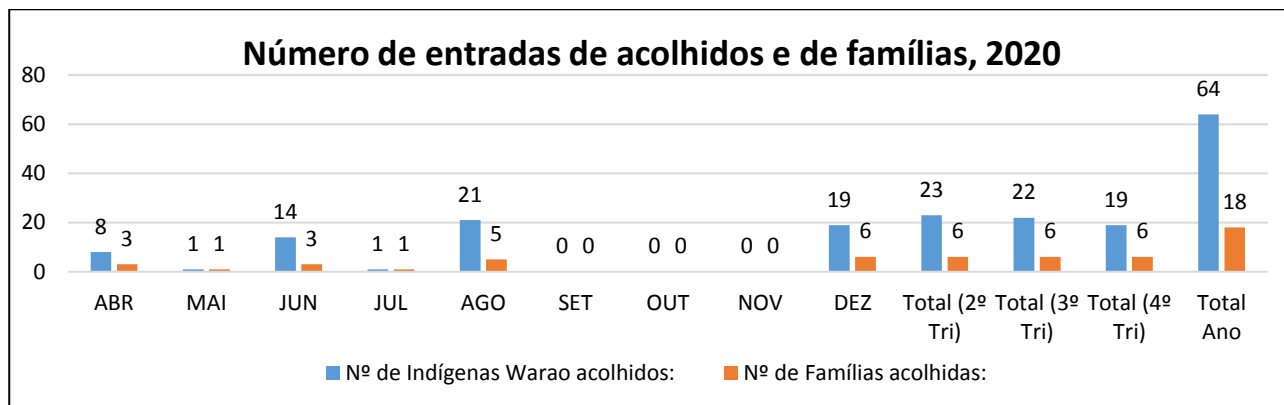
Gráfico 116 - Número de crianças Warao nascidas no Brasil, com e sem certidão de nascimento, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

De acordo com o gráfico acima, revela-se a incidência de crianças Warao nascidas no Brasil. Do total de crianças nascidas no Brasil, 3 (três) possuíam certidão de nascimento e 3 (três) não possuíam.

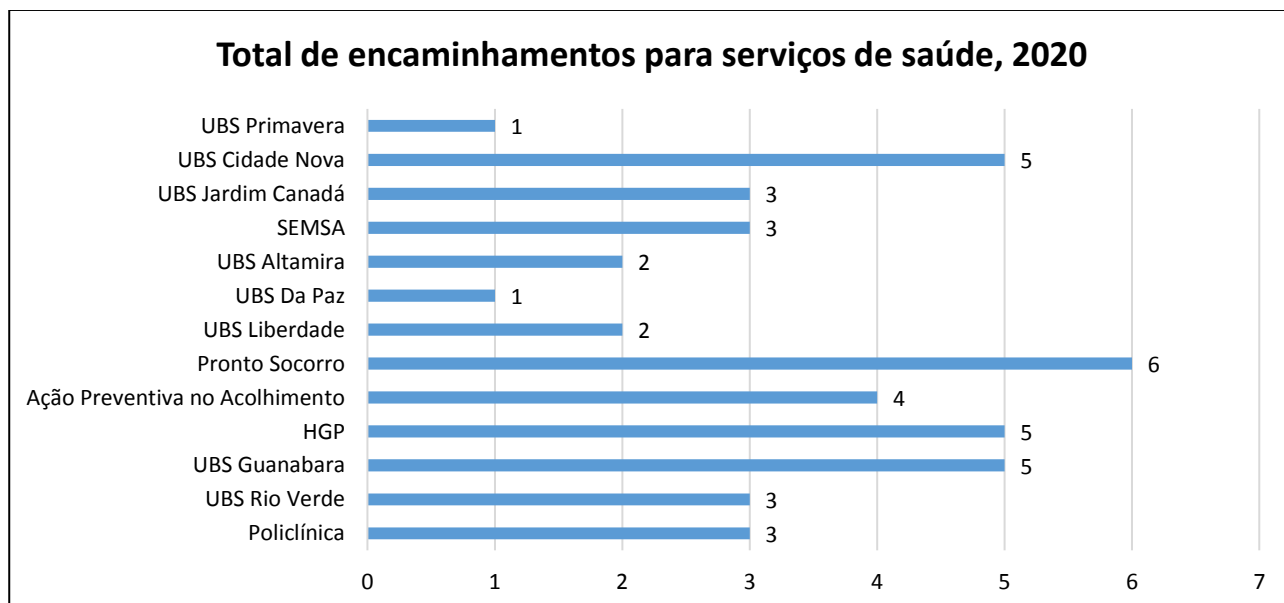
Gráfico 117 - Número de entradas de acolhidos e de famílias, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

O gráfico acima revela que o 2º trimestre de 2020 foi o que mais teve entrada de acolhidos e de famílias, seguido pelo 3º e 4º semestres, respectivamente. Para o ano de 2020, foram 64 entradas de indivíduos em um total de 18 famílias.

Gráfico 118 - Total de encaminhamentos para os serviços de saúde, 2020.

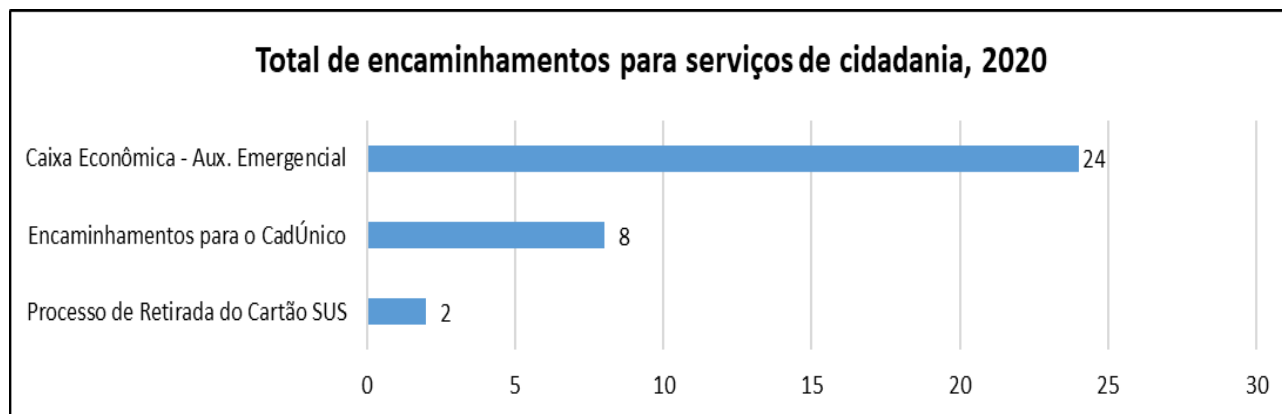


Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

A partir do gráfico acima, podemos constatar um total de 43 encaminhamentos para os serviços de saúde no ano de 2020. O Pronto Socorro Municipal de Parauapebas foi o principal destino

desses encaminhamentos, seguido pelo HGP, UBS Guanabara e UBS Cidade Nova, respectivamente. Destaca-se que foram realizadas 4 ações preventivas no acolhimento em virtude da situação de emergência internacional provocada pela pandemia do novo coronavírus.

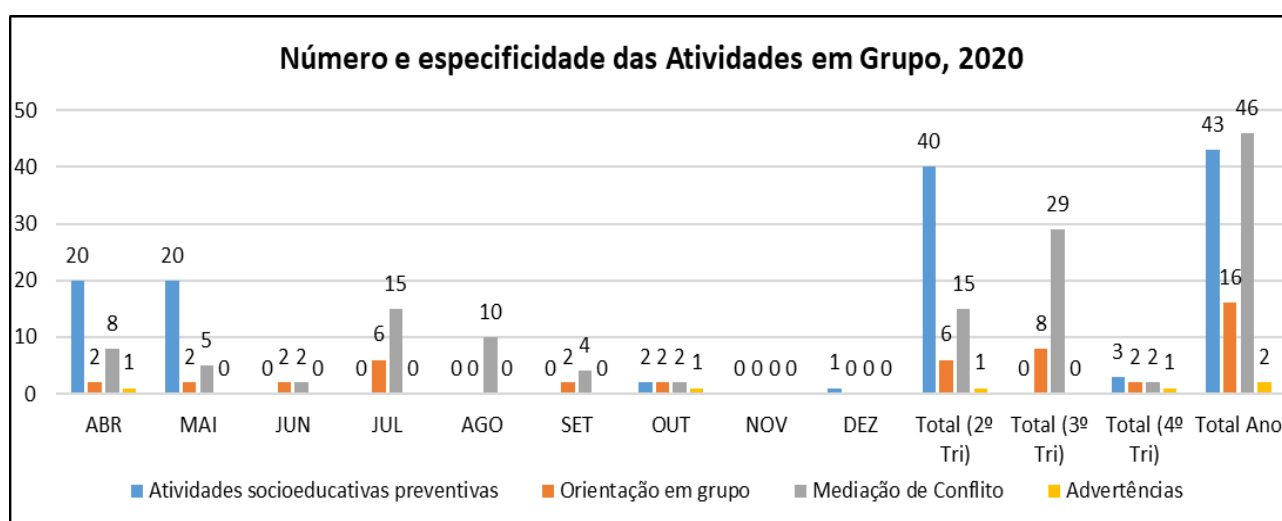
Gráfico 119 - Total de encaminhamentos para os serviços de cidadania, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

Conforme o gráfico acima, houve um total de 34 encaminhamentos para os serviços de cidadania no ano de 2020. O encaminhamento que mais se destacou foi para a Caixa Econômica Federal, totalizando 24 encaminhamentos objetivando a inserção dos usuários do acolhimento no Auxílio Emergencial concedido pelo governo federal em virtude da situação de emergência internacional provocada pela pandemia do novo coronavírus. Encaminhamentos para o Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e para retirada de cartão do SUS também foram realizados.

Gráfico 120 - Número e especificidade das atividades em grupo, 2020.

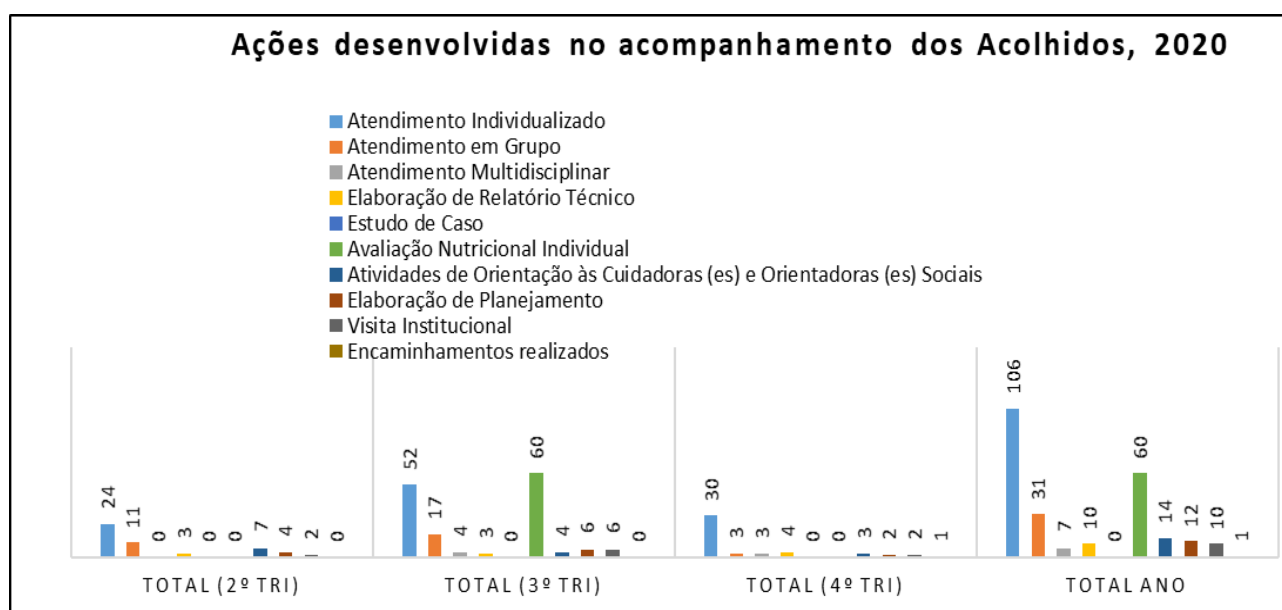


Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

Segundo o gráfico acima, as mediações de conflito e as atividades socioeducativas preventivas foram as atividades em grupo predominantes no ano de 2020. Durante a realização de visitas institucionais no serviço de acolhimento durante o ano de 2020, notou-se frequentemente nas falas da equipe técnica, situações de conflito entre os próprios acolhidos e dos acolhidos com a equipe de trabalho da unidade de acolhimento. Estes dois fatores podem explicar, em parte, o quantitativo de mediações de conflito realizadas pela equipe do serviço durante 2020.

Quanto as atividades socioeducativas preventivas, o quantitativo dessas atividades pode ser explicado pela situação de emergência internacional provocada pela pandemia do novo coronavírus.

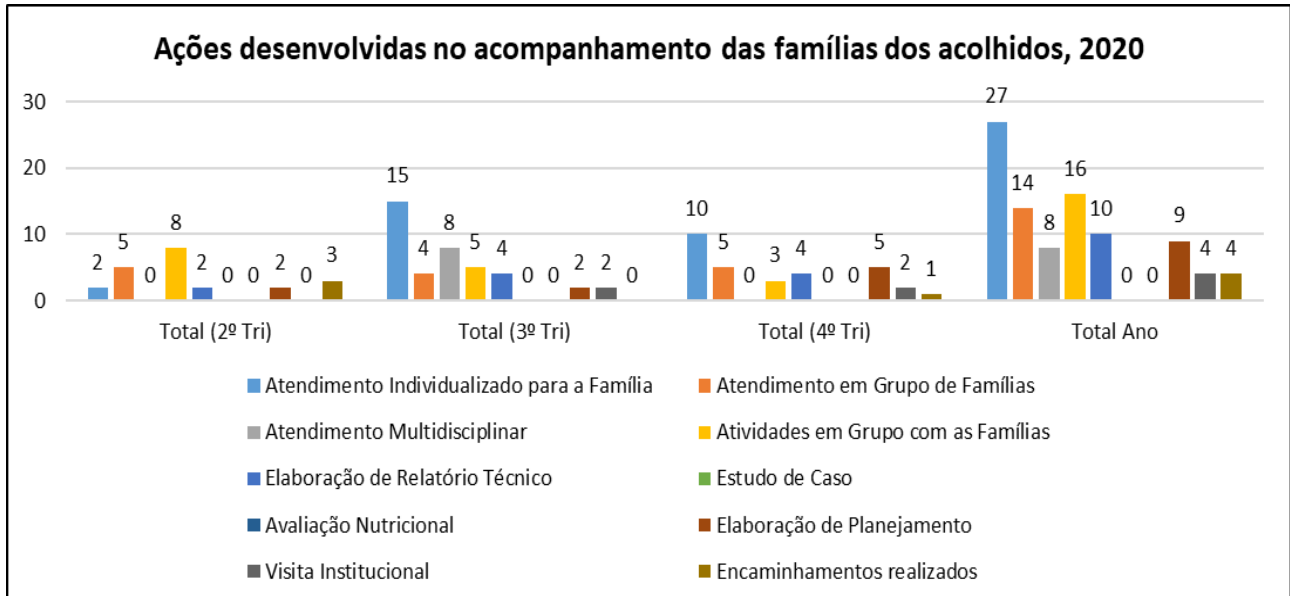
Gráfico 121 - Ações desenvolvidas no acompanhamento dos acolhidos, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

De acordo com o gráfico acima, as ações desenvolvidas no acompanhamento dos acolhidos que mais ocorreram em 2020 foram 106 atendimentos individualizados, seguido por 60 avaliações nutricionais individuais, e logo depois 31 atendimentos em grupo. Foram realizadas 14 atividades de orientação aos cuidadores e orientadores da unidade e 12 elaborações de planejamento.

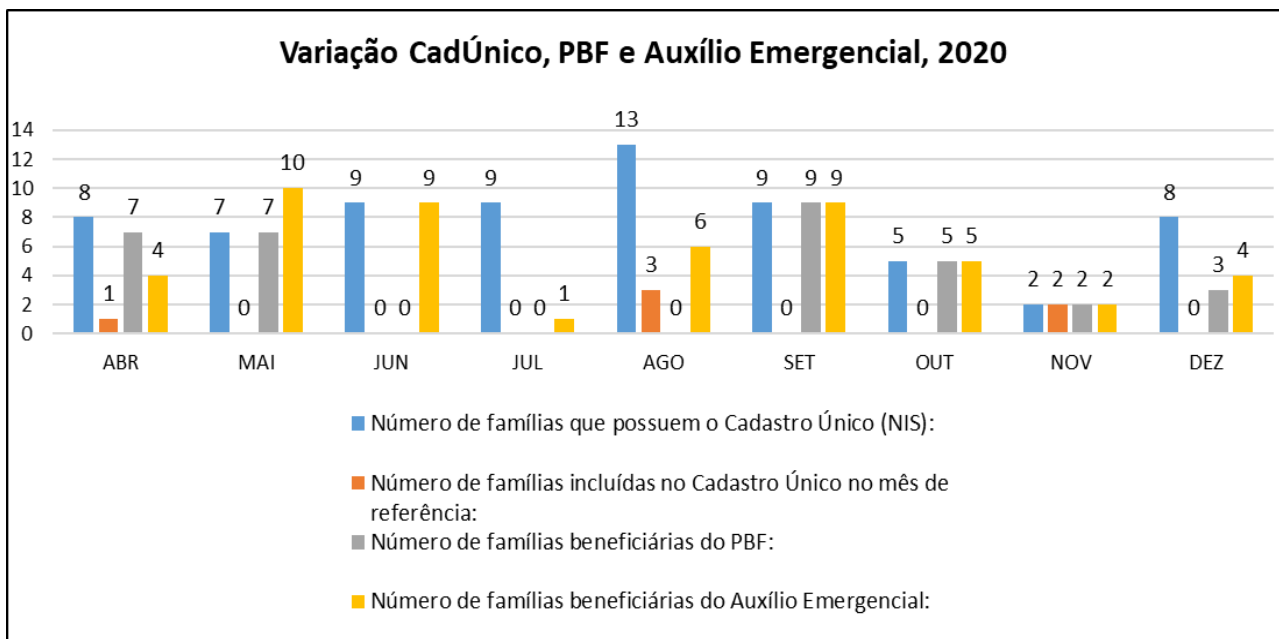
Gráfico 122 - Ações desenvolvidas no acompanhamento das famílias dos acolhidos, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

Conforme o gráfico acima, as ações de acompanhamento aos familiares dos acolhidos que mais incidiram em 2020 foram o atendimento individualizado para a família (27 ações), seguida pelas atividades em grupo com as famílias (16 ações) e atendimento em grupo de famílias (14 ações). Chama a atenção a ausência de estudos de caso, pois, como trabalhar autonomia e emancipação dos usuários se não conhecermos suas especificidades?

Gráfico 123 - Variação CadÚnico, PBF e Auxílio Emergencial, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para migrantes, 2020.

A partir do gráfico acima, constatamos que a média de famílias que possuíam Cadastro Único no ano de 2020 foi de aproximadamente 8. As famílias incluídas no Cadastro Único totalizaram 6 em 2020. Se considerarmos a média total de famílias acolhidas durante o ano de 2020 (9 famílias), constatamos que o número de famílias incluídas no Cadastro Único é abaixo da média de famílias acolhidas no referido ano. A média de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família foi de 3,5 e a média de famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial do governo federal foi de 5,5.

13.2.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias, voltado para Pessoas em Situação de Rua

O serviço de acolhimento institucional pode ser ofertado em diferentes equipamentos, sendo destinado “a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral” (MDS, 2009, p. 31). A organização do serviço deve garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

Importante destacar que “as regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis” (MDS, 2012, p. 31).

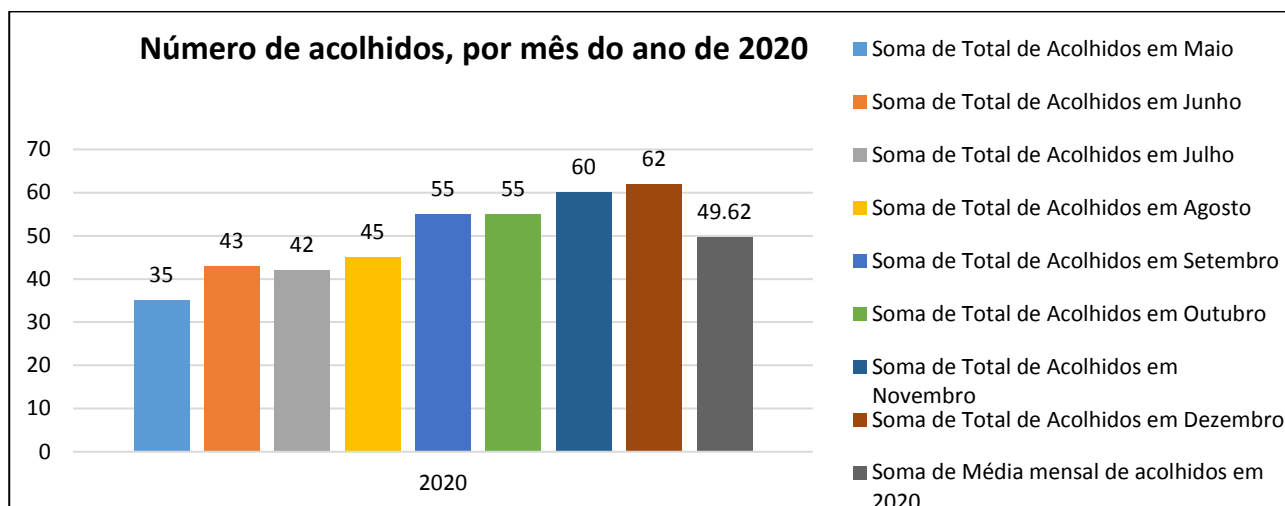
O acolhimento institucional para adultos e suas famílias funciona como “acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar” (MDS, 2009, p. 31), sendo previsto “para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento” (MDS, 2012, p. 31).

O serviço de acolhimento institucional para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, é desenvolvido na modalidade de:

[...] atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (MDS, 2012, p. 32 e 33).

Em tempo, esclarecemos que os dados aqui apresentados se referem apenas ao ano de 2020. Isto se deve ao fato de o serviço referido nesse tópico ter sido implantado em maio de 2020. Ou seja, os dados ora apresentados nesta sessão fazem referência ao período de maio de 2020 a dezembro de 2020.

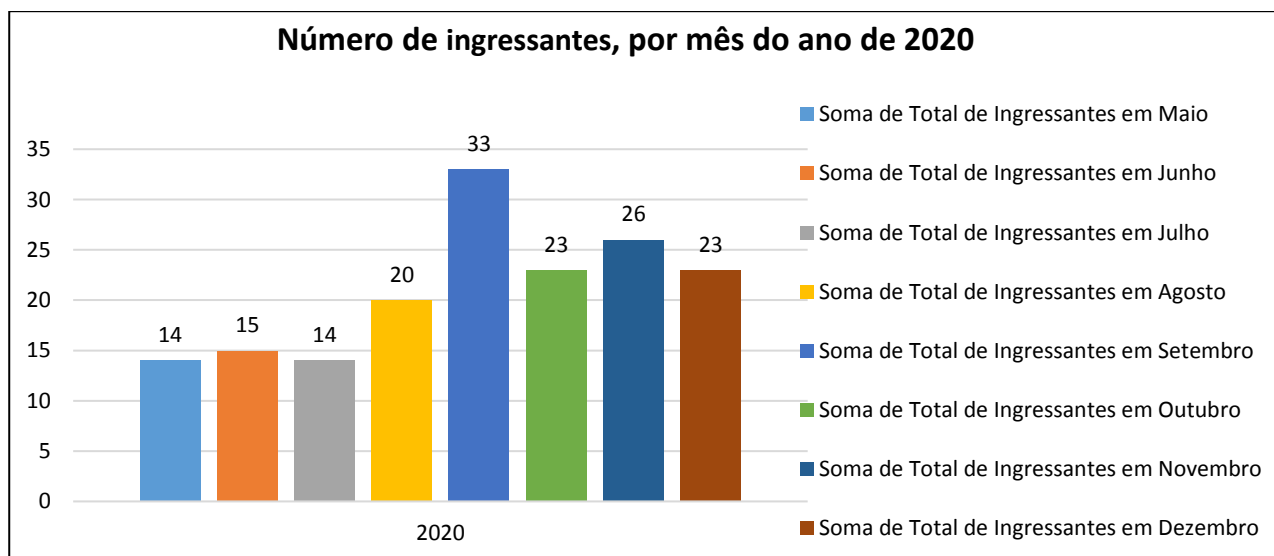
Gráfico 124 - Número de acolhidos, por mês do ano de 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

A partir do gráfico acima, constatamos uma média mensal de 49,6 acolhidos durante o ano de 2020. Conforme o CADSUAS, consultado em 24/09/2021, o quantitativo máximo de vagas para atendimento no serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua é de 50, ou seja, quase a capacidade total de vagas de acolhimento foram preenchidas durante o referido ano, sendo que houve meses (setembro, outubro, novembro e dezembro) em que essa capacidade foi superada pelo número de acolhidos. Assim, o mês com o maior número de acolhidos foi dezembro, seguido pelo mês de novembro e outubro, respectivamente.

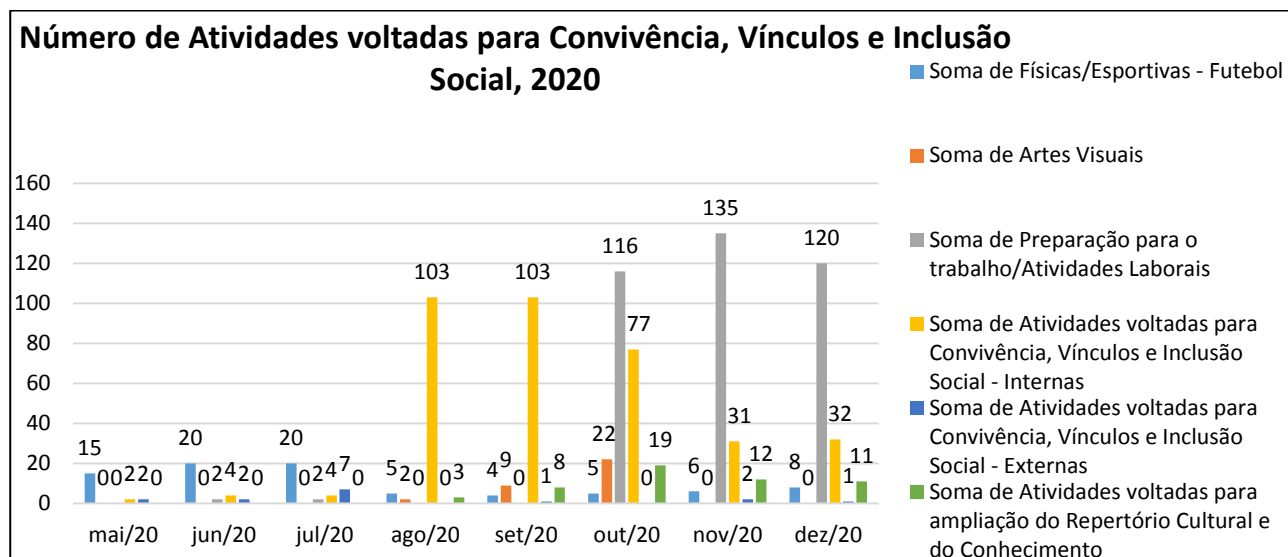
Gráfico 125 - Número de ingressantes, por mês do ano de 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

De acordo com o gráfico acima, constata-se que o mês de setembro foi o mês com maior número de acolhimentos realizados em 2020, totalizando 33, ou seja, no referido mês, houve o ingresso de 33 pessoas em situação de rua na unidade de acolhimento. A média mensal de ingressantes no ano foi de 21.

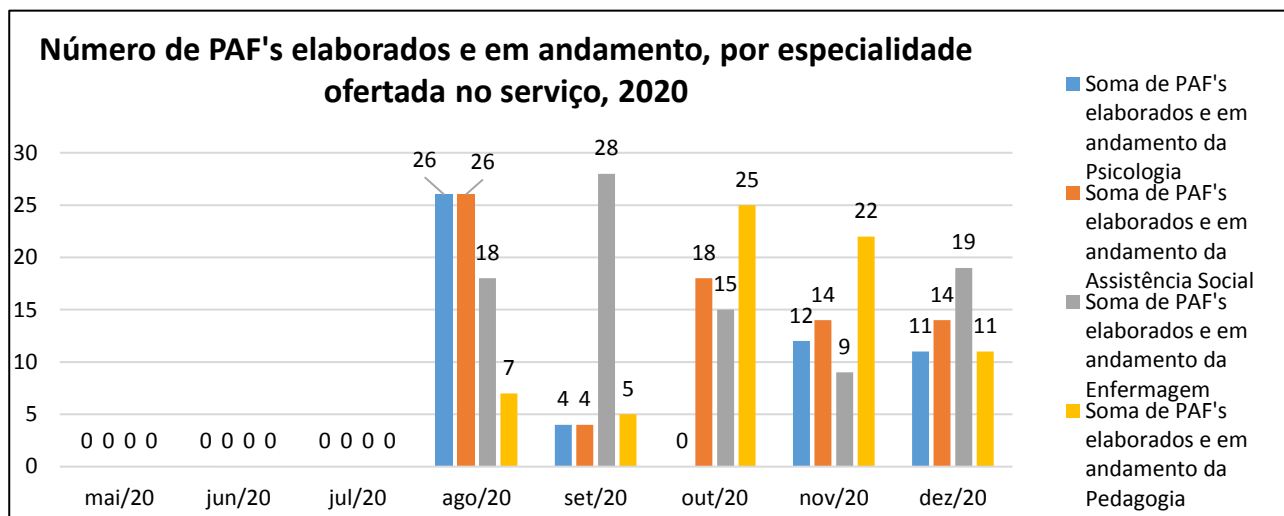
Gráfico 126 - Número de atividades voltadas para de convivência, vínculos e inclusão social, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

Segundo o gráfico acima, as atividades voltadas para preparação para o trabalho e as atividades internas voltadas para convivência, vínculos e inclusão foram as que mais se destacaram no ano de 2020, respectivamente. Atividades físicas/esportivas-futebol e as atividades voltadas para ampliação do repertório cultural e do conhecimento vieram logo em seguida. As atividades externas voltadas para convivência, vínculos e inclusão foram pouco realizadas em 2020. Uma variável que pode explicar tal situação, é a situação de emergência internacional provocada pelo coronavírus.

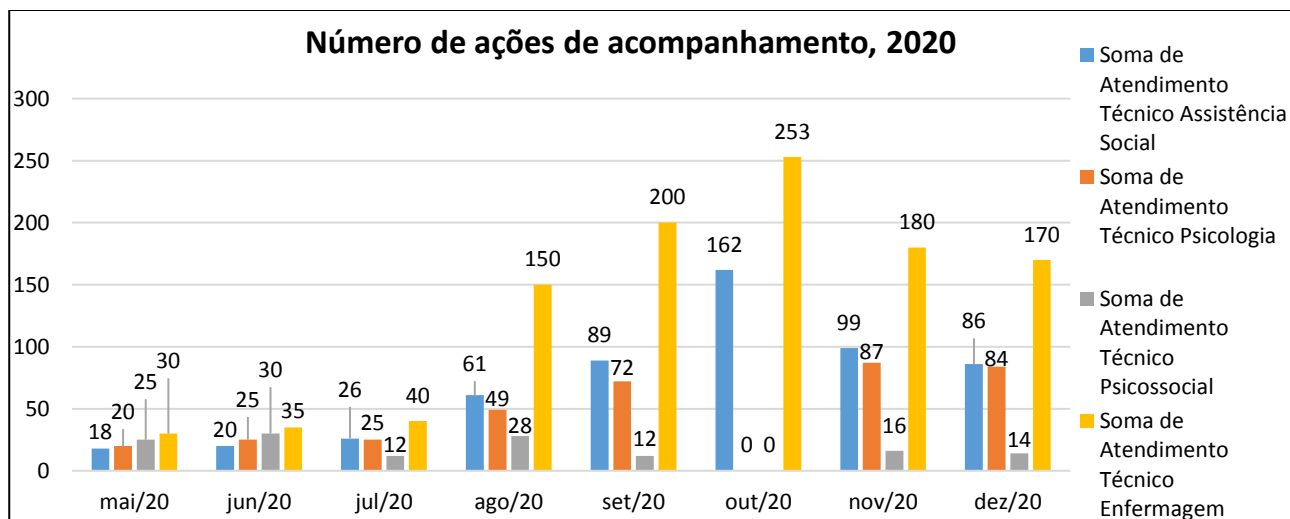
Gráfico 127 - Número de PAF's elaborados e em andamento, por especialidade ofertada no serviço, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

Conforme o gráfico acima, nos meses de maio, junho e julho de 2020 não houve elaboração de Planos de Atendimento Familiar (PAF's). Durante o referido ano, houve uma mudança na coordenação do serviço no mês de julho, culminando com uma nova coordenação em agosto. A partir do mês de agosto, a equipe do serviço começou a elaborar os PAF's, sendo que todas as áreas profissionais (psicologia, serviço social, enfermagem e pedagogia) que atendem os usuários no serviço possuíam a sua parte elaborada.

Gráfico 128 - Número de ações de acompanhamento, 2020.

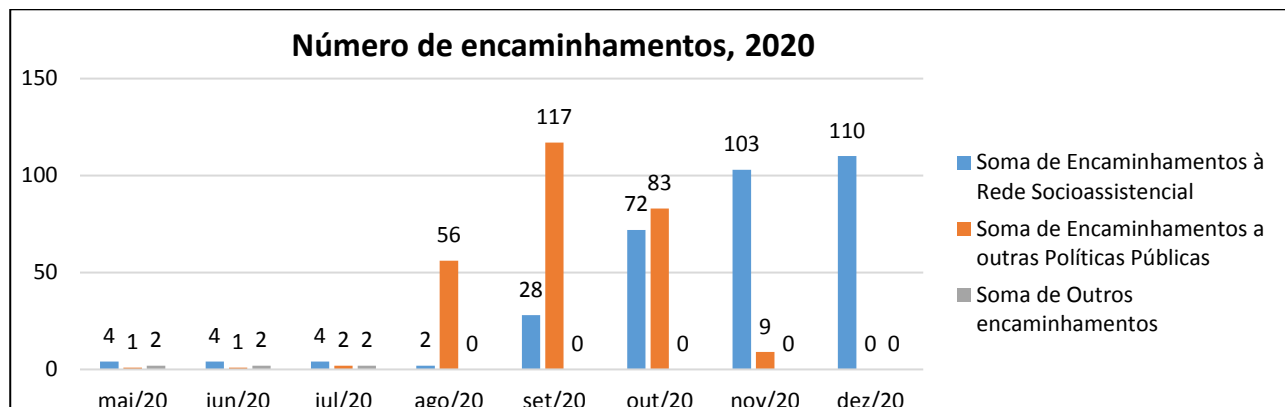


Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

A partir do gráfico acima, podemos constatar um total de 1.058 ações de acompanhamento no âmbito da enfermagem, 561 ações no âmbito do serviço social (assistência social), 362 ações no

âmbito da psicologia e 137 ações no âmbito psicossocial (atendimento conjunto do assistente social e do psicólogo). Esclarecemos que no mês de outubro não houve ações de acompanhamento no âmbito da psicologia e no âmbito psicossocial, pois o psicólogo da unidade estava de férias.

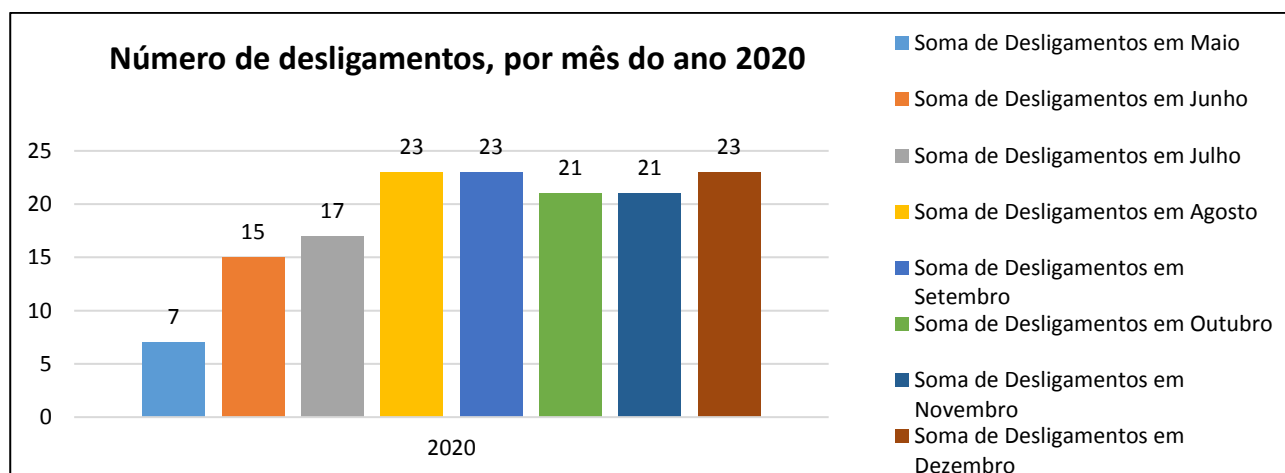
Gráfico 129 - Número de encaminhamentos, 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

A partir do gráfico acima, podemos constatar um total de 602 encaminhamentos realizados pelo serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua no ano de 2020, sendo que 327 destes foram para a rede socioassistencial, 269 para outras políticas públicas intersetoriais e 6 foram informados como “outros encaminhamentos”. Através do monitoramento *in loco* no ano de 2020, percebeu-se que existe uma grande quantidade de acolhidos com distintos problemas de saúde, o que demandou muitos encaminhamentos para a política de saúde e inúmeros atendimentos do técnico de enfermagem da unidade, como informado no gráfico anterior.

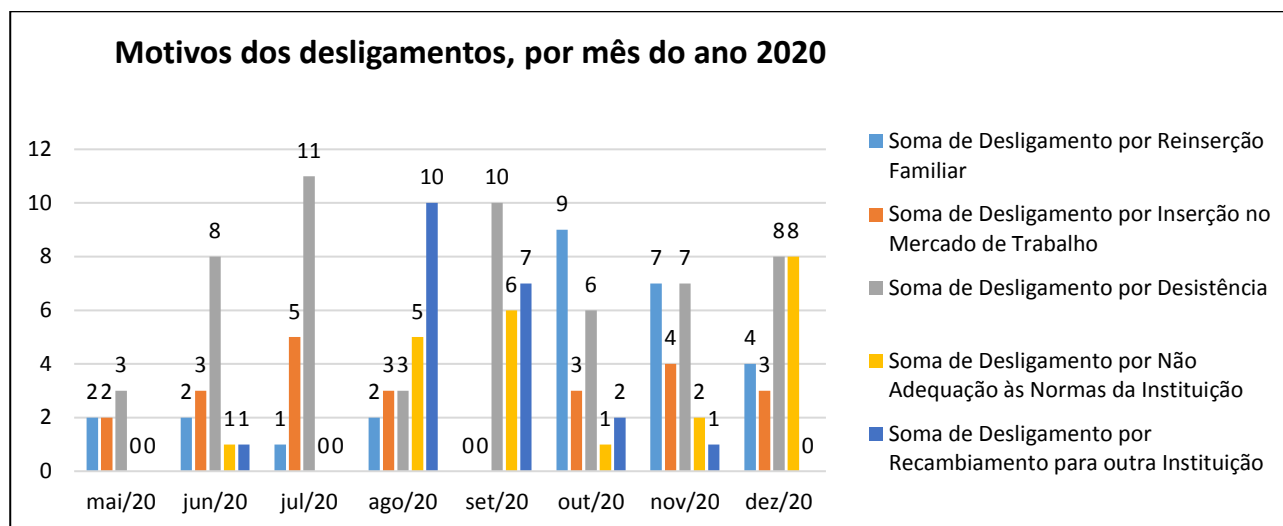
Gráfico 130 - Número de desligamentos, por mês do ano 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

Em consonância com o gráfico acima, houve um total de 150 desligamentos no ano de 2020. Os meses com maior quantidade de desligamentos foram agosto, setembro e dezembro, seguido pelos meses de outubro e novembro.

Gráfico 131 - Motivos dos desligamentos, por mês do ano 2020.



Fonte: Infográfico do serviço de acolhimento para adultos e suas famílias, voltado para pessoas em situação de rua, 2020.

Em consonância com o gráfico acima, foram realizados 150 desligamentos em 2020. Destes, revela-se que a desistência do acolhimento (56) foi o motivo que mais incidiu para os desligamentos, seguido pelos motivos de reinserção familiar (27), inserção no mercado de trabalho (23), não adequação às normas da instituição (23) e recambiamento para outra instituição (21), respectivamente.

Cabe a reflexão sobre o quantitativo alto de motivos para desligamentos por desistência e não adequação às normas da instituição: por que os acolhidos desistem do serviço de acolhimento? Na medida em que muitos não se adequam às regras da instituição, será que é plausível uma revisão nas regras do acolhimento? Se sim, quais regras seriam modificadas?

O quantitativo de 27 reinserções familiares corrobora o objetivo geral dos acolhimentos preconizado pela tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, qual seja: reestabelecer vínculos familiares e sociais.

14. ESTRUTURA DE OFERTA DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este tópico possui a finalidade de informar sobre a estrutura de oferta das demais políticas públicas, especificamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre estas e a assistência social. Objetiva apresentar, por meio de dados numéricos e de dados categóricos,

informações sobre a existência, ou não, de outras ofertas que, embora não integrem as ações de assistência social, constituem “retaguardas” ou pontos de apoio indispensáveis à dimensão intersetorial da atenção aos usuários da política de assistência (MDS, 2016, p. 24).

Em tempo, informamos que o acesso ao mapa com as informações descritas neste tópico pode ser realizado através do seguinte link: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1cZ25kj0noYZ9QE0BZ72mVChSo_vMS97G&usp=sharing. Informamos ainda, que o referido mapa foi construído na plataforma My Maps do Google e que, portanto, o acesso ao link supracitado só poderá ser feito através de contas de e-mail do GMAIL.COM.

15. EDUCAÇÃO

No ano de 2020, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas - SEMED e pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC, haviam 97 escolas públicas no município de Parauapebas. Dentre estas, 81 escolas estavam sob a gerência da SEMED e 16 sob a gerência da SEDUC; 5 escolas possuíam o Programa Mais Educação, sendo que em uma delas estava sob a gerência da SEDUC; 1 escola gerenciada pela SEMED constitui uma Unidade Municipal de Educação Especializada; 3 escolas municipais são voltadas ao atendimento do público indígena do município; e 12 escolas estavam localizadas na zona rural.

16. SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

No ano de 2020, conforme levantamento realizado pelo setor Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Parauapebas – SEMAS, haviam 8 equipamentos do sistema de garantia de direitos no município, quais sejam: 1) Defensoria Pública do Estado do Pará – Núcleo Regional de Parauapebas; 2) Ministério Público; 3) Promotoria de Justiça; 4) Vara do Juizado Especial Cível e Criminal; 5) Fórum Trabalhista; 6) Fórum Eleitoral; 7) Conselho Tutelar I e; 8) Conselho Tutelar II. Todos estavam situados no perímetro urbano do município.

17. ESPORTE, CULTURA E LAZER

De acordo com levantamento realizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial, através de redações oficiais (ofício, memorandos, etc.), haviam, em 2020, no município de Parauapebas, um total de 55 equipamentos de esporte, cultura e lazer. Dentre eles podemos destacar campos de futebol, complexos esportivos, ginásio poliesportivo, diversas praças, Biblioteca Municipal, Escola Municipal

de Música, Centro de Desenvolvimento Cultural, Centro Cultural de Parauapebas, Conselho Municipal de Políticas Culturais, entre outros dispersos pelo município.

18. SAÚDE

No ano de 2020, conforme levantamento realizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial, haviam 39 equipamentos de saúde no município sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas - SEMSA. Destes, 28 se encontravam no perímetro urbano e 11 se encontravam no perímetro rural.

Como norteia o caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, deve-se dar destaque, no âmbito da saúde, aos serviços de saúde mental e as equipes de estratégia de saúde da família. Nesse sentido, destacam-se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), situado na Rua 2, nº 56, esquina com rua C, bairro Cidade Nova e as 38 Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) que estão lotadas nos seguintes equipamentos: UBS (Unidade Básica de Saúde) Guanabara; UBS Altamira; UBS Novo Brasil; UBS Rio Verde; UBS Cidade Nova; UBS Jardim Canadá; UBS Liberdade I; UBS Liberdade II; UBS Casas Populares; UBS Bairro da Paz; UBS Fortaleza; UBS Tropical; UBS Minérios; UBS Palmares I; UBS Palmares II; UBS Cedere I; e UBS APA.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da PSB, e considerando os resultados do índice de vulnerabilidade social familiar (IVSF), o qual caracteriza as famílias e os bairros mais vulneráveis do perímetro urbano de Parauapebas, constatou-se que os bairros das zonas norte e sul do município são os que possuem nível de vulnerabilidade maior, isto é, muito alto. Dessa forma, podemos sugerir uma expansão ou reordenamento dos serviços socioassistenciais de PSB que contemple um melhor atendimento para as zonas norte e sul do município.

Ainda no contexto da PSB, e considerando os dados acerca do quantitativo de pessoas com deficiência (5129 PcD) e idosas (7323) no CadÚnico, ou seja, aproximadamente 14% dos indivíduos no CadÚnico são PcD ou pessoas idosas, sugerimos a implantação e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, assim como apontado no PPA 2022-2025.

No âmbito da PSE de média complexidade, e considerando os dados do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias executado no CREAS, que revelaram que o público predominante no serviço é composto de pessoas adultas e pessoas idosas, com um considerável aumento de atendimentos voltados para pessoas idosas de 2019 para 2020,

podemos sugerir, apesar da futura implantação do Centro Dia, que se mantenha a execução desse serviço no CREAS, pois como contatamos, existe um público a ser atendido para além das pessoas adultas que futuramente serão atendidas no Centro Dia.

Ainda considerando a PSE de média complexidade, e pensando na futura implantação de um novo CREAS no município, previsto no PPA 2022-2025, podemos sugerir, a partir dos dados territorializados de atendimento das famílias/indivíduos no CREAS, “Acolhimento Esperança” e “Aconchego do Idoso” divulgados nesse trabalho, que a localidade ideal para se implantar o novo CREAS seria nas margens da PA-160, em local centralizado entre os bairros Polo Moveleiro, Alto Bonito e Minérios, conforme sinalizado no mapa em anexo denominado localização do atual CREAS e sugestão de local para implantação do novo CREAS, com base na quantidade de famílias/usuários atendidos nos serviços de média e alta complexidade entre 2019 e 2020.

No contexto da zona rural de Parauapebas, constatamos a existência de 5143 famílias e 14397 pessoas cadastradas no CadÚnico. Destas pessoas, 679 são pessoas com deficiência (PcD) e 13 estavam em situação de rua. Revelou-se também que, das famílias da zona rural inseridas no CadÚnico, 1803 estão em situação de extrema pobreza (35% das famílias da zona rural) e 1119 estão em situação de pobreza (22% das famílias da zona rural), ou seja, podemos afirmar que 57% das famílias da zona rural inseridas no CadÚnico estão em situação de extrema pobreza ou pobreza. Dado relevante, é que 2220 famílias da zona rural são beneficiárias do PBF (43% das famílias da zona rural inseridas no CadÚnico). Outro dado de destaque é que em torno de 12% das violações registradas em 2019 e 2020 pelo PAEFI foram identificadas na zona rural do município de Parauapebas. Assim sendo, sugerimos uma expansão dos serviços socioassistenciais para a zona rural do município.

REFERÊNCIAS

- BARTALOTTI, C. **Exclusão social e vulnerabilidade de pessoas com deficiência: uma reflexão.** São Paulo, 2010. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/283731096_EXCLUSAO_SOCIAL_E_VULNERABILIDADE_DE_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA_UMA_REFLEXAO>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- BECK, U. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva.** In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.
- BRASIL. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Brasília, 2007.
- BRASIL. **Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Organização da Assistência Social.** Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO.** Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Orientações técnicas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho.** Brasília, 2017.
- BRASIL. **Políticas públicas para a primeira infância.** Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília, 2016.
- BRASIL. **Programa Criança Feliz, a intersetorialidade na visita domiciliar.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Caderno de orientações técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do programa de erradicação do trabalho infantil.** Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2018.
- BRASIL. **CECAD 2.0.** Secretaria de avaliação e gestão da informação. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>.
- BRASIL. **SAGI.** Relatório de informações sociais. Ministério da Cidadania. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>.
- BRONZO, C. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão.** In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.

IPEA. **Deficiência e Dependência no Debate sobre a Elegibilidade ao BPC**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica - 2016 - novembro - Número 31 – Disoc. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/161129_nt_31_disoc.pdf>. Acesso: 05 ago. 2021.

JANCZURA, R. **Risco ou vulnerabilidade social?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 11(2), 301 - 308. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

KIPNIS, B. J. **Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas**. São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/betriz_kipnis_-_mulheres_em_situacao_de_vulnerabilidade_social_-_contextos_construcao_simbolica_e_politicas_publicas.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/bettriz_kipnis_-_mulheres_em_situacao_de_vulnerabilidade_social_-_contextos_construcao_simbolica_e_politicas_publicas.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2021.

KOGA, D. H. U. **Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social**. 2015. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/produto%204%20-%20Dirce%20-territorios.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Resolução conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas do CREAS**. Brasília, 2011.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica, NOB-SUAS**. Brasília, 2012.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2016.

OLIVEIRA, R. S. **A territorialização da política de assistência social no município de Fortaleza: os caminhos tecidos pelo CRAS Bom Jardim**. Dissertação (Mestrado em serviço social, trabalho e questão social), Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/50/2015/04/dissertacao_rafaelasampaio.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Considerações Sobre o Comportamento dos Indicadores Sociais da População Auto-Declarada Preta e Parda: análise de evidências preliminares**. IBGE, 2005. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/CD/mesas_redondas/255-1.doc>. Acesso em: 05 ago. 2021.

PARAUAPEBAS. Plano municipal dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: quadriênio 2018-2021. Elaboração: ARAGÃO, A. R., Parauapebas, 2018.

PARAUAPEBAS. Cria o programa de transferência condicionada de subsídio financeiro, denominado "gira renda" do município de Parauapebas. Lei nº 4.782, de 08 de maio de 2019.

PARAUAPEBAS. Criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas. Lei ordinária nº 4.879, de 16 de junho de 2020.

PARAUAPEBAS. Institui o plano diretor do município de Parauapebas. Lei complementar nº 24, de 05 de janeiro de 2021.

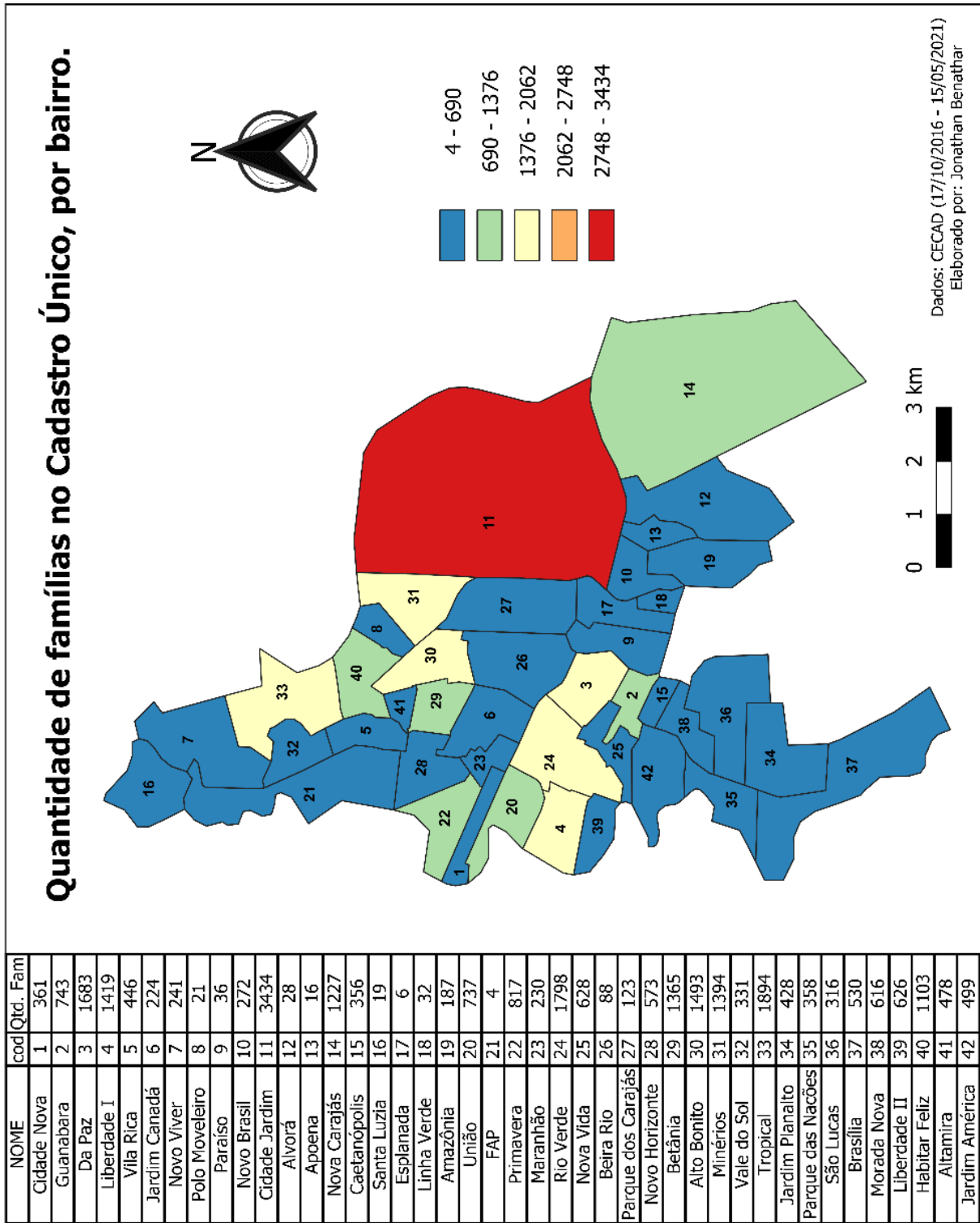
QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. Para Onde!?, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p. 154-161, dez. 2014. ISSN 1982-0003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SICAR. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.car.gov.br/#/>>.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

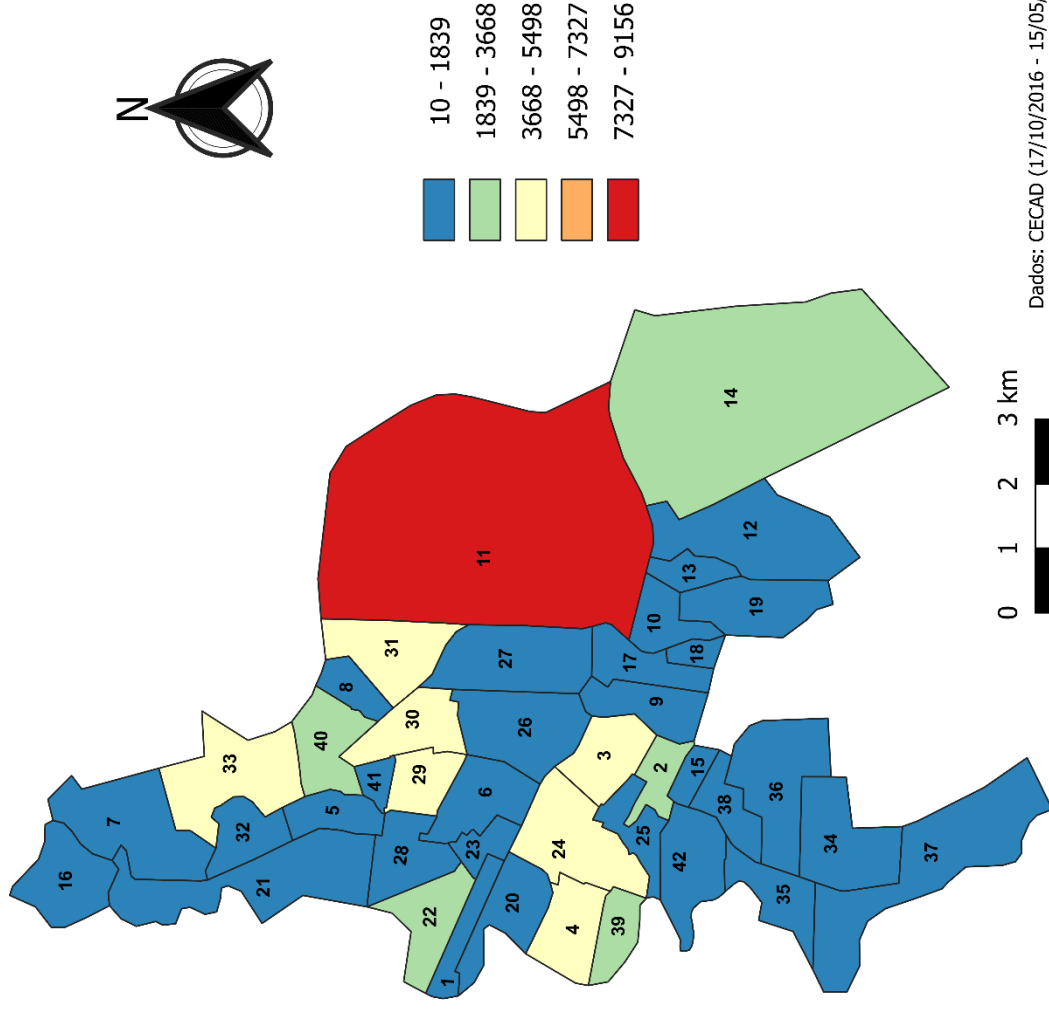
ANEXOS

Quantidade de famílias no Cadastro Único, por bairro.



Quantidade de pessoas no Cadastro Único, por bairro.

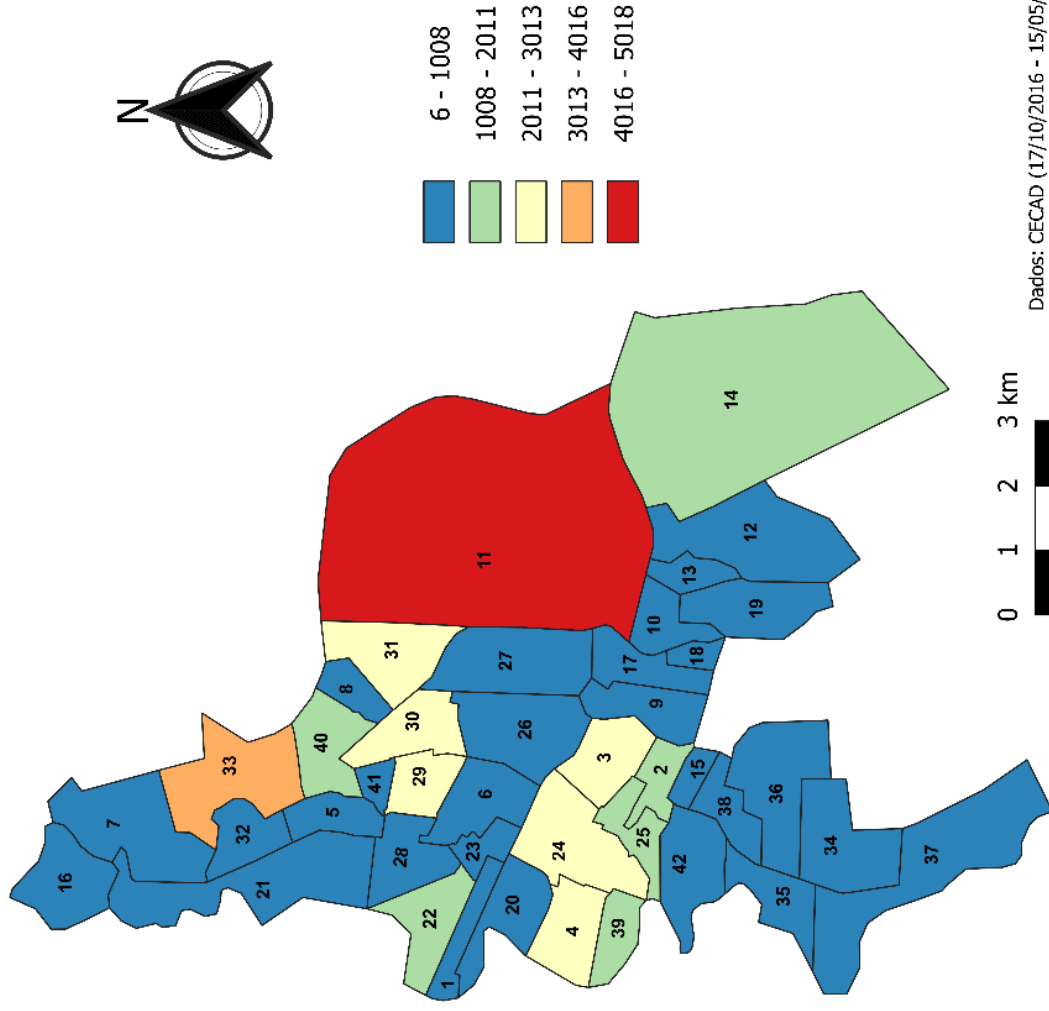
| NOME | cod | Qtd. Pessoas |
|--------------------|-----|--------------|
| Cidade Nova | 1 | 737 |
| Guanabara | 2 | 2000 |
| Da Paz | 3 | 4139 |
| Liberdade I | 4 | 3681 |
| Vila Rica | 5 | 1249 |
| Jardim Canadá | 6 | 659 |
| Novo Viver | 7 | 727 |
| Polo Moveleiro | 8 | 57 |
| Paraiso | 9 | 98 |
| Novo Brasil | 10 | 760 |
| Cidade Jardim | 11 | 9156 |
| Alvorá | 12 | 89 |
| Apoena | 13 | 40 |
| Nova Carajás | 14 | 3273 |
| Caetanópolis | 15 | 1039 |
| Santa Luzia | 16 | 52 |
| Esplanada | 17 | 16 |
| Linha Verde | 18 | 81 |
| Amazônia | 19 | 568 |
| União | 20 | 1663 |
| FAP | 21 | 10 |
| Primavera | 22 | 2023 |
| Maranhão | 23 | 544 |
| Rio Verde | 24 | 4426 |
| Nova Vida | 25 | 1722 |
| Beira Rio | 26 | 221 |
| Parque dos Carajás | 27 | 379 |
| Novo Horizonte | 28 | 1520 |
| Betânia | 29 | 3758 |
| Alto Bonito | 30 | 4377 |
| Minérios | 31 | 4860 |
| Vale do Sol | 32 | 1198 |
| Tropical | 33 | 5480 |
| Jardim Planalto | 34 | 1258 |
| Parque das Nações | 35 | 1115 |
| São Lucas | 36 | 971 |
| Brasília | 37 | 1616 |
| Morada Nova | 38 | 1748 |
| Liberdade II | 39 | 1841 |
| Habitat Feliz | 40 | 3062 |
| Altamira | 41 | 1286 |
| Jardim América | 42 | 1432 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas do sexo feminino no Cadastro Único, por bairro.

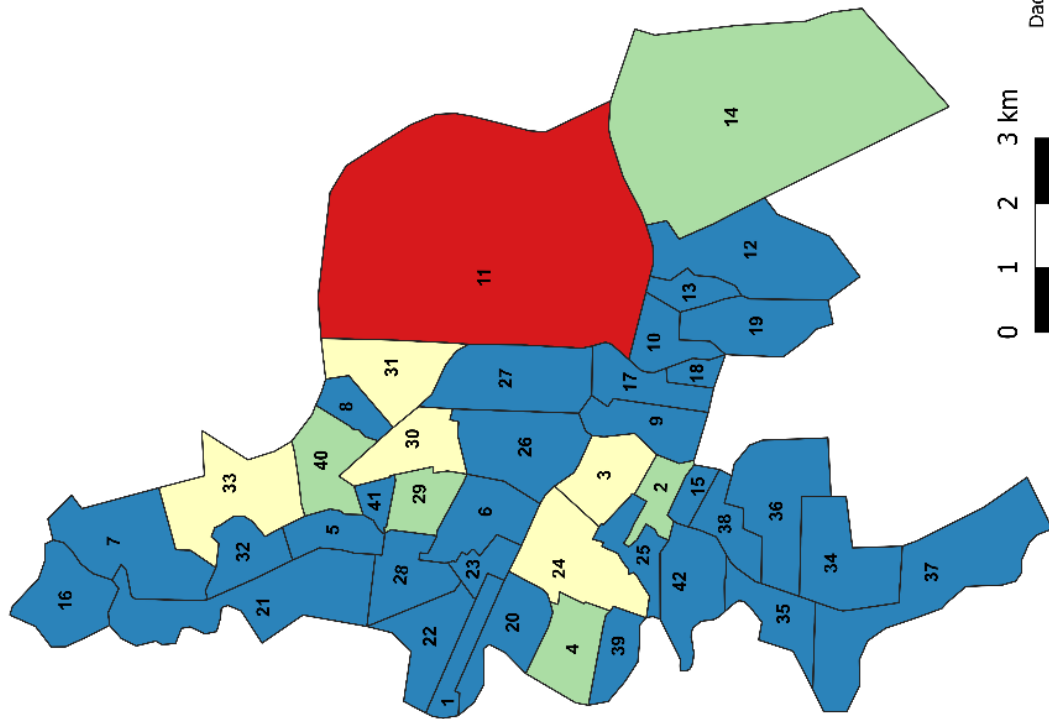
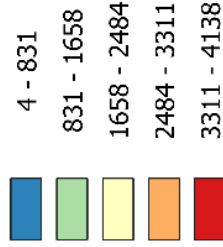
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 412 |
| Guanabara | 2 | 1158 |
| Da Paz | 3 | 2394 |
| Liberdade I | 4 | 2168 |
| Vila Rica | 5 | 678 |
| Jardim Canadá | 6 | 389 |
| Novo Viver | 7 | 400 |
| Polo Moveleiro | 8 | 31 |
| Paraiso | 9 | 52 |
| Novo Brasil | 10 | 437 |
| Cidade Jardim | 11 | 5018 |
| Alvorá | 12 | 39 |
| Apoena | 13 | 26 |
| Nova Carajás | 14 | 1810 |
| Caetanópolis | 15 | 573 |
| Santa Luzia | 16 | 29 |
| Esplanada | 17 | 6 |
| Linha Verde | 18 | 48 |
| Amazônia | 19 | 306 |
| União | 20 | 947 |
| FAP | 21 | 6 |
| Primavera | 22 | 1201 |
| Maranhão | 23 | 296 |
| Rio Verde | 24 | 2585 |
| Nova Vida | 25 | 1030 |
| Beira Rio | 26 | 127 |
| Parque dos Carajás | 27 | 212 |
| Novo Horizonte | 28 | 820 |
| Betânia | 29 | 2113 |
| Alto Bonito | 30 | 2442 |
| Minérios | 31 | 2747 |
| Vale do Sol | 32 | 652 |
| Tropical | 33 | 3104 |
| Jardim Planalto | 34 | 719 |
| Parque das Nações | 35 | 626 |
| São Lucas | 36 | 528 |
| Brasília | 37 | 924 |
| Morada Nova | 38 | 973 |
| Liberdade II | 39 | 1047 |
| Habitat Feliz | 40 | 1748 |
| Altamira | 41 | 730 |
| Jardim América | 42 | 787 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas do sexo masculino no Cadastro Único, por bairro.

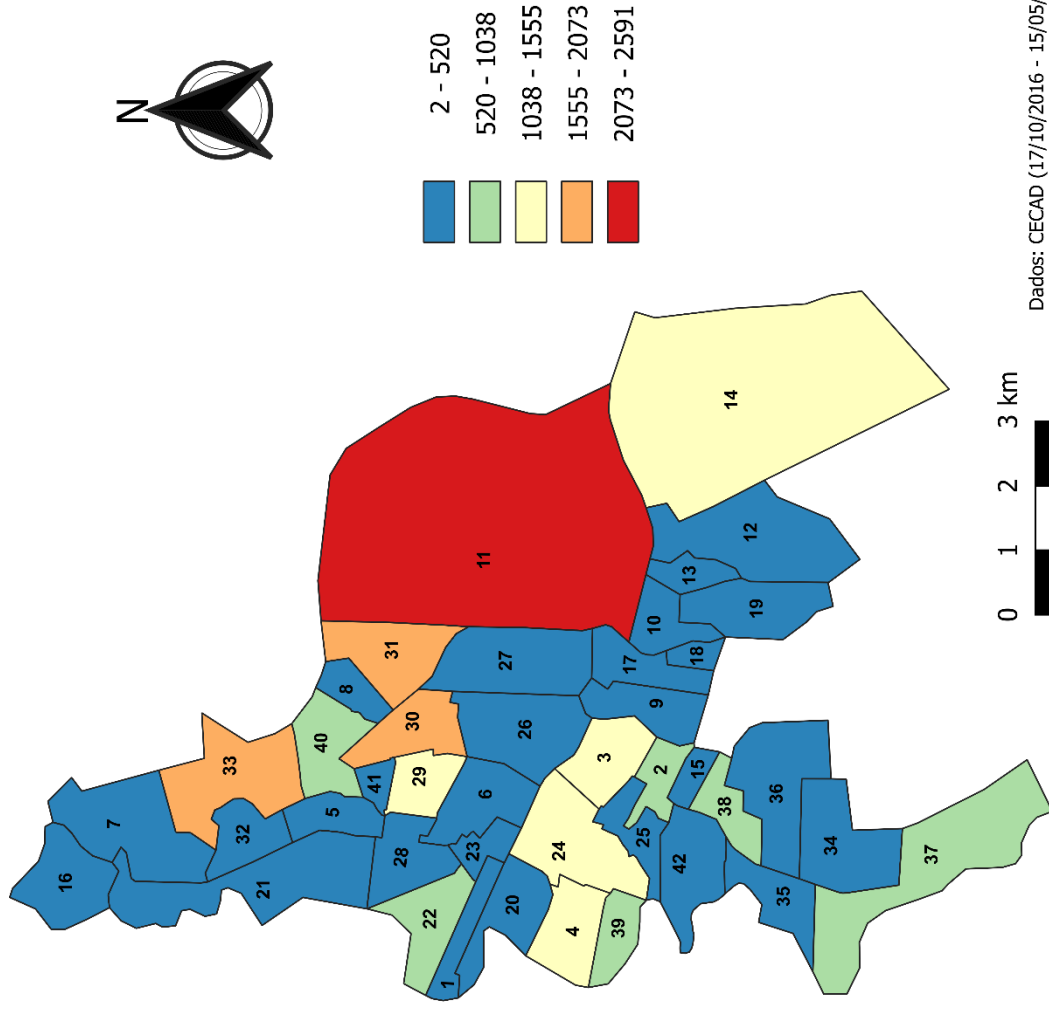
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 325 |
| Guanabara | 2 | 842 |
| Da Paz | 3 | 1745 |
| Liberdade I | 4 | 1513 |
| Vila Rica | 5 | 571 |
| Jardim Canadá | 6 | 270 |
| Novo Viver | 7 | 327 |
| Polo Moveleiro | 8 | 26 |
| Paraiso | 9 | 46 |
| Novo Brasil | 10 | 323 |
| Cidade Jardim | 11 | 4138 |
| Alvorá | 12 | 50 |
| Apoena | 13 | 14 |
| Nova Carajás | 14 | 1463 |
| Caetanópolis | 15 | 466 |
| Santa Luzia | 16 | 23 |
| Esplanada | 17 | 10 |
| Linha Verde | 18 | 33 |
| Amazônia | 19 | 262 |
| União | 20 | 716 |
| FAP | 21 | 4 |
| Primavera | 22 | 822 |
| Maranhão | 23 | 248 |
| Rio Verde | 24 | 1841 |
| Nova Vida | 25 | 692 |
| Beira Rio | 26 | 94 |
| Parque dos Carajás | 27 | 167 |
| Novo Horizonte | 28 | 700 |
| Betânia | 29 | 1645 |
| Alto Bonito | 30 | 1935 |
| Minérios | 31 | 2113 |
| Vale do Sol | 32 | 546 |
| Tropical | 33 | 2376 |
| Jardim Planalto | 34 | 539 |
| Parque das Nações | 35 | 489 |
| São Lucas | 36 | 443 |
| Brasília | 37 | 692 |
| Morada Nova | 38 | 775 |
| Liberdade II | 39 | 794 |
| Habitat Feliz | 40 | 1314 |
| Altamira | 41 | 556 |
| Jardim América | 42 | 645 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de criança (até 12 anos) no Cadastro Único, por bairro.

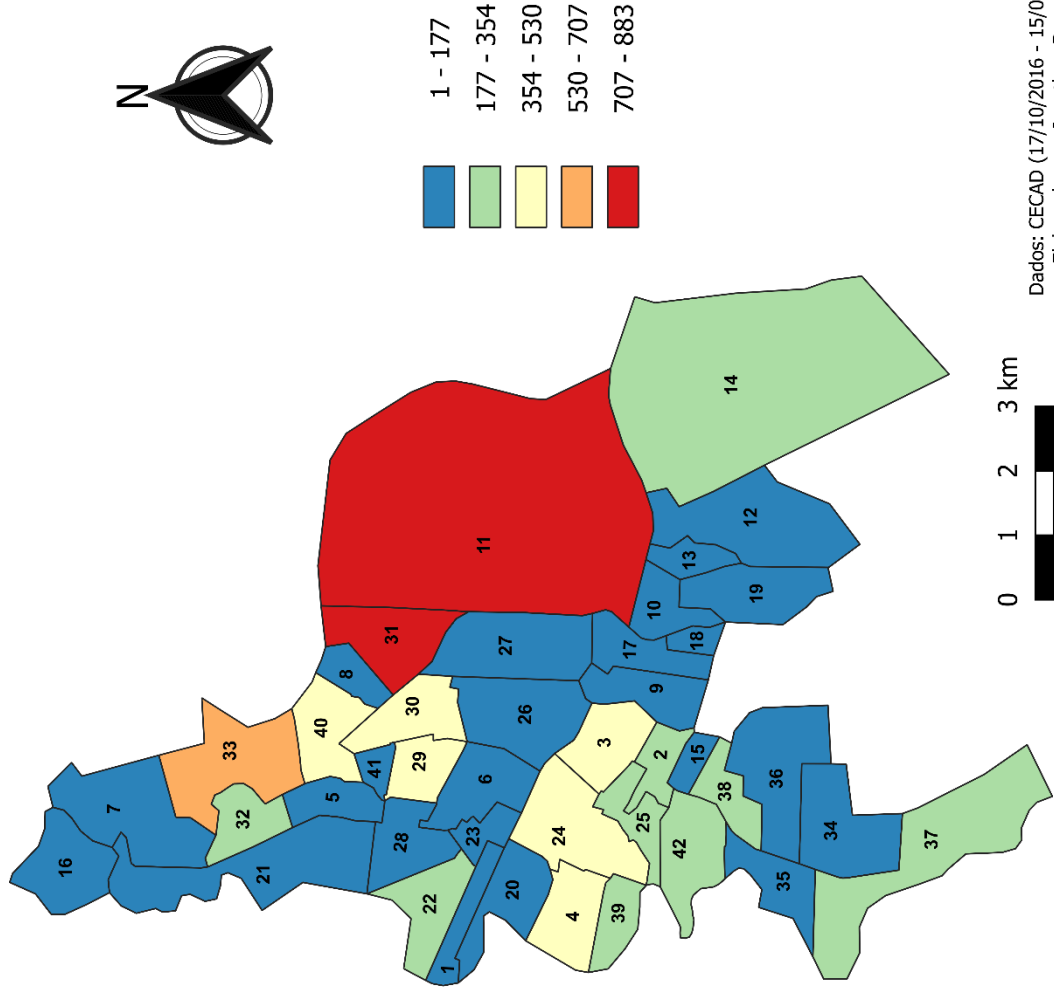
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 167 |
| Guanabara | 2 | 609 |
| Da Paz | 3 | 1114 |
| Liberdade I | 4 | 1043 |
| Vila Rica | 5 | 403 |
| Jardim Canadá | 6 | 223 |
| Novo Viver | 7 | 265 |
| Polo Moveleiro | 8 | 16 |
| Paraiso | 9 | 20 |
| Novo Brasil | 10 | 220 |
| Cidade Jardim | 11 | 2591 |
| Alvorá | 12 | 37 |
| Apoena | 13 | 9 |
| Nova Carajás | 14 | 1090 |
| Caetanópolis | 15 | 323 |
| Santa Luzia | 16 | 15 |
| Esplanada | 17 | 3 |
| Linha Verde | 18 | 28 |
| Amazônia | 19 | 192 |
| União | 20 | 384 |
| FAP | 21 | 2 |
| Primavera | 22 | 586 |
| Maranhão | 23 | 146 |
| Rio Verde | 24 | 1185 |
| Nova Vida | 25 | 511 |
| Beira Rio | 26 | 64 |
| Parque dos Carajás | 27 | 129 |
| Novo Horizonte | 28 | 469 |
| Betânia | 29 | 1198 |
| Alto Bonito | 30 | 1558 |
| Minérios | 31 | 1599 |
| Vale do Sol | 32 | 416 |
| Tropical | 33 | 2010 |
| Jardim Planalto | 34 | 489 |
| Parque das Nações | 35 | 393 |
| São Lucas | 36 | 325 |
| Brasília | 37 | 605 |
| Morada Nova | 38 | 531 |
| Liberdade II | 39 | 584 |
| Habitat Feliz | 40 | 874 |
| Altamira | 41 | 405 |
| Jardim América | 42 | 470 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de adolescentes (13 - 17 anos) no Cadastro Único, por bairro.

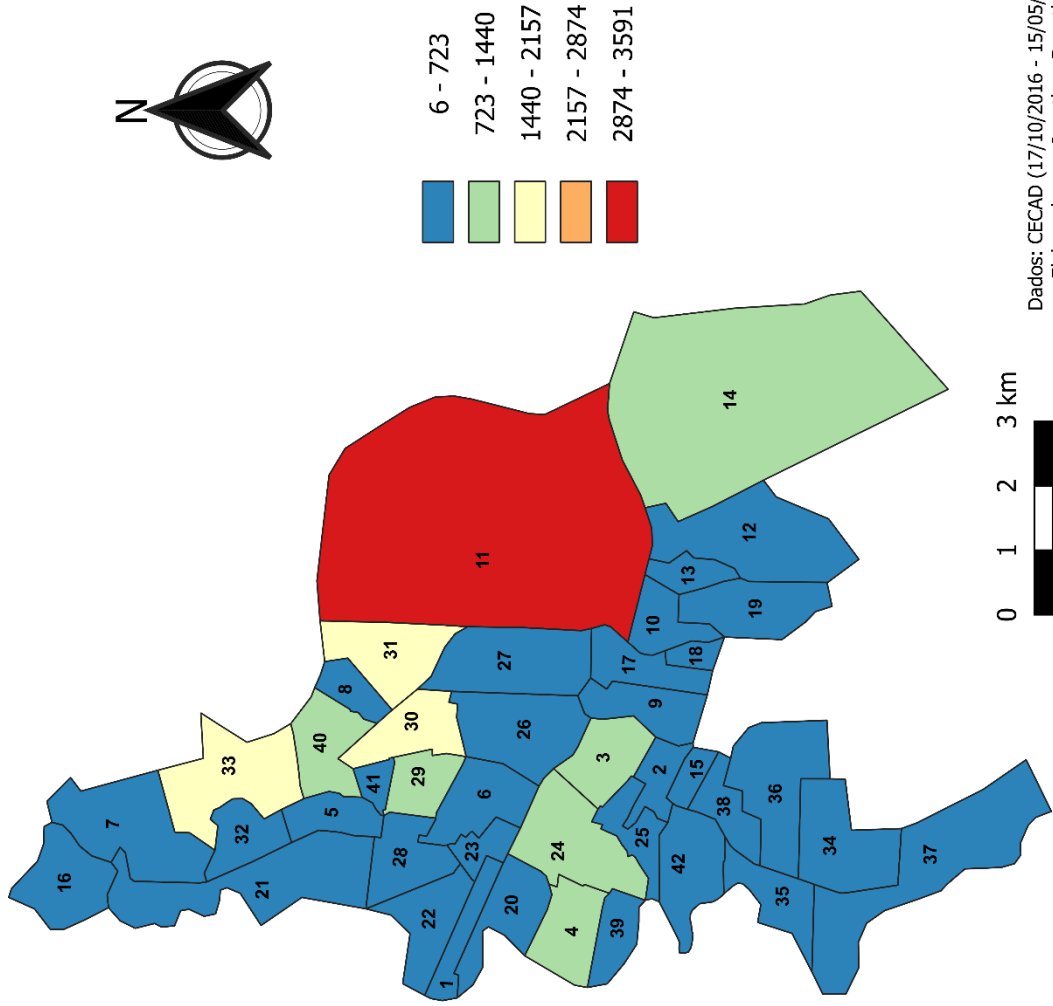
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 49 |
| Guanabara | 2 | 203 |
| Da Paz | 3 | 388 |
| Liberdade I | 4 | 384 |
| Vila Rica | 5 | 136 |
| Jardim Canadá | 6 | 71 |
| Novo Viver | 7 | 88 |
| Polo Moveleiro | 8 | 6 |
| Paraiso | 9 | 14 |
| Novo Brasil | 10 | 103 |
| Cidade Jardim | 11 | 883 |
| Alvorá | 12 | 6 |
| Apoena | 13 | 5 |
| Nova Carajás | 14 | 333 |
| Caetanópolis | 15 | 133 |
| Santa Luzia | 16 | 10 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 8 |
| Amazônia | 19 | 69 |
| União | 20 | 146 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 214 |
| Maranhão | 23 | 56 |
| Rio Verde | 24 | 415 |
| Nova Vida | 25 | 216 |
| Beira Rio | 26 | 19 |
| Parque dos Carajás | 27 | 35 |
| Novo Horizonte | 28 | 158 |
| Betânia | 29 | 441 |
| Alto Bonito | 30 | 508 |
| Minérios | 31 | 878 |
| Vale do Sol | 32 | 200 |
| Tropical | 33 | 646 |
| Jardim Planalto | 34 | 141 |
| Parque das Nações | 35 | 141 |
| São Lucas | 36 | 141 |
| Brasília | 37 | 196 |
| Morada Nova | 38 | 204 |
| Liberdade II | 39 | 245 |
| Habitat Feliz | 40 | 385 |
| Altamira | 41 | 141 |
| Jardim América | 42 | 181 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de adultos (30 - 59 anos) no Cadastro Único, por bairro.

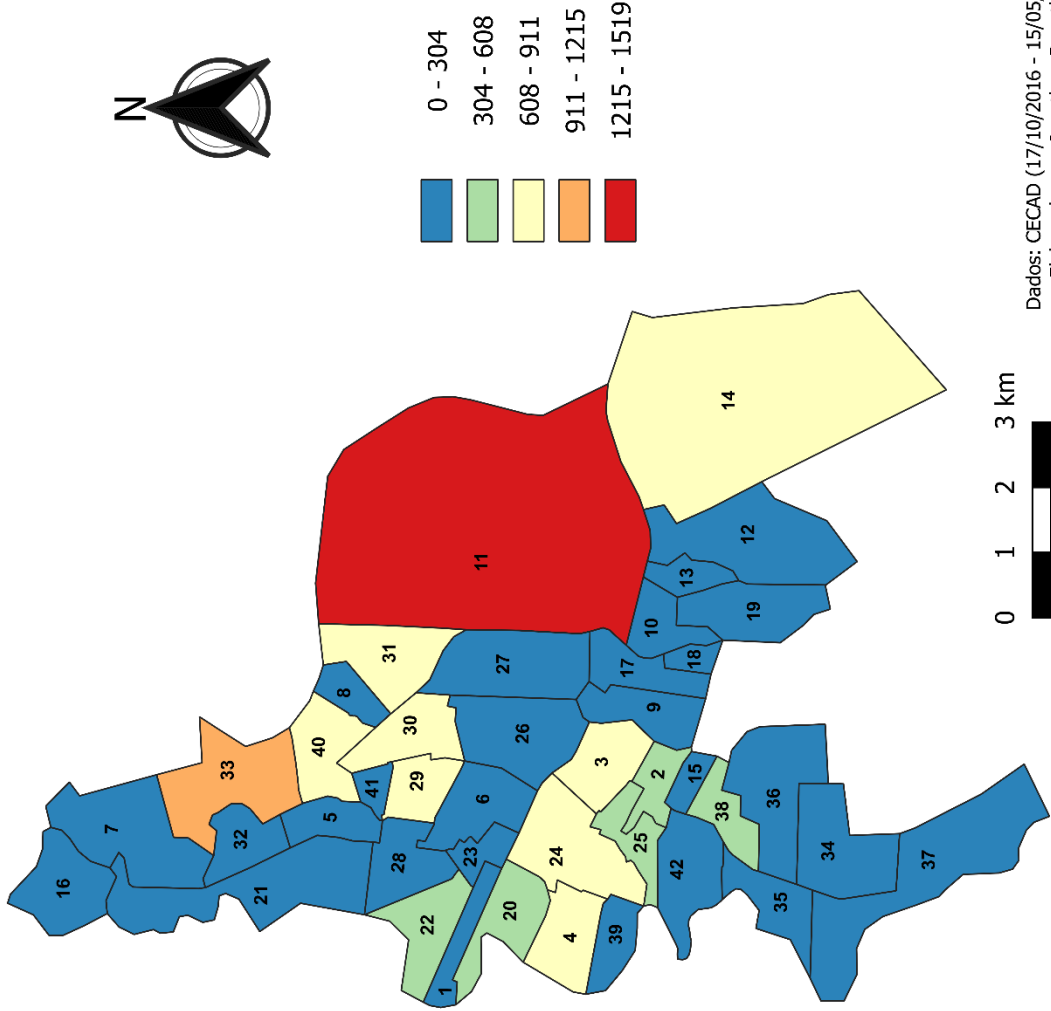
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 228 |
| Guanabara | 2 | 593 |
| Da Paz | 3 | 1268 |
| Liberdade I | 4 | 1139 |
| Vila Rica | 5 | 374 |
| Jardim Canadá | 6 | 192 |
| Novo Viver | 7 | 206 |
| Polo Moveleiro | 8 | 19 |
| Paraiso | 9 | 43 |
| Novo Brasil | 10 | 235 |
| Cidade Jardim | 11 | 3591 |
| Alvorá | 12 | 21 |
| Apoena | 13 | 12 |
| Nova Carajás | 14 | 1055 |
| Caetanópolis | 15 | 313 |
| Santa Luzia | 16 | 15 |
| Esplanada | 17 | 9 |
| Linha Verde | 18 | 28 |
| Amazônia | 19 | 182 |
| União | 20 | 527 |
| FAP | 21 | 6 |
| Primavera | 22 | 626 |
| Maranhão | 23 | 172 |
| Rio Verde | 24 | 1272 |
| Nova Vida | 25 | 528 |
| Beira Rio | 26 | 58 |
| Parque dos Carajás | 27 | 117 |
| Novo Horizonte | 28 | 463 |
| Betânia | 29 | 1061 |
| Alto Bonito | 30 | 1451 |
| Minérios | 31 | 1511 |
| Vale do Sol | 32 | 347 |
| Tropical | 33 | 1578 |
| Jardim Planalto | 34 | 392 |
| Parque das Nações | 35 | 334 |
| São Lucas | 36 | 302 |
| Brasília | 37 | 447 |
| Morada Nova | 38 | 541 |
| Liberdade II | 39 | 594 |
| Habitat Feliz | 40 | 947 |
| Altamira | 41 | 375 |
| Jardim América | 42 | 446 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de jovens adultos (18 - 29 anos) no Cadastro Único, por bairro.

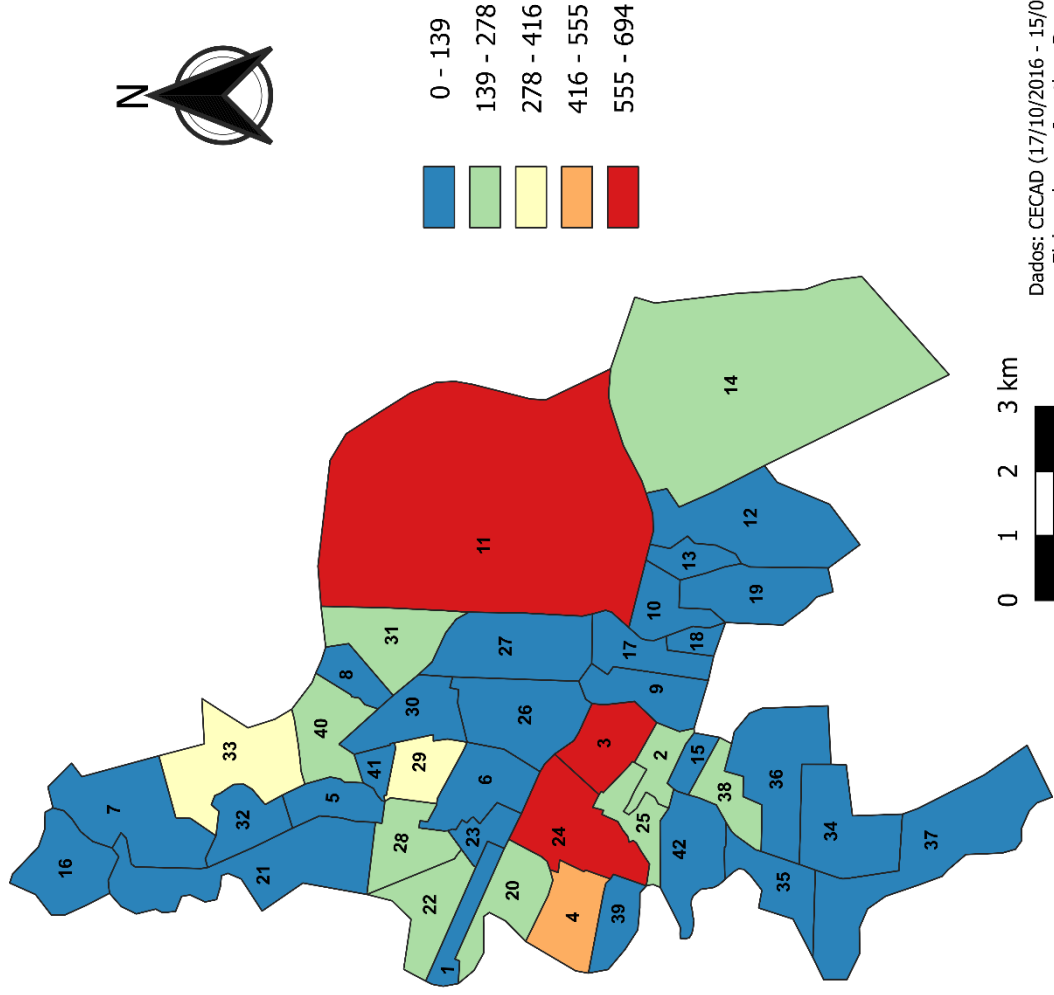
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 155 |
| Guanabara | 2 | 364 |
| Da Paz | 3 | 805 |
| Liberdade I | 4 | 695 |
| Vila Rica | 5 | 228 |
| Jardim Canadá | 6 | 114 |
| Novo Viver | 7 | 123 |
| Polo Moveleiro | 8 | 8 |
| Paraiso | 9 | 16 |
| Novo Brasil | 10 | 145 |
| Cidade Jardim | 11 | 1519 |
| Alvorá | 12 | 23 |
| Apoena | 13 | 9 |
| Nova Carajás | 14 | 644 |
| Caetanópolis | 15 | 203 |
| Santa Luzia | 16 | 9 |
| Esplanada | 17 | 3 |
| Linha Verde | 18 | 12 |
| Amazônia | 19 | 80 |
| União | 20 | 338 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 360 |
| Maranhão | 23 | 104 |
| Rio Verde | 24 | 860 |
| Nova Vida | 25 | 323 |
| Beira Rio | 26 | 51 |
| Parque dos Carajás | 27 | 71 |
| Novo Horizonte | 28 | 278 |
| Betânia | 29 | 748 |
| Alto Bonito | 30 | 760 |
| Minérios | 31 | 704 |
| Vale do Sol | 32 | 189 |
| Tropical | 33 | 949 |
| Jardim Planalto | 34 | 187 |
| Parque das Nações | 35 | 191 |
| São Lucas | 36 | 147 |
| Brasília | 37 | 283 |
| Morada Nova | 38 | 330 |
| Liberdade II | 39 | 301 |
| Habitat Feliz | 40 | 623 |
| Altamira | 41 | 242 |
| Jardim América | 42 | 231 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas idosas (a partir de 60 anos) no Cadastro Único, por bairro.

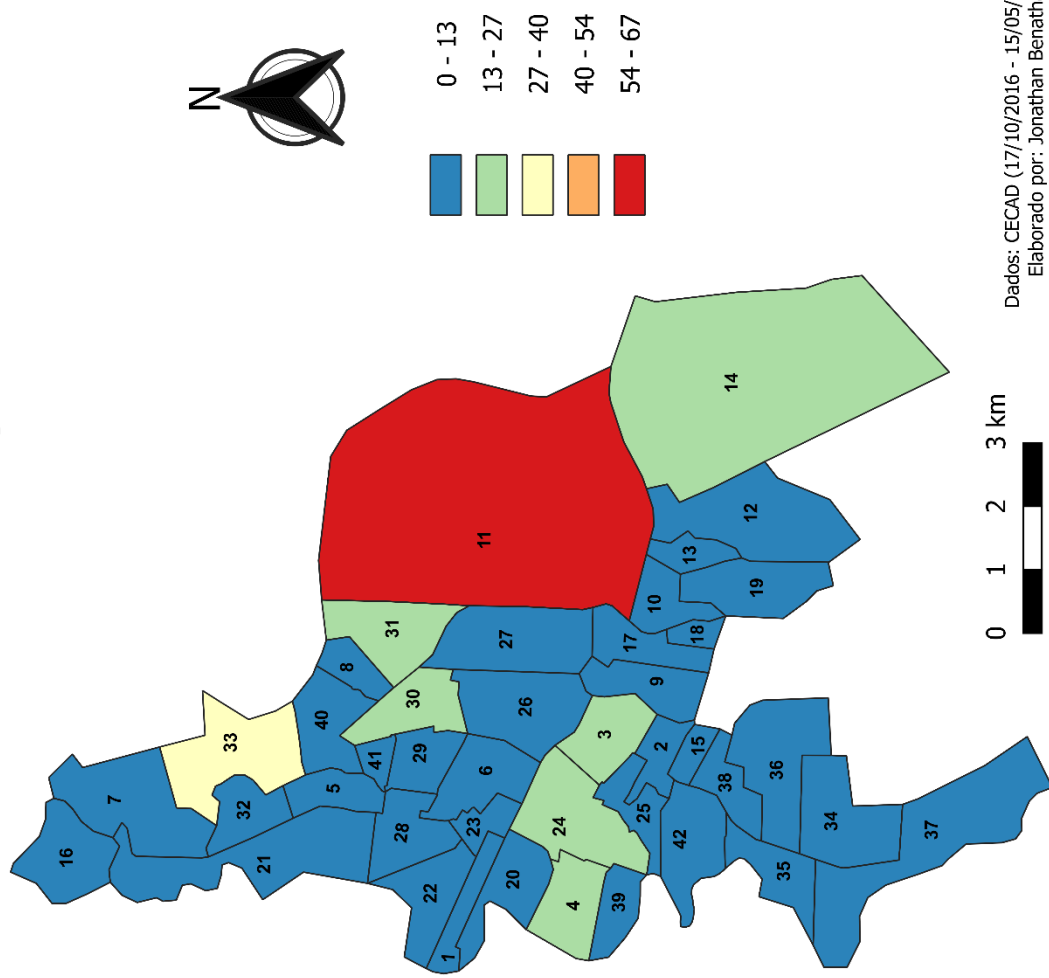
| Bairros | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 138 |
| Guanabara | 2 | 231 |
| Da Paz | 3 | 564 |
| Liberdade I | 4 | 420 |
| Vila Rica | 5 | 108 |
| Jardim Canadá | 6 | 59 |
| Novo Viver | 7 | 45 |
| Polo Moveleiro | 8 | 8 |
| Paraiso | 9 | 5 |
| Novo Brasil | 10 | 57 |
| Cidade Jardim | 11 | 572 |
| Alvorá | 12 | 2 |
| Apoena | 13 | 5 |
| Nova Carajás | 14 | 151 |
| Caetanópolis | 15 | 67 |
| Santa Luzia | 16 | 3 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 5 |
| Amazônia | 19 | 45 |
| União | 20 | 268 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 237 |
| Maranhão | 23 | 66 |
| Rio Verde | 24 | 694 |
| Nova Vida | 25 | 144 |
| Beira Rio | 26 | 29 |
| Parque dos Carajás | 27 | 27 |
| Novo Horizonte | 28 | 152 |
| Betânia | 29 | 310 |
| Alto Bonito | 30 | 100 |
| Minérios | 31 | 168 |
| Vale do Sol | 32 | 46 |
| Tropical | 33 | 297 |
| Jardim Planalto | 34 | 49 |
| Parque das Nações | 35 | 56 |
| São Lucas | 36 | 56 |
| Brasília | 37 | 85 |
| Morada Nova | 38 | 142 |
| Liberdade II | 39 | 117 |
| Habitat Feliz | 40 | 233 |
| Altamira | 41 | 123 |
| Jardim América | 42 | 104 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas de cor/raça amarela no Cadastro Único, por bairro.

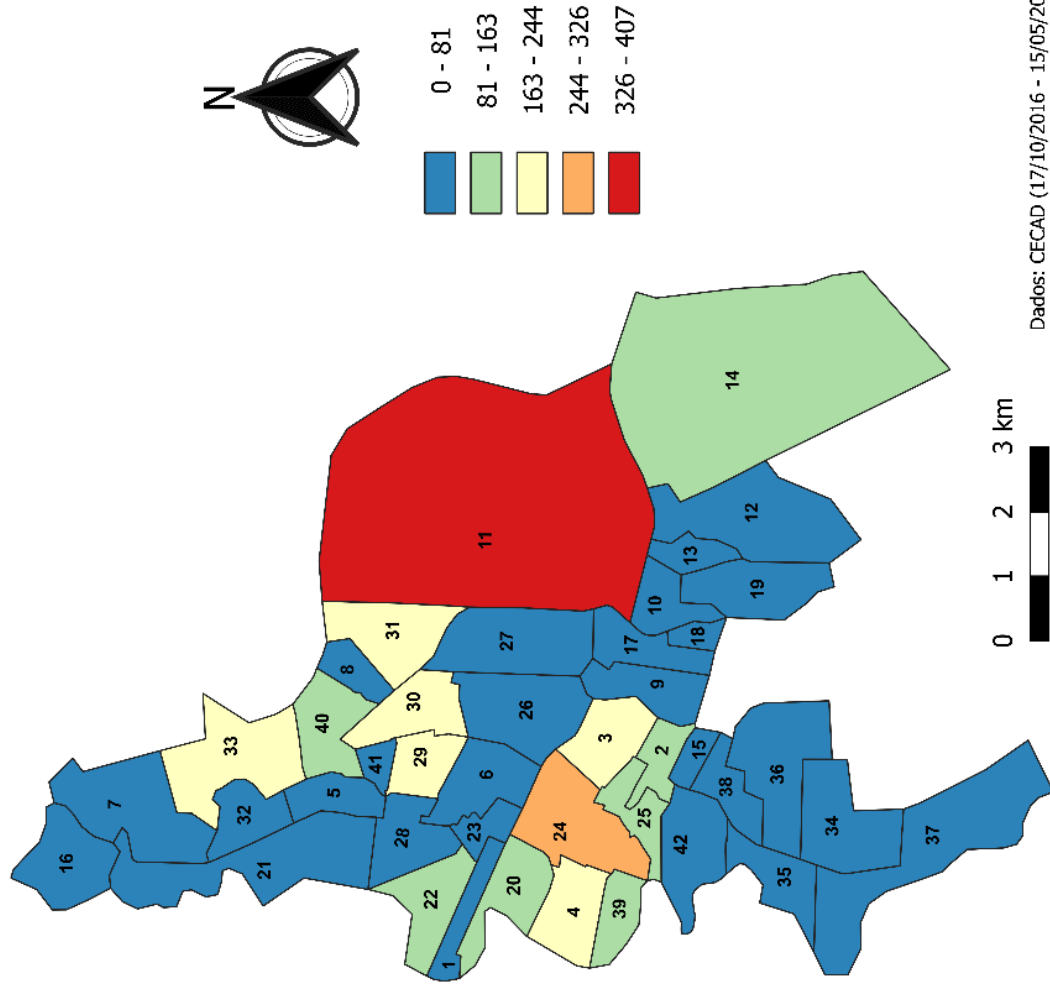
| NOME | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 3 |
| Guanabara | 2 | 9 |
| Da Paz | 3 | 21 |
| Liberdade I | 4 | 20 |
| Vila Rica | 5 | 12 |
| Jardim Canadá | 6 | 6 |
| Novo Viver | 7 | 3 |
| Polo Moveleiro | 8 | 1 |
| Paraíso | 9 | 0 |
| Novo Brasil | 10 | 3 |
| Cidade Jardim | 11 | 67 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 17 |
| Caetanópolis | 15 | 4 |
| Santa Luzia | 16 | 0 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 0 |
| Amazônia | 19 | 3 |
| União | 20 | 7 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 7 |
| Maranhão | 23 | 2 |
| Rio Verde | 24 | 20 |
| Nova Vida | 25 | 7 |
| Beira Rio | 26 | 0 |
| Parque dos Carajás | 27 | 5 |
| Novo Horizonte | 28 | 5 |
| Betânia | 29 | 10 |
| Alto Bonito | 30 | 21 |
| Minérios | 31 | 22 |
| Vale do Sol | 32 | 9 |
| Tropical | 33 | 27 |
| Jardim Planalto | 34 | 9 |
| Parque das Nações | 35 | 4 |
| São Lucas | 36 | 7 |
| Brasília | 37 | 8 |
| Morada Nova | 38 | 10 |
| Liberdade II | 39 | 10 |
| Habitat Feliz | 40 | 11 |
| Altamira | 41 | 4 |
| Jardim América | 42 | 4 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas de cor/raça preta no Cadastro Único, por bairro.

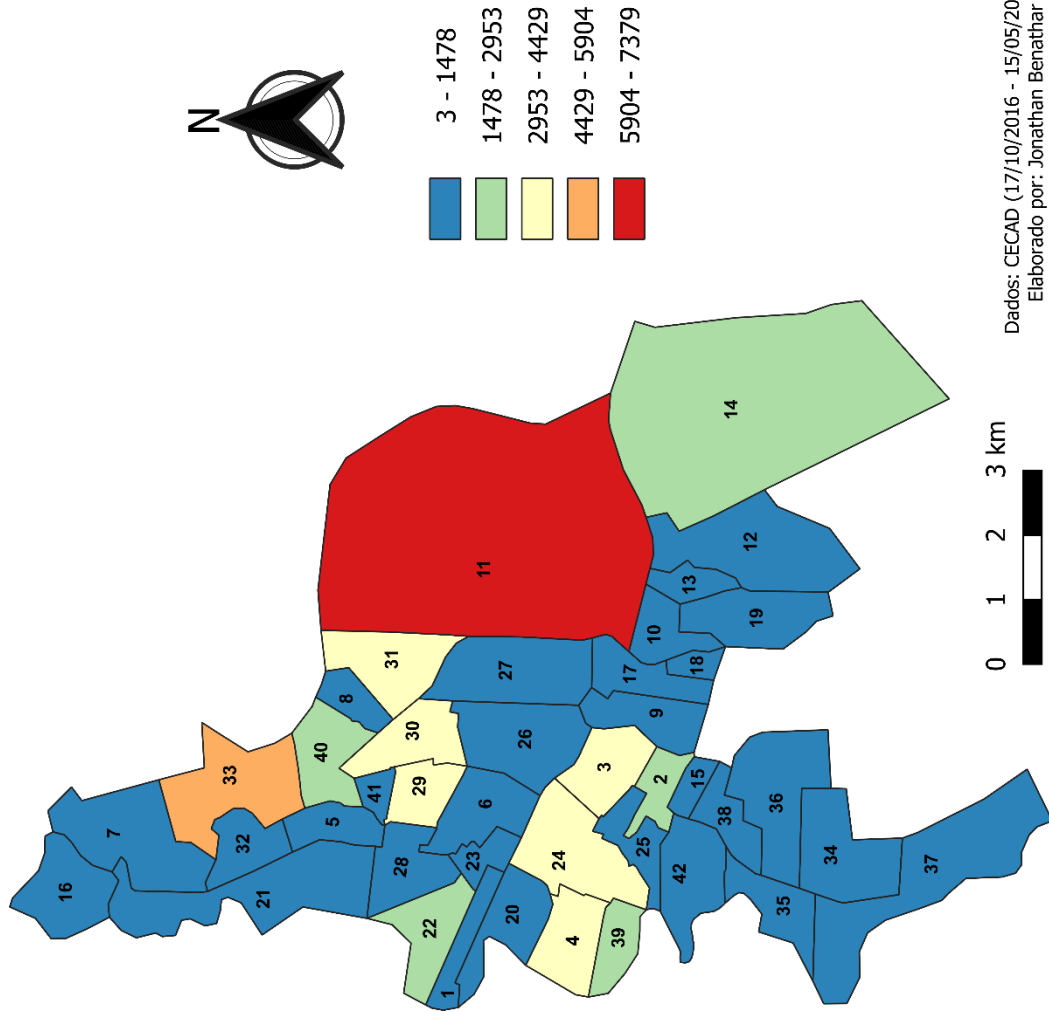
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 34 |
| Guanabara | 2 | 99 |
| Da Paz | 3 | 205 |
| Liberdade I | 4 | 197 |
| Vila Rica | 5 | 48 |
| Jardim Canadá | 6 | 14 |
| Novo Viver | 7 | 36 |
| Polo Moveleiro | 8 | 3 |
| Paraiso | 9 | 3 |
| Novo Brasil | 10 | 32 |
| Cidade Jardim | 11 | 407 |
| Alvorá | 12 | 2 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 125 |
| Caetanópolis | 15 | 46 |
| Santa Luzia | 16 | 5 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 2 |
| Amazônia | 19 | 23 |
| União | 20 | 85 |
| FAP | 21 | 2 |
| Primavera | 22 | 98 |
| Maranhão | 23 | 37 |
| Rio Verde | 24 | 267 |
| Nova Vida | 25 | 118 |
| Beira Rio | 26 | 5 |
| Parque dos Carajás | 27 | 6 |
| Novo Horizonte | 28 | 69 |
| Betânia | 29 | 184 |
| Alto Bonito | 30 | 214 |
| Minérios | 31 | 186 |
| Vale do Sol | 32 | 46 |
| Tropical | 33 | 222 |
| Jardim Planalto | 34 | 62 |
| Parque das Nações | 35 | 48 |
| São Lucas | 36 | 42 |
| Brasília | 37 | 73 |
| Morada Nova | 38 | 70 |
| Liberdade II | 39 | 87 |
| Habitat Feliz | 40 | 143 |
| Altamira | 41 | 67 |
| Jardim América | 42 | 71 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benethar

Quantidade de pessoas de cor/raça parda no Cadastro Único, por bairro.

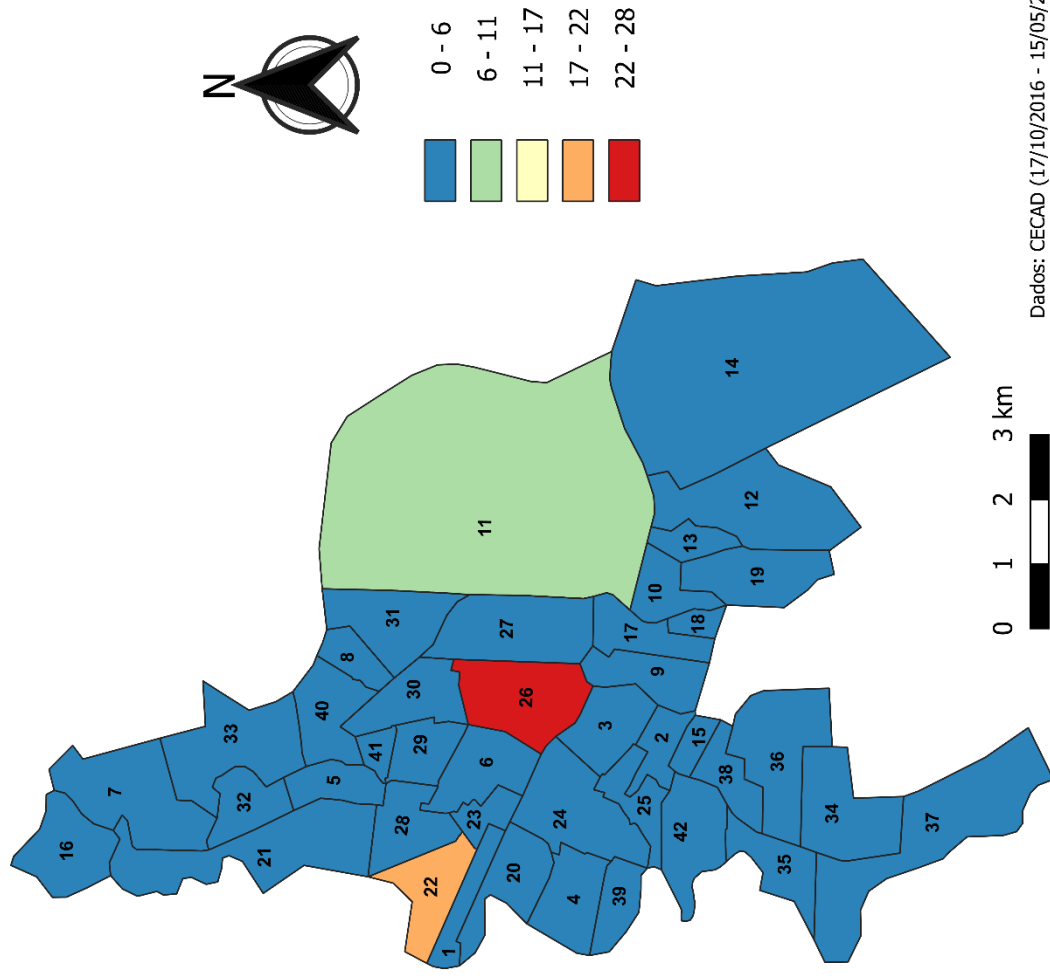
| NOME | Cod. | Qttd. |
|--------------------|------|-------|
| Cidade Nova | 1 | 592 |
| Guanabara | 2 | 1628 |
| Da Paz | 3 | 3392 |
| Liberdade I | 4 | 3026 |
| Vila Rica | 5 | 1040 |
| Jardim Canadá | 6 | 559 |
| Novo Viver | 7 | 627 |
| Polo Moveleiro | 8 | 48 |
| Paraiso | 9 | 84 |
| Novo Brasil | 10 | 643 |
| Cidade Jardim | 11 | 7379 |
| Alvorá | 12 | 80 |
| Apoena | 13 | 28 |
| Nova Carajás | 14 | 2778 |
| Caetanópolis | 15 | 880 |
| Santa Luzia | 16 | 45 |
| Esplanada | 17 | 14 |
| Linha Verde | 18 | 62 |
| Amazônia | 19 | 456 |
| União | 20 | 1306 |
| FAP | 21 | 3 |
| Primavera | 22 | 1688 |
| Maranhão | 23 | 444 |
| Rio Verde | 24 | 3550 |
| Nova Vida | 25 | 1430 |
| Beira Rio | 26 | 156 |
| Parque dos Carajás | 27 | 308 |
| Novo Horizonte | 28 | 1276 |
| Betânia | 29 | 3176 |
| Alto Bonito | 30 | 3652 |
| Minérios | 31 | 4213 |
| Vale do Sol | 32 | 1022 |
| Tropical | 33 | 4717 |
| Jardim Planalto | 34 | 1059 |
| Parque das Nações | 35 | 940 |
| São Lucas | 36 | 803 |
| Brasília | 37 | 1366 |
| Morada Nova | 38 | 1462 |
| Liberdade II | 39 | 1544 |
| Habitat Feliz | 40 | 2595 |
| Altamira | 41 | 1085 |
| Jardim América | 42 | 1235 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas de cor/raça indígena no Cadastro Único, por bairro.

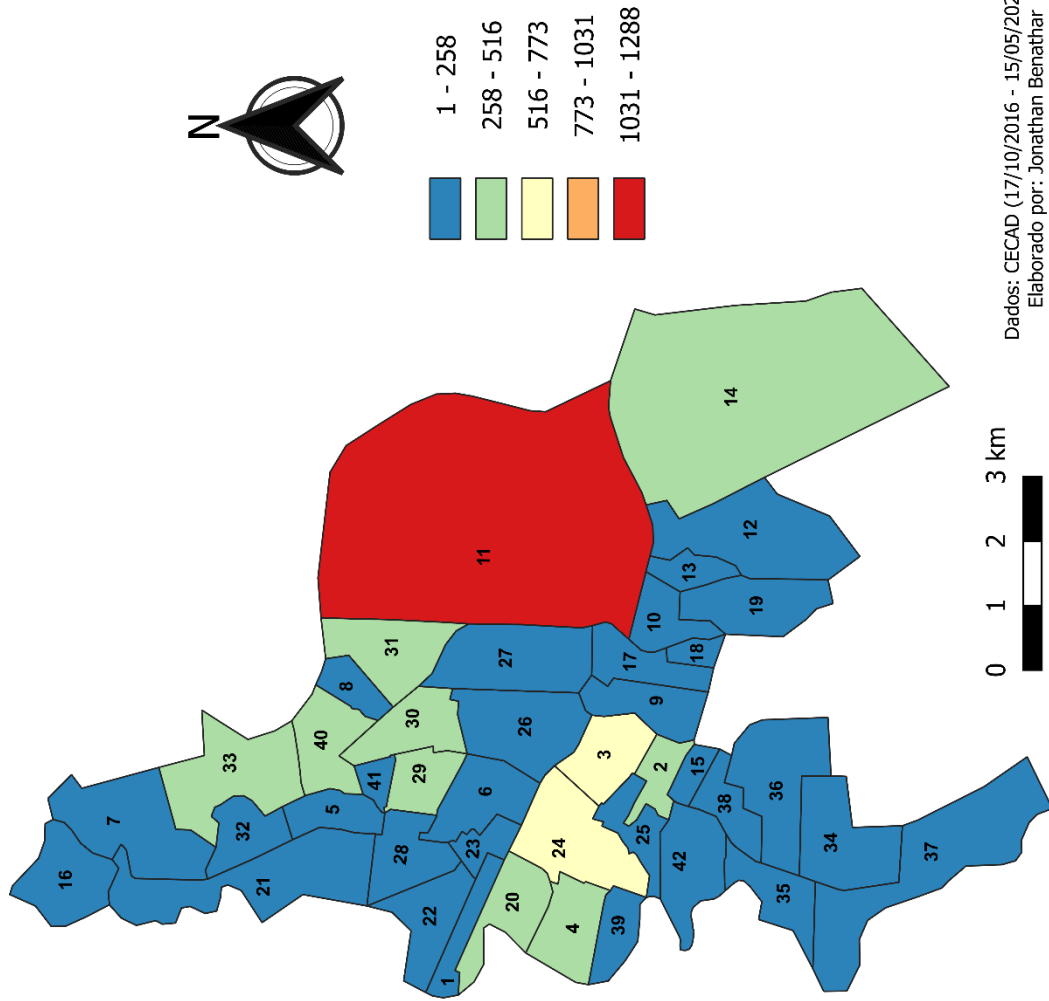
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 0 |
| Guanabara | 2 | 2 |
| Da Paz | 3 | 1 |
| Liberdade I | 4 | 2 |
| Vila Rica | 5 | 0 |
| Jardim Canadá | 6 | 0 |
| Novo Viver | 7 | 0 |
| Polo Moveleiro | 8 | 0 |
| Paraiso | 9 | 0 |
| Novo Brasil | 10 | 0 |
| Cidade Jardim | 11 | 7 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 2 |
| Caetanópolis | 15 | 2 |
| Santa Luzia | 16 | 0 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 1 |
| Amazônia | 19 | 0 |
| União | 20 | 1 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 20 |
| Maranhão | 23 | 0 |
| Rio Verde | 24 | 4 |
| Nova Vida | 25 | 0 |
| Beira Rio | 26 | 28 |
| Parque dos Carajás | 27 | 1 |
| Novo Horizonte | 28 | 4 |
| Betânia | 29 | 3 |
| Alto Bonito | 30 | 2 |
| Minérios | 31 | 2 |
| Vale do Sol | 32 | 0 |
| Tropical | 33 | 1 |
| Jardim Planalto | 34 | 2 |
| Parque das Nações | 35 | 0 |
| São Lucas | 36 | 0 |
| Brasília | 37 | 1 |
| Morada Nova | 38 | 0 |
| Liberdade II | 39 | 3 |
| Habitat Feliz | 40 | 3 |
| Altamira | 41 | 2 |
| Jardim América | 42 | 1 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas de cor/raça branca no Cadastro Único, por bairro.

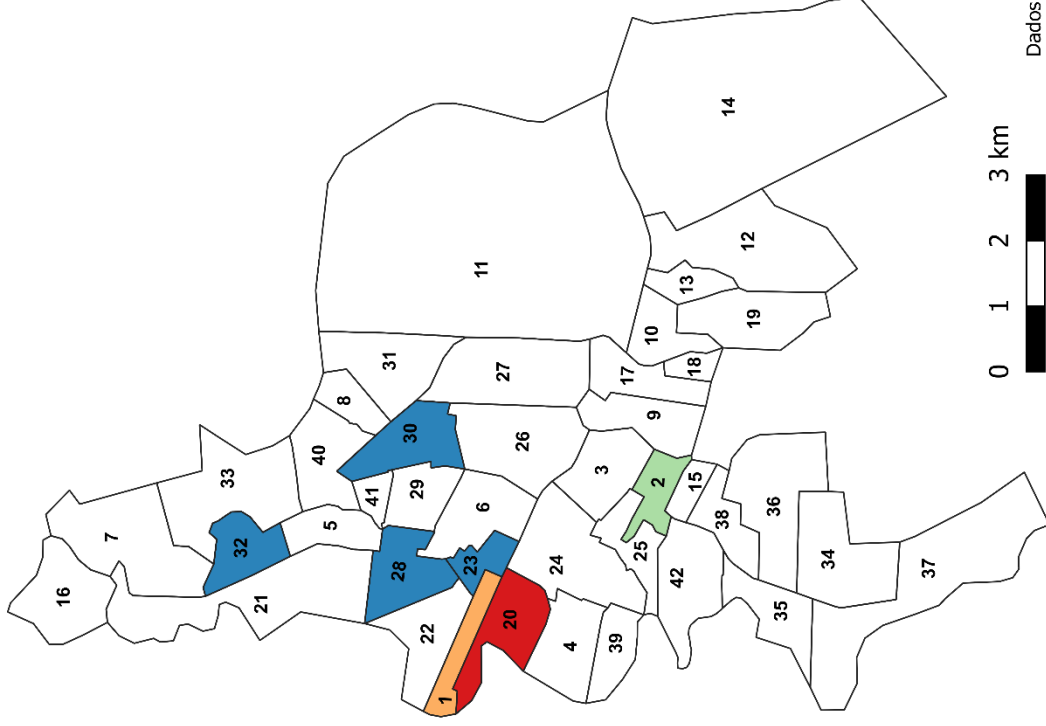
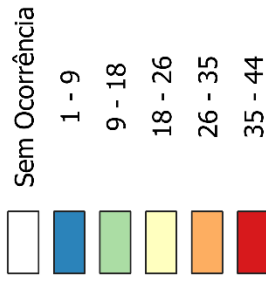
| NOME | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 108 |
| Guanabara | 2 | 262 |
| Da Paz | 3 | 518 |
| Liberdade I | 4 | 434 |
| Vila Rica | 5 | 149 |
| Jardim Canadá | 6 | 80 |
| Novo Viver | 7 | 61 |
| Polo Moveleiro | 8 | 5 |
| Paraíso | 9 | 11 |
| Novo Brasil | 10 | 82 |
| Cidade Jardim | 11 | 1288 |
| Alvorá | 12 | 7 |
| Apoena | 13 | 12 |
| Nova Carajás | 14 | 350 |
| Caetanópolis | 15 | 107 |
| Santa Luzia | 16 | 2 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 16 |
| Amazônia | 19 | 86 |
| União | 20 | 263 |
| FAP | 21 | 5 |
| Primavera | 22 | 210 |
| Maranhão | 23 | 61 |
| Rio Verde | 24 | 582 |
| Nova Vida | 25 | 167 |
| Beira Rio | 26 | 32 |
| Parque dos Carajás | 27 | 59 |
| Novo Horizonte | 28 | 166 |
| Betânia | 29 | 385 |
| Alto Bonito | 30 | 488 |
| Minérios | 31 | 436 |
| Vale do Sol | 32 | 121 |
| Tropical | 33 | 512 |
| Jardim Planalto | 34 | 126 |
| Parque das Nações | 35 | 123 |
| São Lucas | 36 | 119 |
| Brasília | 37 | 168 |
| Morada Nova | 38 | 205 |
| Liberdade II | 39 | 195 |
| Habitat Feliz | 40 | 310 |
| Altamira | 41 | 128 |
| Jardim América | 42 | 121 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas em situação de rua no Cadastro Único, por bairro.

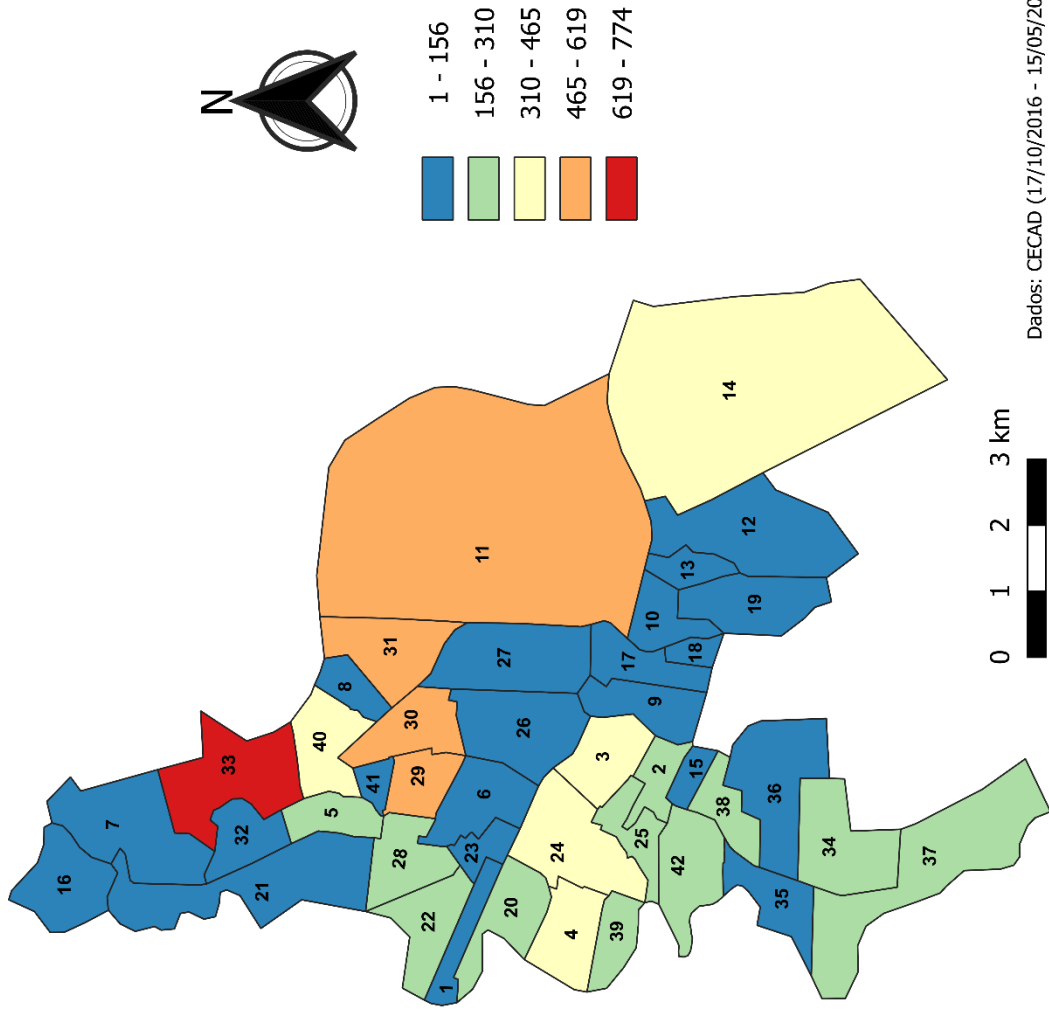
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 29 |
| Guanabara | 2 | 9 |
| Da Paz | 3 | 1 |
| Liberdade I | 4 | 1 |
| Vila Rica | 5 | 0 |
| Jardim Canadá | 6 | 1 |
| Novo Viver | 7 | 1 |
| Polo Moveleiro | 8 | 0 |
| Paraiso | 9 | 0 |
| Novo Brasil | 10 | 0 |
| Cidade Jardim | 11 | 1 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 0 |
| Caetanópolis | 15 | 0 |
| Santa Luzia | 16 | 0 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 0 |
| Amazônia | 19 | 0 |
| União | 20 | 44 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 1 |
| Maranhão | 23 | 3 |
| Rio Verde | 24 | 1 |
| Nova Vida | 25 | 0 |
| Beira Rio | 26 | 0 |
| Parque dos Carajás | 27 | 0 |
| Novo Horizonte | 28 | 3 |
| Betânia | 29 | 1 |
| Alto Bonito | 30 | 3 |
| Minérios | 31 | 0 |
| Vale do Sol | 32 | 3 |
| Tropical | 33 | 1 |
| Jardim Planalto | 34 | 1 |
| Parque das Nações | 35 | 0 |
| São Lucas | 36 | 0 |
| Brasília | 37 | 0 |
| Morada Nova | 38 | 0 |
| Liberdade II | 39 | 0 |
| Habitat Feliz | 40 | 1 |
| Altamira | 41 | 0 |
| Jardim América | 42 | 1 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de famílias por bairro em situação de extrema pobreza (Renda per capita de até R\$ 89,00)

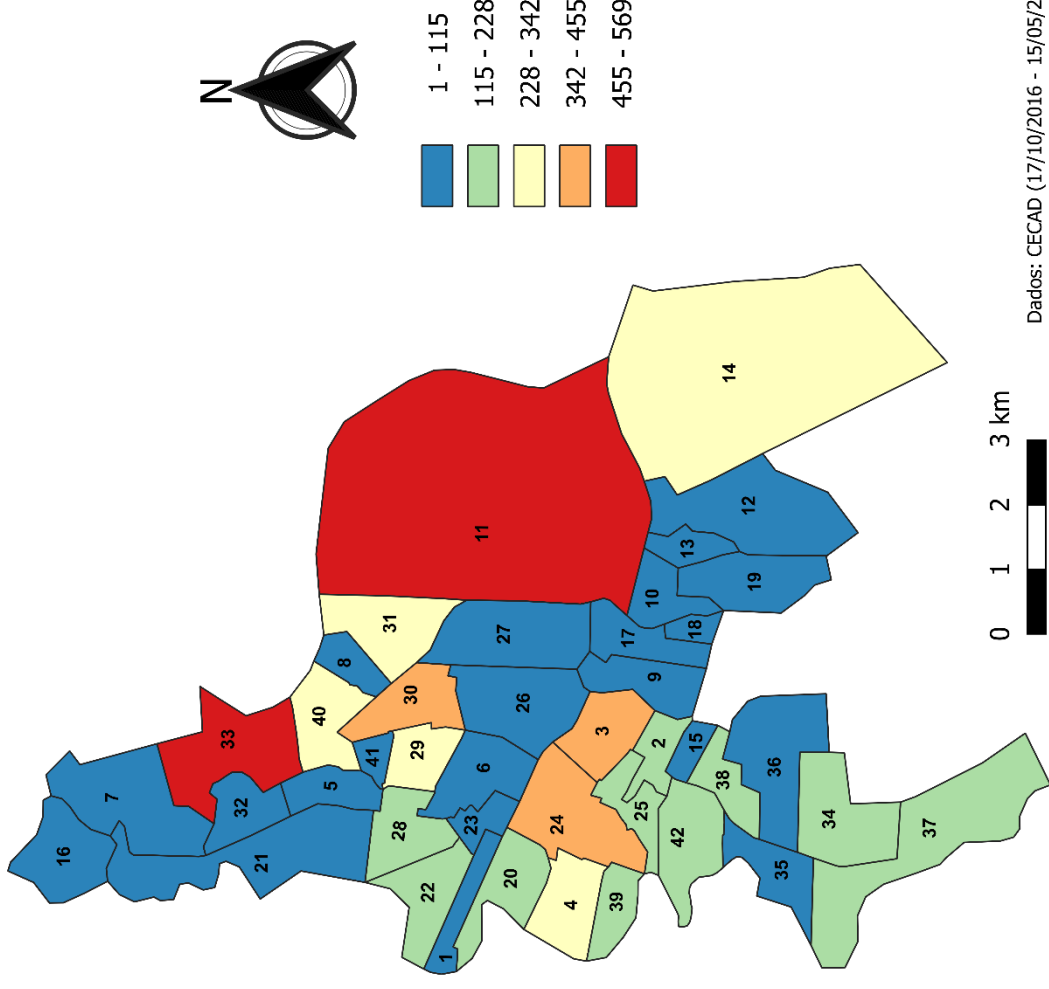
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 105 |
| Guanabara | 2 | 196 |
| Da Paz | 3 | 355 |
| Liberdade I | 4 | 366 |
| Vila Rica | 5 | 156 |
| Jardim Canadá | 6 | 65 |
| Novo Viver | 7 | 122 |
| Polo Moveleiro | 8 | 9 |
| Paraiso | 9 | 8 |
| Novo Brasil | 10 | 81 |
| Cidade Jardim | 11 | 564 |
| Alvorá | 12 | 8 |
| Apoena | 13 | 2 |
| Nova Carajás | 14 | 335 |
| Caetanópolis | 15 | 106 |
| Santa Luzia | 16 | 8 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 9 |
| Amazônia | 19 | 42 |
| União | 20 | 175 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 235 |
| Maranhão | 23 | 72 |
| Rio Verde | 24 | 398 |
| Nova Vida | 25 | 190 |
| Beira Rio | 26 | 17 |
| Parque dos Carajás | 27 | 22 |
| Novo Horizonte | 28 | 174 |
| Betânia | 29 | 468 |
| Alto Bonito | 30 | 592 |
| Minérios | 31 | 546 |
| Vale do Sol | 32 | 121 |
| Tropical | 33 | 774 |
| Jardim Planalto | 34 | 178 |
| Parque das Nações | 35 | 132 |
| São Lucas | 36 | 108 |
| Brasília | 37 | 211 |
| Morada Nova | 38 | 185 |
| Liberdade II | 39 | 206 |
| Habitat Feliz | 40 | 337 |
| Altamira | 41 | 149 |
| Jardim América | 42 | 168 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de famílias por bairro em situação de pobreza (Renda per capita de R\$ 89,00 até 178,00)

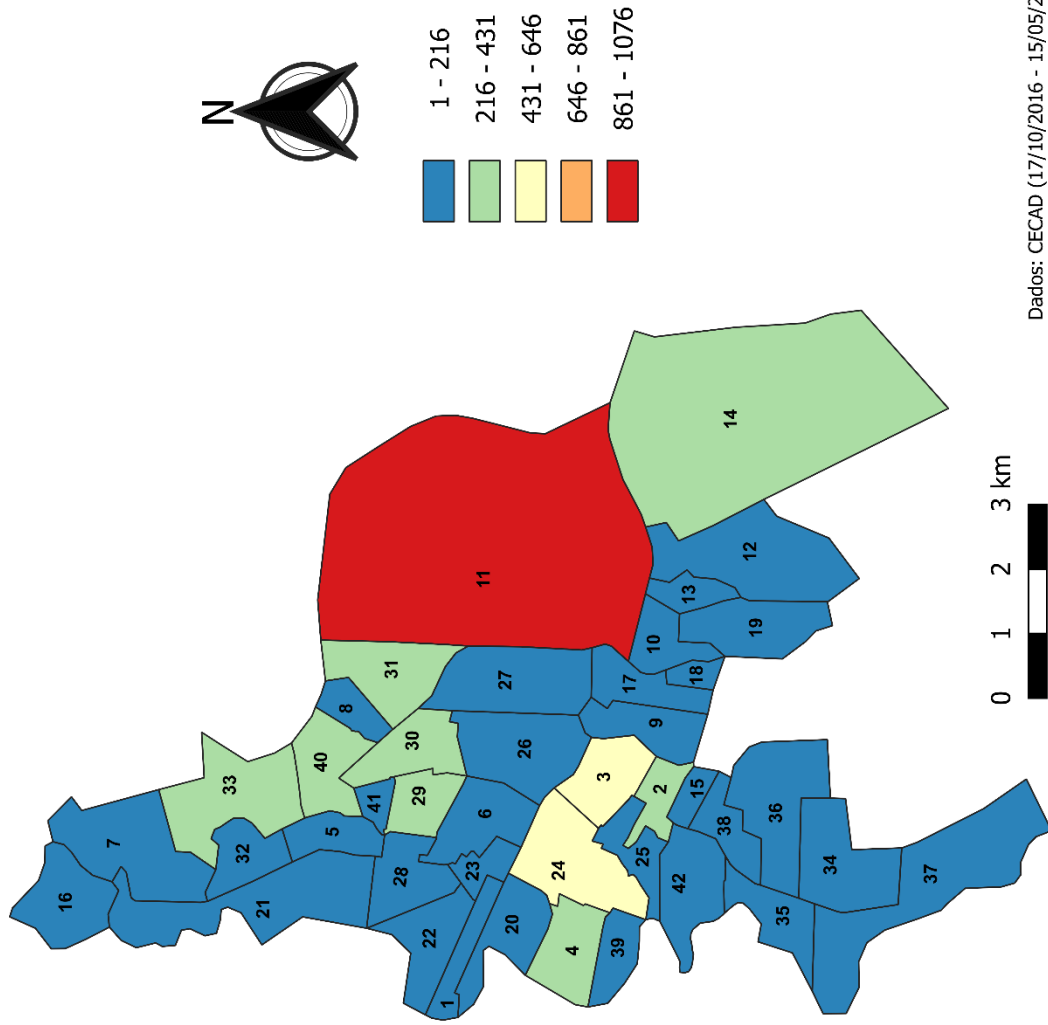
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 51 |
| Guanabara | 2 | 163 |
| Da Paz | 3 | 366 |
| Liberdade I | 4 | 339 |
| Vila Rica | 5 | 87 |
| Jardim Canadá | 6 | 49 |
| Novo Viver | 7 | 61 |
| Polo Moveleiro | 8 | 5 |
| Paraiso | 9 | 6 |
| Novo Brasil | 10 | 73 |
| Cidade Jardim | 11 | 569 |
| Alvorá | 12 | 8 |
| Apoena | 13 | 1 |
| Nova Carajás | 14 | 330 |
| Caetanópolis | 15 | 99 |
| Santa Luzia | 16 | 7 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 6 |
| Amazônia | 19 | 48 |
| União | 20 | 133 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 175 |
| Maranhão | 23 | 49 |
| Rio Verde | 24 | 378 |
| Nova Vida | 25 | 161 |
| Beira Rio | 26 | 22 |
| Parque dos Carajás | 27 | 36 |
| Novo Horizonte | 28 | 116 |
| Betânia | 29 | 299 |
| Alto Bonito | 30 | 376 |
| Minérios | 31 | 328 |
| Vale do Sol | 32 | 98 |
| Tropical | 33 | 526 |
| Jardim Planalto | 34 | 126 |
| Parque das Nações | 35 | 100 |
| São Lucas | 36 | 92 |
| Brasília | 37 | 147 |
| Morada Nova | 38 | 177 |
| Liberdade II | 39 | 160 |
| Habitat Feliz | 40 | 276 |
| Altamira | 41 | 109 |
| Jardim América | 42 | 118 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

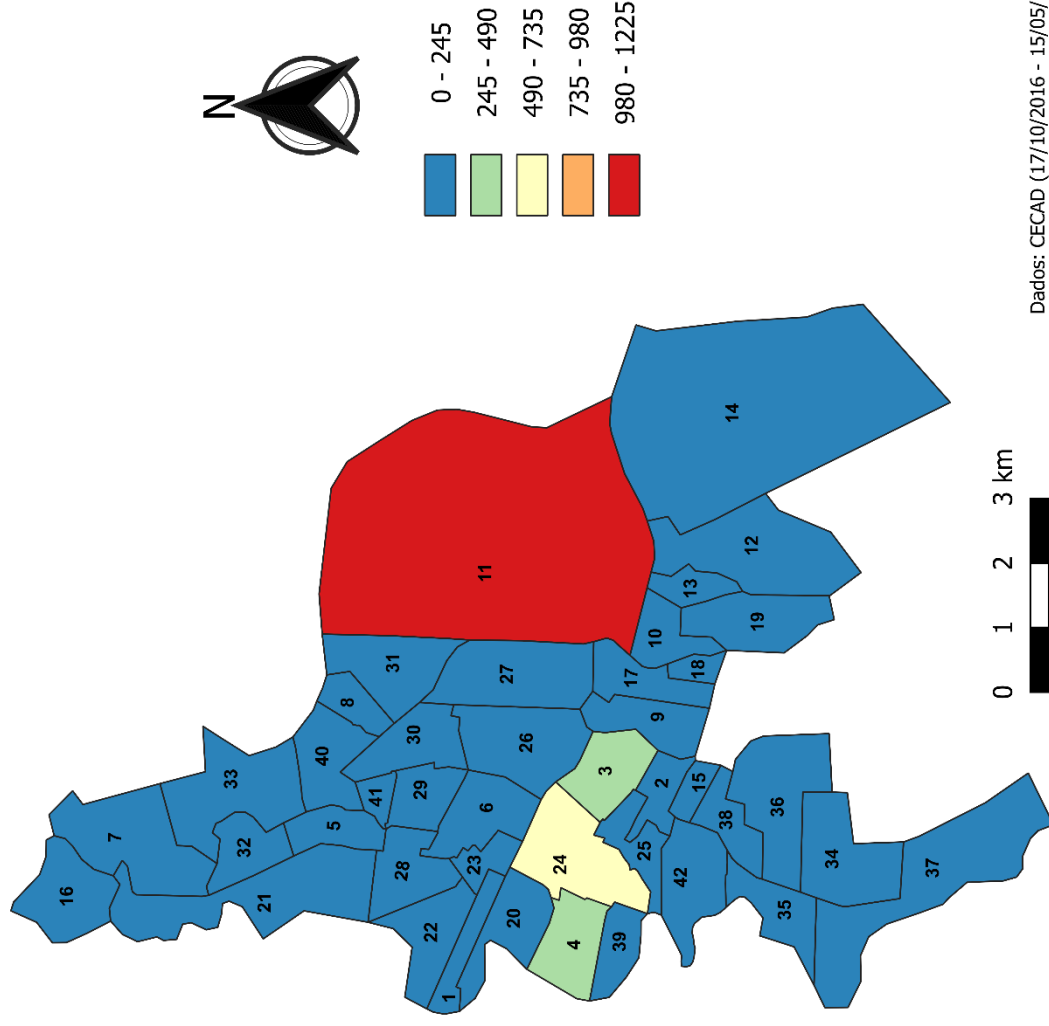
Quantidade de famílias por bairro em situação de baixa renda (Renda per capita de R\$ 178,00 até 1/2 s.m.)

| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 83 |
| Guanabara | 2 | 229 |
| Da Paz | 3 | 504 |
| Liberdade I | 4 | 378 |
| Vila Rica | 5 | 113 |
| Jardim Canadá | 6 | 70 |
| Novo Viver | 7 | 39 |
| Polo Moveleiro | 8 | 7 |
| Paraiso | 9 | 12 |
| Novo Brasil | 10 | 79 |
| Cidade Jardim | 11 | 1076 |
| Alvorá | 12 | 10 |
| Apoena | 13 | 5 |
| Nova Carajás | 14 | 342 |
| Caetanópolis | 15 | 90 |
| Santa Luzia | 16 | 3 |
| Esplanada | 17 | 2 |
| Linha Verde | 18 | 9 |
| Amazônia | 19 | 64 |
| União | 20 | 198 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 209 |
| Maranhão | 23 | 47 |
| Rio Verde | 24 | 511 |
| Nova Vida | 25 | 177 |
| Beira Rio | 26 | 25 |
| Parque dos Carajás | 27 | 41 |
| Novo Horizonte | 28 | 149 |
| Betânia | 29 | 355 |
| Alto Bonito | 30 | 398 |
| Minérios | 31 | 382 |
| Vale do Sol | 32 | 82 |
| Tropical | 33 | 378 |
| Jardim Planalto | 34 | 79 |
| Parque das Nações | 35 | 90 |
| São Lucas | 36 | 88 |
| Brasília | 37 | 120 |
| Morada Nova | 38 | 164 |
| Liberdade II | 39 | 155 |
| Habitat Feliz | 40 | 307 |
| Altamira | 41 | 128 |
| Jardim América | 42 | 123 |



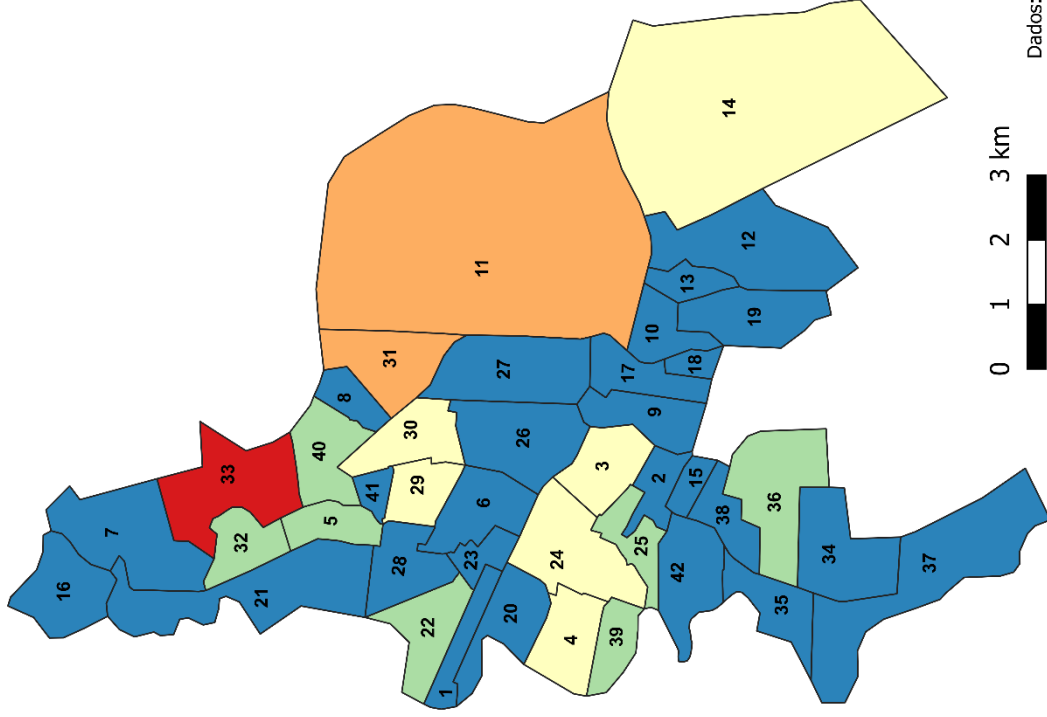
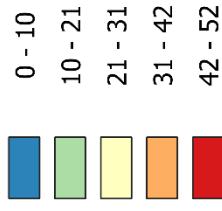
Quantidade de famílias por bairro com renda per capita acima de 1/2 s.m.

| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 122 |
| Guanábara | 2 | 155 |
| Da Paz | 3 | 458 |
| Liberdade I | 4 | 336 |
| Vila Rica | 5 | 90 |
| Jardim Canadá | 6 | 40 |
| Novo Viver | 7 | 19 |
| Polo Moveleiro | 8 | 0 |
| Paraiso | 9 | 10 |
| Novo Brasil | 10 | 39 |
| Cidade Jardim | 11 | 1225 |
| Alvorá | 12 | 2 |
| Apoena | 13 | 8 |
| Nova Carajás | 14 | 220 |
| Caetanópolis | 15 | 61 |
| Santa Luzia | 16 | 1 |
| Esplanada | 17 | 2 |
| Linha Verde | 18 | 8 |
| Amazônia | 19 | 33 |
| União | 20 | 231 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 198 |
| Maranhão | 23 | 62 |
| Rio Verde | 24 | 511 |
| Nova Vida | 25 | 100 |
| Beira Rio | 26 | 24 |
| Parque dos Carajás | 27 | 24 |
| Novo Horizonte | 28 | 134 |
| Betânia | 29 | 243 |
| Alto Bonito | 30 | 127 |
| Minérios | 31 | 138 |
| Vale do Sol | 32 | 30 |
| Tropical | 33 | 216 |
| Jardim Planalto | 34 | 45 |
| Parque das Nações | 35 | 36 |
| São Lucas | 36 | 28 |
| Brasília | 37 | 52 |
| Morada Nova | 38 | 90 |
| Liberdade II | 39 | 105 |
| Habitat Feliz | 40 | 183 |
| Altamira | 41 | 92 |
| Jardim América | 42 | 90 |



Quantidade de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, por bairro.

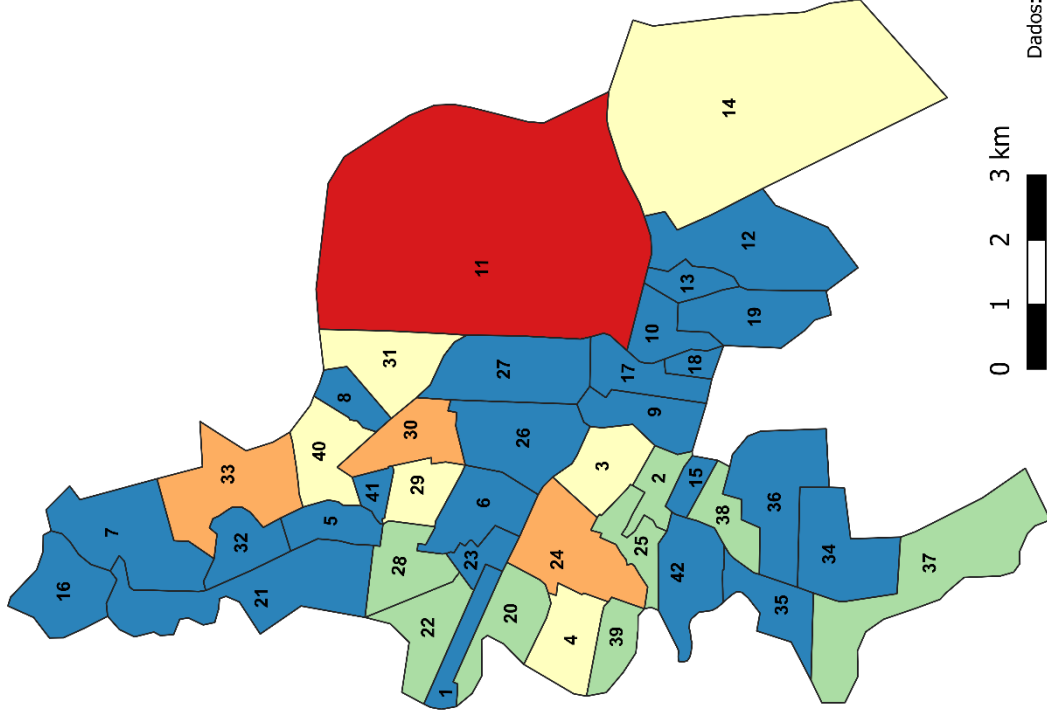
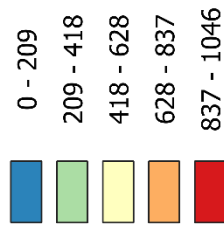
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 2 |
| Guanabara | 2 | 10 |
| Da Paz | 3 | 24 |
| Liberdade I | 4 | 22 |
| Vila Rica | 5 | 15 |
| Jardim Canadá | 6 | 8 |
| Novo Viver | 7 | 7 |
| Polo Moveleiro | 8 | 1 |
| Paraiso | 9 | 0 |
| Novo Brasil | 10 | 5 |
| Cidade Jardim | 11 | 41 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 29 |
| Caetanópolis | 15 | 6 |
| Santa Luzia | 16 | 1 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 0 |
| Amazônia | 19 | 0 |
| União | 20 | 10 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 18 |
| Maranhão | 23 | 5 |
| Rio Verde | 24 | 21 |
| Nova Vida | 25 | 13 |
| Beira Rio | 26 | 4 |
| Parque dos Carajás | 27 | 4 |
| Novo Horizonte | 28 | 5 |
| Betânia | 29 | 26 |
| Alto Bonito | 30 | 29 |
| Minérios | 31 | 39 |
| Vale do Sol | 32 | 11 |
| Tropical | 33 | 52 |
| Jardim Planalto | 34 | 4 |
| Parque das Nações | 35 | 2 |
| São Lucas | 36 | 11 |
| Brasília | 37 | 10 |
| Morada Nova | 38 | 9 |
| Liberdade II | 39 | 15 |
| Habitat Feliz | 40 | 20 |
| Altamira | 41 | 8 |
| Jardim América | 42 | 7 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de famílias com a despesa maior que a renda.

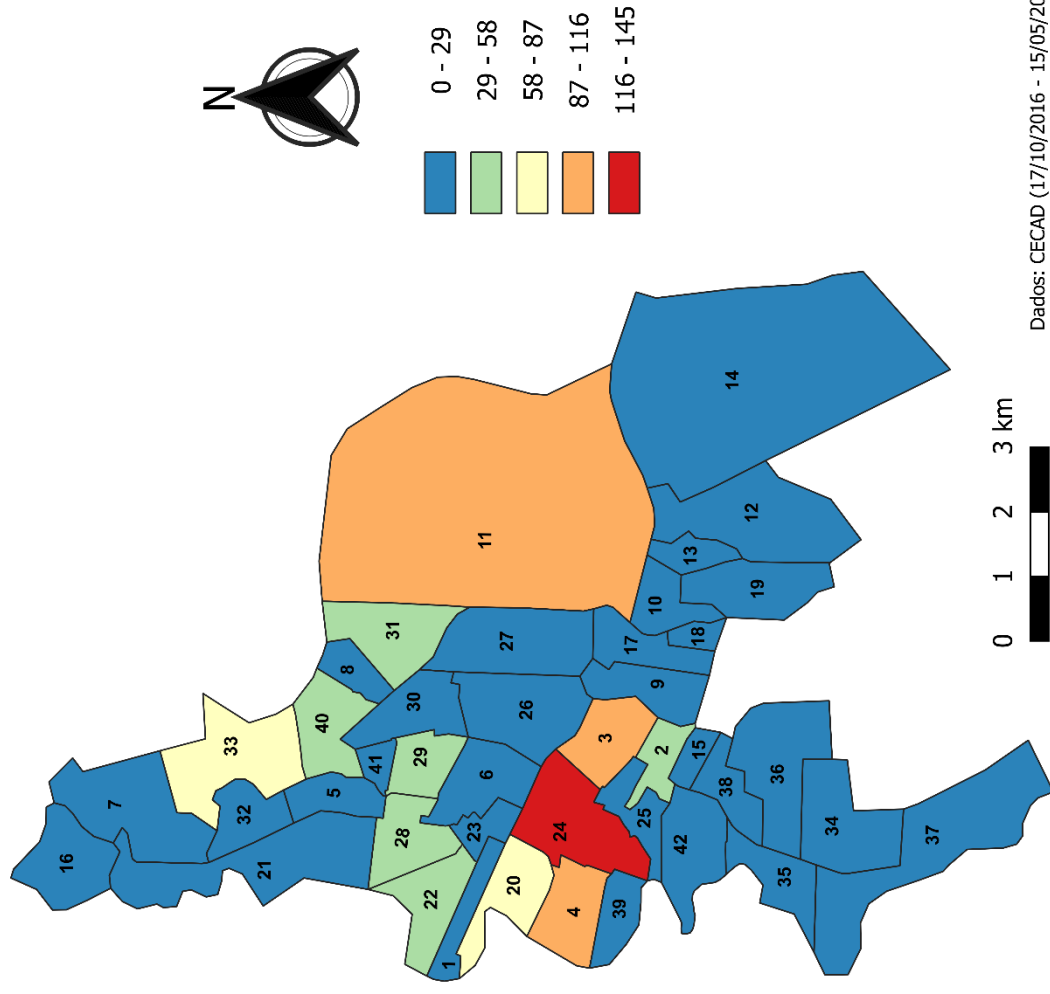
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 122 |
| Guanabara | 2 | 302 |
| Da Paz | 3 | 622 |
| Liberdade I | 4 | 517 |
| Vila Rica | 5 | 192 |
| Jardim Canadá | 6 | 90 |
| Novo Viver | 7 | 116 |
| Polo Moveleiro | 8 | 8 |
| Paraiso | 9 | 19 |
| Novo Brasil | 10 | 121 |
| Cidade Jardim | 11 | 1046 |
| Alvorá | 12 | 7 |
| Apoena | 13 | 4 |
| Nova Carajás | 14 | 503 |
| Caetanópolis | 15 | 142 |
| Santa Luzia | 16 | 9 |
| Esplanada | 17 | 2 |
| Linha Verde | 18 | 9 |
| Amazônia | 19 | 93 |
| União | 20 | 248 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 319 |
| Maranhão | 23 | 96 |
| Rio Verde | 24 | 634 |
| Nova Vida | 25 | 255 |
| Beira Rio | 26 | 27 |
| Parque dos Carajás | 27 | 52 |
| Novo Horizonte | 28 | 230 |
| Betânia | 29 | 627 |
| Alto Bonito | 30 | 658 |
| Minérios | 31 | 516 |
| Vale do Sol | 32 | 125 |
| Tropical | 33 | 731 |
| Jardim Planalto | 34 | 197 |
| Parque das Nações | 35 | 153 |
| São Lucas | 36 | 139 |
| Brasília | 37 | 247 |
| Morada Nova | 38 | 254 |
| Liberdade II | 39 | 248 |
| Habitat Feliz | 40 | 445 |
| Altamira | 41 | 207 |
| Jardim América | 42 | 192 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de pessoas idosas com deficiência no CADÚNICO, por bairro.

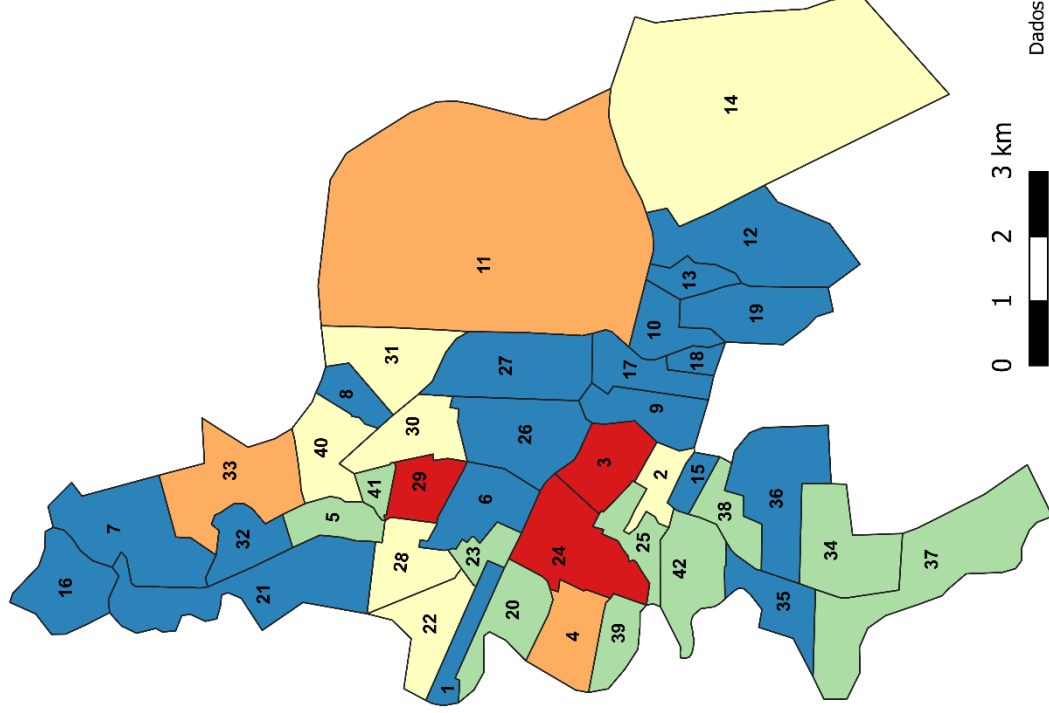
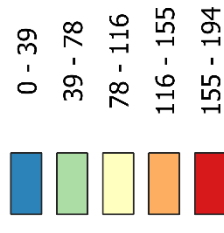
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 24 |
| Guanabara | 2 | 47 |
| Da Paz | 3 | 95 |
| Liberdade I | 4 | 88 |
| Vila Rica | 5 | 14 |
| Jardim Canadá | 6 | 11 |
| Novo Viver | 7 | 5 |
| Polo Moveleiro | 8 | 0 |
| Paraiso | 9 | 1 |
| Novo Brasil | 10 | 10 |
| Cidade Jardim | 11 | 110 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 1 |
| Nova Carajás | 14 | 16 |
| Caetanópolis | 15 | 10 |
| Santa Luzia | 16 | 1 |
| Esplanada | 17 | 0 |
| Linha Verde | 18 | 0 |
| Amazônia | 19 | 6 |
| União | 20 | 60 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 31 |
| Maranhão | 23 | 22 |
| Rio Verde | 24 | 145 |
| Nova Vida | 25 | 29 |
| Beira Rio | 26 | 7 |
| Parque dos Carajás | 27 | 2 |
| Novo Horizonte | 28 | 33 |
| Betânia | 29 | 48 |
| Alto Bonito | 30 | 20 |
| Minérios | 31 | 47 |
| Vale do Sol | 32 | 7 |
| Tropical | 33 | 59 |
| Jardim Planalto | 34 | 4 |
| Parque das Nações | 35 | 9 |
| São Lucas | 36 | 6 |
| Brasília | 37 | 12 |
| Morada Nova | 38 | 21 |
| Liberdade II | 39 | 25 |
| Habitat Feliz | 40 | 43 |
| Altamira | 41 | 14 |
| Jardim América | 42 | 26 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de responsáveis familiares que não sabe ler e escrever, por bairro.

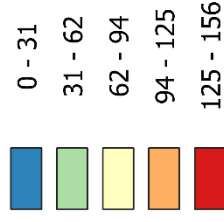
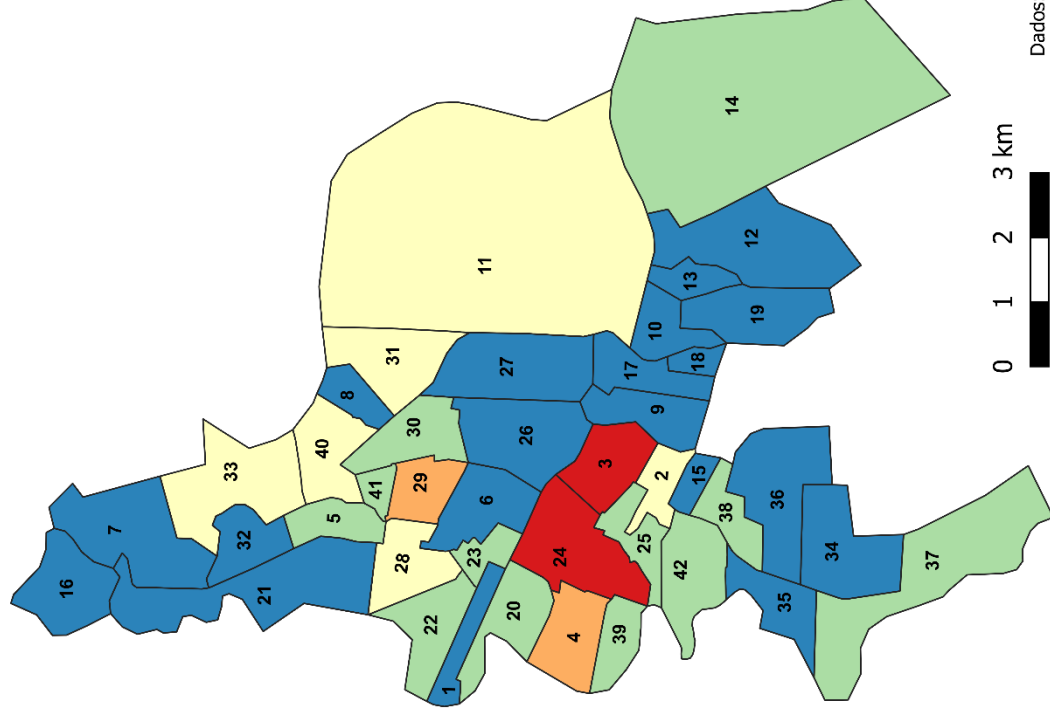
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 23 |
| Guanabara | 2 | 80 |
| Da Paz | 3 | 194 |
| Liberdade I | 4 | 151 |
| Vila Rica | 5 | 46 |
| Jardim Canadá | 6 | 18 |
| Novo Viver | 7 | 31 |
| Polo Moveleiro | 8 | 1 |
| Paraiso | 9 | 2 |
| Novo Brasil | 10 | 25 |
| Cidade Jardim | 11 | 130 |
| Alvorá | 12 | 1 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 80 |
| Caetanópolis | 15 | 34 |
| Santa Luzia | 16 | 5 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 1 |
| Amazônia | 19 | 8 |
| União | 20 | 56 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 79 |
| Maranhão | 23 | 41 |
| Rio Verde | 24 | 193 |
| Nova Vida | 25 | 77 |
| Beira Rio | 26 | 9 |
| Parque dos Carajás | 27 | 8 |
| Novo Horizonte | 28 | 84 |
| Betânia | 29 | 167 |
| Alto Bonito | 30 | 92 |
| Minérios | 31 | 102 |
| Vale do Sol | 32 | 33 |
| Tropical | 33 | 144 |
| Jardim Planalto | 34 | 41 |
| Parque das Nações | 35 | 27 |
| São Lucas | 36 | 32 |
| Brasília | 37 | 53 |
| Morada Nova | 38 | 51 |
| Liberdade II | 39 | 56 |
| Habitat Feliz | 40 | 114 |
| Altamira | 41 | 61 |
| Jardim América | 42 | 50 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

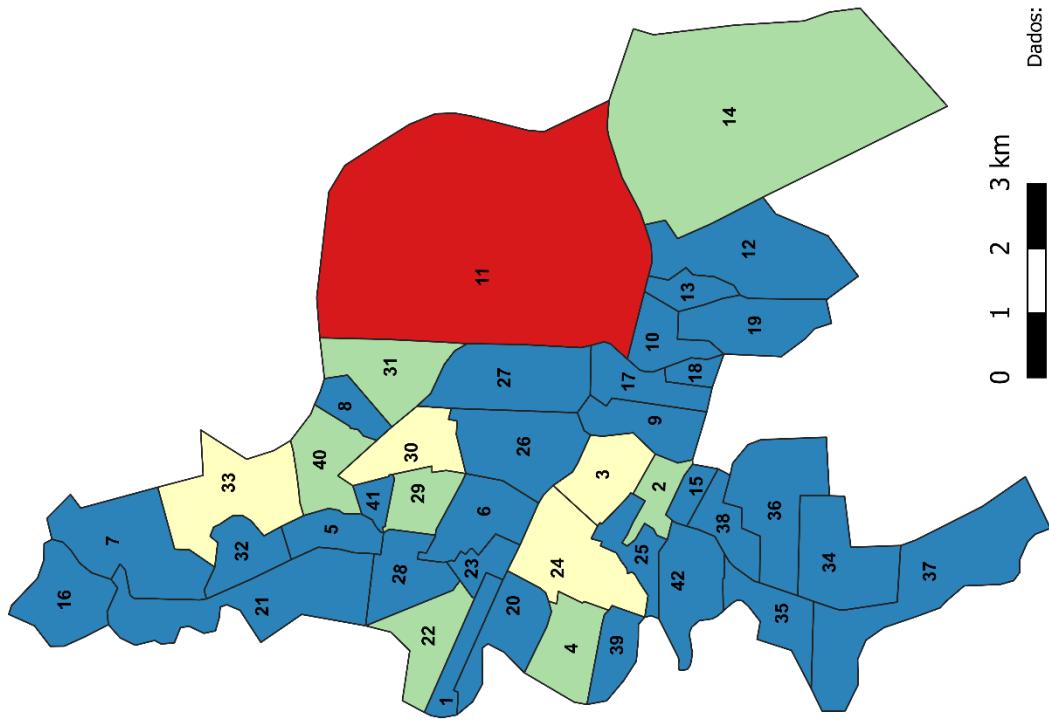
Quantidade de responsáveis familiares que nunca frequentaram a escola, por bairro.

| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 19 |
| Guanabara | 2 | 68 |
| Da Paz | 3 | 156 |
| Liberdade I | 4 | 108 |
| Vila Rica | 5 | 45 |
| Jardim Canadá | 6 | 18 |
| Novo Viver | 7 | 18 |
| Polo Moveleiro | 8 | 0 |
| Paraiso | 9 | 1 |
| Novo Brasil | 10 | 19 |
| Cidade Jardim | 11 | 80 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 0 |
| Nova Carajás | 14 | 56 |
| Caetanópolis | 15 | 24 |
| Santa Luzia | 16 | 3 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 2 |
| Amazônia | 19 | 3 |
| União | 20 | 50 |
| FAP | 21 | 0 |
| Primavera | 22 | 61 |
| Maranhão | 23 | 36 |
| Rio Verde | 24 | 139 |
| Nova Vida | 25 | 52 |
| Beira Rio | 26 | 12 |
| Parque dos Carajás | 27 | 6 |
| Novo Horizonte | 28 | 66 |
| Betânia | 29 | 115 |
| Alto Bonito | 30 | 54 |
| Minérios | 31 | 68 |
| Vale do Sol | 32 | 21 |
| Tropical | 33 | 93 |
| Jardim Planalto | 34 | 30 |
| Parque das Nações | 35 | 20 |
| São Lucas | 36 | 25 |
| Brasília | 37 | 40 |
| Morada Nova | 38 | 37 |
| Liberdade II | 39 | 39 |
| Habitat Feliz | 40 | 88 |
| Altamira | 41 | 47 |
| Jardim América | 42 | 40 |



Quantidade de pessoas em situação de trabalho informal, por bairro.

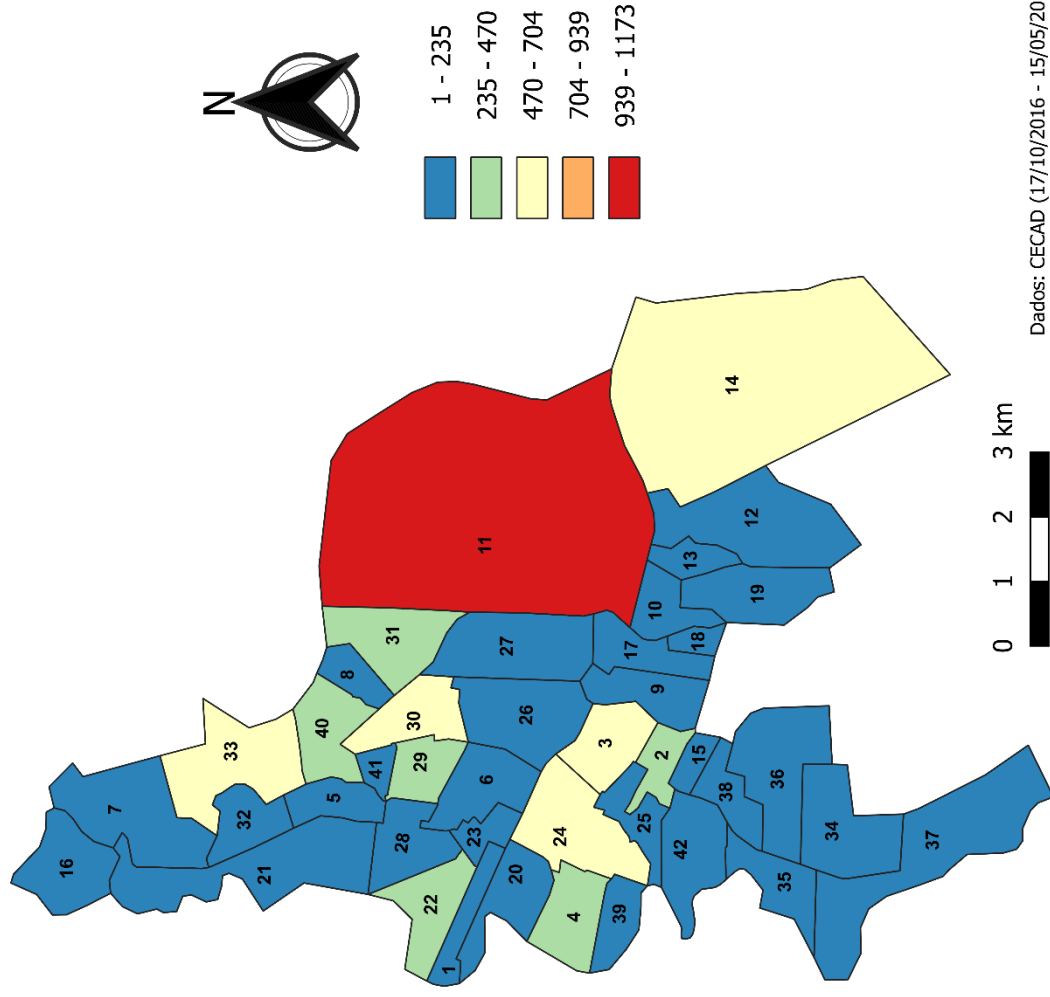
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 144 |
| Guanabara | 2 | 357 |
| Da Paz | 3 | 754 |
| Liberdade I | 4 | 668 |
| Vila Rica | 5 | 244 |
| Jardim Canadá | 6 | 108 |
| Novo Viver | 7 | 138 |
| Polo Moveleiro | 8 | 13 |
| Paraiso | 9 | 22 |
| Novo Brasil | 10 | 135 |
| Cidade Jardim | 11 | 1752 |
| Alvorá | 12 | 18 |
| Apoena | 13 | 3 |
| Nova Carajás | 14 | 691 |
| Caetanópolis | 15 | 193 |
| Santa Luzia | 16 | 11 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 14 |
| Amazônia | 19 | 122 |
| União | 20 | 295 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 371 |
| Maranhão | 23 | 102 |
| Rio Verde | 24 | 826 |
| Nova Vida | 25 | 325 |
| Beira Rio | 26 | 40 |
| Parque dos Carajás | 27 | 69 |
| Novo Horizonte | 28 | 292 |
| Betânia | 29 | 660 |
| Alto Bonito | 30 | 752 |
| Minérios | 31 | 673 |
| Vale do Sol | 32 | 176 |
| Tropical | 33 | 1033 |
| Jardim Planalto | 34 | 254 |
| Parque das Nações | 35 | 197 |
| São Lucas | 36 | 166 |
| Brasília | 37 | 290 |
| Morada Nova | 38 | 350 |
| Liberdade II | 39 | 314 |
| Habitat Feliz | 40 | 524 |
| Altamira | 41 | 216 |
| Jardim América | 42 | 243 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Quantidade de Responsáveis Familiares em situação de Trabalho Informal

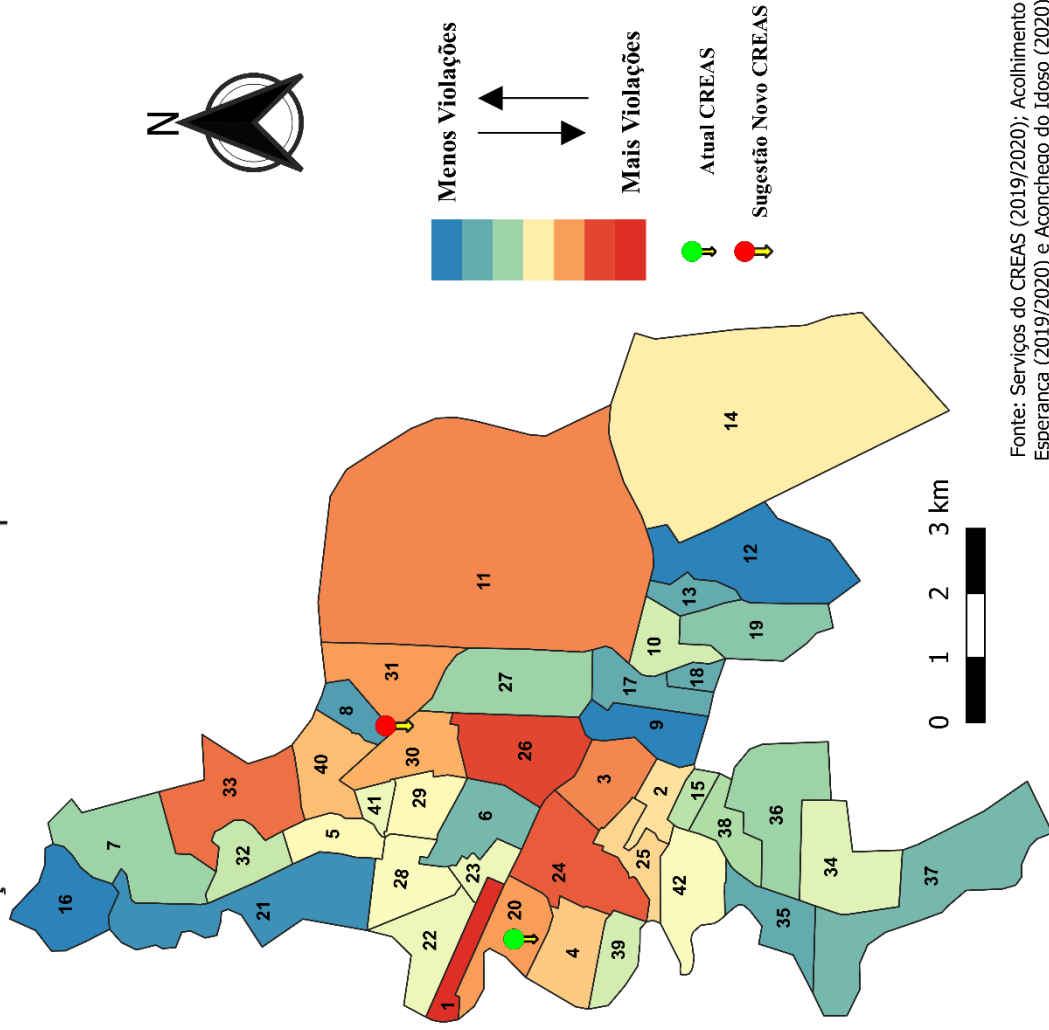
| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 123 |
| Guanabara | 2 | 244 |
| Da Paz | 3 | 532 |
| Liberdade I | 4 | 467 |
| Vila Rica | 5 | 164 |
| Jardim Canadá | 6 | 68 |
| Novo Viver | 7 | 81 |
| Polo Moveleiro | 8 | 7 |
| Paraiso | 9 | 13 |
| Novo Brasil | 10 | 92 |
| Cidade Jardim | 11 | 1173 |
| Alvorá | 12 | 9 |
| Apoena | 13 | 2 |
| Nova Carajás | 14 | 496 |
| Caetanópolis | 15 | 125 |
| Santa Luzia | 16 | 9 |
| Esplanada | 17 | 1 |
| Linha Verde | 18 | 11 |
| Amazônia | 19 | 84 |
| União | 20 | 219 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 264 |
| Maranhão | 23 | 72 |
| Rio Verde | 24 | 594 |
| Nova Vida | 25 | 216 |
| Beira Rio | 26 | 27 |
| Parque dos Carajás | 27 | 52 |
| Novo Horizonte | 28 | 197 |
| Betânia | 29 | 456 |
| Alto Bonito | 30 | 490 |
| Minérios | 31 | 421 |
| Vale do Sol | 32 | 112 |
| Tropical | 33 | 696 |
| Jardim Planalto | 34 | 171 |
| Parque das Nações | 35 | 126 |
| São Lucas | 36 | 106 |
| Brasília | 37 | 186 |
| Morada Nova | 38 | 234 |
| Liberdade II | 39 | 204 |
| Habitat Feliz | 40 | 371 |
| Altamira | 41 | 153 |
| Jardim América | 42 | 163 |



Dados: CECAD (17/10/2016 - 15/05/2021)
Elaborado por: Jonathan Benathar

Localização do atual CREAS e sugestão de local para implantação do novo CREAS, com base na quantidade de famílias/usuários atendidos nos serviços de média e alta complexidade entre 2019 e 2020.

| Bairro | Cod. | Qtd. |
|--------------------|------|------|
| Cidade Nova | 1 | 139 |
| Guanabara | 2 | 26 |
| Da Paz | 3 | 59 |
| Liberdade I | 4 | 35 |
| Vila Rica | 5 | 23 |
| Jardim Canadá | 6 | 4 |
| Novo Viver | 7 | 7 |
| Polo Moveleiro | 8 | 2 |
| Paraiso | 9 | 0 |
| Novo Brasil | 10 | 14 |
| Cidade Jardim | 11 | 59 |
| Alvorá | 12 | 0 |
| Apoena | 13 | 3 |
| Nova Carajás | 14 | 25 |
| Caetanópolis | 15 | 9 |
| Santa Luzia | 16 | 0 |
| Esplanada | 17 | 3 |
| Linha Verde | 18 | 3 |
| Amazônia | 19 | 5 |
| União | 20 | 57 |
| FAP | 21 | 1 |
| Primavera | 22 | 21 |
| Maranhão | 23 | 21 |
| Rio Verde | 24 | 84 |
| Nova Vida | 25 | 28 |
| Beira Rio | 26 | 87 |
| Parque dos Carajás | 27 | 7 |
| Novo Horizonte | 28 | 22 |
| Betânia | 29 | 23 |
| Alto Bonito | 30 | 46 |
| Minérios | 31 | 57 |
| Vale do Sol | 32 | 12 |
| Tropical | 33 | 66 |
| Jardim Planalto | 34 | 16 |
| Parque das Nações | 35 | 3 |
| São Lucas | 36 | 7 |
| Brasília | 37 | 4 |
| Morada Nova | 38 | 8 |
| Liberdade II | 39 | 14 |
| Habitat Feliz | 40 | 38 |
| Altamira | 41 | 21 |
| Jardim América | 42 | 22 |



Fonte: Serviços do CREAS (2019/2020); Acolhimento Esperança (2019/2020) e Aconchego do Idoso (2020)
Elaborado por: Jonathan Benathar